



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



MARCELO SOUZA OLIVEIRA

***XAVIER MARQUES ENTRE OS INTÉRPRETES DO BRASIL:
RAÇA E NAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA***

Salvador/BA
2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



MARCELO SOUZA OLIVEIRA

***XAVIER MARQUES ENTRE OS INTÉRPRETES DO BRASIL:
RAÇA E NAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA***

Tese apresentada a banca examinadora da Universidade Federal da Bahia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em História.

Área de Concentração:

História Social do Brasil.

Orientadora:

Prof^ª Dr^ª Gabriela dos Reis Sampaio.

Salvador/BA
2013

Oliveira, Marcelo Souza
O48 Federalistas Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação
na Primeira República / Marcelo Souza Oliveira. – Salvador, 2013.
241f. : il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gabriela dos Reis Sampaio.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

1. Brasil – Política e governo – 1822-1831. 2. Nacionalismo. 3. Raças.
4. Marques, Xavier, 1861-1942. 5. Literatura brasileira. I. Sampaio, Gabriela
dos Reis. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 981.42

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Gabriela dos Reis Sampaio (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. João José Reis
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

Prof. Dr. Paulo Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profª Drª Wlamyra R. Albuquerque
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profª Drª Elciene Rizzato Azevedo (Suplente)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Profª Drª Sharyse Piroupo do Amaral (Suplente)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

A Deus e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Até chegar o momento da defesa da tese, trilhei um longo caminho e nele encontrei muitas pessoas que se propuseram a colaborar de alguma forma para o êxito desse trabalho. Muitas delas tornaram-se entusiastas, amigos e até irmãos. É mencionando os nomes destes que direciono os meus agradecimentos.

Acredito que é mais do que justo tributar a minha família um papel de destaque na minha vida, no meu trabalho e na minha carreira acadêmica. Gente muito boa, honesta, numerosa e simples. Não sei o que seria de mim sem eles. Dona Maria, minha avó, sabe ser forte, sem deixar de ser meiga. Matriarca lutadora é a coluna mestra da nossa família. Nunca nos nega seu sorriso nos momentos de bonança, nem seus abraços e orações nos momentos de adversidade. Maria da Glória, minha mãe. Dispensa comentários. Deu-me a vida, cuidou dela – e ainda tem cuidado... Talvez seja a grande responsável por este trabalho, uma vez que suas orações, torcida e conselhos são para mim fundamentais.

Meus irmãos Fábio, France e Nando. Os três, cada um a seu modo, sempre me dão alento para continuar a minha jornada. Minha cunhada, Vânia e meus sobrinhos João e Duda (que chamo de meus príncipes!), me dão força apenas com seus sorrisos e me ajudam mesmo quando me atrapalham, pois batem na porta do meu quarto, talvez para lembrar que a vida não está só os estudos...

Na minha família ser primo, prima, tio e tia tem a mesma significação de ser irmão, irmã, mãe e pai, respectivamente. Então lá vão meus agradecimentos para Tias Cal, Davinha (*in memória*) e Marize; Tios Nilson, Jorge e Marcos. Meus primos – graças a Deus são muitos –, Renato, Rafa, Roni, Jane, Renan, Sinho, Lila, Nathália, George, Gezana, Daniel, Isaque – Deus me ajude para que não tenha esquecido alguém! Todavia, registro meus agradecimentos a todos os outros membros da família.

Devo agradecer também aos meus amigos. Dentro eles destaco Lidiane, Preslei, Rafael Rocha e Everton Dórea. Os dois últimos se propuseram não só a me apoiar, mas puseram também a mão na massa! Leram todos os capítulos sugeriram mudanças, corrigiram discrepâncias. Eles liam os textos ainda quando eram rascunhos, em sua forma mais bruta. Na verdade nem sei como lhes agradecer... Nos meses que passei na Unicamp, conheci duas pessoas muito especiais: uma paulista e outro baiano. Carla Fiori me hospedou em sua casa e lá escrevi quase a metade do texto que apresento aqui. Lucas Porto, agora Mestre em História

pela UFBA, era um mestrando na época. Conversávamos muito, trocávamos ideias, e formas de ver a vida e a academia. Da amizade que nasceu em Campinas hoje tenho certeza que ganhei um irmão.

Agradeço também a Carlos Nassaro, Eliana, Ede, Amélia, Zezinho, Flaviane, Rogério, Lucas Café, Thiago Alberto e Wlamir. Com esses jovens e promissores historiadores mantive e mantenho diálogos calorosos não só sobre nossas pesquisas, mas também sobre nossas práticas pedagógicas como professores de história. Alguns deles me brindaram com suas leituras e comentários ao texto que resultou nessa tese. Para além, dos diálogos acadêmicos, registrem-se também as conversas bem-humoradas que mantemos, pois nem só de teoria vive o historiador...

Meus colegas de doutorado deram grandes e valiosas dicas. Dentro eles, destacaram-se Paulo de Jesus e Jacson Ferreira. Além de exímios profissionais revelaram-se também ótimos colegas. Nunca me esquecerei das longas conversas pelo facebook que tive com Jacson nos momentos de desespero que quase todos os doutorandos passam durante suas pesquisas. Jacson é nota mil! Como dizem meus alunos.

Gostaria de agradecer também aos meus professores. Todos eles. Aqueles que desde a graduação no campus II da UNEB me estimulam a continuar na vida acadêmica, expressei meu respeito e admiração: Raimundo Nonato, Jorge Damasceno, Carlos Zacarias [hoje professor da UFBA], Clóvis Ramaiana, Marilécia, Gledson, Chico Índio e tantos outros mestres que me ensinaram muito da e sobre a história.

O professor Paulo Santos Silva simplesmente me acompanhou em toda a minha carreira acadêmica, meu professor de Introdução ao Estudo da História, História Contemporânea, na graduação; de História e Literatura, mestrado; orientador na dissertação do mestrado e com certeza uma das grandes referências profissionais que tenho. Sua seriedade, precisão, erudição, destreza são apenas algumas das qualidades que procuro aprender, se é que é possível...

Na UFBA tive muitos momentos de reflexão e crescimento. Nas disciplinas ministradas pelos professores Maria Hilda, João Reis, Wlamyra e Gino ajudaram a cimentar os estudos que resultaram nessa tese. Na linha de pesquisa em Escravidão e Invenção da Liberdade pude ouvir as valiosas dicas desses e de outros professores, além dos meus colegas de mestrado e doutorado. Foi realmente um imenso privilégio poder viver essas experiências...

Minha estada na UNICAMP, sob o fomento da CAPES, revelou uma nova e entusiasmante experiência. Nas reuniões da linha de História Social da Cultura pude participar dos debates com discentes e docentes daquela universidade. Leram e comentaram um texto que, após a devida inclusão das dicas e sugestões, acabou por se tornar um dos capítulos da tese. Meus sinceros agradecimentos aos professores Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Jeferson Cano, Lucilene Reginaldo e Bob Slenes.

De volta ao Instituto Federal Baiano, no segundo semestre de 2012, tive que retornar às minhas atividades docentes com a dura missão de, ao mesmo tempo, terminar a escrita da tese. Mas não estive só. Conteï com a ajuda de vários colegas que se propuseram a reduzir minha quantidade de aulas. Ronaldo e Arlinda, professores de história do campus deram um apoio fundamental nesse sentido. Kelly leu e corrigiu a tese do início ao fim. Sempre preocupada com todos, está sempre disposta a colaborar, a construir. Uma pessoa ímpar, com certeza...

Jacson, Alexandra, Moisés e, agora, Saulo são meus colegas coordenadores do Programa Ciência Itinerante. Lideramos um imenso projeto de divulgação e popularização das ciências que beneficia a milhares de baianos de baixa renda, sobretudo do interior do estado. Juntos fazemos educação e ciência com amizade, ludicidade e parceria. Esses momentos que mesclam diversão e trabalho não cessaram durante a construção dessa tese de doutorado. Que bom que foi assim...

Gostaria de agradecer também aos funcionários dos arquivos e bibliotecas que visitei. Com muito boa vontade e disposição em auxiliaram a identificar fontes valiosas que tento interpretar nesse estudo. Durante o doutorado tive sucessivas vezes na Biblioteca Pública da Bahia, Academia de Letras da Bahia, Arquivo Público da Bahia, Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras e no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Em todos esses lugares sempre fui bem recebido e por isso deixo meus agradecimentos.

Por último, por ocupar lugar de destaque, gostaria de agradecer a minha orientadora, professora Gabriela Sampaio. Demonstrando sempre muita paciência, ante a minha impaciência e, experiência, ante a minha inexperiência, Gabriela realmente me orientou com cuidado e afincou em todos os momentos que precisei. Sempre com muita dedicação e esmero conversava comigo, respondia meus emails e entendia minhas dificuldades. Realmente Gabriela marcou minha carreira e me ensinou bastante, por isso sou-lhe muito grato.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção dessa tese meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A pesquisa discute o projeto de nação de Xavier Marques (1862-1942) para o Brasil tomando como ponto de partida o romance *As voltas da estrada*. Nas primeiras décadas republicanas, o autor propôs uma interpretação do processo de formação da nacionalidade brasileira que culminou na publicação desse romance em 1930. Diferentemente de tudo que havia escrito até o momento, o autor discutia as relações entre o passado escravista, o processo emancipacionista e o momento que vivia o Brasil na Primeira República, tecendo uma crítica que consistia na ambiguidade de que, ao mesmo tempo em que do seio da escravidão começou a surgir uma raça mestiça genuinamente brasileira. Em tempos republicanos algumas práticas e costumes oriundos da pernicioso instituição ainda vigoravam. Isso, para ele, retardava o processo de evolução que o país estaria vivendo. Entrelaçando essas ideias estavam as discussões sobre raça e cidadania que transpassam a trama e que eram preocupações constantes do autor. Nesse contexto, utilizo fontes variadas para demonstrar as experiências e representações de um homem de letras que atuou no cenário político e jornalístico brasileiro defendendo que o futuro do Brasil centrava-se na formação de uma raça mestiça e branqueada que viveria numa civilização instruída e democrática. *As voltas da estrada* é uma metáfora dessa nação.

Palavras-chave: Literatura; Nação; Raça; Xavier Marques; Primeira República.

ABSTRACT

The research discusses the nation's project of Xavier Marques (1862-1942) for Brazil taking as starting point the novel *As voltas da estrada*. During the first decades of the Republic, the author proposed an interpretation of the process of formation of Brazilian nationality which culminated in the publication of this novel in 1930. Unlike anything he had written until that moment, the author discussed the relationship among slavery, the emancipation process and the time he lived in Brazil during the First Republic, weaving a review that consisted of ambiguity that, at the same time began to emerge from the heart of slavery an authentic Brazilian mixed race. This, for him, slowed the process of evolution that the country would be living. Weaving these ideas, were discussions about race and citizenship that involved the plot and that were constant concerns of the author. In this context, I use various sources to demonstrate the experiences and representations of a man of letters who acted in the political and journalistic Brazilian scene defending the future of Brazil focused on the formation of a mixed race and bleached that would live in a civilization educated and democratic. *As voltas da estrada* is a metaphor that nation.

Keywords: Literature, Nation, Race, Xavier Marques; First Republic.

CRÉDITO E LISTA DE IMAGENS

Todas as imagens que constam no corpo desse trabalho foram fotografadas e editadas pelo autor. Com exceção da figura 9, que está disponível na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) todas as demais podem ser encontradas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN).

Figura 1 - O Dr Nogueira e o jornalista "Alvino". p. 40.

Figura 2 - Consultório do Dr. Nogueira. p. 42.

Figura 3 - Homenagem a Camões na Academia Brasileira de Letras. p. 58.

Figura 4 – Participação de Marques em evento noticiado pelo Jornal do Comércio. p. 58.

Figura 5 – Palestra de Xavier Marques na Academia Nacional de Música. p. 58.

Figura 6 - Deputados Baianos na Câmara Federal no ano do centenário da Independência. p. 59.

Figura 7 - In: Caricatura de Xavier Marques, p. 72.

Figura 8 - In: Caricatura de Xavier Marques, p. 72.

Figura 9 - A mulata baiana. p. 145.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	22
<i>BOTO & CIA</i> NOS “DOMÍNIOS DA FEITIÇARIA”.....	22
1.1 “A história refundida”	24
1.2 Bem o tipo do Tio Elesbão: A história do Dr. Nogueira	37
1.3 A [Re]publicação de <i>O feiticeiro</i> em 1922.....	48
CAPÍTULO II.....	57
VISÕES E VERSÕES SOBRE O BRASIL NA DÉCADA DE 1920	57
2.1. Regionalistas, modernistas e a Identidade Nacional	61
2.2. Xavier Marques e os outros: pontos e contrapontos.....	76
2.3. Notas sobre a publicação e as leituras de <i>As voltas da estrada</i>	92
CAPÍTULO III	103
EVOLUCIONISMO SOCIAL, EUGENIA E MESTIÇAGEM NUM PROJETO PARA A NAÇÃO.....	103
3.1. A propósito de uma cavalhada subvertida.....	106
3.2. Sobre raças, cavalos e cavaleiros.....	114
3.3. Um mestiço e sua prole na casa de Eugênia.....	122
3.4. A história de um amor inassimilável	132
3.5. O “elogio” da mestiçagem.....	143
CAPÍTULO IV	157
A ESCRAVIDÃO: UMA MANCHA SOBRE O PASSADO	157
4.1. “A época dos senhores de engenho” ou a escravidão retratada.....	160
4.2. As memórias da abolição em duas ou três versões.....	170
4.3. Entre o passado real e o verossímil: memórias do desmonte do escravismo no Brasil	182
CAPÍTULO V	199
À GUIA DE CONCLUSÃO: IDEALISMO E DESENCANTO	199
5.1. Idealismo Malogrado.....	200
5.2. Ficção desencantada	210
5.3. Desencantado, mas não desanimado	217
FONTES E REFERÊNCIAS	222

INTRODUÇÃO

O desafio de serem reconhecidos como intérpretes do Brasil tem ocupado as mentes dos letrados brasileiros há décadas. Em momentos de crise, de transformação ou ruptura, intelectuais de diversas orientações esforçaram-se por construir um amplo conjunto de representações que instituíam problemas, imaginavam soluções e conjecturavam diferentes projetos e sonhos para o futuro. Nesse prisma, a busca dos elementos fundantes da nação, a edificação de uma identidade nacional¹ capaz de particularizá-la no confronto com o outro, o esforço para compreender a natureza de sua inserção no contexto internacional e perscrutar potencialidades a serem concretizadas no futuro, parecem ganhar um sentido novo.²

Na década de 1920, a intelectualidade brasileira refletiu sobre o Brasil para tentar dar conta da sua especificidade. Em especial, o ano de 1922 revelou-se uma data carregada de dramaticidade e poder simbólico, visto que marcava o centenário da independência, da Fundação do Partido Comunista, da Semana de Arte Moderna e do episódio do Golpe de Copacabana, marco inicial do tenentismo. Estabeleceu-se uma associação tão poderosa entre 1922 e a ideia do novo que, segundo Tânia De Luca, qualquer afirmação em contrário parece desconcertante.³

Trem, trilhos – potentes símbolos da modernidade burguesa – foram mobilizados, especialmente no início do século XX, não em sua positividade, mas enquanto imagens síntese do que nos faltava. A ideia de que o país perdeu-se em alguma parte do caminho, segundo Maria Helena Capelato, trazia subjacente a concepção de que ele carecia de bons condutores, esclarecidos e informados quanto aos rumos a seguir.⁴ Assim, mais uma vez, uma parcela da elite intelectual apresentou-se, em diferentes momentos, autoinvestida da missão de revelar a verdadeira face da nação e de traçar as suas linhas de força para o futuro.

Nesse período, nomes como Oliveira Viana, Oliveira Lima, Paulo Prado, Manoel Bonfim, Gilberto Freyre e tantos outros publicaram ensaios de sociologia, antropologia e

¹ Uma interessante discussão sobre o conceito de identidade e a identidade nacional brasileira poder lida em REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2006. Ver principalmente a Introdução.

² DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a [n]ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

³ DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil*, pp. 21 e 22.

⁴ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp. 139-141.

história cuja finalidade era tentar dar conta de um diagnóstico para a nação brasileira.⁵ No campo da Literatura, romancistas também atentaram em representar a cultura nacional. Durante a Primeira República, homens como Graça Aranha, Lima Barreto, Coelho Neto, Monteiro Lobato e Oswald de Andrade publicaram obras e recriaram personagens em que vislumbraram esse tema. Assim como os cientistas sociais, os literatos também buscaram forjar suas próprias versões sobre a nação. Afinal, era “senso comum ver a literatura como veículo da nacionalidade”.⁶ Em termos de alegoria, imaginário e representação, a literatura encontrou alicerces para conferir visões e sentidos ou mesmo para retratar uma nação.

Entretanto, ante a realidade de um país múltiplo e diverso, a função que a literatura deveria assumir “como espelho da nação” encontrava um problema: como captar a identidade frente a uma realidade tão fragmentada? Como estabelecer continuidade em meio a tantas ambiguidades? Esse universo de contradições, onde, nas Palavras de Mônica Velloso, “se quer o uno no múltiplo” a continuidade na ruptura, sugere a metáfora do espelho. Pretendendo o igual, ele apenas ludibria, pois a imagem projetada jamais corresponde ao real. Reflexo e real nunca poderão se encontrar, posto que são inversos. Pois que, como metaforiza Velloso, como numa câmara fotográfica ela diluiria as ambiguidades, reconstituídos os fragmentos, é possível alcançar a simetria desejada entre literatura e nação.⁷ Talvez nessa perspectiva fosse mais propício falar da literatura como mosaico, do que como espelho da nação.

Velloso nos lembra de que o nacionalismo em terras brasileiras nesse período foi compreendido como a capacidade de retratar, o mais fielmente possível, as coisas locais. Descrever lugares, cenas, fatos e costumes das diversas regiões brasileiras significava entrar em comunhão com a nação. Dentro desse quadro, as diferentes regiões vão adquirir força inusitada, dificultando uma visão sintética da nacionalidade. O Brasil, nesse aspecto, se transforma então, num verdadeiro arquipélago.⁸ Perspectiva em se que centrou o regionalismo, essa ideia da justaposição entre o regional e o nacional, negada pelo projeto de “desgeografização” proposta, é adotada e amplamente divulgada por grande parte dos literatos brasileiros, sobretudo dos estados do Norte, dentre eles a Bahia.⁹

Mas tais concepções não se restringiam apenas à literatura e nem podiam, uma vez que literatos e cientistas sociais frequentavam os mesmos espaços, discutiam os mesmos temas e

⁵ Em estudo panorâmico de alguns intelectuais tidos como os principais intérpretes do Brasil pode ser lido em AXT, Gunter e SCHULLER, Fernando Luís (Orgs). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Offícios, 2004.

⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*, p. 239.

⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*.

⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*, p. 249.

⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*.

problemas concernentes à nação, sendo que em muitos casos o mesmo autor escrevia e publicava obras ditas ficcionais e não-ficcionais. Afinal, na Primeira República, tanto a história quanto a literatura aparecem balizadas pela ideia da nação. Tanto uma quanto a outra deveriam espelhar o corpo e alma da pátria, adquirindo uma função claramente ética e pedagógica.¹⁰

No caso baiano, isso pode ser percebido claramente no centenário da Independência da Bahia. Esse evento parece ter sido construído pelas elites intelectuais baianas não para contrapor-se à construção do marco de cem anos do país, ocorrido um ano antes, mas como forma de, ao mesmo tempo, reforçar a memória nacional e demarcar a posição do estado no “arquipélago” que constituía a nação.¹¹ Desta forma, as elites intelectuais da Bahia esmeravam-se para colocar o estado em lugar de destaque no mosaico que compunha a terra pátria.

Inegavelmente, dentre os baianos, personalidades de vultosa expressão tais como Brás do Amaral, Teodoro Sampaio, Manoel Querino, Pedro Calmon, Afrânio Peixoto e outros buscaram situar a Bahia nas tentativas de instituição de uma identidade e de um projeto nacional. Organizando-se, vale mencionar, em instituições como a Academia de Letras da Bahia e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, construíram um discurso de que a Bahia era a “terra máter” da sociedade brasileira.¹² Seria a “Rainha do Norte”, nessa perspectiva, um reduto intelectual ímpar por excelência, dentre os estados do Brasil. A terra onde nasceram homens da envergadura de Castro Alves e Ruy Barbosa, de onde também tinha surgido parte considerável da antiga classe de dirigentes do país. Forjaram, na mesma medida, um discurso de ressentimento com os dirigentes da República nascente, que afirmavam que a Bahia, como berço da nação, deveria ter um lugar de destaque no cenário nacional.¹³

¹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação.

¹¹ A esse respeito ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923). 1ª. ed. Campinas: , 1999 e LEITE, R. C. N. . Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 7, p. 54-77, 2011.

¹² Ver LEITE, Rinaldo C. N. A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012 e Aldo Moraes analisou a defesa da teoria do branqueamento por vários membros do badalado Instituto Geográfico Histórico da Bahia, instituição da qual Marques também fazia parte. SILVA, Aldo José Moraes. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006.

¹³ Ver LEITE, Rinaldo C. N. A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012 e Aldo Moraes analisou a defesa da teoria do branqueamento por vários membros do badalado Instituto Geográfico Histórico da Bahia, instituição da qual Marques também fazia parte. SILVA, Aldo José Moraes. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006.

Lamúrias à parte, é cabível notar que os letrados baianos também não se furtaram a tecer versões e visões sobre a identidade e a cultura nacionais. É nesse contexto também que viveu e militou Xavier Marques (1861-1942).¹⁴ Tido como um dos intelectuais mais bem sucedidos e destacados em sua época, o autor centrou boa parte da sua produção e trabalho no poder legislativo estadual e federal em prol da execução de um projeto de nação para o Brasil, com destaque para a Bahia, seu estado natal.

As obras de Xavier Marques estão marcadas por uma produção que se distancia do centro de produção literária da época, o Rio de Janeiro, e do modernismo paulista.¹⁵ Para Jorge Araújo, ele “transfigura o pitoresco e a cor local, imprimindo-lhes uma representação artística que ultrapassa a mera estilização”. Para Araújo, o regionalismo de Xavier Marques não se restringe apenas ao “estilo pictórico” característico, por exemplo, de Afrânio Coutinho, mas abrange a sensibilidade coletiva, ressumando os assuntos da comunidade cultural, tornando evidentes os costumes, lendas, mitos, tipos, linguagens, em suma a personalidade coletiva da sua região. Ele ressalta ainda que, “[...] o romancista realiza um profundo mergulho na realidade local, captando-lhes símbolos de efetiva permanência existencial e estética, revigorados pela sincera singularidade do tom local e suas raízes, conquanto resvale no rigor axiomático, documental e linguístico”.¹⁶

Pedro Calmon, por seu turno, o define ainda como **homem regional**, “que se limitava a ser fiel à Bahia aos seus costumes vestidos de tradição e harmonia”. Sua produção abrange desde a paisagem da Cidade da Bahia ao seu Recôncavo, descrevendo personagens pertencentes à classe alta e média urbana, como também, a presença de personagens de descendência africana, de vida praieira, e o ciclo de cana-de-açúcar no Recôncavo. Assim, sua obra pode ser lida como um projeto literário que contribui para a interpretação da Bahia desde o final do século XIX até início do século XX.

No início do Século XX, foi apadrinhado por J. J. Seabra, ao lado de quem iniciou e consolidou carreira política, tornando-se deputado estadual e depois federal. Mas ser político em sua concepção não era para ser uma profissão. Homem de letras que perscrutou o mundo

¹⁴ Algumas boas notas biográficas do autor podem ser lidas em SALLES, Jesus David. O Ficcionalista Xavier Marques: um estudo da “transição ornamental”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977; OLIVEIRA, Marcelo Souza. Literatura como memória social: a decadência senhorial na protoficção baiana. In: SANTOS, Silva Paulo. (Org.). Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória. Salvador: Quarteto, 2010. Pp. 47-70; COSTA, Aramis Ribeiro. Discurso do retrato O Acadêmico Xavier Marques. In: Revista da Academia de Letras da Bahia, n. 49, dez. 2010. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2010.

¹⁵ Um inventário da produção bibliográfica do autor está lista nos anexos deste trabalho.

¹⁶ ARAÚJO. Jorge de Souza. Floração de imaginários: o romance baiano do século XX. Itabuna/Ilhéus, Via Litteratum, 2008. p. 12-13.

da política, Marques tinha uma verdadeira obsessão pela construção de uma interpretação para o país e de um projeto nacional. Sua vasta obra reúne romance, contos, ensaios, artigos, discursos publicados e republicados em várias tribunas e editoras. Em suas obras, reforçava marcos, heróis, tradições e práticas marcadamente voltadas para a busca de uma representação da cultura nacional.

A nação, em seu significado mais simples, é uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território, com unidade étnica, histórica, linguística, religiosa e/ou econômica. A construção da nacionalidade, em sua artificialidade, frequentemente recorre a elementos da tradição, em que o passado é mitificado, criando heróis e momentos épicos que são apresentados como definitivos na formação do povo e da nação. Obras de Literatura e Música, e a construção de uma “História nacional”, são algumas das formas de se construir uma nacionalidade. A identidade cultural é apresentada como natural e harmônica, quando nem sempre os valores desse povo tiveram tal coesão ou harmonia.¹⁷

Essa parece ter sido a ideia de nação de Xavier Marques. No ano de 1917, em seu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia, ele afirmou que o que une os seres humanos em nações é “a identidade de antecedentes políticos, a posse de uma história ou, o que tanto monta – a comunidade de recordações, o orgulho e a humilhação, o prazer e a pena coletiva, tudo isso ligado aos mesmos sucessos do passado”.¹⁸ Para ele uma “comunidade de origem, de território, de instituições políticas, solidariedade de interesses e aspirações, identidade de costumes e crenças religiosas são entre outros caracteres da nacionalidade”.¹⁹

Sua concepção de nação em muito se aproxima daquela que Benedict Anderson chamou de “comunidade imaginária”. Ele a define com fronteiras delimitadas e com componentes que se identificam através de elementos culturais, língua ou etnias. Dessa forma, cada nação é limitada, pois se caracteriza por oposição ou estranhamento em relação à outra. É concebida como imaginária, pois é o modelo estabelecido pelas elites como o ideal para seu povo.²⁰

Quando o objetivo era perscrutar a alma nacional, para o autor de *As voltas da estrada* a literatura era maneira sublime de representação. Acreditava que, no jogo das semelhanças e

¹⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2. Ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009. pp. 307-308. Para uma discussão interessante a respeito a construção do conceito de nação ver: HOBBSWBN, ERIC J. Nações e Nacionalismo. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990.

¹⁸ MARQUES, Xavier. Discurso pronunciado pelo acadêmico Xavier Marques na sessão pública de 10 de abril de 1917. In: Revista da Academia Brasileira de Letras. Vol. I. pp. 76-81. Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1930. p. 77.

¹⁹ MARQUES, Xavier. Discurso pronunciado pelo acadêmico Xavier Marques na sessão pública de 10 de abril de 1917. p. 77.

²⁰ ANDERSON, BENEDICT. Nação e consciência nacional. São Paulo; Ed. Ática, 1989.

diferenças, à literatura couberam as tarefas de representar o sentimento de nacionalidade, de afirmar a identidade cultural, de construir uma nação. O próprio Marques estava de acordo com isso ao afirmar que:

Quanto à literatura, não direi que seja parte, porque é ou pode ser toda nacional. Das criações do homem culto nenhuma a excede em expressão, como verdadeira imagem moral da sociedade. Sentimentos, ideias, fantasia, caráter, tudo o que há de essencial, profundo, invisível, inconsciente na raça, ela guarda, concentra, reflete e perpetua.²¹

O conceito de raça, durante a Primeira República, estava contido de uma ou de outra maneira, no conceito de nação. Tanto nos ensaios, quanto nos romances, era categoria essencial para aqueles que desejavam adentrar na seara dos debates em torno da cultura nacional. Dito de outra forma, para aqueles que se propunham a ser intérpretes do Brasil na Primeira República, a ideia de raça era categoria central. Fosse para divulgar, ressignificar ou mesmo negar os discursos advindos do racismo científico, não havia como fazer qualquer leitura do Brasil sem tecer considerações acerca do processo histórico de formação do povo brasileiro e nem da diversidade e miscigenação racial que caracterizava o país. Monteiro Lobato, por exemplo, usava as lentes do racismo científico de Le Bon e Taine, de maneira semelhante ao que entendia Xavier Marques, com a ressalva de que o criador do Jeca Tatu destacava as ideias higienistas comuns a tantos outros membros da classe dirigente brasileira na Primeira República.²² Marques não adentrou nessa seara. Sua visão, nesse sentido, se aproximava das ideias defendidas por Oliveira Viana.

Também discípulo da psicologia coletiva de Le Bon, Viana defendia que a alma da raça, ou caráter nacional, não dependia das características físicas, mas dos traços psicológicos. Esses podiam determinar a hierarquia das raças que colocava os povos indo-europeus no ápice, seguidos dos asiáticos, do africano e do australiano. Mas Marques também se preocupava, para além do que defendia Viana, com os traços físicos do povo brasileiro. Era adepto da teoria do branqueamento, largamente difundidas por Silvio Romero nos fins do

²¹ MARQUES, Xavier. Discurso pronunciado pelo acadêmico Xavier Marques na sessão pública de 10 de abril de 1917. In: Revista da Academia Brasileira de Letras. Vol. I. pp. 76-81. Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1930. p. 78.

²² Ver HABIB. Paula Arantes Botelho Briglia. Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação. Dissertação de mestrado em História. IFCH-Unicamp. Campinas, 2003.

século XIX e que influenciou debates nos primeiros anos da Primeira República, sendo retomado pelos adeptos do eugenismo na década de 1910 e 1920.²³

A solução era a predominância da raça latina legada pelos ascendentes portugueses ao país. Na leitura de Marques, os traços físicos e psicológicos portugueses iriam triunfar no processo de evolução racial visualizada no grande laboratório “natural” que se verificava no Brasil. Sua visão sobre o futuro do povo brasileiro era bastante otimista. Talvez nesse sentido se aproxime do que defendia Gilberto Freyre. Ambos afastavam-se e contrapunham-se ao pessimismo de Paulo Prado quanto ao futuro do país expresso em *Retratos do Brasil* (1928). Marques, inclusive, consternou-se tanto com o livro de Prado que publicou um artigo sobre a “suposta tristeza do povo brasileiro”.²⁴

Sandra Pesavento discute a questão racial em Freyre argumentando que sua tese central seria demonstrar que a herança lusitana, presente na formação da sociedade brasileira, fora um fator positivo e extremamente original, capaz de dar ao mundo o único exemplo bem-sucedido de integração racial. Para ela, Freyre resgatava a importância e qualidade das raízes lusas, fazendo o Brasil se reconciliar com o seu passado e olhar com novos olhos o seu presente, de onde poderia, enfim, vislumbrar o futuro.²⁵ No presente trabalho, sustento que a tese de Marques se assemelhava a de Freyre nesse sentido. Aproximava-se também na importância que se deveria dar à cultura e à tradição nacional em detrimento dos estrangeirismos propagados pelos modernistas paulistas.

Mas as semelhanças entre ambos se encerravam por aí. Na questão da tão discutida mestiçagem brasileira, Freyre destacava as contribuições significativas herdadas das demais raças formadoras do país. Isso incluía a herança africana. Marques não chegou a tanto. Preferiu assumir uma atitude conservadora e até certo ponto ultrapassada de que, do ponto de vista científico, os africanos pouco ou quase nada tinham a contribuir para o Brasil, sendo que “naturalmente” seus caracteres estariam fadados a desaparecer por simples obra da natureza, por meio da evolução.

²³ ROCHA, Vera. Da depuração a modernidade: a representação do gênero, “raça” e sexualidade na obra de dois autores baianos. Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) "Diversidad y poder en América Latina". Buenos Aires, Argentina. 29 de septiembre al 2 de octubre de 2009. Disponível em: <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/>, acesso em 24/11/2011.

²⁴ MARQUES, Xavier. A suposta tristeza do povo brasileiro. In: Ensaio: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. Texto publicado em 1929, um ano após o lançamento de *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Negritude, mestiçagem e lusitanismo. O Brasil positivo de Gilberto Freyre. In: AXT, Gunter e SCHULLER, Fernando Luís (Orgs). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Offícios, 2004. pp. 177-191.

Vale lembrar, é claro, que a formação teórica de Marques tinha fortes influências da geração de 1870 e que ele já contava com quase setenta anos quando Freyre lançou seu manifesto regionalista em 1926. Entre interpretações como as de Silvio Romero e Gilberto Freyre, Marques teve contato com várias outras leituras e teorias de brasileiros e estrangeiros sobre questões concernentes à nação. É nesse contexto que apresento esta tese. Entendo que Xavier Marques tentou oferecer uma interpretação sobre o Brasil para, partindo desse diagnóstico, expor seu projeto de nação. Sua tentativa inseriu-se num debate amplo onde os homens de letras procuravam imortalizar seus nomes como interpretes do Brasil. Percebe-se que entre a tradição e o moderno, o regional e o nacional, unidade e diversidade, o otimismo e o pessimismo, defendiam-se as mais variadas versões, projetos e concepções para a nação.

Pautado nesses debates inicio o primeiro capítulo. Nele tento demonstrar como nos fins do século XIX a negação da herança africana no processo de formação do povo brasileiro estava patente e podia ser lida em *Boto & Cia*. Entretanto, ao passo em que o capítulo evolui percebemos que ao reescrever e reinventar esse romance com o título de *O feiticeiro*, Marques nos mostra o quanto as elites republicanas desejavam, de maneira cada vez mais intensa, negar e até mesmo eliminar a cultura e mesmo a cor negra. Afinal, o ideal de nação era eurocêntrico e a ideia era retornar à origem do colonizador ibérico.

O segundo capítulo procura marcar os elementos da trajetória de Xavier Marques que possam ter servido de referências na escrita do romance *As voltas da Estrada* (1930). Assim, inicio a narrativa no ano de 1922, por entender que esse foi um momento crucial para o autor que, no Parlamento nacional e no cenário dos homens de letras brasileiros, priorizou as discussões sobre a formação da nacionalidade. Estas discussões eram pautadas, entre outras, nas articulações das relações entre o passado do povo brasileiro e a sua formação racial. Desta forma, aqui trato de situar o autor no cenário da República das Letras, tentando demarcar o espaço de intelectuais baianos em âmbito nacional. A intenção é demonstrar que nas primeiras décadas republicanas os homens de letras brasileiros detiveram grande participação na vida intelectual do país. Após lançar mão do contexto histórico da publicação de *As voltas da estrada* analiso, na última sessão desse capítulo, as condições de publicação deste livro, bem como a repercussão que a obra alcançou na mídia impressa. O objetivo é dar maior inteligibilidade para uma leitura histórica da obra, através dos sentidos e leituras que foram feitas por seus contemporâneos.²⁶

²⁶ Segundo Chalhoub e Pereira, refletir sobre a literatura na perspectiva da história social significa, já de início, adotar um pressuposto necessariamente materialista. Ele assevera que em uma proposta de pesquisa desta natureza deve se historicizar a obra literária, inserindo-a no movimento da sociedade, investigando as suas redes

As voltas da estrada foi publicado em 1930 e nele se percebe que a tentativa era oferecer ao leitor uma metáfora da nação brasileira. O terceiro capítulo desta tese propõe uma leitura histórica do romance *As voltas da estrada*, no contexto das ideias defendidas por Xavier Marques, sobre o projeto de nação para o Brasil. Uma visão evolucionista dessa história está presente no romance quando brancos e mestiços disputam a condição de dominantes da ficcional cidade de Nossa Senhora de Amparo dos Cativos, no episódio da cavallhada. Cheio de significados e sentidos, esse momento da trama aponta para um futuro que estaria por vir: os mestiços seriam o futuro do Brasil. Através do cruzamento com outras publicações de autoria de Marques, como os artigos “Imagem étnica do Brasil”, “Imigrantismo e Brasilidade” e “Unidade e Identidade Nacional” e com resenhas e comentários vários de leitores da época percebe-se que *As voltas da estrada* é uma metáfora sobre a formação da nacionalidade brasileira costurada com ideais evolucionistas, eugênicos que prefiguravam a mestiçagem baseada na teoria do branqueamento como solução para os “problemas raciais” e para a constituição de uma raça genuinamente nacional.

O quarto capítulo é um convite à discussão sobre a questão da escravidão e da sua derrocada no contexto da formação do povo brasileiro, à luz das ideias e discussões presentes entre os homens de letras que viveram no Brasil da Primeira República. Assim, buscam-se os pontos limítrofes entre a história, a memória e a literatura escrita sobre tais questões, utilizando como fio condutor o romance *As voltas da estrada*. A disputa simbólica em torno das memórias sobre a extinção da escravidão, nesse sentido, ganha foros de credencial para um grupo que se julgava o único capaz de conduzir o país ao progresso. Não só isso; recorre-se à memória para, através da literatura, demonstrar como o passado escravista brasileiro comprometia seu presente e poderia retardar o seu progresso no futuro.

O último capítulo discute duas questões básicas: a atuação de Xavier Marques no mundo da política e seu desencanto com as práticas sociais verificadas na Primeira República. Durante sua trajetória, o autor era um dos brasileiros que acreditavam na redenção da nação através da implantação da instrução pública e do estímulo para que a população tivesse acesso a ela. Assim, em sua atuação como deputado, dedicou boa parte do seu tempo como legislador na defesa de projetos relacionados à educação, às ciências e à cultura nacional. As concepções democráticas que visavam conduzir a nação ao desenvolvimento, porém, foram, em certo

de interlocução social e destrinchando não só a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas a forma como esta representa e reconstrói a sua relação com ela. Para eles, autores e obras literárias são testemunhos históricos, pois são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valendo pelo que expressam aos seus contemporâneos. (CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo. (org.), *História Contada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998).

momento, malogradas por uma realidade na qual, para ele, muitas das práticas que existiram durante o Império se reproduziram (transmutaram) na vida política republicana. Assim, é traçada uma interpretação do romance que articula passado e presente que ajudam a explicar as condições de estagnação que vivia a República segundo Marques: os mesmos homens – os seus descendentes – que viveram no poder em tempos da Monarquia, continuavam nessa condição nos primeiros anos de República. Para ele, eram aqueles que teriam operado as principais reformas sociais já vistas no Brasil – a Abolição e a República – que tinham credenciais para conduzir o país em direção ao futuro. Entretanto, a realidade republicana não se deu dessa forma. Desencantado, mas não desanimado, Marques tentou continuar a executar seu projeto de ajudar a conduzir o país a se tornar uma grande nação.

De acordo com as ideias em que Marques acreditava, a educação era uma forma de acelerar o processo de evolução da nação em direção ao futuro. Era também uma forma de branquear os “bárbaros” costumes da gente de cor que ainda insistia em valores e práticas culturais que, para ele, estavam fadados à extinção. O triunfo de uma nação mestiça e branqueada, construída no solo da educação e da democracia era enfim o projeto de nação defendido pelo romancista baiano.

Xavier Marques propôs uma leitura do Brasil e um projeto de nação que dialogou com a intelectualidade brasileira do seu tempo e do seu passado. Sua obra pode ser lida como uma tentativa de instituir uma “comunidade imaginária”²⁷ cunhada de uma suposta brasilidade, mas aborda também a realidade do país na Primeira República. Preocupado em consolidar uma memória do povo brasileiro e em discutir utópicas previsões futuras, ele construiu num momento em que outros intelectuais brasileiros tentavam lançar suas interpretações sobre um país complexo e multifacetado. Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil é, portanto, o que se poderá encontrar nas páginas que se seguem.

²⁷ ANDERSON, BENEDICT. Nação e consciência nacional. São Paulo; Ed. Ática, 1989.

CAPÍTULO 1

BOTO & CIA NOS “DOMÍNIOS DA FEITIÇARIA”

O Feiticeiro, *história refundida de Boto & Cia., em que se acrisolam essas virtudes descritivas sem discrepância reconhecidas por todos, e em que estampais verdadeiros flagrantes dos costumes burgueses, kodaquização nítida da mestiçagem folgazã e crônica exata das bárbaras superstições africanas.*

(Goulart de Andrade, 1920)²⁸

Por detrás do enfeitiçador está o mistério: esse inimigo invisível se acastela no segredo mais resistente do mundo. É este o poder dos feiticeiros, de quem muitos riem, mas todos se temem. É por isso que eu digo: nós somos governados pelo feiticeiro. Quantas vidas não giram por si sobre esse eixo! Quantas almas, submissas, não vivem debaixo dessa mão de ferro...

(Amâncio Nery, personagem de *O feiticeiro*)²⁹

Em 1897, o periódico *A Bahia* publicou um nota sobre certo romance, de um autor ainda não muito conhecido, intitulado *Boto & Cia*:

O autor propõe-se a estudar a classe média, em plano secundário, no povo, costumes baianos íntimos, usanças, tradições, supertições, tendências políticas, fazendo convergir todos os episódios e peripécias para a acentuação da fisionomia moral da classe que tomou para o objeto de estudo. No recurso do drama amoroso, que constitui o romance, dois pontos merecem cuidado: a influência do espírito público, ordeiro e conservador, sobre a direção da sociedade política, e a influência do africano feiticeiro em certos atos da vida doméstica. É, pois, na essência, um livro de crítica, se bem que moderada, visando desacreditar do feiticeiro, sem descuidar a exibição da vida baiana, segundo o modo de ver e apreciar do autor.³⁰

Alguns anos depois, em 1914, *A notícia* apresentou ao público mais um folhetim que seria veiculado nas edições seguintes do jornal. Nesse artigo, o editor cuidadosamente tentou introduzir e orientar o leitor acerca de algumas peculiaridades da novela que seria publicada diariamente daquele dia em diante:

O nosso folhetim é legitimamente e pitorescamente baiano. *O Feiticeiro* é a forma definitiva que seu autor Xavier Marques resolveu dar ao romance de costumes que escreveu e foi editado em 1897 com o título, subtítulos, muitos dos seus capítulos desenvolvidos, outros alterados mesmo o caractere de alguns personagens, pode-se dizer que *O Feiticeiro* é um trabalho novo e não

²⁸ ANDRADE, Goulart. Discurso de recepção do Sr. Xavier Marques em 17 de setembro de 1920, na Academia Brasileira de Letras. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

²⁹ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. (3ª ed.). São Paulo, GRD. 1975. p. 71-72.

³⁰ *A Bahia*, Salvador, 26 de ago. de 1897. Citado por SALLES, Jesus David. O ficcionista Xavier Marques: um estudo da transição ornamental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1977. p. 123; e SENNA JUNIOR. Gilberto F. E a modernidade toma a cena: Xavier Marques e as imagens de uma nova Bahia. In *Do banguê às avenidas: Xavier Marques e a identidade baiana na Primeira República*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2011. p. 97.

conserva do antigo senão os canários, as figuras, estas retocadas, e o pensamento a que obedecera ao romancista.³¹

O comentarista prosseguiu explicando o teor do romance, relatando que ele narrava uma história que se passava na “Bahia tradicional, de outros tempos, por muitos aspectos a de hoje”, se “reconhece nessas páginas de psicologia em ação”. A *notícia* (1914) também noticiou que a história de *O feiticeiro* era uma reelaboração de *Boto & Cia*. Porém, enquanto a nota de *A Bahia* (1897) – que provavelmente foi do próprio Xavier Marques –,³² informou ter a obra como discussão central “estudar a classe média”; *A notícia* (1914) nos informa que a obra reescrita não ganhou apenas novo nome, mas tinha agora como foco central a “psicologia” de alguns “tipos nacionais”.³³

Para completar a saga da publicação do romance, Marques publicou alguns capítulos de *O feiticeiro* em 1919, na *Revista América Latina*, sob o sugestivo título de “Candomblé: páginas do romance *O Feiticeiro*, por publicar”³⁴ e os reorganizou ainda uma terceira vez, publicando os capítulos em forma de livro no ano de 1922, pela editora carioca Leite Ribeiro. Destaque-se sobre isso o registro feito pela *Revista da Semana*: “esse feito coroou-lhe de louros a frente, ainda antes de admiti-lo no seu grêmio a Academia Brasileira de Letras”.³⁵

Acredito que, na medida em que a literatura – como obra de arte –, é sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador.³⁶ É nesse sentido que proponho nesse capítulo uma leitura histórica sobre as obras mencionadas. Ao refundir uma história de ficção, Marques criou outra que foi condicionada por novas experiências, discursos e interesses que não eram somente seus, mas também do seu público leitor. Nas páginas que se seguem procuro situar as versões de *Boto &*

³¹ O FEITICEIRO. A Notícia, Salvador, 19 set. 1914, p. 5.

³² Segundo Gilberto Senna, citando David Salles, ao que tudo indica tenha sido o próprio Marques o autor do comentário de *Boto & Cia*, uma vez que ele mesmo era o redator do Jornal. Na pior das hipóteses, contudo, ele pode ter sido um interlocutor do comentarista da obra, caso não tenha sido ele realmente o autor do comentário. (SENA JUNIOR. Gilberto F. E a modernidade toma a cena: Xavier Marques e as imagens de uma nova Bahia. In *Do banguê às avenidas: Xavier Marques e a identidade baiana na Primeira República*. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2011. p. 98).

³³ O FEITICEIRO. A Notícia, Salvador, 19 set. 1914, p. 5. .

³⁴ MARQUES, Xavier. Candomblé: página do romance *O feiticeiro*, por publicar. In: *América Latina: Revista de arte e pensamento*. N. 01, ano I, Tomo I. Agosto de 1919. pp. 09-16.

³⁵ Resenha do *Feiticeiro*. *Revista da Semana: revista semanal do Jornal do Brasil*. Ano 23. n. 05, 28 de janeiro de 1922.

³⁶ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. Coleção Ensaio. Vol. 3. 2ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1967. P. 44.

Cia/O feiticeiro (1897/1914/1922) em seus contextos e, ao compará-las, analisá-las como produto das experiências e dos anseios de seus tempos. O objetivo central é analisar as representações sobre cultura africana e religiões afro-brasileiras na Primeira República, no âmbito da busca pela identidade nacional.

1.1 “A história refundida”

Uma história refundida. Foi essa a referência do acadêmico Goulart de Andrade ao romance *O feiticeiro* em seu discurso de recepção da Xavier Marques na Academia Brasileira de Letras em 1920. Segundo ele, temos nessas duas versões a mesma história contada de modos diferentes. Tratava-se de uma recomposição e recriação sobre uma história que já havia sido escrita e publicada. Ao revisitar o romance *Boto & Cia*, Xavier Marques resolveu reinventá-lo. Mas, é claro, ele tinha fortes razões para isso. Ao fazê-lo, ele sinalizava para a mudança de intenções e objetivos que tiveram fundamentos historicamente determinados.

Mesmo com variações significativas, os enredos se passam na cidade de Salvador no ano de 1878. As duas versões retratam o amor entre Eulália, uma jovem pertencente a uma família de pequenos comerciantes, e Amâncio Neri, jovem bacharel em direito, filho de um rico comendador. Vários acontecimentos se interpõem como obstáculos ao casamento dos dois: uma viagem repentina de Amâncio Neri, a disputa com uma família rival que intenta casar a filha com Amâncio e a não anuência do comendador Neri em relação à escolha amorosa do filho. Todos esses eventos estão envolvidos em uma aura mágica, pela possível interferência subliminar de um Feiticeiro, o pai de santo Elesbão, líder de um terreiro no bairro do Matatú de Brotas e residente da antiga Rua do Alvo, na cidade de Salvador.

Ao final do século XIX, momento em que publicou *Boto & Cia*, Marques era um jornalista de trinta e poucos anos, passando por uma grave crise financeira e observando os incertos rumos da tenra República que havia nascido a menos de uma década. Em 11 de novembro de 1890, ele escreveu ao então Ministro da Fazenda Rui Barbosa para pedir emprego, afirmando que era um “Pai de família sem recursos, está desanimado” e queria “um

emprego para servir à pátria e à família”, complementa ressaltando que “a bondade de Rui suprirá sua falta de merecimento”.³⁷

Tendo uma vida difícil como homem de letras e tendo sido entusiasta de uma república que veio, mas não como esperava, o autor estava passando por situações extremas no decorrer da década de 1890. Sob esse prisma, escreveu uma obra que retratava a classe média soteropolitana com seus problemas econômicos, sociais e políticos. Descrevia em, segundo plano, os aspectos culturais que envolviam uma espécie de circularidade cultural³⁸ entre os grupos sociais marcados drasticamente pela herança escravista e pela reflexão do racismo científico, bem ao estilo de Silvio Romero.³⁹

Em *Boto & Cia*, podemos ler temas como estilo de vida da classe média soteropolitana, as críticas à manutenção das eleições fraudulentas vigentes no Império, da falta de preocupação do governo com temas caros à classe média, tais como o pagamento de impostos altos e a carestia dos produtos. O autor se detém em vários capítulos a discutir a disputa entre liberais e conservadores, destacando como em plano provincial os “acertos” se davam. O narrador critica em vários trechos a forma efêmera com que determinados personagens eram volúveis mudando de lado na medida em que um dos lados chegava ao poder. O tráfico de influências é outro ponto criticado na obra. O narrador em certo ponto se indigna referindo-se aos partidos militantes:

Que, tudo isso estava podre, em decomposição... Juízes fazendo eleições a bico de pena, deputados fazendo greve e surripiando-se mutuamente os diplomas, vigários pedindo votos e ameaçando de excomunhão a quem lhos negava... Até as senhoras casadas cabalando em favor dos maridos! Gangrenando até a medula, tudo, tudo.⁴⁰

³⁷ Carta de Xavier Marques à Ruy Barbosa (08/11/1890). Apud CARVALHO, José Murilo. Ruy Barbosa e a Razão Clientelista. Dados. Dados v.43 n.1 Rio de Janeiro 2000. p. 12.

³⁸ Tomo de empréstimo o conceito utilizado por Carlo Ginzburg. Para ele, circularidade designa o movimento de infiltração dos produtos culturais entre os setores hierárquicos da sociedade, ou seja, o conceito permite verificar que os discursos dos setores representativos da cultura erudita e letrada podem permear e moldar as práticas de outros grupos sociais iletrados; e que, da mesma forma, mas em sentido inverso, os setores subalternos atravessam a cultura hegemônica com as práticas discursivas que elaboram, fundadas na oralidade, e que, desse modo, também exercem influência nos setores chamados de portadores da cultura erudita. O conceito de circularidade, em suma, diz respeito à constante permeabilidade cultural dentro da sociedade hierarquizada. Em *O queijo e os vermes*, o conceito está descrito como “[...] um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]” –, que é o resumo do que foi proposto por Mikhail Bakhtin. Ou ainda “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica”. (GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* - São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 10 e 15).

³⁹ No final do Século XIX, as discussões de Silvio Romero sobre literatura, sociedade e a teoria do branqueamento ganharam bastante força entre os homens de letras brasileiros. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴⁰ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 191-192.

Não obstante o romance se passar em 1878, época em que o Gabinete Sinimbiu leva os liberais ao poder, após um Ministério Conservador chefiado pelo Duque de Caxias, me parece que Marques aqui fez não só uma crítica aos modos de fazer política no Império, mas também na República. A narrativa deixa clara a crítica àqueles que mudavam de partido de acordo com as conveniências e interesses políticos pessoais, tais como os republicanos de última hora que assumiram o poder logo após o advento da República,⁴¹ deixando republicanos históricos como o próprio Marques a ver navios.

Ao escolher um recorte temporal em que o Brasil viveu dificuldades financeiras, econômicas e políticas semelhantes ao que se vivia na década de 1890, Marques habilidosamente construiu um cenário onde pudesse tecer críticas através da literatura. No Império, o Gabinete Sinimbu enfrentou a Revolta do Vintém,⁴² causada pela insatisfação popular com aumento de impostos e criação de alguns novos, entre eles a taxa de vinte réis (ou um vintém) sobre o valor das passagens no transporte urbano. A crise financeira também foi uma constante na Bahia dos primeiros anos republicanos e tal situação afetou a classe média.⁴³

Tal situação é retratada através dos comerciantes que na obra, são representados pelo próprio Boto e o Sr. Rodrigues, pelo sogro, que morre após lutar contra a concorrência estrangeira e a crise financeira no comércio de Salvador. Além das crises econômicas, a insatisfação com as mazelas políticas e com as questões de ordem financeira são focos centrais na trama. Não são poucos os casos de tráfico de influência e de corrupção relatadas na história. Se em *O feiticeiro*, em contrapartida, ganha ênfase a crítica à proliferação do candomblé na “boa” sociedade baiana, em *Boto & Cia*, podemos ler, por exemplo, o narrador, seguido por Paulo Boto a criticar os políticos:

A excursão presidencial era do programa de todos os governos, por muito curtos que fossem os períodos de administração. Todos os presidentes vinham bem intencionados, mas por isso mesmo tinham como indispensável apreciar *de visu*, conforme diziam as gazetas oficiais, o estado das localidades, das suas pontes, suas matrizes, seus edifícios públicos, sua lavoura, sua instrução, seu comércio. Muito embora não lhes adiantassem mais do que a honra de hospedar o delegado do ministério, essas visitas sucediam-se indeferivelmente com o intervalo de um presidente para outro, o que vale dizer – de eleição para eleição.
Paulo Boto não pôde sofrer-se.

⁴¹ Sobre o assunto, ver: SAMPAIO, Consuelo Novaes Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. 2.ed. Salvador: Ed. UFBA, 1999.

⁴² A esse respeito ler DANNEMANN, Fernando. A Revolta do Vintém, Rio de Janeiro, 1879.

⁴³ Sobre o assunto, ver: SAMPAIO, Consuelo Novaes Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. 2.ed. Salvador: Ed. UFBA, 1999.

- Ora ai está em que se vai o dinheirinho dos impostos. Viagens, viagens, recreações... São uns pândegos, todos eles.⁴⁴

Mesmo criticando as mazelas políticas vigentes no Império, o leitor mais atento perceberá que o narrador faz comentários fortes à situação política da Bahia do seu tempo. Comentando as agitações dos clubes republicanos pelo país e, em especial, ao engajamento de certo personagem por nome Sabino – excluído, diga-se de passagem, da versão de *O feiticeiro* –, Paulo emite sua opinião sobre a proposição de mudança de regime político do Brasil:

– Este sou eu acudiu prontamente Paulo. Não me pegam para levantamentos, nem repúblicas. Quando for uma guerra com estranhos, vá lá que arrisque pele. Agora, se algum dia vier a república e a nação inteira se conformar com ela, neste caso, sim, eu também serei republicano.⁴⁵

Isso dizia o Boto em relação à iminência que se difundia na trama de uma “revolução republicana” que teria por fim a deposição do Imperador. Paulo não tem receios de expor suas opiniões e, mesmo sendo um nacionalista faz-nos pensar que, para ele, a mudança de regime em nada alteraria a situação do país. Seria então, se fosse conveniente, republicano de última hora, mas sem que para isso fosse preciso “arriscar a pele”. Paulo Boto era personagem que falava verdades sobre o seu mundo e sobre o mundo daqueles que, na década de 1890, liam o romance *Boto & Cia*. Ele não tinha preferência política e dizia a todo o tempo tudo que pensava sobre as incongruências da realidade que o cercava. Mas, para ele, o “que estava feito, estava feito”, restava-lhe conviver da melhor forma possível com a realidade política brasileira, sendo que esta consistia, em última instância, numa política de conveniências pessoais.

Nitidamente, o Paulo Boto, de *Boto & Cia*, está muito mais preocupado com política do que Paulo Boto, de *O feiticeiro*. No primeiro romance, ele não perde uma oportunidade de lançar ácidos comentários ao governo. Não cansava de afirmar o quanto o país estava “desconcertado” e seus governos “desleixados”.⁴⁶ Com efeito, existe em *Boto & Cia* subsídios significativos para o estudo das questões políticas existentes entre o Império e a República, que foram excluídos da versão que se pode ler em *O feiticeiro*. Embora já tenham sido feitos estudos que tiveram como fonte a versão publicada em 1922, sobre temas como a

⁴⁴ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 213-214.

⁴⁵ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 213-214.

⁴⁶ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 278.

construção da ideia de baianidade e a realidade urbana da Salvador oitocentista,⁴⁷ a primeira versão do romance é bastante significativa, se a proposta for realizar um estudo sobre as mudanças, permanências e as mazelas políticas e sociais do Brasil dos fins do Século XIX, com ênfase – é claro –, para a realidade baiana.

Mas nos voltemos ao que interessa tratar nesse estudo. O personagem Boto de *O feiticeiro* está mais preocupado em alcovitar a vida amorosa de seus amigos e é Ogã ativo no terreiro de Tio Elesbão. O Boto de *Boto & Cia* conhecia as religiões afrodescendentes por ter se envolvido com “amores” como a mulata Chica,⁴⁸ No passado foi iniciado, recebeu sua “paga” das negras sacerdotisas do terreiro, mas depois casa-se. O narrador nos informa que ele “andava arredio da negralhada”.⁴⁹ Não visitava mais o terreiro “ogã honorário”,⁵⁰ embora suas relações com Elesbão ainda fossem patentes e “cujos bons ofícios não se lhe recusariam, todavia em caso de profanações, dificuldades ou perseguições policiais”.⁵¹

É necessário que se ressalte que em ambas a versões, Paulo Boto também é personagem central no desfecho do amor entre Eulália e Amâncio. É ele quem usa suas influências no terreiro do Tio Elesbão para interceder em favor de Eulália, sua cunhada, em relação à querela entre esta e a filha de Dona Tomásia, pelo noivado com Amâncio. O caso havia parado no terreiro e Elesbão realizou feitiços para ambos os lados. Nesse caso, segundo o narrador era “Elesbão contra Elesbão, abarcando no circuito de interesses antagônicos da sua clientela”. O velho africano, porém, intencionava ficar do lado que mais lhe conviesse, sendo que antes exploraria a ambos.

A presença do feiticeiro em *Boto & Cia* não pode ser considerada uma novidade. No Século XIX, os sacerdotes africanos foram temas de outras obras literárias. Em “Majestades do oculto” Gabriela Sampaio argumenta que ao longo de todo o século XIX, especialmente nas suas últimas décadas, era flagrante a presença destes personagens em diversas obras da literatura brasileira, bem como a importância que assumiam nas mais variadas tramas. Tais obras literárias foram escritas ou ambientadas em momentos de profundas transformações sociais no Brasil, como o fim da escravidão e as discussões sobre diferentes projetos de nação,

⁴⁷ Vide estudos de SENNA JUNIOR. Gilberto F. E a modernidade toma a cena: Xavier Marques e as imagens de uma nova Bahia. In *Do banguê às avenidas: Xavier Marques e a identidade baiana na Primeira República*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2011; e SEPÚLVEDA. Cecília de Alencar Serra e. Definindo a modernidade através do urbano: Salvador na passagem do séc. XIX para o XX segundo a perspectiva do romance “o feiticeiro” de Xavier Marques. Mestrado em Ciências Sociais, Salvador: 2006.

⁴⁸ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 41

⁴⁹ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 46.

⁵⁰ Conforme termo usado pelo próprio narrador. MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 46.

⁵¹ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. pp. 312-314.

em jogo para diversos setores sociais. Ao recuperar elementos do contexto em que foram escritas as obras e as posições políticas de seus autores, podemos voltar aos textos e esmiuçar os significados que a imagem de um feiticheiro negro podia adquirir naquele universo. A autora analisa, inclusive, o personagem Tio Elesbão, de Xavier Marques.⁵²

Com efeito, a incidência destas figuras em obras literárias aponta para a sua atuação na sociedade brasileira oitocentista.⁵³ Contudo, vale lembrar que o Tio Elesbão de *Boto & Cia*, apesar de ser considerado pelo narrador como um “pontífice-rei destronado por um navio negreiro”⁵⁴, é bem menos poderoso do que o mesmo personagem em *O feiticheiro*. Na segunda versão da trama, o sacerdote africano é tanto mais poderoso, quanto mais monstruoso, embora igualmente astuto, conforme veremos no decorrer desse capítulo.

Um Tio Elesbão superpoderoso e um Paulo Boto reconvertido ao candomblé não foram as únicas mudanças que podemos perceber ao ler as duas obras. Além disso, o autor excluiu alguns personagens e modificou o perfil de outros. Foi o caso de Rosa, mulher de Paulo Boto. Quem já leu *O feiticheiro* não se lembraria desse nome, pois em sua segunda versão ela mudou de nome e se tornou Branca. Pessoa lúcida que a certa altura da história percebe a origem do poder do feiticheiro sobre as pessoas, recebendo uma espécie de vacina contra o pavor e o medo que estão no cerne do seu governo. Josefa, mestiça mãe de Pomba também ganha destaque e, junto com a filha, é responsável pela entrada das mulheres da família Boto nos domínios da feitiçaria de Elesbão.

Contudo, ninguém ganha mais poderes do que o narrador da história. Onisciente e intruso, ele passa a criticar com bem mais ênfase a salubridade da cidade e o comportamento dos personagens, sobretudo na crença dos brancos nas superstições do africano. Diria até que o narrador de *O feiticheiro* leu a fio a obra de Nina Rodrigues, enquanto o narrador de *Boto & Cia* leu Silvio Romero. Explico: a abordagem etnográfica pretensamente científica do *O feiticheiro* revela um domínio muito maior das nomenclaturas, dos rituais e das divindades do candomblé do que nos conta o narrador de *Boto & Cia*. As ideias defendidas por Nina

⁵² Gabriela Sampaio apresenta uma análise de feiticheiros presentes em quatro romances: *As vítimas Algozes* (1969), de Joaquim Manoel Macedo, *O tronco do ipê* (1871), de José de Alencar, *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro e *O feiticheiro - Boto & Cia* (1897), de Xavier Marques.

⁵³ Ver por exemplo SAMPAIO, Gabriela dos Reis, “A história do feiticheiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial”, tese de doutorado, Unicamp, 2000; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; REIS, J. J. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 Luiz Alberto Couceiro, *Pai Gavião e a Coroa da Salvação: crença e acusações de feitiçaria no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Antropologia, IFCS/UFRJ, 2004.

⁵⁴ MARQUES, Xavier. *Boto & Cia*. Tip. e Enc. Empresa Editora. Salvador. 1897. p. 278.

Rodrigues ressoaram não só nas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia, como também se popularizou nos primeiros anos do Século XX entre os demais homens de letras, muitos jornalistas e políticos como Xavier Marques.⁵⁵

Em *O feiticeiro* são inseridos vários capítulos onde o narrador fica livre para descrever as práticas religiosas dos negros com riqueza de detalhes para depois estereotipá-las de supersticiosas e fetichistas, como se pode ler, por exemplo, na cerimônia de iniciação de Belmira, no terreiro de Tio Elesbão. O narrador apresenta o transe das negras, a aparição de entidades divinas do candomblé, descrevendo detalhadamente as características das entidades, além de detalhar até mesmo as cores das indumentárias utilizadas pelos crentes.⁵⁶ No entanto, sua descrição se dá bem ao estilo do que fizera Nina Rodrigues em o *Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*.⁵⁷ Essa relação foi percebida por um dos contemporâneos de Xavier Marques, o historiador João Ribeiro. Num artigo intitulado “Raça Negra” o autor discute a necessidade de realização de estudos sobre as culturas africanas “transplantadas para o Brasil”. Segundo ele:

Temos pouca coisa digna de nota nos estudos da raça africana: os trabalhos de Nina Rodrigues, Manuel Querino e indiretamente tudo o quanto se resume na literatura. E sob esse aspecto lembro-me do **romance, *O feiticeiro*, de Xavier Marques**, que é indiretamente **uma contribuição valiosa para o estudo de costumes e superstições que ainda** contaminam a raça branca.⁵⁸ [Negrito meu]

Nina Rodrigues em seus estudos, forneceu os ingredientes necessários para a construção de um discurso negativo, especialmente sobre a religião afro-brasileira, e sobre as práticas mágicas e de cura populares desenvolvidas dentro e fora dos terreiros de Candomblé. Suas obras eram constantemente utilizadas como referência para esses assuntos nas teses,

⁵⁵ PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. Práticas mágicas e cultura popular na Bahia. (1890-1940). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, 1999. Capítulo II; COSTA, Iraneidson Santos. A Bahia já deu régua e compasso. O Negro e o saber médico na Bahia. 1890/1940. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, mimeografado, 1997.

⁵⁶ Ver, por exemplo, os capítulos IV, V, VI e VII, XX de *O feiticeiro* (1914/1922), todos esses inseridos na segunda versão da obra, descrevem as práticas religiosas do candomblé soteropolitano ao modo do narrador.

⁵⁷ O livro *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*, publicado na Revista Brasileira, no Rio de Janeiro, em 1896 e depois traduzido para francês na Bahia, em 1900, mereceu resenha elogiosa de Marcel Mauss, publicada em Paris, em 1902 (MAUSS, Marcel. Nina Rodrigues, L'animisme fetichiste des nègres de Bahia. In: L'Année Sociologique 1900-1901. Paris, Librairie Felix Alcan, p. 224-5. 1902.), onde foi considerado uma elegante monografia. Trata-se do livro fundador da etnografia do estudo das religiões afro-brasileiras, cujo modelo de estudos foi estabelecido por Nina Rodrigues no século XIX. Animismo fetichista é a expressão, hoje preconceituosa, pela qual no século XIX, eram conhecidas as religiões dos chamados povos primitivos, hoje superada, juntamente com outros conceitos como o de totemismo. (FERRETTI, SF. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. In: Cadernos de Pesquisa. UFMA, 10: 19-28.1999).

⁵⁸ RIBEIRO, João. Raça negra. In: Suplemento Literário de A manha, Rio de Janeiro. 19 de setembro de 1944.

artigos de jornal, revistas, etc.⁵⁹ Nesse prisma, a relação entre a obra “científica” de Nina Rodrigues e *O feiticeiro*, de Marques feita por João Ribeiro, como podemos perceber, não é arbitrária. Tratar-se-ia de uma espécie de recriação ficcional das teorias de Nina Rodrigues bem ao modo do narrador de Xavier Marques. Para Ribeiro, mesmo de forma “indireta”, uma referência a ser *O feiticeiro* uma obra de ficção, ele realiza uma “contribuição valiosa” aos estudos dos costumes e “superstições” que “ainda” “contaminam a raça branca”. A erudição na história revisitada de Boto pode se dever em parte aos anseios de seu autor em agradar a Academia Brasileira de Letras, Casa para a qual já havia se candidato derrotado e logo retornaria para um novo pleito em 1919, ocasião na qual foi eleito por unanimidade.

A sintonia de *O feiticeiro* com a etnografia sobre o negro, à moda Nina Rodrigues não passou despercebido pela análise de Arthur Ramos, responsável por republicar em texto do seu mestre, o já citado *O Animismo Fetichista dos negros baianos*, em 1935.⁶⁰ Repudiando qualquer explicação biologizante dos comportamentos sociais, faz a revisão crítica, ao mesmo tempo em que divulga a obra de Nina Rodrigues, o primeiro intelectual a fazer pesquisas acadêmicas sobre as populações negras, registrando hábitos, religião e doenças dos negros na Bahia, em finais do século XIX. Começa a abordagem dos problemas da sociedade brasileira pelos efeitos da escravidão desestruturadora da cultura africana, acarretando efeitos desarticuladores, cultural e psiquicamente sobre os escravos recém-chegados ao Brasil e seus descendentes, constitutivos de importante segmento da população brasileira.⁶¹

Discutindo os mesmos elementos étnicos, Ramos se deterá no estudo dos “efeitos” da escravidão sobre escravos e escravizadores, dedicando-se, ao longo de 25 anos, até sua morte, a uma revisão contínua e metódica de seus próprios paradigmas de análise, afirmando, desde esse primeiro livro sobre o negro brasileiro, a provisoriidade do conhecimento científico e a necessidade contínua de pesquisas para o aprofundamento ou revisão das conclusões. Anuncia esse livro como o primeiro de uma série que escreveria sobre o problema racial no Brasil e na América.

Em *O Negro Brasileiro: Etnografia Religiosa e Psicanálise* (1934),⁶² Ramos discute a formação da sociedade brasileira, a partir de sua constituição étnica, apontando a contribuição

⁵⁹ PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. Práticas mágicas e cultura popular na Bahia. (1890-1940). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, 1999. p. 72.

⁶⁰ RODRIGUES, Raimundo. Fetichista dos Negros Baianos, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1935 (Com notas de Arthur Ramos).

⁶¹ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Arthur Ramos e a Mestiçagem no Brasil: memória da Ciência nas Primeiras décadas do Século XX. Encontro da ANPUH, Sessão Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: rj.anpuh.org/.../rj/.../Luitgarde%20Oliveira%20Cavalcanti%20Barros.doc. acesso em 05 de junho de 2013.

⁶² RAMOS, Artur O negro brasileiro. São Paulo. Ed. Nacional, [1934],1940.

dos grupos negros à nossa cultura, tanto quanto sua presença na mestiçagem que nos caracteriza, precisando o conceito de sincretismo religioso. Nesta obra, o autor cita como referência analítica sobre religiosidade afrodescendente na Bahia o romance do “festejado” escritor e acadêmico Xavier Marques, uma cena de “batucajé fetichista” que vale a pena retranscrever:

No meio da sala, duas a princípio, depois cinco, oito, dez, já dançavam e pinchavam, o tronco e as ancas num balanço uniforme sobre os jarretes, os braços ora estendidos, ora em gancho, governados pela mesma cadência, achatando num vaivém contínuo, com os cotovelos grossos as ilhargas das camisas. Em breve o jogo dos braços variou. Roliços e magros, escuros e pardos, os braços iam caindo ao longo das saias, estirando-se para frente e erguendo os punhos em figa. Tornaram-se mais leves, mais ágeis e flexíveis; pareciam deslocar-se e cansar sozinhos, no ar, mutilados dos corpos, **semelhantes a jiboias aladas**. As cabeças também dançavam num balouço que pressagiava o esvaecer da vertigem. Empinavam-se, descaíam sobre as nuças, pendiam para os colos, oscilavam como pêndulos, como jogos novos de fisionomia, todas, porém, transfiguradas na mesma **expressão de feitiço**. A mesma luz raiava dos olhos de topázio. Do mesmo álcool provaram os lábios esbranquiçados, os lábios de carne cozida, os lábios grossos, sucosos, roxos como jenipapo. Latejavam, suavam os **narizes batidos, de asas duras e concheadas**, os narizes rombos e nodosos, as faces de lustrina, as faces afumadas, as gordas e as redondas, as longas e angulosas.
-Tunc-tunc-tunc!...

Cruel despotismo, látego inexorável que mal consentia respirar às sacerdotisas da Terpsícore negra! Batiam os tabaques reforçados sempre pelo rascar das cabaças. Da baixada pantanosa subia e espraiava a melopeia enervante, no tom e no compasso em que rugiria ainda longos dias e noites a fio. Sem lhes dar mais tempo nem repouso, parte a esgalgada filha do terreiro no balanço exaustivo, aos **golpes ferinos** do ogã e ao tunc-tunc dos tabaques, em volta dos quais revolucionam as cabaças. Reaparece a tremelga viscosa, convulsiva, a tresfolegar. **Daí a pouco já não é figura humana**; é uma harpia, uma gorgona, perseguida por um dardo secreto. Treme e tressua, ruma e devora com as ventas úmidas, o ar **saturado de catinga e bafos de álcool**. Braços e tronco, pernas e cabeça agitam-se-lhe em trepidações de calafrio. [...]

Elesbão está fechado e profundo, acompanhando no interior da própria alma, como em um espelho, os progressos dessa divina alienação. Os tocadores entram a mexer-se no banco, pressentindo a iminência de um desfecho.

E tangem a atordoar, tangem a ensurdecer. **Apodera-se do monstro um delírio muscular**. Todos os membros lhe estrebucham. Dos pés ligeiros ao dócil cangote, mordem-na invisíveis maribondos de fogo. As **crinas sacodem** furiosamente o ar. Da garganta rompe-lhe um brado estertoroso:

-Oxum!...

Dilatam-se-lhe ainda mais as asas do nariz borrachudo. Crispa-se-lhe a face. Vê-se-lhe o arquejar doloroso do peito.

Nesse transe, pula do seu assento o pai Elesbão, e como algoz inexorável entra a bater-lhe em torno da cabeça e junto às orelhas a dupla **campânula do "agô" que torna mais infernal a confusão**.

O terreiro em peso fica suspenso na expectativa da queda. **A filha eleita dos orixás vai enlouquecer ou morrer?...**

Ei-la em disparada, num frenesi de energúmena. É de balde que o ritmo atroante do batuque tenta regar-lhe os movimentos.

- Orá-iê-iê! - chamam todos em delírio. Ela revolteia, dá um último pinote, empalidece e por fim baqueia, como fulminada por um raio de Xangô... ⁶³ [Grifos meus]

Embora a intenção do antropólogo em citar o romance de Marques fosse referenciá-lo em sua riqueza de detalhes quanto às práticas religiosas dos negros baianos, destaco aqui no sentido de pontuar o que venho afirmando nas páginas anteriores. O trecho considerado relevante por Arthur Ramos sintetiza as estratégias retóricas presentes em *O feiticeiro*: nesta passagem o narrador descreve uma cerimônia religiosa do candomblé que chama a atenção pela riqueza de detalhes da descrição peculiar aos romances, pois intenta levar o leitor a imaginar as cenas do culto. No entanto, no desenrolar da narrativa, percebe-se menções cuja finalidade é conduzir o leitor do romance à conclusão de que o candomblé é uma religião bárbara, diabólica e animalesca. Ao mencionar o consumo de álcool durante os cultos ele sugere a associação da prática religiosa com um costume que era considerado degradante pelos higienistas da Primeira República. A comparação dos participantes do culto com animais infere que suas práticas eram primitivas e incivilizadas. A descrição de cenas de “confusão infernal” coloca essa religião do lado diabólico de um imaginário religioso dominante, predominantemente católico.

Na releitura da história de Paulo Boto, que podemos ler em *O feiticeiro*, Marques usou de artifícios retóricos que inseriram a figura de um africano como síntese da cultura que deveria ser extinta na sociedade. Todos os outros personagens giram em torno do feiticeiro. Mestiços e brancos são serviçais da sua vontade e esta era imposta pela atmosfera do medo e do pavor gerada pelas crenças nas “superstições” oriundas do candomblé. Embora toda essa história esteja também presente em *Boto & Cia*, o que revela que a realidade racial baiana já era uma preocupação do escritor na nascente República brasileira, é evidente que na primeira obra, ele a relega ao segundo plano.

Em 1914, ano da publicação em forma de folhetim, Marques já tinha ouvido várias opiniões sobre a obra, revisitando-a num contexto histórico cujos problemas e questões da sociedade que estavam em destaque provocaram uma releitura da sociedade baiana retratada na obra sob o viés das experiências vividas naquele momento. Entre 1912 e 1916, Marques integrava o grupo político que governava a Bahia naquele momento chefiado por J. J. Seabra. Nesse momento, a cidade viveu um significativo período de modernização. Segundo Rinaldo

⁶³ Xavier Marques, *O Feiticeiro*, 1922, pag. 55 e sgs. Apud RAMOS, Artur *O negro brasileiro*. São Paulo. Ed. Nacional, [1934]1940. pp. 228-230.

Leite, a dimensão das obras realizadas nesse período causaram impactos jamais vistos. O processo de modernização liderado pelo Seabrismo⁶⁴ representava a realização dos intentos das elites locais em seus anseios de europeizar a cidade de Salvador. Leite reitera que tais classes dirigentes pensavam implantar em Salvador o mesmo que as elites cariocas desejavam implantar no Rio de Janeiro de Pereira Passos, anos antes: uma espécie de cidade europeia nos trópicos.⁶⁵

A República foi um momento de mudanças estruturais na sociedade brasileira. No sul do país, reformas urbanas foram desenvolvidas e vários governantes puseram em prática projetos de modernização social com o objetivo de “civilizar” as cidades e a própria população. O modelo era o europeu e visava constituir uma sociedade dentro dos padrões de higiene, saneamento e moralização próprios de sociedades cujo desenvolvimento de tecnologias e de infraestrutura urbana já havia sido propostos há muitas décadas.⁶⁶

Nesse período observaram-se intervenções na capital da Bahia no sentido de buscar alterar a paisagem física e estética da cidade (a remodelação urbana), a higienização dos espaços, a introdução de tecnologias modernas, a regulamentação e organização da vida urbana, a moralização dos costumes, a aquisição de hábitos cultos, a prestação de assistência pública.⁶⁷ A modernização da cidade do Salvador, nos inícios do século XX, não era um fenômeno isolado. O novo regime republicano brasileiro permitiu que os governos regionais buscassem capitais e financiamento estrangeiros, possibilitando a transformação das principais cidades como Belém, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo, e nesta a cidade portuária de Santos, e Rio de Janeiro (1902-1906) que, como capital do Brasil, serviu de modelo às demais. Justamente o período dos fins do século XIX, e princípios do XX, foi o marco da intervenção massiva do Estado no espaço urbano. Isto significava a busca da ordem e do progresso, através do trabalho e harmonia estética, qualificativos de povo civilizado.⁶⁸

⁶⁴ Para um estudo sobre o Seabrismo na Bahia ver QUARESMA, Mônica dos Santos. O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999; e SARMENTO, Silvia Noronha. A raposa e a águia : J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador, 2009.

⁶⁵ LEITE, Rinaldo César. E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912-1916. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. p. 17.

⁶⁶ PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. Práticas mágicas e cultura popular na Bahia. (1890-1940). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, 1999. p. 23.

⁶⁷ LEITE, Rinaldo César. E a Bahia civiliza-se... p. 46.

⁶⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. J. J. Seabra e a reforma urbana de Salvador (Bahia-Brasil). In: 49º ICA - Congresso Internacional De Americanistas. Equador, 1997. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/49CAI/Flexor.htm>, acesso em 29 de maio de 2013.

Ao lado dos projetos de modernização da estrutura física da cidade do Salvador havia a intenção de “modernização” das relações culturais, baseada, inclusive, na tentativa de “desafricanização” da cidade.⁶⁹ O preconceito racial, constantemente reforçado e legitimado pelas elites e pela imprensa, em relação à presença dos afrodescendentes, reiterava a ideia de que estes eram os principais responsáveis pelo atraso, pela insalubridade e pela difusão de práticas culturais⁷⁰. Foi nesse contexto que Xavier Marques publicou *O feiticeiro*. Entretanto, existiam também nesse momento discussões raciais que foram travadas pela comunidade internacional.

O candomblé como outras manifestações da cultura afro-brasileira, incomodava boa parte dos setores letrados nas primeiras décadas da República. As perseguições aos terreiros de candomblé foram recorrentes e eram justificadas com base em denúncias de perturbação dos vizinhos e nos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890, que tratavam de prática ilegal da medicina, do charlatanismo e do curandeirismo. Em época de epidemias e endemias, o acesso aos especialistas médicos era ainda restrito, portanto recorria-se com facilidade aos boticários ou raizeiros, às rezadeiras, parteiras e cartomantes, e às mãos e pais de terreiro para a cura das moléstias e do espírito.⁷¹ No entanto, apesar de todos os esforços no sentido de combater as crenças nos poderes ocultos, o certo é que a sociedade republicana estava impregnada de práticas mágicas, independentemente da propaganda higienista, da República positivista ou racionalista com seus ideais civilizatórios.⁷²

As metáforas e tipos presentes em *O feiticeiro* sofreram influências não só da medicina racista de Nina Rodrigues e da política de modernização de Salvador intentada no Governo Seabra, mas também, num nível macro pelos discursos propalados no Primeiro Congresso Universal das Raças realizado em Londres, em 1911. O evento contou com João Batista Lacerda⁷³ como representante oficial do Brasil. Em seu discurso intitulado “Sobre os

⁶⁹ BACELAR, Jefferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

⁷⁰ SENNA JUNIOR, Gilberto F. *E a modernidade toma a cena: Xavier Marques e as imagens de uma nova Bahia*. In *Do banguê às avenidas: Xavier Marques e a identidade baiana na Primeira República*. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2011. p. 38.

⁷¹ PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. *Práticas mágicas e cultura popular na Bahia. (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, 1999. p. 38.

⁷² PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. *Práticas mágicas e cultura popular na Bahia*. p. 64.

⁷³ Entre 26 e 29 de julho de 1911 o Brasil participou, oficialmente, do Congresso Universal das Raças, realizado em Londres. Financiado pelo governo do marechal Hermes da Fonseca e apoiado cientificamente por seu assistente no Museu Nacional - o então jovem antropólogo Roquette-Pinto -, João Baptista de Lacerda (1846-1915) foi o cientista eleito para representar o país naquele evento. Intelectual de renome nacional, Lacerda formara-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, era autor de pesquisas na área de fisiologia e microbiologia, tendo exercido atividades de relevo durante sua carreira. Foi ministro da Agricultura e, no Museu

mestiços no Brasil”,⁷⁴ Lacerda apresentou o Brasil como um país mestiço em franco estágio de evolução e de progresso. O mestiço em seu discurso aparece como um tipo brasileiro transitório para uma raça branca e latinizada, enquanto a cultura africana como símbolo de atraso que já estava sendo superado pelo país. Sobre esse assunto Lacerda asseverou que:

É de propósito que nós citamos esses fatos [história da escravidão e do negro no Brasil], porque os julgamos precisamente muito importantes para explicar como os vícios do negro foram inoculados na raça branca e na mestiça. Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana, baixo sensualismo: tal é a triste herança que recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais; ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos.⁷⁵

Acredito que foi também sob esse solo que se estabeleceram as bases de *O feitiçeiro*. Digo também, pois a sociedade brasileira já tinha um histórico de racismo e também tinha já construções discursivas sobre o tema em questão, a exemplo de Silvio Romero e Nina Rodrigues. Assim acredito que a ficção em Marques constituiu-se como um produto que metaforizou várias dessas ideias e discussões. A literatura, nesse prisma, repousa sobre a organização dessas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita. Devemos, pois, levar em conta um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade; e também a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, inclusive o próprio autor, e da posteridade que ela suscita, determinando variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável.⁷⁶

Penso, portanto, que Marques, – assim como Lacerda e tantos outros –, colocou em certa medida a questão do “problema” das “bárbaras” influências das crenças religiosas afrodescendentes no processo de “civilização” do Brasil como algo a ser resolvido, ou melhor, superado. Em outras palavras, se o romance retratou a forma com que os brancos estavam se

Nacional, chefe do Laboratório Experimental e subdiretor das seções de zoologia, antropologia e paleontologia. Boa parte de suas investigações resultou em artigos publicados na renomada Revista do Museu Nacional. Foi também diretor dessa instituição, além de presidente da Academia Nacional de Medicina. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. Fontes, v. 18, n.1, jan.-mar. 2011. p. 225-242).

⁷⁴ LACERDA, João Batista. Sobre os mestiços no Brasil, 1911. Fontes, v. 18, n.1, jan.-mar. 2011. p. 225-242. Com comentário de Lilia Moritz Schwarcz.

⁷⁵ LACERDA, João Batista. Sobre os mestiços no Brasil, 1911. Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. Fontes, v. 18, n.1, jan.-mar. 2011. p. 225-242. P. 236-237.

⁷⁶ CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. Coleção Ensaio. Vol. 3. 2ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1967. p. 195.

deixando “contaminar” foi porque esse problema existiu de fato, pelo menos na concepção do autor e do seu grupo de leitores ideais.

Interessante é que o autor demarcou a mudança de foco da sua história nos próprios títulos das duas versões: em *Boto & Cia*, a centralidade está na vida da classe média representada nos personagens Paulo e Boto e “companhia”, ou seja, sua família e amigos. Em *O feiticeiro*, o Pai de Santo Tio Elesbão ocupa o centro da narrativa. O Tio Elesbão de *Boto & Cia* é bem menos poderoso do que o mesmo personagem de *O feiticeiro*. Embora esteja presente corporeamente em poucos capítulos o seu espectro ronda o imaginário de todos os personagens, inclusive do narrador, que não perde uma oportunidade de tecer considerações ferinamente racistas a seu respeito. Nesse sentido, como veremos, ele influencia comportamentos e atitudes, dentro da narrativa, através da imposição do medo e do pavor dos feitiços e suas possíveis consequências. Com efeito, em *O feiticeiro* foi estabelecido “o governo do feiticeiro”. Ele, contudo, precisava ser desfeito, pelo menos na opinião do narrador, do autor que o recriou e do seu grupo social.

1.2 Bem o tipo do Tio Elesbão: A história do Dr. Nogueira

Assim pensei em buscar subsídios para verificar se os discursos mencionados por Marques e Lacerda ecoaram também nas relações e práticas sociais na Bahia da década de 1910. Comecei investigando no mesmo jornal em que foi publicado o folhetim *O feiticeiro*, se havia alguma notícia relacionada com a inserção das religiões afro-brasileiras na sociedade baiana. Vejamos então o que *A notícia*, noticiou em 23 de setembro de 1914:

Já não é a primeira vez que a imprensa chama a atenção das autoridades competentes para a prática africana do candomblé, que já se deveria ter proibido de uma vez. [...] Apelando para o prestígio de sua autoridade temos toda a confiança que o Sr. Osório saberá reprimir com a sua habitual energia o maldito e ruidoso candomblé de que tanto se queixam os que ali residem.⁷⁷

Essa nota é interessante porque foi publicada no mesmo jornal em que *O feiticeiro* foi publicado, justamente três dias após o capítulo de abertura do folhetim. Nela está expressa uma representação sobre o candomblé que era comum ver noticiada nos jornais brasileiros, em especial, nos jornais baianos durante a Primeira República. O tom pachorrento das

⁷⁷ ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria: na solidão da noite”. *A notícia*, 22 de setembro de 1914.

palavras do articulista é semelhante ao do narrador de *O feiticeiro*. O narrador da trama sempre onisciente e intruso não perde uma chance de emitir opiniões negativas e depreciativas sobre o candomblé. Contudo, antes de tratar do narrador da novela de Marques, gostaria de mencionar outro narrador. Esse também jornalista de *A notícia* levou às páginas do periódico o caso do Dr. Nogueira, outro feiticeiro que estava a fazer fama entre os soteropolitanos na mesma época em que se veiculava o romance de que estamos tratando aqui.

Dr. Nogueira foi apresentado aos leitores de *A notícia* com a sugestiva e tendenciosa manchete: “Nos domínios da Feitiçaria: *A notícia* descobre, vê e ouve um grande feiticeiro, doutor Nogueira, O deus da terra”.⁷⁸ O jornalista narra a história em primeira pessoa como se fora um romance ou crônica. O vulto “negro” e aterrorizante aproximou-se dele naquela sombria noite: “era um homem de boa estatura, face corada, nariz pequenino e chato, marcado por cicatrizes antigas, bigodes grisalhos, de fios longos, a boca rasgada, os dentes talhos, velhos e sujos”.

Semelhantemente, imagens de feiticeiros na literatura têm sido representadas de forma animalesca e selvagem. Sobre isso, Gabriela Sampaio afirma que a descrição do “malvado feiticeiro” abusa de elementos que aproximam o negro de um animal feroz, com dentes caninos pontudos e ameaçadores, braços longos como os de um macaco. Esta era uma maneira que se ia tornando usual entre os intelectuais adeptos do racismo científico, a partir da segunda metade do século XIX, de classificar a raça negra, que teria muitas semelhanças com os macacos, abaixo do homem branco na escala de evolução.⁷⁹ Segundo Gabriela Sampaio, Tio Elesbão embora tivesse “figura atlética e prelatícia”, o feiticeiro de Marques também tinha olhos “meio ictéricos” e, em cada uma das “façoilas cor de polme de café” tinha um “gilvaz oblíquo e lustroso”, isto é, uma cicatriz feia em cada face negra, larga e grosseira. Elesbão, segundo Albuquerque, é narrado como um indivíduo de feições assombrosas, peculiares às representações dos velhos africanos descritos por Nina Rodrigues, Manoel Querino e Edson Carneiro.⁸⁰ Embora tivesse sido chefe em sua terra natal e dessa experiência tivesse tomado bastante proveito em terras brasileiras, Elesbão, carregava em si o estigma da escravidão,⁸¹ algo que o narrador do caso do Dr. Nogueira parece insinuar também.

⁷⁸ ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria: na solidão da noite”. *A notícia*, 22 de setembro de 1914.

⁷⁹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Majestades do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos no Brasil*. In: BELLINI, Lígia. SOUZA, George Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org.). *Ensaio de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV - XXI*. 1ª ed. Salvador, BA: EDUFBA e Corrupio, 2006, v. 1, p. 252.

⁸⁰ Albuquerque, Wlamyra Ribeiro de. *Esperanças de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia (1887-1910)*. In *Revista de Estudos Afro-asiáticos*. vol.24, no. 2, Rio de Janeiro 2002. p. 239.

⁸¹ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. (3ª ed.). São Paulo, GRD. 1975. p. 33.

Após passar o “susto” com o jeito “monstruoso” do feiticeiro, o jornalista que narra o caso do Doutor Nogueira afirmou que o homem queria apenas um cigarro e que estava ali porque à noite “saía para os despachos”. O diálogo que se seguiu vale transcrever:

- Mas o que o trouxe aqui a essas horas? [perguntou o jornalista].
- Amores, meu rapaz, amores... [respondeu Dr. Nogueira]
- Ilícitos?
- Ilícitos. Um marido que tem uma amante. A esposa mandou chamar-me, há dias contou-me o caso. Estou agindo.
- Mora nesta praça o casal?
- Mora no [bairro do] Canela.
- Alta aristocracia. Rende-me... 1.000.000 a cura do adúltero...
- Quem é?
- Não posso lhe dizer. Adeus meus rapaz. ⁸²

Não pude mais uma vez deixar de pensar nas moças retratadas no romance *O feiticeiro*, de Xavier Marques. No romance, tanto Eulália quanto a mãe da sua rival, D. Tomásia, trocam “coisas feitas” para disputar o noivado com Amâncio. Tudo realizado sob os auspícios de Tio Elesbão, sacerdote africano que manipula a tudo e a todos com suas práticas mágicas e seus ardilosos estratagemas. Foi ele que fazendo jogo duplo fez feitiços para que as duas moças que disputavam o casamento com Amâncio Nery conseguissem êxito em suas intenções. Contudo, o velho africano consegue envolvê-las numa trama cujo único objetivo era conseguir vantagens para ele mesmo. Casos de moças que procuravam sacerdotes para tentar garantir um bom casamento pareciam ser algo ocorrente. O *Diário de notícias* também comentou esse tema em 1911, afirmando que “moças seduzidas pelos conselhos destes malditos sacerdotes entregam a sua *puçilage* [virgindade] a quem se lhe indicar na mesma casa do candomblé [...]”. ⁸³ Xavier Marques, por certo, lia artigos como esses. Tais informações podem ter se constituído uma fonte de inspiração para que ele inventasse a trama de *O feiticeiro*.

Mas acredito que vale a pena seguir a história do Doutor Nogueira até o seu desfecho, pois vejo nesse caso que houve ainda mais similitudes entre realidade e ficção. Antes de sair, o jornalista perguntou se podia procurá-lo noutra momento para saber da sua “ciência, de seus milagres, uma propaganda que queria fazer” da pessoa do feiticeiro, em *A notícia*. O homem retrucou que não era necessário, mas depois sob a insistência, voltou atrás. O depoimento do Dr. Nogueira foi publicado na edição seguinte do jornal, 23 de setembro, curiosamente no

⁸² ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria II: Ouvindo o feiticeiro”. A notícia, 23 de setembro de 1914.

⁸³ “Fetichismo e africanismo”. Diário de Notícias, 18/09/1911. p. 01.

mesma edição em que foi apresentada a publicação do folhetim *O feiticeiro*, de Xavier Marques. O encontro com o Dr. Nogueira ocorreu das 10 às 13 horas, na farmácia à direita da escola, na Rua da Sé. Alvino, – pseudônimo que o jornalista passou a usar –, relatou que era doutor em medicina e cirurgia, lhe mostrou a “carta que obteve em Lisboa, após três anos de estudos e de pratica no Hospital Real de São José e era doutor em ciências ocultas, formado na África, em Luanda”.



Figura 3 - O Dr Nogueira e o jornalista "Alvino".
Fonte: BN. A notícia, 23 de setembro de 1914.

O Dr. Nogueira segurava um livro que contava estar usando para estudar um caso de um cliente. Tratava-se de certo *Livro de São Cipriano, ou o Tesouro do feiticeiro*,⁸⁴ “novíssima” edição. O jornalista folheou a obra com a permissão do Dr. Nogueira e percebeu que continha orientações como “receita para ganhar um jogo”, “receita para voltar à terra natal rico e feliz” Segundo o narrador jornalista, o doutor Nogueira de fato trazia

⁸⁴ O Livro de São Cipriano é um grimório publicado em diversos países, inclusive no Brasil, que contém diversos rituais de ocultismo, mais especificamente magias (branca e negra), com múltiplas finalidades, inclusive para o cotidiano. A lenda de São Cipriano, o feiticeiro, confunde-se com São Cipriano de Cartago, santificado pela Igreja Católica, conhecido como o Papa Africano. Foi um homem que dedicou boa parte de sua vida ao estudo das ciências ocultas. Num aspecto geral, encontram-se instruções aos religiosos para tratar de uma moléstia, além de cartomancia, esconjurações e exorcismos. Além dos rituais de como obter um pacto com o demônio, como desmanchar um casamento e da caveira iluminada com velas de sebo. (Ver: CASTANHO, Arlindo José Nicau. A construção da imagem do Fausto, de Cipriano de Antioquia a Fernando Pessoa. Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/artifara/rivista1/testi/Fausto.asp>, acesso em 23 de maio de 2013).

documentação comprobatória do que dizia e tinha no dedo um anel triangular, vermelho, “o anel de doutor em ciências ocultas”.

Nogueira afirmou que estava na Bahia há seis meses realizando “prodígios e curas”. Dizia o homem que não “cobrava nada, apenas o que me dão”. Ao ser indagado se atendia apenas “gente do povo”, relatou com orgulho: “Tenho dado consultas a gente da alta aristocracia, mulheres de funcionários, de bacharéis e até de médicos. Residentes em bairros como a Barra e a Graça”.⁸⁵ Não podia, porém, citar nomes, terminando novamente a conversa, após ficar apreensivo. Parece que os relatos do Doutor Nogueira não eram únicos em Salvador. Em 1911, o *Diário de Notícias* relatava participações de pessoas de perfis semelhantes aos que se referiu o Doutor Nogueira. Relata ainda que alguns terreiros soteropolitanos ostentavam “médicos, policiais, professores que se julgam honrados com o título de *ogãs* protetores nas ocasiões como cercos policiais e diligências”.⁸⁶ O jornal ainda intitula de “ignorantes” e “corruptos” crentes nos “fetiches africanistas”.

Podemos perceber que o candomblé na Bahia não era apenas coisa apenas de africanos e afrodescendentes. Assim compreendemos porque Xavier Marques ficcionaliza esse tema em *O feiticeiro*. Tratava-se de uma crítica a esse tipo de comportamento por parte dos indivíduos de classes mais abastadas. Indivíduos como estes estão devidamente representados no personagem Paulo Boto. Comerciante, membro da classe média soteropolitana, o boto é um tipo desses corruptos brancos que cediam ao “fetichismo”⁸⁷ das religiões africanas, chegando a ponto de comparar o cristianismo com o candomblé. Algo que ao leitor de hoje pode parecer um elogio à diversidade religiosa, na verdade era uma crítica feita pelo criador da história para demonstrar a situação degradante dos brancos da “boa sociedade” ante a proliferação das “supertições bárbaras” dos africanos.

Em 24 de setembro de 1914 divulgou-se em *A notícia* outra entrevista com o “Dr. Nogueira, Deus da terra”. Desta vez, o jornalista quis saber sobre o material usado por ele em suas práticas mágicas. “- Aqui está parte do meu arsenal científico: o talismã da vida, a faca mágica e as cartas de diâmetro coberto com um pano dourado”.⁸⁸ Os dons ele adquiriu no curso em ciências ocultas que recebeu na África onde se deixou por eles “martirizar para

⁸⁵ “Nos domínios da feitiçaria II: Ouvindo o feiticeiro”. A notícia, 23 de setembro de 1914.

⁸⁶ “Fetichismo e africanismo”. *Diário de Notícias*, 18/09/1911. p. 01.

⁸⁷ Para designar a aberração dos negros da Costa da Guiné e para dissimular o mal-entendido, os portugueses (muito católicos, exploradores, conquistadores, até mesmo mercadores de escravos) teriam utilizado o adjetivo feitiço, originário de feito, particípio passado do verbo fazer, forma, figura, configuração, mas também artificial, fabricado, e por fim, fascinado, encantado. (LATOURE, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Trad. Sandra Moreira. Bauru; São Paulo, EDUSC, 2002, p. 16).

⁸⁸ ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria II: a vida do Doutor Nogueira”. A notícia, 23 de setembro de 1914.

receber os dons e virtudes dos antigos”⁸⁹; foi lá que sofreu as marcas das cicatrizes que trazia no nariz. Como um “judeu errante” da África ele saiu para correr o mundo, nunca mais voltando a Portugal, sua terra natal.

Assim como o Elesbão da trama de Marques, Doutor Nogueira transitava muito bem entre as classes abastadas da sociedade e tinha um discurso cujo fim era impressioná-los. Muito falastrão, Doutor Nogueira explicou que já tinha atendido até ministros e que uma vez, no Rio de Janeiro, o literato João do Rio tinha escrito um poema sobre ele. Na Bahia, estava a fazer sucesso, mesmo com a oposição do Dr. Pinto de Carvalho, Diretor de Saúde Pública. Mesmo assim, em cinco meses atendeu centenas de pessoas que estavam a receber suas “determinações”. “- Agora mesmo estou com dois casos importantíssimos de pessoas altamente colocadas. Um capitalista e um médico residente na Graça”,⁹⁰ asseverou o Doutor Nogueira. Novamente encerrou a conversa sem mencionar nomes.



Figura 4 - Consultório do Dr. Nogueira.
Fonte: BN, A notícia, 23 de setembro de 1914.

Em 12 de outubro, procurado novamente pelo jornal, Nogueira explicou que estava agora atendendo na Rua do Paço, numa espaçosa e bem decorada sala, local que recebeu de

⁸⁹ ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria II: a vida do Doutor Nogueira”. A notícia, 23 de setembro de 1914.

⁹⁰ ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria II: a vida do Doutor Nogueira”. A notícia, 23 de setembro de 1914.

“presente” de um paciente que recebeu a cura do fígado, após ser desenganado “pelos médicos da terra”. O narrador ainda nos conta ter presenciado umas moças que teriam recebido umas rezas do doutor Nogueira, pois afirmavam estar com “uma doença moral”. Sofriam de mal de amor. “- Amor é o diabo, amor é pior que moléstia”, replicou uma delas.⁹¹

No dia 14 de novembro de 1914, *A notícia* voltava pela última vez a falar do caso de Nogueira. Mas algo havia mudado. O artigo agora não figurava na primeira folha do pasquim e sim, nas páginas policiais. O jornalista agora não usava um pseudônimo para falar do caso, assinou o texto. Tratava-se de certo Jovino Maia. Revoltado, ele denunciava as falcatruas de Nogueira, um analfabeto que andava a enganar as “vítimas”, recebendo por isso numerosos presentes. Maia estampou também várias cartas onde os “pacientes” denunciavam as “explorações” e afirmavam que os despachos do feiticeiro eram de fato estratégias para ludibriá-los e que haviam sido enganados. Tudo isso sucedeu porque Doutor Nogueira publicou noutro jornal uma série de acusações contra Jovino Maia. Nogueira afirmava que o jornalista o havia chantageado, sob pena de publicar “más informações” sobre ele no jornal. Após a contenda, Maia passou a referir-se ao feiticeiro como um “mentiroso”, “analfabeto”, “facínora”. E, sobre a querela, relatou ainda:

Eis a ciências ocultas do trapaceiro e desbriado noqueira e, se eu quisesse narrar quanta miséria cheguei a presenciar, entre este cavalheiro de indústria e algumas de suas vitimas, creiam não havia papel nem tinta no mercado, que chegasse para o trabalho!

[...]

Ah! Miserável pústula social, o **último dos da tua raça**, bandido, crapuloso e cínico.

[...]

Os exmos. Srs. Drs. chefes da segurança pública e da saúde pública; aquele para mandar vigiá-lo quando estiver nas estradas desertas [...] este para fazer cessar o abuso desse meliante noqueira, para não se apresentar em público com um título falso de *dotô* em *ciências ocultas*, atacando secantes a torto e a direito, com um anel de latão de cinco tostões no dedo, prejudicando a saúde pública, com área de gente séria.⁹² [Negrito meu]

A história narrada por Jovino Maia mostra a representação que havia sobre aqueles que exerciam práticas consideradas mágicas. Interessante notar que Maia se mostra nas primeiras notas sobre o assunto sob o pseudônimo de “Alvino” e atua como uma espécie de narrador intruso de uma trama que ele parece construir a partir da atuação do Doutor

⁹¹ ALVINO. “Nos domínios da feitiçaria III: Uma visita ao consultório do Dr. Nogueira”. A notícia, 23 de setembro de 1914.

⁹² MAIA, Jovino. “Nos domínios da feitiçaria”. A notícia, 14 de novembro de 1914.

Nogueira. Percebe-se certa preocupação em detalhar a forma como eram feitos dos despachos. O interesse em registrar que pessoas da “aristocracia” também encomendavam os feitiços é algo que devemos mencionar. O fato de as práticas serem oriundas das “ciências ocultas” da África também denota africanização da sociedade, inclusive das moças que encomendavam “coisas feitas” para curar ou provocar “amores”.

Havia no interesse de Jovino em noticiar o caso Nogueira a mesma intenção de denunciar a participação da “boa sociedade” nas práticas “pagãs” que podemos ler na ficção de *O feiticeiro*. Da mesma maneira, o narrador dessa história usou os mesmos artifícios de retórica que o narrador de Xavier Marques: detalhamento das práticas supersticiosas, uso de linguagem pretensamente científica com a intenção de conferir maior crédito a sua narrativa e inserção de críticas subliminares e eufemismos onde desacreditava ou deslegitimava sutilmente a crença religiosa alheia.

Instigante também é a referência que Maia faz ao Doutor Nogueira afirmando que ela era um “pústula social, o **último dos da tua raça**”. Para Maia, o feiticeiro não passava de um tumor na sociedade que deveria ser extirpado. A afirmação seguinte provavelmente era uma referência às observâncias de Nina Rodrigues sobre a extinção dos antigos africanos na sociedade, conforme também noticiavam abertamente outros jornais do período: “a estatística feita pelo professor Nina Rodrigues mostra que poucas dezenas de africanos ainda podem existir nessa cidade, muitos já dementes pela senilidade”.⁹³

Da mesma maneira, *O feiticeiro*, de Xavier Marques, o Pai Elesbão manipula a credence das pessoas, realiza despachos e coisas feitas para destruir e construir amores. Aparece como uma espécie de “espectro demoníaco” a operar em toda a trama, a partir das “supertições” dos brancos. Mas ao fim, morre e com ele a dinastia dos últimos sacerdotes africanos, pelo menos na metáfora que Marques constrói na trama folhetinesca. Na trama, assim como no caso Nogueira, o feiticeiro é personagem carregado de mistérios, narrados por alguém que procura detalhar muito bem as “suas artes mágicas”, para ao fim denunciar sua “charlatanice” e a forma como “explora” a “crendice” e as “supertições” de pessoas das mais variadas classes e etnias.

Com efeito, a discussão da inserção das práticas religiosas afro-brasileiras era um tema recorrente na Bahia da Primeira República, pois se chocava com as ideias civilizadoras e “científicas” ainda vigentes. Homens como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro

⁹³ “Fetichismo e africanismo”. Diário de Notícias, 18/09/1911. p. 01. Sobre a estatística realizada por Nina Rodrigues Ver: RODRIGUES, Raymundo Nina. Os últimos africanos: Nações pretas que se extinguem. In: Os africanos no Brasil. São Paulo: Madras, 2008. p. 109.

buscaram explicações para analisar a religião de origem africana no Brasil, especialmente na Bahia. Embora as pesquisas tendessem, com o tempo, a se tornar mais culturais e menos raciais. Meire Lúcia relata que até a década de 1930 a regra era buscar as formas de excluir a religião afra da sociedade baiana, rejeitando a tudo e a todos relacionados a ela. Todos os jornais que a autora pesquisou no período tinham discursos semelhantes: negavam as religiões afro e idealizavam uma “Bahia culta, cristão e patriótica”.⁹⁴ Desta forma, durante as décadas da Primeira República, na Bahia as elites entendiam que numa terra em que cresciam os adeptos do candomblé, era preciso civilizar desfrancando. Era preciso esquecer o passado e mirar o futuro.⁹⁵

O autor de *Jana & Joel* era jornalista e havia sido redator e colaborador de numerosos jornais na Bahia e pensava na mesma linha dos colegas de profissão, cujos textos foram estudados por Meire Reis. Talvez por isso exista certa semelhança entre as narrativas que os jornais publicavam e a forma com que o narrador de *O feiticeiro* conduz a trama. O narrador, onisciente e intruso descreve detalhadamente os ritos e práticas afro-religiosas, assim como fez Jovino Maia ao tentar romancear a história do Doutor Nogueira. Ambos os narradores são detalhistas e descrevem, ao modo deles, sempre de forma ácida, ferina e preconceituosa. Os artifícios visavam conduzir o leitor a interpretação racista acerca da cultura afrodescendente.

Arriscaria um palpite; na verdade, defenderia a ideia de que ambos os narradores dos feiticeiros apresentados aqui, tanto o da história que nos conta Jovino Maia, quanto o da ficção de Marques seriam ávidos leitores de Nina Rodrigues. Num texto publicado entre 1896 e 1897 – mesmo período da publicação de *Boto & Cia* –, intitulado “O animismo fetichista dos negros baianos”, Rodrigues descreve e analisa a influência das religiões africanas sobre a cultura baiana.

Nos dois primeiros capítulos do livro, “Zoologia fetichista dos negros baianos” e “Liturgia fetichista dos áfrico-baianos” sobressai o lado etnográfico da obra. São as descrições detalhadas dos locais de culto; dos rituais de iniciação; das danças dos orixás; das roupas usadas pelos filhos de santo; da ordem ritual; da observação das relações que os filhos de santo estabelecem com seus orixás; dos cargos hierárquicos que existem nos terreiros; do poder exercido pelos pais e mães de santo sobre seus “filhos” e do papel do ogã como mediador entre o terreiro e a sociedade, principalmente em relação aos órgãos repressores,

⁹⁴ REIS, Meire Lucia Alves. A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana. 1888-1937. 2000. 156f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2000.

⁹⁵ REIS, Meire, A cor da notícia, Apud. ROCHA, Rafael Rosa. O feiticeiro: representações da cultura negra em Xavier Marques. [TCC em História], Alagoinhas, 2012. p. 56

pois são os ogãs e suas influências junto a políticos e personagens eminentes da sociedade que vão negociar a licença para a realização do “toque”, ou impedir a destruição dos locais de culto pela polícia.⁹⁶

Desnecessário lembrar que Paulo Boto é o tipo específico do Ogã descrito por Nina Rodrigues, aliás, como vimos na prática, com o caso do Doutor Nogueira que relatei anteriormente. Paulo Boto é descrito como jovem casado de classe média, de origem portuguesa. Feito Ogã no terreiro do Pai Elesbão, serve de espécie de elo entre a casa do sacerdote e o mundo dos políticos e figurões da sociedade soteropolitana. Para o narrador ele pode ser muito bem definido como o branco “amigo do terreiro”.⁹⁷ O trecho do romance que apresento a seguir ilustra de forma precisa o assunto que estamos tratando:

Belmira retrocedeu da porta, lembrando-se de um recado da mãe do terreiro. Com a gente nova que estava governando a terra, tio Elesbão não andava tranquilo como dantes. Disseram-lhe que o subdelegado da freguesia tinha parado já duas vezes defronte da capela, acompanhado de guardas urbanos. Tio Elesbão carecia de garantias e mandava pedi-las ao seu branco, tanto para o peji como para o próximo candomblé na roça. [...]

- Eu vou falar com o subdelegado. Ainda há pouco eu estive com ele. Se soubesse... Mas vai; dize ao tio [Elesbão] que ninguém o incomodará, que não tenha receio, e que muito breve lhe entregará o preço de tua liberdade.⁹⁸

Noutro trecho, o narrador denuncia que Paulo Boto não era o único Ogã branco pertencente ao terreiro do Tio Elesbão. O narrador menciona que nas festas proporcionadas pelo feiticeiro “não eram poucos **os homens de cor limpa e cabelos lisos** que se agitavam em volta da casa, engravatados, metidos em lustrosos fatos engomados, com ares complacentes, quando ao de todo sérios”.⁹⁹ Paulo, em contrapartida “conheceu-os e falou a mais de um”. Eram ogãs como ele, mas ainda em “pleno exercício das suas funções”.¹⁰⁰

⁹⁶ BAKKE, Rachel Rua Baptista. O Médico Legista e o Etnógrafo: Uma análise comparativa de duas obras de Nina Rodrigues. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao8-artigos/177-o-medico-legista-e-o-etnografo-uma-analise-comparativa-de-duas-obras-de-nina-rodrigues>, acesso em 25/05/2013. Sobre Nina Rodrigues e o estudo das religiões afro-brasileiras ver RODRIGUES, Raimundo Nina. O animismo fetichista dos negros baianos. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006; FRY, Peter e MAGGIE, Ivone. “Apresentação”. In: Rodrigues, Raimundo Nina. O animismo fetichista dos negros baianos. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006; CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco. 2001; ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. Raimundo Nina Rodrigues e a Questão Racial Brasileira no Século XIX. In: Revista Margem Virtual. Disponível em: <http://www.ufpa.br/nupe/artigo9.htm>, acesso em 25/05/2013.

⁹⁷ MARQUES, Xavier. O Feiticeiro. (3ª ed.). São Paulo, GRD. 1975. p. 219

⁹⁸ MARQUES, Xavier. O Feiticeiro. p. 110-111.

⁹⁹ MARQUES, Xavier. O Feiticeiro. p. 33.

¹⁰⁰ MARQUES, Xavier. O Feiticeiro. p. 33-34.

Sempre onisciente e intruso, o narrador de *O feiticeiro* também não perde uma chance de apresentar as peculiaridades do culto “fetichista” presente no candomblé. São páginas e mais páginas sobre os cultos, os deuses, as oferendas, etc. O objetivo é mostrar ao leitor que tudo aquilo no fim das contas, além de bárbaro teria uma explicação “científica”: tratava-se apenas de mera superstição reforçada pela atemorização presente no imaginário popular e herdado do passado colonial e escravocrata brasileiro. Eis uma passagem que ilustra a posição do narrador de *O feiticeiro* no decorrer da trama. Nesse trecho, narra-se a iniciação da “endiabrada” negra Belmira no terreiro do Pai Elesbão, que contou com a presença de Paulo Boto e Amâncio Nery:

As artes da feitiçaria, a sua primitiva dignidade sacerdotal, o seu profundo conhecimento dos seres e objetos divinizáveis, de pedra, do osso, da cobra, da planta ou do búzio onde se podiam alojar os espíritos, grangearam-lhe desde logo a veneração e a vassalagem dos parceiros nagôs. Teve na cidade e fez capela na roça. Aí reinava e celebrava o pontífice africano, cercado de negros e mulatos, de caboclos e brancos.

[...]

Pela cor das vestes e dos enfeites que predominava na roda – saias brancas e contas amarelas – viu Paulo que era Oxum o santo do dia, a divina Oxum, esposa de Xangô, do Gênio que tropeja nas nuvens e lança as pedras de raio partículas da sua divindade.

Mas as outras filhas de Yemanjá, de Oxossi, de Iansã, de Ogum, de Orixá, de Omolu tinham vindo comungar a alegria do terreiro, todas com algum instinto de irmandade, estas adereçadas de contas vermelhas, aquelas de miçanga azul e transparente, outras combinando o branco marfim e o açafreão nos colos e braços tintos azeitonados.

[...]

Os olhos recolhidos e mórbidos das filhas do terreiro espevitavam-se e volveram enrilhados para as janelas onde estavam os Ogãs.

A pouco e pouco se faz um anjo de trevas. Na cabeça uma réstea de luz poente, transpassando o verdor da latada, vem iluminar-lhe o êxtase diabólico. [...] Só o ritmo dos atabaques e o canto das outras filhas de Oxum dirigem o fantasma. [...] A cabroeira alucinada grita, misturando, num sincretismo de língua bunda e língua de branco, aclamações fetichistas e vivas a “Sinhô do Bonfim”.¹⁰¹

Na descrição do culto que ocorreu no terreiro do “Merlim Africano”, numa das “colmeias africanas” da “populosa colônia nagô”¹⁰², são descritas ao longo dos capítulos seis e sete do romance. A onisciência do narrador acerca de uma terra que era “governada pelo feiticeiro” através dos artifícios do “ódio e do terror”, como denuncia Amâncio nas páginas seguintes, oferece ao leitor uma descrição “etnográfica” realizada a seu modo. Por isso mesmo, a conclusão a que se chega através das suas intervenções é a de que todos os

¹⁰¹ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 29-39.

¹⁰² MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 101.

personagens da trama estão “girando em torno do seu eixo”, tornando-se “almas submissas”, que vivem “embaixo da sua mão de ferro”.¹⁰³ Na verdade, o narrador cria uma atmosfera em torno da figura do Pai Elesbão que o coloca como um espectro, uma espécie de personificação do “fetichismo” africano que dominava a sociedade baiana, e que é ficcionalizada em *O feiticeiro*.

Com efeito, em nível de comparação, é lícito afirmar que o narrador de *O feiticeiro* tem a mesma constituição do narrador de *As voltas da estrada*, publicado também por Xavier Marques em 1930. Ambos constroem um discurso “por dentro” das peculiaridades do “inimigo” e o criticam a partir da constituição afirmações cuja finalidade principal é levar o leitor a sentir pavor e repulsa. No caso de *O feiticeiro*, o inimigo é a religião fetichista e animista dos africanos e seus descendentes. Em *As voltas da estrada*, os inimigos eram os antigos senhores de engenho que, corrompidos pela nefanda instituição, tornaram-se decadentes, um empecilho à evolução do Brasil. Nos dois casos, combate-se os entraves para a evolução da raça e do progresso da nação.

1.3 A [Re]publicação de *O feiticeiro* em 1922

Nas páginas a seguir, procuro perceber quais sentidos foram conferidos ao romance *O feiticeiro* quando da sua terceira publicação, em 1922. Até então, o romance havia sido publicado na íntegra na forma de folhetim apenas para os leitores baianos, visto que o jornal *A notícia* não era um periódico de grande circulação. O romance notabilizou Xavier Marques, como interprete dos estudos “etnográficos” e das relações raciais na Bahia e no Brasil. Nesse sentido, acredito que, tanto Xavier Marques, quanto seus colegas jornalistas, não concordariam totalmente com o comentário de João Ribeiro publicado em 1922, quando analisou o romance *O feiticeiro*:

A Bahia sem o feitiço seria o mesmo que a Bahia sem o catolicismo, um ente imperfeito e incompleto. Um dos encantos daquela terra é a dupla personalidade euro-africana toda feita de meiguice, devoção, força e misticismo. [...] Como quer que seja, as pessoas do nosso drama, ainda que quase todas, da nobre raça branca, pagam esse tributo da superstição lacrada de seu meio. Quando sobrevêm acidentes, desgostos, ausências inexplicáveis, amores fugitivos ou desdenhosos, não há remédio senão recorrer ao feitiço, às casas da fortuna, aos infectos e

¹⁰³ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 72-73.

lôbregos tempos africanos e aos seus grosseiros manipansos [sic] para achar um lenitivo e esperança ou para dar volta ao infortúnio;¹⁰⁴

O professor João Ribeiro (1860-1934) era da mesma geração de Xavier Marques. Assim como o romancista baiano nos tempos do Império foi republicano e abolicionista. Na República, assumiu a cátedra de história no Colégio Pedro II, compondo o seletto grupo que atuava nas principais instituições educacionais públicas e privadas. Imortal da Academia Brasileira de Letras – na mesma época em que Marques tornou-se imortal –, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi autor de livros de história utilizados em muitas dessas instituições, tais como *História do Brasil: Curso Superior* (1900), *História do Brasil: adaptada para o Ensino Primário e Secundário* (1901) e *Compêndio de história da literatura brasileira, história literária* (1909).¹⁰⁵ Utilizando o ensino de história como um fator homogeneizador da unidade nacional, Ribeiro utilizou o racismo científico para compreender a formação étnica brasileira. Assim como Marques, o autor também acreditava que uma raça mestiça branqueada genuinamente brasileira estaria se formando e esta seria a maior prova do processo de formação e consolidação da nação. Sugeriria para isso o povoamento contínuo de base europeia.¹⁰⁶

Ribeiro e Marques eram do mesmo grupo intelectual e frequentavam as mesmas instituições. Tinham opiniões mais ou menos parecidas, salvo a ambivalência dele quanto à cultura e a religiosidade baiana. Em seu comentário sobre *O feiticeiro*, o historiador sergipano considerou a mistura das práticas culturais importante para a formação de uma “baianidade”, compactuando com a visão de Xavier Marques, segundo a qual a mestiçagem era um traço importante da formação social, não obstante encarar que a “nobre raça branca, paga esse tributo da superstição lacrada de seu meio”. Com efeito, os argumentos de Ribeiro, autor da resenha, deixam claro, também, que o elemento religioso era encarado como uma superstição. Portanto, havia uma ambivalência no tratamento da cultura negra, tanto em João Ribeiro resenhando Marques, quanto no próprio literato itaparicano, que se materializou em um discurso dual, tanto de valorização (aparente), quanto de depreciação.¹⁰⁷

¹⁰⁴ RIBEIRO, João. Resenha de *O feiticeiro*. *O Democrata*. 20 de janeiro 1922, p. 1.

¹⁰⁵ GASPARELLO, Arlette Medeiros. Invenção e continuidade: a História do Brasil, de João Ribeiro. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História editorial, Rio de Janeiro, 2004.

¹⁰⁶ RIBEIRO, João. *História do Brasil, Adaptado ao ensino primário e secundário por João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho de Jacinto Ribeiro dos Santos, editor, 1900. p. 232-234.

¹⁰⁷ ROCHA, Rafael Rosa. *O feiticeiro: representações da cultura negra em Xavier Marques*. [TCC em História] Alagoinhas, 2012. p. 56

Marques certamente discordava de Ribeiro no que tange à constituição híbrida “euro-africana” da baianidade. Sua obra segue noutro sentido, pois critica os indivíduos que tinham essa postura. Seus artigos tinham a intenção justamente de demonstrar o contrário. Um exemplo claro disso é o texto dele sobre as tradições religiosas na Bahia. Para ele, a festa da lavagem do Senhor do Bonfim era uma das mais “vivazes” provas das tradições baianas tipicamente brasileiras, pois reunia as comunidades mais antigas da Bahia. Para ela vinham caravanas do Recôncavo ao São Francisco. Para Marques, essa festa era “injustamente” acusada de “africanismo” e “selvagismo”; era, na verdade, “como se vê em seus antecedentes, ou pelo menos seus precedentes, na velha e civilizada metrópole portuguesa”. Uma festa popular que movia para as ruas de São Salvador milhares de católicos e crentes fervorosos, a festa do Bonfim constituía-se, a seu ver, “na mais viva e eficaz prova do catolicismo mestiço baiano”.¹⁰⁸

Desta forma, o autor não nega as influências e a participação negra na festa do Bonfim, chamando-a de celebração do “catolicismo mestiço”, mas reafirma a proeminência das influências religiosas da “velha metrópole portuguesa”. A afirmação da prevalência das instituições portuguesas sobre as africanas era a forma de o autor defender mais uma vez que na formação racial brasileira o elemento branco prevaleceria sobre o negro, mesmo que isso demorasse séculos para acontecer. De qualquer forma, o que Marques coloca aqui é a defesa da religião católica frente aos “fetichismos advindos de África”. Para eles, assim como para muitos de seus contemporâneos, notadamente inferiores e bárbaros.

Leitura semelhante teve o imortal mineiro Augusto de Lima (1859-1934)¹⁰⁹ em resenha escrita para a *Revista da Bahia*, publicada em 1922:

Como verdadeiro psicólogo e conhecedor da nossa etnografia, o Sr Xavier Marques fere com mão firme o ponto mais íntimo da formação mental do povo brasileiro em religião. Este herdeiro do espírito e do profetismo peninsular do português, e do fetichismo tanto africano como aborígine das primeiras agremiações coloniais, não

¹⁰⁸ MARQUES, Xavier. “A Bahia” na Revista Luva, ano III, Salvador. 19 de fevereiro de 1928; MARQUES, Xavier. Tradições religiosas da Bahia. In: Suplemento Literário de D Amanhã, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1941.

¹⁰⁹ Antonio Augusto de Lima nasceu em Congonhas de Sabará, hoje, Nova Lima, MG, em 05 de abril de 1859 e morreu no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1934. Filho de José Severiano de Lima e de Maria Rita Deniz Barbosa. Jornalista, poeta, jurista, professor universitário e político. Em 1903 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e em 1928, eleito presidente. Deixou publicados Contemporâneos (1887), Símbolos (1892), Tiradentes (ópera musicada por Manuel Macedo) (1895), Laudas inéditas (1909), Noites de sábado (crônica, 1920), São Francisco de Assis (poema sacro, 1930). No periódico Tiradentes, n.14 de 1881, encontramos o poema de Augusto de Lima intitulado Nos Campos. Segundo os redatores da revista “Este poeta tornou-se admirável em poucos meses”. É o que se lê, logo abaixo do poema. (Ver Biografia de Augusto de Lima, disponível no site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br>, acesso em 28 de maio de 2013)

podia fugir ao seu destino; há de ter o mesmo fundo supersticioso e atávico e hereditário, a vencer nas mais altas esferas da cultura, o poder da razão e da ciência.¹¹⁰

Da mesma forma, o crítico da *Revista da Semana* aborda a questão da “superstição popular”, oriunda de causas “etnográficas” e cujos efeitos “ainda” revertem de pitoresco tantas regiões brasileiras. Ele ainda destaca que todas as figuras do romance giram em torno da “sombra sibilina [obscura] e fúnebre do africano”.¹¹¹ Augusto de Lima, por seu turno, afirma que a trama se desenvolve em torno da disputa entre duas moças pelo amor de Amâncio. Foi sobre ele que D. Tomásia, mãe de uma das pretendentes procurou fazer toda a influência “diabólica do feitiço”, e só por meio dessas artes mágicas, conseguiram as vítimas da intriga vencer a pretensão de D. Tomásia, que a vítima da mandinga que preparou para o outro. Mas “ao final tudo se resolve bem: Amâncio casa-se com Laly, que ele sempre amou. Impertinente, D. Tomásia, vítima do próprio medo, fica “maluca”; e o velho preto morre e é levado à vala comum, sob a vaia da molecagem”.¹¹²

No contexto da trama, D. Tomásia representa o fim possível daqueles que cedem às superstições e ao fanatismo religioso de origens africanas. A “libertação” de Eulália e dos demais membros brancos da narrativa se dá quando Branca, mulher de Paulo Boto, se convence de que todo esse aparato “fetichista” não passaria de pura superstição. Segundo o narrador, Eulália vivia “em um mundo fantástico, assombrado de duendes e bruxedos”.¹¹³ Já Amâncio, teve um grande abatimento moral. Um delírio melancólico, quase uma agitação maníaca.¹¹⁴ A conclusão de Branca para ambos os casos a partir da sua avaliação da situação era a de “zombar da credulidade de Pomba e de Josefa, taxando-as de supersticiosas”.¹¹⁵ E a designar o comportamento dos dois consortes como “doença do pavor”.¹¹⁶

Desta maneira, o triunfo do casal estava na superação de não precisar mais dos conselhos e da influência de Pomba, mestiça que encaminhou Eulália ao terreiro e lhe indicou o feitiço do Pai Elesbão. Sobre isso o narrador nos conta que ela jubiloou com Amâncio o seu triunfo sobre os inimigos, pois não “precisava sair de dentro de si e das confidencias com a

¹¹⁰ LIMA, Augusto de. “O feiticeiro”, de Xavier Marques. In: *Revista da Bahia*, N. 36, Ano II, Salvador: 15 de Janeiro de 1924. p. 2.

¹¹¹ Resenha de *O Feiticeiro*. In: *Revista da Semana*, Ano 23, n 05, Rio de Janeiro. 28 de janeiro de 1922. p. 2

¹¹² LIMA, Augusto de. “O feiticeiro”, de Xavier Marques. In: *Revista da Bahia*, N. 36, Ano II, 15 de Janeiro de 1924. p.

¹¹³ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. (3ª ed.). São Paulo, GRD. 1975. p. 180.

¹¹⁴ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 209.

¹¹⁵ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 180.

¹¹⁶ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 209.

amiga para achar prazer”. De uma missa na catedral, Laly pôde assistir ao enterro de quem ela nunca viu, mas que “no melhor da vida, insistentemente esse cadáver, a impressioná-la com trapos negros e cheiros de sepultura... Era uma obsessão”.¹¹⁷

Em *O feiticeiro*, Marques tentar “denunciar” o quanto as influências da cultura africana estariam maculando a sociedade brasileira e servindo de entrave para o seu desenvolvimento. Porém, ele acaba fornecendo um testemunho não só do imaginário das elites acerca dessa cultura, como da circularidade que havia entre as práticas e representações das classes dirigentes pretensamente brancas com os afrodescendentes. Com efeito, conforme explicita Ginzburg,¹¹⁸ um movimento de circularidade e recombinação está sempre ocorrendo entre os diferentes estratos culturais; desse modo, em termos religiosos, “assim como os negros eram convertidos ao catolicismo, o catolicismo era por eles modificado”.¹¹⁹

Ao que tudo indica, foi nesse sentido que João Ribeiro interpretou as relações religiosas na Bahia num dos seus comentários já citados. Mas que na ficção de Marques, atesta as influências mútuas das práticas religiosas de ambos os grupos sociais, mesmo que sua intenção não tenha sido esta. Eis a conversa que Paulo Boto tem com Branca, Eulália e Pomba. No diálogo, o tema central é o Candomblé:

- Os negros?... Certas pessoas não admitem como sagrado senão aquilo que adoram. Mas cada qual crê no que pode: a fé é a mesma e opera os mesmos milagres. Temos jejuns, retiros, procissões, cremos no purgatório, no inferno, em demônios e almas do outro mundo... Vejam bem que não estou zombando. Os negros têm tudo isso, apenas sob formas diferentes, e em tudo isso creem segundo a sua ideia. Não são propriamente brutos.

- **São grosseiros** – propôs Salustiano, **com o que o amigo [Paulo Boto] concordou.**

Branca nem isso concedeu.

- Comparar os atos da igreja com um candomblé, por exemplo, é menoscabar. Oh! Se mamãe ouvisse...

- Não estou menoscabando, minha boa mulher. A verdade, porém, é esta. Quantos abusões têm os negros mais do que nós, brancos? Se uns fazem feitiço, os outros rezam de olhado, penduram Santo Antonio e furtam-lhe o menino. Uns trocam cabeças para dar ventura, os outros roubam dos missais o Breve Santíssimo de Marca e o trazem como talismã ao pescoço. As mulheres que deitam cartas não são africanas. Há curandeiros brancos, como há curandeiros africanos. Aos que tiram o diabo do corpo dos possessos respondem os pais de terreiro fazendo entre o santo no corpo das iaôs...¹²⁰ [Negrito meu]

¹¹⁷ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. p. 246

¹¹⁸ Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* - São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Ver introdução);

¹¹⁹ SCHWARCZ, Lilian Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 266.

¹²⁰ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. (3ª ed.). São Paulo, GRD. 1975. p. 18.

A recombinação de elementos de grupos sociais e culturais diversos, em intenso processo no período em questão, aparece vivamente no personagem Paulo Boto, por exemplo. Boto vivia a comparar as duas religiões afirmando que ambas eram formas de lidar com o mundo espiritual. Nesse sentido, o nome “Boto” pode ser uma referência à figura mitológica da Amazônia¹²¹ – cultura a qual Marques declarou sucessivamente a sua admiração. Boto é um mamífero que vive nas águas do rio Amazonas e que à noite vira homem a assediar as mulheres que moram na beira do rio. O boto da Amazônia sabia transitar pelos dois mundos: o dos animais e dos humanos. O Paulo Boto de Xavier Marques também. Era católico e ogã. Viviam de “dia” de uma maneira e de “noite” outra. Sabia como transitar habilidosamente nos dois mundos.

Entretanto, há de se lembrar sempre que uma leitura que trata o personagem Paulo Boto como um tipo da tolerância religiosa é deveras anacrônica. Perceba que até mesmo ele considera os negros “grosseiros”. O Boto é uma espécie de anti-herói, que segue a direção contrária do que é tido como bom e agradável no contexto da narrativa, argumentando e demarcando muito bem suas posições sejam políticas, sejam religiosas. Entretanto, uma leitura mais atenta revela que primeiro o narrador e depois a esposa do próprio Boto, dona Branca, conseguem desconstruir esse discurso demonstrando a forma “supersticiosa” com que brancos, negros e mestiços se deixam dominar por uma prática religiosa “bárbara” que não passaria de “doença do pavor” e do medo. Até mesmo o próprio Paulo Boto entusiasta e praticante do candomblé, concordava com isso:

- Ingênua Lali! – exclamou Boto. – Quem havia de ser?... Há muita velhacaria, mas há também boa fé no meio dessa gente. Pergunto eu: quem o mais culpado – o negro que faz pela vida, explorando a credence do branco, ou o branco civilizado e católico que procura o africano e se deixa explorar? Não me consta que eles obriguem mulher casada, viúva ou solteira a ir às suas capelas dar dinheiro em troca de vaticínio ou remédios. Elas vão por sua livre vontade, porque creem e não consideram o passo nem ridículo nem vergonhoso.¹²²

A aparente contradição no discurso do Boto representa a ambiguidade daqueles que mesmo recorrendo às práticas mágicas ficavam a um passo da “superstição” e a outro da “civilização”. Boto sabe como transitar em ambos os mundos, sem deixar se “impressionar”. Os demais burgueses da classe média da Salvador de *O feiticeiro*, pelo contrário, cedem às

¹²¹ Em entrevista para a Revista da Semana Marques declarou sua admiração pela Amazônia e sua vontade de conhecer aquela região. (GALVÃO, Francisco. Em palestra com os imortais: Xavier Marques. In: Revista da Semana. Ano 35, Nº 37. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1934. p. 21).

¹²² MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. (3ª ed.). São Paulo, GRD. 1975. p. 19.

influências de Pomba e sua mãe Josefa e se deixam levar até a influência do governo de Elesbão e seus fetiches africanos. Nessa obra os mestiços ascendendo à classe média vivem como dependentes dos brancos. Procuram, pois, negar suas crenças no candomblé, mas sutilmente são os responsáveis pela inserção dos brancos nessa religião.

A figura dos mestiços em *O feiticeiro* assume perfis bem diferentes do que em *As voltas da estrada*. Se tomarmos as duas personagens mulheres, jovens e mestiças nas duas obras, podemos ter uma amostra da diferença que se instaura entre as representações da mestiçagem que estou me referindo. Embora as duas sejam retratadas como sensuais, bonitas e quase eróticas, é perceptível que Pastora, de *As voltas da estrada*, está num “estágio” de “branqueamento moral e cultural” bem mais “avançado” que Pomba, personagem de *O feiticeiro*.

Embora realize uma análise extremamente anacrônica do romance, afirmando que em *O feiticeiro*, Xavier Marques faz uma defesa das práticas religiosas africanas, comparando os símbolos e objetivos religiosos fundamentais dos cristãos – o que, diga-se de passagem, quem faz é o personagem Paulo Boto e não Marques, seu criador –, David Brookshaw faz uma interpretação interessante da personagem Pomba que, para ele, é semelhante ao que Azevedo fez com Rita Baiana: ela tipifica a sensualidade exótica da mulata da Bahia.¹²³ Na descrição do romance que Brookshaw destaca e que eu reescrevo a seguir isso fica bastante claro: “a volúpia morava nos seus lábios úmidos como a polpa da melancia; os olhos, de um negro violáceo de jabuticaba, tinham a mesma expressão sensual, em harmonia com a sensação veludosa que brotava daquelas mãos e daquelas faces tratadas com desvelo e orgulho”.¹²⁴

Nesse sentido, não posso deixar de observar que Pomba não é só semelhante a Rita Baiana, de Azevedo, como bem coloca Brookshaw. Ela é uma espécie de Pastora, personagem mulata que protagoniza *As voltas da estrada*. Há em todas elas a mesma imoralidade subjacente, o mesmo desejo sexual que, no caso da heroína de Marques é refreado pela sua posição social. Mesmo assim, retratasse em suas personagens o estereótipo da mulata baiana e brasileira que se cristalizaria nas personagens do romancista, também baiano, Jorge Amado. Em Amado, personagens como Gabriela e Tieta ficariam imortalizadas pela sua beleza e sensualidade que seriam peculiares na mulher mestiça brasileira.

¹²³ BROOKSHAW, David, *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. pp. 72-74.

¹²⁴ MARQUES, Xavier. *O feiticeiro*, p. 8 apud David Brookshaw, *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. p. 73.

Apesar de tanto uma quanto a outra esmerarem-se em esconder a sua ascendência e “limpar sua geração”, Pomba vive e pratica ainda a cultura africana de seus antepassados, Pastora, porém, já “superou” as superstições e fetiches de seus ascendentes africanos. Ela busca sempre limpar sua geração e usa de seus ardis e de sua sensualidade para conquistar Paulino, mas vive num mundo onde a feitiçaria e os fetiches africanos parecem não mais existir. Parece que Pomba é protótipo da Pastora. No viés evolucionista de Marques, a segunda também seria ainda transição futura de uma mulher brasileira totalmente branqueada, mas deveria ser ao lado de Paulino, homem de cor branca, personagens centrais na metáfora da formação de uma raça brasileira.¹²⁵

Pomba é personagem constituída de crenças e superstições as quais ela é devota, mas que como integrante da classe média soteropolitana, procura esconder o passado da sua raça. É ela e sua mãe Josefa, por exemplo, que introduzem Eulália e sua família branca na feitiçaria a fim de destruir suas rivais. Talvez ao construir esse tipo, Marques quisesse sugerir ao seu leitor que Pomba, como a ave que leva seu nome, era linda, porém “contaminadora” dos ambientes que frequentava. Ela é que trouxe a sujeira para a casa de sua amiga Eulália. É válido notar que Pomba não é construída como antagonista da trama. Ela assim como os outros é integrante da classe média e vive sob o poder da “nefasta” cultura africana, personificada em Tio Elesbão. Dessa forma, ela mesma procura negar o passado da “raça de Cão”, mas contaminada, torna-se contaminadora do mal que seria o entrave do processo civilizatório da nação.

Para o criador de *O feiticeiro*, a saga dos mestiços, como veremos no capítulo III desse estudo, seria “limpar sua geração”, ou seja, superar sua ascendência africana. Um Tio Elesbão que adoece, agoniza e morre, talvez represente o fim do candomblé e da “bárbara” cultura dos “filhos de Cão”. Em *As voltas da estrada*, obra publicada anos depois, ela não aparece mais. Nesse sentido, assim como Pomba é protótipo de Pastora, *O feiticeiro*, representa uma fase anterior na formação da nação brasileira, em relação ao que é metaforizado em *As voltas da estrada*.

O feiticeiro é fruto das preocupações de Xavier Marques que escreveu e reescreveu suas angustias cimentadas pelas discussões presentes nos fins do século XIX até o início de década de 1920, sobretudo das ideias difundidas por Nina Rodrigues. *As voltas da estrada* é produto de um contexto histórico posterior, onde o autor, como muitos intelectuais brasileiros, – a exemplo de Oliveira Viana –, procuraria insistir na teoria do branqueamento e no racismo

¹²⁵ Volto a esse tema no capítulo III desse estudo.

científico, discursos em franco processo de refutação e de crítica por diversos segmentos da intelectualidade brasileira das décadas de 1920 e 1930. Nessa obra, não mais existem africanos e seus descendentes lutam para eliminar o que restaria em seu sangue desse passado que lembrava a escravidão, os fetiches e a barbárie. Assim, mestiçagem, eugenia e branqueamento passam a ser mais do que nunca as palavras de ordem no pensamento social de Xavier Marques. Contextualizar a configuração do seu pensamento no universo intelectual do Brasil de 1920 é o tema dos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

VISÕES E VERSÕES SOBRE O BRASIL NA DÉCADA DE 1920

Viajou anteontem, a bordo do paquete “Avaré”, para o Rio de Janeiro, acompanhado de sua Exma. Família, nosso prezado amigo deputado Xavier Marques, digno representante deste Estado na Câmara Federal.

Ao embarque do ilustre baiano compareceu o Sr. Dr. J. J. Seabra e grande número de amigos do distinto patricio, que é, incontestavelmente, uma das figuras mais respeitáveis do Congresso Nacional, por sua cultura e pelo seu caráter.

Desejamos uma ótima viagem e continuação de felicidades¹²⁶

Nos quatro primeiros anos da década de 1920, o trajeto Salvador-Rio de Janeiro era constantemente realizado por Xavier Marques. Mesmo com uma viagem que demorava cerca de três dias a vapor, o autor necessitava transitar constantemente entre as duas capitais, pois naquele momento, era ele um dos “ilustres” representantes baianos no Parlamento brasileiro e, como tal, precisava estar sempre em contato com as bases políticas, correligionários, aliados e, certamente, com o seu mentor político, J. J. Seabra. Contudo, não eram apenas essas as atividades realizadas pelo autor no Rio e em Salvador. Paralelamente às suas atividades parlamentares, Marques participava ativamente dos círculos intelectuais em ambas as cidades. Eram constantes as participações em instituições de alto prestígio entre os pensadores brasileiros, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Academia de Letras da Bahia, e a Academia Brasileira de Letras. Além disso, frequentava e integrava os círculos de intelectuais de revistas de renome como a *Revista da Bahia*, *A Semana* e o *Mundo literário*.

O transito constante de Marques entre Rio e Bahia pode ser tomado também como uma alusão ao fluxo de ideais corrente entre os dois espaços. Aliás, e é importante frisar, simboliza o fluxo de ideias entre intelectuais brasileiros de vários estados, visto que estes frequentavam os mesmos espaços que o nosso autor, como veremos mais adiante. Revela também o prestígio que ele alcançou na capital, como nos informou a Revista *A Semana*, periódico ilustrado do Jornal do Brasil:

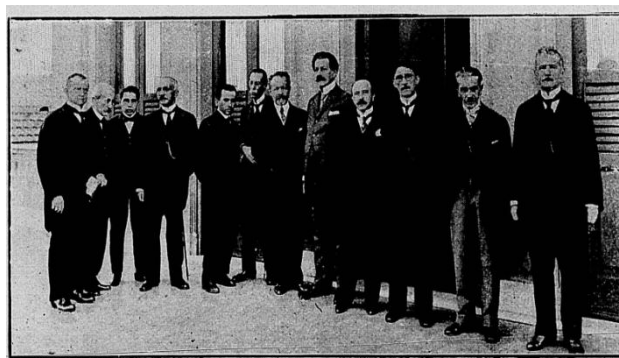
Honrou-nos com a sua visita o ilustrado romancista baiano, que ocupa na atual geração literária nacional um tão elevado lugar, entre os primeiros na plêiade gloriosa dos consagrados, e que de há muito a Academia Brasileira de Letras

¹²⁶ BPEB. O Democrata, Salvador-Ba, 18/04/1922. Durante seu mandato na Câmara Federal Marques viajava constantemente ao Rio de Janeiro, conforme noticiado repetidamente pelos Jornais dos dois estados.

deveria ter honrado de acolher um dos mais indiscutíveis expoentes da literatura nacional contemporânea, o mais nacionalista dos seus romancistas [...]¹²⁷



Figura 3 - Homenagem a Camões na Academia Brasileira de Letras.
In: Revista da Semana, Ano 26, N 2, 3 de janeiro de 1920.



A MEMORIA DE EMILIANO PERNETTA
Realizou-se no salão nobre do "Jornal do Comercio" um festival de homenagem á memoria de Emiliano Pernetta, em que foram declamados diversos trechos do extinto poeta catarinense. A festa foi promovida por varios amigos de Emiliano, notando-se no grupo, da esquerda para a direita, os srs. Moyés Marcondes, Rocha Pombo, Andrade Muricy, Silveira Netto, Jackson de Figueiredo, Xavier Marques, Rodrigo Octávio, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Alfonso Camargo, Nestor Victor e Leoncio Correia.

Figura 4 – Participação de Marques em evento noticiado pelo Jornal do Comércio. In: Revista da Semana, Ano 22, N. 19, 1921.



Figura 5 – Palestra de Xavier Marques na Academia Nacional de Música. In: Revista da Semana, ano 24, nº 29, 14 de julho de 1923.

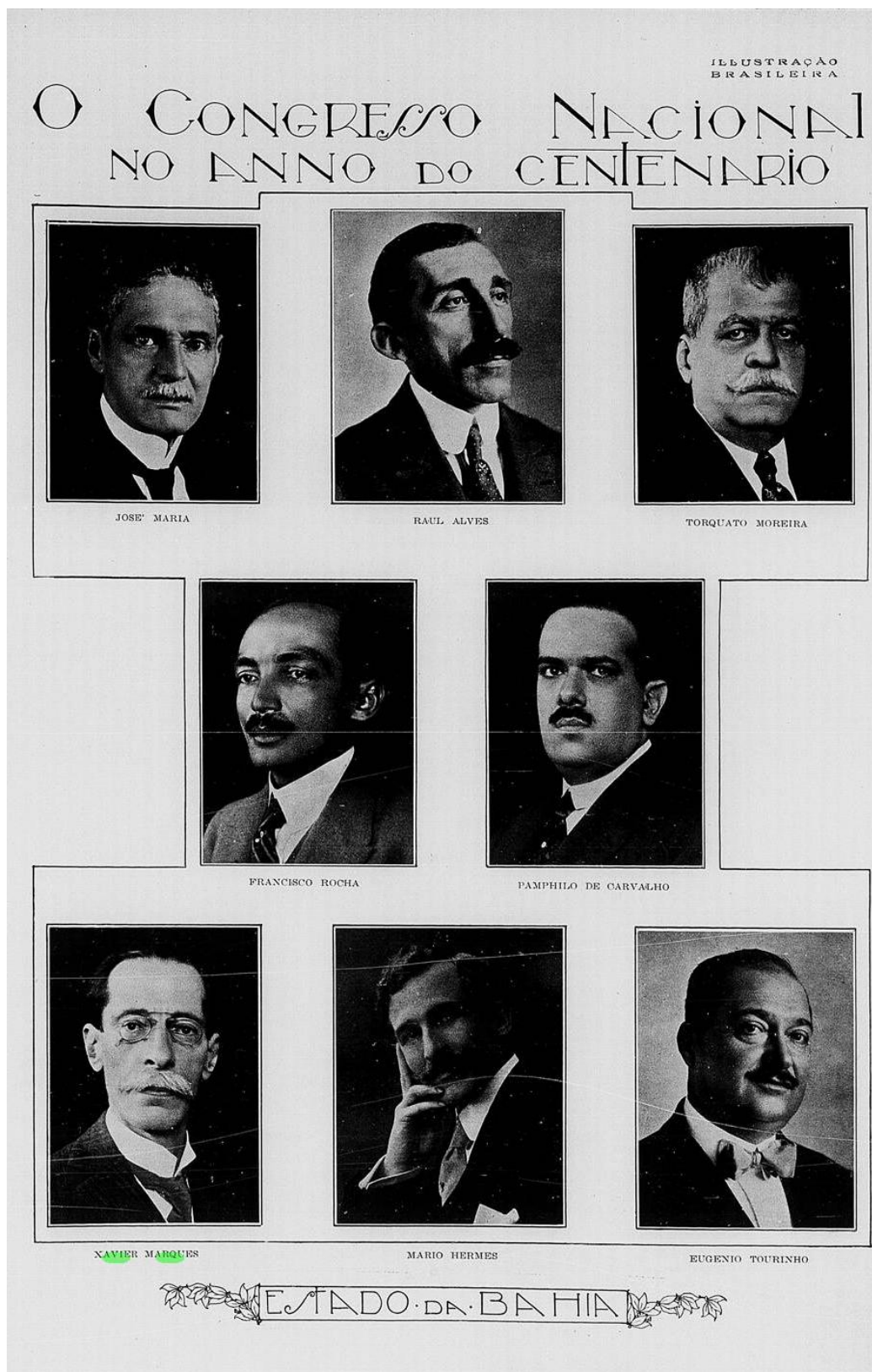


Figura 6 - Deputados Baianos na Câmara Federal no ano do centenário da Independência. In: Ilustração Brasileira. Ano II. Nº 26. Rio de Janeiro, Outubro de 1922. A edição também inclui dados bibliográficos de Xavier Marques.

Mas o ano de 1922, em particular, foi um tempo de reconhecimento para Xavier Marques. Ele estava no auge da sua carreira profissional, política e intelectual. Na esfera política, ele era um dos “ilustres” representantes baianos no Congresso Nacional. O articulista de *O Democrata*, jornal seabrista que já havia sido dirigido por Marques, não exagerou ao afirmar que o destacado romancista baiano era um dos mais respeitáveis deputados do parlamento brasileiro. Ele a essa altura já havia sido por anos Secretário do Parlamento Baiano e deputado atuante entre os anos de 1916 e 1920. Chegava à capital brasileira como um dos principais intelectuais e políticos baianos, equiparado apenas a Afrânio Peixoto, certamente.

A sua “cultura” era igualmente respeitada entre as elites brasileiras, pois era um intelectual militante quando o assunto era promover ações que fortalecessem a formação da nação brasileira. As estratégias que ele utilizava eram muitas: defendia uma discussão mais ampla e efetiva sobre o ensino da língua e da história do Brasil nas escolas brasileiras; como romancista, publicou vários livros que versavam sobre as tradições brasileiras e baianas, sobre a formação da nação e sobre algumas discussões políticas em pauta no Brasil; publicava ainda em tantas revistas e periódicos que foi relativamente difícil mapear o alcance das publicações de seus artigos e ensaios – deve ter passado muita coisa, com certeza. Nas Academias de Letras e nos Institutos Históricos defendia uma maior atuação dos pensadores brasileiros nos assuntos de interesse da Nação. O “problema racial” era um dos principais temas.

Nesse momento, Marques estava bastante articulado com as principais discussões vigentes no Brasil, sobretudo no que concerne à formação e desenvolvimento da Nação, educação e questões raciais. Para ele, esses três temas estavam intimamente interligados e no fundo, um não podia ser discutido sem o outro. Nesse capítulo, me ocupo das discussões que estavam ocorrendo no seio da intelectualidade brasileira dos anos de 1920, sobretudo, no que se refere às temáticas que envolviam a nacionalidade. Situarei, nesse contexto, o pensamento de Xavier Marques em meio aos debates correntes naquele período. O ponto de partida será o ano de 1922, pois, como veremos, esse momento foi crucial não só para o romancista baiano, como para uma parte substancial dos intelectuais brasileiros interessados em discutir os rumos do país.

2.1. Regionalistas, modernistas e a Identidade Nacional

A nossa alma é múltipla, misteriosa e estranha. [...] Tudo é a minha alma, tudo é alma tenebrosa da minha raça. [...] Tal é o ser estranho e infinito da minha raça. Assim, não será mais o espírito da sua posteridade.

Graça Aranha, *Alma brasileira*, 1922.¹²⁸

Se decorridos os séculos, como é de prever, não fomos ainda uma raça extreme e típica, seremos, em compensação uma nação coesa.

Xavier Marques, *Unidade de raça e unidade nacional*, 1922.¹²⁹

Esse é o clima que permeia boa parte das interpretações sobre o Brasil. Entre as muitas interpretações mais ou menos abrangentes, assim como aquelas relativas a problemas que parecem muito particulares, há sempre algo que se pode definir como uma inquietação sobre o que foi, o que tem sido e o que poderá ser o país; como se fosse uma nebulosa informe, ao acaso, em busca de articulação e direção.¹³⁰

Sob esse prisma, Otávio Ianni destaca apenas alguns nomes que se propuseram a construir interpretações sobre o Brasil: Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*; Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*; Raul Pompéia, *O Ateneu*; Euclides da Cunha, *Os Sertões*; Lima Barreto, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*; Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*; Mário de Andrade, *Macunaíma*; Paulo Prado, *Retrato do Brasil*; Graciliano Ramos, *Vidas Secas*; José Lins do Rego, *Fogo Morto*; Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala/Sobrados e Mocambos*; Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*; Clovis Moura, *Rebeliões da Senzala*; Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*; Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*; Celso Furtado, *Brasil: A Construção Interrompida*.

Foram incontáveis as obras e numerosos os autores que se aventuraram a tecer representações sobre a identidade brasileira. Também são várias as inquietações,

¹²⁸ ARANHA, Graça. *Alma Brasileira*. In: *Mundo Literário*. Ano I, Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922.

¹²⁹ MARQUES, Xavier. *Unidade da raça e unidade nacional*. In: *Mundo Literário*. Ano I, Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922. p. 133.

¹³⁰ IANNI, Octavio. *Tipos e mitos do pensamento brasileiro*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2002, vol.17, no.49, p.5-10.

interrogações ou mesmo interpretações que se elaboram nesses e em outros estudos e narrativas, destinados a esclarecer a história, descrever as épocas, explicar as raízes ou descobrir as perspectivas do país, sociedade nacional, povo ou Estado-Nação. Nesse sentido, também foram muitos os tipos e mitos construídos pelos homens de letras e/ou de ciências em busca daqueles que poderiam ser representativamente brasileiros.¹³¹

Nesse sentido, a última década de Primeira República brasileira revelou-se fértil na configuração de movimentos, grupos e indivíduos que buscaram interpretações para o Brasil e tentaram, por conseguinte, delinear aspectos da identidade brasileira. Com efeito, podemos demarcar o ano de 1922 como referencial nas discussões que tomaram parte considerável da intelectualidade brasileira. No ano do Centenário da Independência do Brasil e também da mui festejada Semana de 22, eclodiram vários debates entre regionalistas e modernistas sobre a formação da nossa nacionalidade.

Notadamente, tais acontecimentos serviram de referencial não só para aqueles que se alinharam a este ou aquele grupo, e é nesse sentido que inicio este primeiro capítulo: se é verdade que no romance *As voltas da estrada* (1930), Xavier Marques procurou oferecer aos seus leitores uma alegoria sobre o processo de formação do Brasil, é verdade também que nesta obra o autor procurou demonstrar que o Brasil nasceu na Bahia e, nos engenhos do Recôncavo, gestou-se o mais representativo tipo da raça brasileira. Sendo assim, parto da premissa de que Marques em seu romance procurou oferecer uma genuína interpretação baiana ao processo de formação da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, penso que autor e obra dialogam com autores como Gilberto Freyre, Graça Aranha, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e tantos outros que se inseriram nos debates sobre o “problema” da identidade brasileira naquele período.

A década de 1920 marcou o aumento considerável de sucessivas tentativas dos intelectuais brasileiros em busca das versões sobre a identidade nacional. Nesse prisma, acabou por constituir-se como definidora de novos rumos para a literatura e cultura brasileiras. A busca pelo delineamento dessa identidade levou homens de letras de diversos estados do país a buscarem nas versões sobre o passado da nação, na conjuntura social e políticas vividas nas primeiras décadas republicanas e, destacadamente, na formação racial do povo brasileiro o esboço para a formatação de sua nacionalidade. Nesse contexto, dois grupos destacaram-se na instauração do debate em torno do passado, presente e futuro da nação. Tratou-se do regionalismo nordestino e do movimento modernista de 1922.

¹³¹ IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. Rev. bras. Ci. Soc., Jun 2002, vol.17, n.49, p.5-10.

O regionalismo nordestino representado por intelectuais dos estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco, liderados por Gilberto Freyre, fortaleceu-se como um ideário de matrizes ideológicas evidentemente tradicionalistas, defensores do *status quo* da hegemonia rural do Nordeste. Nesse sentido, pensadores, homens de letras escreveram manifestos, artigos, romances nos quais argumentavam sobre a unidade e a identidade brasileira. Acreditavam que, para ser nacional era preciso, antes de tudo, ser regional e pensar o país desta forma, pois deste modo respeitar-se-ia a grande heterogeneidade de um Estado-nação de dimensões continentais tal como já era considerado o Brasil.¹³²

O movimento modernista de 1922, por seu turno, com toda sua complexidade e diferenciação ideológica, representa um divisor de águas nesse processo. Por um lado, significa a reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior; por outro lado, implica também em buscar novas raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil.¹³³ Para eles, a influência estrangeira contemporânea não deveria ser negada, mas sim aproveitada ao máximo, pois “significava conhecimento de processos estéticos que engendraram vivências de outras culturas e que poderiam auxiliar na renovação e na elevação do padrão da produção brasileira”.¹³⁴

Uma das grandezas do movimento consiste justamente em ter colocado tanto a questão da atualização artístico-cultural de uma sociedade subdesenvolvida, como a problemática da nacionalidade. Nesse sentido, a partir da segunda fase do modernismo (1924 em diante), o ataque ao passadismo é substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional, ocorrendo uma redescoberta do Brasil pelos brasileiros. Apesar de certo bairrismo paulista, os modernistas recusavam o regionalismo já que acreditavam que era através do nacionalismo que se chegaria ao universal.¹³⁵

Através da teoria da “desgeografização”, por exemplo, homens como Mario de Andrade criticavam veementemente a tradição regionalista, argumentando que era preciso analisar as regiões sempre como componentes contribuindo para o enriquecimento do conjunto. Em *Macunaíma*, Mário de Andrade faz seu personagem sobrevoar o mapa do Brasil nas asas de um “tuiuiú aeroplano”, uma mistura de pássaro e de avião. Ele vislumbra o país lá

¹³² OLIVEN, Ruben George. Gilberto Freyre e a questão regional. In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (Orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. pp. 194-196.

¹³³ OLIVEN, 1986. Ver também: BAGGIO, Kátia. A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

¹³⁴ CALIXTO, Carolina Fernandes. O Brasil regional de Freyre e Amado: elos entre identidade nacional, história e literatura. In: *Revista Aedos, PPGH-História UFRGS*, v. 2, n. 3. Porto Alegre, 2009. p. 41.

¹³⁵ OLIVEN, Ruben George. Gilberto Freyre e a questão regional.

do alto: rios, florestas, mares e montanhas. Era essa a ideia defendida pelo autor: uma visão integrada da nacionalidade.¹³⁶ Para ele, “desgeografizar o país” significava superar as diferenças regionais, tentando uma apreensão conjunta da nacionalidade.¹³⁷

No Manifesto antropófago, publicado na *Revista Antropofagia* em maio de 1928, por Oswald de Andrade amplia e aprofunda outra ideia modernista bastante corrente a respeito da brasilidade. Passa defender, então, a ideia da aglutinação e da integração das culturas. Essa ideia de influências se dava através da devoração crítica das influências. As ideias de vanguardas artísticas europeias deveriam ser integradas como dimensões constitutivas da nacionalidade.¹³⁸ Para muitos modernistas era preciso “atualizar” o legado cultural brasileiro, dentro do âmbito do novo e do moderno. Tais ideias seriam vorazmente criticadas pelos regionalistas, por crerem que tais concepções não passariam de “estrangeirices”.

O movimento regionalista em questão ganhou muitos adeptos em estados como Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia. Em *A tradição redescoberta*, Moema Selma D’Andrea procura discutir o pensamento do pernambucano Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas. Ela argumenta que o ressurgimento do veio regionalista na década de 1920, sob a liderança intelectual e carismática do autor de *Casa Grande & Senzala*, reacendeu a polêmica cultural e literária nordestina posta em confronto com a Semana de 1922, protagonizada por São Paulo. Segundo a autora, coube a Freyre “aglutinar” os intelectuais nordestinos em torno que ele denominou “Regionalismo-tradicionalista e, ao seu modo modernista”, numa clara disposição de enaltecer os valores simbólicos da sociedade patriarcal, a essa altura economicamente decadente ante ao poder das usinas e do capital estrangeiro.¹³⁹

O livro analisa a trajetória de Freyre em suas primeiras publicações no *Diário de Pernambuco*, entre 1918 e 1926, e as diretrizes programáticas do *Manifesto regionalista* para a cultura e para a literatura nordestina, gestado em 1926 e foi publicado em 1952, em Recife. Contextualiza nesse movimento ainda com romances como *Senhora de Engenho* (1921), de Mário Sete e *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida. Segundo ela, em Mario Sete existe uma adesão aos valores e símbolos patriarcais também defendidos por Gilberto Freyre. Em José Américo, a tentativa de um romance regional moderno em 1928, “traída” por uma

¹³⁶ VELLOSO Mônica Pimenta O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 380.

¹³⁷ MORAES, Eduardo Jardim de. A constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro. 1983.

¹³⁸ MORAES, Eduardo Jardim de. A constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro.

¹³⁹ D’ANDREA, Moema Selma. A tradição (re)descoberta. Campinas: Unicamp, 1992.

linguagem ultrapassada e posicionamentos raciais bem de acordo com as ideias deterministas da época. Destaca ainda as obras de José Lins do Rêgo, ardoroso admirador de Freyre, além de outros pernambucanos e alagoanos, que segundo ela, também contribuíram para a análise do movimento regionalista.

Gilberto Freyre, em seu *Manifesto regionalista*, apresentado no primeiro e único Congresso Regionalista do Nordeste ocorrido em 1926, traçou diretrizes em forma de “sugestões” para uma “renovação” literária atenta aos valores representados pela classe de senhores de engenho. Posicionando-se contrário, e até mesmo hostil, às “estrangeirices cosmopolitas” dos modernistas Mario e Oswald de Andrade, ele sugere aos literatos nordestinos um retorno à paisagem regional e à temática dos engenhos, invocando para isso o exemplo dos escritores regionalistas europeus.¹⁴⁰ Sobre as divergências de opiniões entre os intelectuais das duas regiões, Xavier Marques preferia, em certa medida, adotar a influência regionalista, enquanto proposta. Sobre o evento ocorrido no Recife em 1926 ele relatou certa vez:

Reuniu-se em Pernambuco um Congresso Regionalista do Nordeste, cujos propósitos definiu assim o Sr. Gilberto Freyre: “Regionalista no sentido de procurar opor as sugestões da paisagem regional, da vida regional, da tradição regional, ao perigo da imitação do Rio ou de São Paulo ou da Suíça.”¹⁴¹

O autor de *O feitiçeiro* via com muita preocupação as tais estrangeirices que estariam por influenciar o movimento modernista e achava que os costumes e tradições brasileiras deveriam ser resguardados ante ao processo de modernização da sociedade. O autor enxergava certo dualismo entre as regiões brasileiras que de certa forma nega a homogeneidade brasileira que ele afirmara em artigos como “Por uma nova Bahia”, por exemplo:

Aproximando-se os indivíduos segundo a sua inclinação mais forte, o conflito se estabelece de grupo a grupo, de região à região. O Norte é mais nativista, tradicionalista e patriarcal. Orgulha-se de ser brasileiro como não são os brasileiros do resto do país. O Sul é cosmopolita, modernizante e pragmatista.

[...]

Enquanto no Sul, atraídos por todos os meios de propaganda e aliciação, entravam os emigrantes europeus que tanto já destemperaram por essas terras o matiz da expressão nacional, no extremo Norte um escritor capaz de refletir os sentimentos de seus conterrâneos José Veríssimo, confessando a sua repugnância pela

¹⁴⁰ D’ANDREA, Moema Selma. A tradição (re)descoberta, p. 24.

¹⁴¹ MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade. In: Ensaios: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 12.

civilização do tipo norte-americano, dirigia à nação este apelo: “Conservemos a nossa originalidade, os nossos costumes, o amor das nossas coisas”.¹⁴²

A diversificação “antropológica” provocada pela maior inserção de “sangues estrangeiros” na formação das comunidades do Centro-Sul e a recepção acrítica das influências “vindas de fora”, para ele teria causado a disparidade entre as principais regiões do país. Contudo, Marques prefere continuar a exaltar a “originalidade dos nossos costumes” e difundir “o amor as nossas coisas”. É nesse contexto, que ele deve ser entendido como o Xavier Marques “regionalista, enamorado por sua terra”¹⁴³, conforme afirmou Luiz Viana Filho. Nesse mesmo prisma Afrânio Coutinho asseverou que “a Bahia estava por inteiro na obra Xavier Marques”.¹⁴⁴ Tanto em Freyre, quanto em Marques, o regionalismo deveria ser visto como uma forma de resguardar os antigos valores e costumes que caracterizavam as regiões. Tais valores eram componentes que integravam a cultura brasileira e, como tal, deveriam ser defendidas.

Mas os homens de letras do Centro-Sul, sobretudo os paulistas, não pensavam dessa forma. O movimento nordestino de 1926 — que cinquenta anos mais tarde ele chamaria de “regionalista, tradicionalista e a seu modo, modernista” — tem um sentido, de certa maneira, inverso ao de 1922. Trata-se de um movimento que não exalta a inovação que atualizaria a cultura brasileira em relação ao exterior, mas que deseja, ao contrário, preservar não só a tradição em geral, mas especificamente a de uma região economicamente atrasada. O Manifesto Regionalista desenvolveu basicamente dois temas interligados: a defesa da região enquanto unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular.¹⁴⁵

Interessante notar que a ideia de Nordeste levantada por Freyre no Manifesto Regionalista de 1926 integra os estados de Alagoas até o Ceará, tendo em Pernambuco a sua liderança. Sendo o Leão do Norte sede da tradicional Faculdade de Direito de Recife, instituição que formara ao longo de sua história numerosos homens de destaque no cenário nacional. A Bahia, doutra forma nesta contextualização geográfico-cultural não é considerada

¹⁴² MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade. In: Ensaio: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 12.

¹⁴³ VIANA FILHO, Luiz. Xavier Marques Regionalista. In: Dom Casmurro. Rio de Janeiro, 03/01/1942. p.8.

¹⁴⁴ COUTINHO, Afrânio. Xavier Marques, símbolo da alma baiana. . In: Dom Casmurro. Rio de Janeiro, 03/01/1942. p.7.

¹⁴⁵ OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da nacionalidade brasileira. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2. São Paulo, 1986. pp. 68-74. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_07.htm, acesso em 07/05/2013.

como integrante do Nordeste. Ao referir-se ao caldeamento das três raças formadoras de um Brasil mestiço, Freyre assevera que:

Onde parece que essas três influências melhor se equilibraram ou harmonizaram foi na cozinha do Nordeste agrário onde não há nem excesso português como na capital do Brasil nem excesso africano como na Bahia nem quase exclusividade ameríndia como no extremo Norte, porém o equilíbrio. O equilíbrio que Joaquim Nabuco atribuía à própria natureza pernambucana.¹⁴⁶

Noutro trecho ele ainda afirma:

Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda fervem: portugueses, indígenas, espanhóis, franceses, africanos, holandeses, judeus, ingleses, alemães, italianos. Daí a riqueza de sabores ainda contraditórios de sua cozinha no extremo *Nordeste talvez mais complexa e mais compreensiva que a chamada "Baiana", isto é, a de Salvador, da Bahia, sua parenta em tanta coisa*. Por isso mesmo, são as duas dignas - e também paraense ou amazônica - da melhor atenção brasileira.¹⁴⁷

Moema D'Andreas menciona um artigo publicado em 1925 por Mario Marroquim, alagoano, formado na Faculdade de Direito de Recife, cujo teor demonstrava a total aceitação das concepções freyreanas: “a raça forte que povoa os cinco estados do Brasil, de Alagoas ao Ceará, necessitava de um aparelho de defesa de suas tradições, de resistência à desagregação de suas energias, aparelho que fosse um auxílio dos governos de medidas de progresso e engrandecimento da região”.¹⁴⁸ Os autores que defendiam essas concepções procuravam claramente agregar as forças conservadoras de seus estados em torno de uma ideologia nacionalista de coesão, indiferenciação e, sobretudo, homogeneização.

Tais autores procuravam a concepção de Nordeste, genuíno representante das tradições brasileiras, aflora em Mário Marroquim com eco dos discursos de Freyre: “O Nordeste que foi berço da nacionalidade conserva ainda intacto, nítido, o sentimento de brasilidade, o espírito tradicional da raça, que no Sul, ao contato das massas imigratórias, já está quase desaparecido”. Marroquim, também em contraposição aos modernistas, critica as “importações” e “estrangeirices” operadas pelos modernos paulistanos e, em referência direta

¹⁴⁶ FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

¹⁴⁷ FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista.

¹⁴⁸ D'ANDREA, Moema Selma. A tradição (re)descoberta. Campinas: Unicamp, 1992. p. 81.

às palavras de Freyre, reforça a revalorização dos cenários das casas-grandes e da velha nobreza patriarcal.¹⁴⁹

No plano das produções ficcionais, a obra considerada um marco da chamada metáfora do açúcar e que centra na tradição dos engenhos e na nobreza patriarcal os caracteres fundamentais das origens da nacionalidade brasileira é *A bagaceira*.¹⁵⁰ Publicado em 1928 pelo paraibano José Américo de Almeida, o romance é visto como iniciador dos romances modernistas.

O enredo do romance trata das questões do êxodo, dos horrores gerados pela seca, além da visão brutal e autoritária do senhor de engenho, representando a velha oligarquia. *A Bagaceira* tem intenção crítica social, descambando, às vezes, para o panfletário, para o enfático e demagógico. Para o autor, o romance procura confrontar, em termos de relações humanas e de contrastes sociais, o homem do sertão e o homem do brejo (dos engenhos). Aproximando o sertanejo do brejeiro, na paisagem nordestina, José Américo de Almeida condiciona os elementos dramáticos aos ciclos periódicos da seca, os quais delimitam a própria existência do sertanejo. O título desse romance denomina o local em que se juntam, no engenho, os bagaços da cana. Figuradamente, pode indicar um objeto sem importância, ou ainda, "gente miserável".

O determinismo racial tão presente nas ideologias que procuravam dar conta da realidade brasileira também é uma das marcas de *A bagaceira*. Os matizes que simbolizam a pigmentação de pele clara (azul, róseo, branco, etc.) se enfeixam para expressar a metáfora da *branquitude* em contraposição à *negritude* da mestiçagem do brejo. Azul também é uma das cores que metaforizam Soledade, uma das personagens da trama. Representante da eugenia sertaneja em que o contingente escravo não penetrou de maneira a “contaminar” a “pureza” da raça branca. Na qualidade de retirante, apeada da classe social de fazendeiros no sertão paraibano, ela refazia-se no Engenho Manzangão: “Tinha vindo amarela, da cor de algodão.

¹⁴⁹ D'ANDREA, Moema Selma. A tradição (re)descoberta, p. 82 .

¹⁵⁰ Algumas análises desse romance podem ser lidas em: LIMA, Alceu de Amoroso. “Uma revelação”. In: J. A. Almeida. *A bagaceira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 89-96 (sob o pseudônimo de Tristão de Athaide, a partir da publicação de Estudos, Rio de Janeiro, A Ordem, 1930); PROENÇA, Manuel Cavalcanti. “A bagaceira”. In: ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*, 16ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978; SANTIAGO, Silviano. “A Bagaceira: fábula moralizante”. In: *Literatura nos trópicos*. São Paulo: perspectiva, 1978, pp. 101-122; CASTRO, Ângela Maria Bezerra de. *Releitura de A bagaceira, uma aprendizagem de desaprender*, Rio de Janeiro, José Olympio:1987. GARCIA Jr. Afrânio. *Meninos de Engenho: tradições e dramas feitos símbolos da brasilidade*. In: *Antropolítica*. Niterói, n. 30, p. 21-47, 1. sem. 2011; D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição (re)descoberta*. Campinas: Unicamp, 1992. Capítulos 6 e 7.

Embranquecia e rosava-se, levemente. Parecia uma pomba branca extraviada num bando de anuns pretos”¹⁵¹.

A patente distinção entre a raça a branca e a raça negra não são as únicas representações das relações raciais da obra. Através do personagem Lúcio também observam-se discussões sobre a “degenerescência” causada pelo amálgama das raças no seio da escravidão vivenciada nos engenhos.¹⁵² Entretanto, para além das discussões raciais, tema obrigatório de quem desejava discutir a formação da nação brasileira na Primeira República, vale destacar a temática da modernização dos engenhos presente em *A bagaceira* como uma das principais bandeiras regionalistas: a preservação da tradição introduzida na modernização das relações de produção.

Lemos na história contada no romance, que Lúcio, um dos protagonistas da trama, já é representante da técnica moderna que iria substituir os velhos engenhos de açúcar pelas usinas. O progresso burguês de industrialização iria substituir os antigos engenhos. A crise do sistema patriarcal daria lugar a uma versão modernizada de si mesmo. O exemplo disso na trama é que Lúcio, filho de produtores de açúcar e herdeiro do engenho da família subjugaria a natureza, criaria um latifúndio produtivo, outorgando à classe trabalhadora condições de higiene e trabalho.¹⁵³

Ao referir-se ao romance em questão, Gilberto Freyre afirmou que a obra era ao mesmo tempo moderna, na perspectiva da renovação artística ou literária, iniciada em São Paulo, desde o começo da década de 1920, à socialmente ou filosoficamente social do Nordeste, como região, e do Brasil como nação, com valores tradicionais suscetíveis de modernização.¹⁵⁴ O debate entre os movimentos e, sobretudo, a posição dos regionalistas nordestinos, contudo, não incluía a Bahia, muito menos a destacava como expoente da cultura nacional. Entretanto, essa certamente não seria a opinião dos intelectuais baianos sobre o assunto. As elites baianas da Primeira República faziam questão de destacar a Bahia como um dos berços da intelectualidade brasileira. Insistentemente, autointitulavam a Bahia como a “Atenas Brasileira” e como a “Rainha do Norte”¹⁵⁵, como certa vez afirmou Adonias Filho numa revista carioca de grande circulação.¹⁵⁶

¹⁵¹ ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*, 16ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 131.

¹⁵² ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*, p. 161.

¹⁵³ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição (re)descoberta*. Campinas: Unicamp, 1992. pp. 196-197.

¹⁵⁴ FREYRE, Gilberto. José Américo de Almeida: uma reinterpretção. In. ALMEIDA, José Américo, *A bagaceira*, p. 93.

¹⁵⁵ Em relação aos discursos propagados pelas elites baianas sobre a tradição baiana e seu “passado de glórias”, bem como as tentativas de se tentar implantar um ideal de modernização e progresso na Bahia da Primeira República ver LEITE, Rinaldo César Nascimento. *A Rainha destronada*. Discursos das elites sobre a

Durante a Primeira República, a Bahia possuía instituições de considerável prestígio no plano cultural. Destacavam-se, por exemplo, a Faculdade de Medicina, por ser um “polo de atração mais forte da vida cultural Baiana”. As Faculdades de Direito e de Engenharia, por propiciar maior substancia ao movimento estudantil. No terreno artístico, a Escola de Belas Artes, o Liceu de Artes e Ofícios e o Instituto de Música representavam um papel social de destaque. No teatro, o Politeama propiciava visitas de companhias líricas e preenchiam as programações frequentes. Instituições como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia¹⁵⁷ e a Academia de Letras da Bahia também marcavam destaque, possuindo em seus quadros uma série de homens de Letras que frequentemente abordavam os mais diversos temas no campo das ideias, das letras e da ciência.¹⁵⁸

No pensamento e nas letras, como indica Machado Neto, a vida baiana era agitada por movimentos intelectuais dos quais ele identifica pelo menos cinco gerações entre os anos de 1870 e 1930. Segundo o autor, tornou-se comum entre estes homens a ideia da Bahia, como “berço da civilização brasileira” e “um segundo centro cultural do país”.¹⁵⁹ Dentre esses homens era comum a defesa da proeminência do destaque que a Bahia teria na história do país e na contribuição histórica dos homens de letras baianos para a civilização brasileira.

Dentro do contexto das discussões e debates ora apresentados, acredito que Xavier Marques propôs uma contribuição baiana tanto ao processo da formação do Brasil, quanto da constituição da nacionalidade brasileira e que sua participação está articulada com as debates entre modernistas e regionalistas. Sendo que o autor era essencialmente avesso às “estrangeirices” propostas pelos modernistas e foi um nacionalista convicto e militante, à sua maneira, acredito que em *As voltas da estrada* (1930) ele dialoga fortemente com os regionalistas “nordestinos”, dando uma versão baiana sobre o processo de formação brasileira e sobre a raça que melhor representaria a síntese do brasileiro do futuro, bem ao contrário do que defendia Freyre e seus adeptos.

grandeza e os infortúnios da Bahia nas Primeiras décadas republicanas. Tese de Doutorado em História. USP, São Paulo, 2005.

¹⁵⁶ Na edição de abertura de *Mundo Literário*, Astério de campos abriu a sessão destinada a produção intelectual baiana com um longo artigo sobre a tradição do estado no mundo das letras e a sua contribuição primordial na história das ideias no Brasil. CAMPOS, Astério. Bahia: Atenas Brasileira. In: *Mundo Literário*. Ano I. Vol. I, N. I, Rio de Janeiro. 05 de maio de 1922. pp. 100-106.

¹⁵⁷ Sobre o IGHB ver o estudo ver Ver BRITO, Ana Clara Farias. *Tempos, histórias e ciências: expectativas e propostas de letrados do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923)*. Dissertação (Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências). UFBA/UEFS, Salvador, 2008; SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico E Histórico Da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional (1894 – 1930)* Tese de Doutorado em História. Salvador, 2006.

¹⁵⁸ MACHADO NETO, Antonio Luís. *A Bahia Intelectual (1900-1930)*. In: *Universitas*, Vol. 0, No 13, Salvador, 1972. p.263.

¹⁵⁹ MACHADO NETO, Antonio Luís. *A Bahia Intelectual (1900-1930)*, p.263.

O autor de *Sargento Pedro* foi o primeiro a integrar ficcionalmente a paisagem da Bahia em romances e contos, em especial o Recôncavo da Bahia, fundando uma tradição temática na literatura que poderá ser lida em autores posteriores como Jorge Amado e Adonias Filho, por exemplo.¹⁶⁰ O universo ficcional de Xavier Marques compreende duas áreas de exploração: o romance marinista ou praieiro, de que são exemplos as novelas *Jana e Joel* e *A Noiva do Golfinho*, e o romance interiorano, localizado no Recôncavo, como, por exemplo, *As Voltas da Estrada*. Ao examinar, em agudo ensaio, esse ciclo ficcional baiano, Adonias Filho assevera que ele “não escapará um só momento à paisagem da Bahia”.¹⁶¹

Xavier Marques, que entendia a arte literária como um fenômeno de natureza social, deixou uma obra que abrange a paisagem e personagens de Salvador e do Recôncavo; passando pela representação das classes média e alta urbanas, o ciclo da cana de açúcar na Bahia, os ritos afro-brasileiros e a vida praieira mediterrânea. A partir da leitura da obra de Xavier Marques e dos estudos publicados até então sobre ele, percebe-se realmente que ele se aproximou, na literatura baiana, do trabalho desenvolvido por José de Alencar para a literatura brasileira, qual seja, o da construção de um amplo panorama da nossa configuração social e cultural por meio da literatura.¹⁶²

Desta forma, foi como o primeiro portador da prosa regionalista baiana e crendo na literatura como prática cultural e instituidora da identidade cultural que Marques adentrou, à sua maneira, no debate sobre a formação da nacionalidade brasileira em voga na década de 1920. E foi nesta perspectiva que ele escreveu o romance *As voltas da estrada*.

Entretanto, há de se mencionar que o autor de *O feiticeiro* também defendeu a primazia baiana na formação da nação nos jornais, como jornalista, e na Câmara Federal, como deputado. De maneira direta poderíamos resumir a opinião de Marques sobre a primazia do regionalismo como processo de formação da nacionalidade brasileira em uma frase que ele escreveu em texto intitulado “Por uma nova Bahia”, publicado em fins da década de 1920: “A Bahia é a mãe da civilização brasileira”.¹⁶³

¹⁶⁰ SANTANA, Carla Patrícia. O Recôncavo da Bahia no romance praieiro de Xavier Marques: a fundação de uma tradição temática. In: GODINHO, Luís Flávio; SANTOS, Flávio Josué Santana (Org.). Recôncavo da Bahia: Educação, cultura e sociedade. Amargosa, Bahia: Ed. CIAN, 2007.

¹⁶¹ SANTANA, Carla Patrícia. O Recôncavo da Bahia no romance praieiro de Xavier Marques.

¹⁶² SANTANA, Carla Patrícia. O Recôncavo da Bahia no romance praieiro de Xavier Marques, p. 56.

¹⁶³ MARQUES, Xavier. Por uma nova Bahia. Suplemento literário de A manhã, 7 de dezembro de 1942.



Figura 7 - In: Caricatura de X. M.
In: *D. Casmurro*, 16/05/1942.



Figura 8 - In: Caricatura de X. M.
In: *D. Casmurro*, 16/05/1942.

Marques viveu uma vida em favor do reconhecimento da Bahia na construção da identidade nacional. Como deputado Estadual e depois Federal o autor de *O Feiticeiro* exerceu tais legislaturas sempre envolvido em projetos relacionados à educação e à preservação histórica e cultural do Brasil com ênfase para a Bahia. Foi responsável por projetos de criação de marcos históricos em prol do descobrimento do Brasil, na cidade baiana de Porto Seguro. Foi de autoria do então deputado, por exemplo, o Projeto de Lei para que o Estado construísse um monumento em Coroa Vermelha (ilhota situada em Porto Seguro-BA) em homenagem ao marco do descobrimento do Brasil. Na oportunidade o deputado recitou um discurso, “Um culto à história da Bahia” em especial ao “local sagrado” e marco do descobrimento na Câmara Federal.¹⁶⁴

Na Bahia, segundo Marques, e em contraposição ao que afirmava Freyre, quase todas as raças do globo se encontraram e se misturaram. Em virtude do elevado número de homens de letras e de ciências, o Estado ficou conhecido como Atenas Brasileira. Mesmo sendo célula *mater* da nação, segundo ele, no passado a Bahia não se aproveitou da sua hegemonia para

¹⁶⁴ O democrata, 29 de outubro de 1922.

engrandecer-se à custa de outras províncias. Para ele, dentro da história do país, a Bahia “teve em todos os tempos viva consciência da sua responsabilidade perante a história, como iniciadora e diretora da cultura nacional”. Marques ainda explica a hegemonia paulista sob a seguinte ótica:

Se a Bahia tivesse sabido compor a sua equação de idealismo e utilitarismo, ofereceria ainda hoje o mais elevado índice de civilização brasileira. Faltou-lhe a visão realista dos profissionais e técnicos, economistas, administradores e estadistas que muito posteriormente fizeram de São Paulo o esplêndido florão das energias construtivas do Brasil.¹⁶⁵

Marques faz questão de afirmar que se refere à eficácia da elite paulista e não da raça brasileira, pois quanto a esta, destaca, integra também, mesmo com menor influxo do que os estados do norte, o sangue da raça negra de origem africana. A Bahia e não os estados do Nordeste eram para ele o berço mais tradicional onde se gestou o Brasil. Foi sob o contexto das discussões entre o regionalismo freyriano e a modernismo paulista que acredito que ele escreveu e publicou *As voltas da estrada*. Tratou-se de uma resposta baiana aos debates sobre a nacionalidade e a identidade brasileira.

Conhecido como romancista praieiro, por publicar uma infinidade de obras ambientadas na Ilha de Itaparica, sua terra natal, pela primeira vez escreveu uma obra que valorizava o ambiente rural do Recôncavo baiano, não por acaso, uma das sociedades mais antigas e tradicionais nas Américas. Na obra, destacou temáticas como a escravidão, a imigração, a transição política do Império para a República, e, essencialmente discutiu o processo de mestiçagem do povo brasileiro.

Ao analisar a obra de Xavier Marques, Eugênio Gomes, afirma que em *As voltas da estrada*, o autor resolveu tratar da formação da nacionalidade brasileira. Sobre isto o crítico afirma que:

As voltas da estrada é [...] a história de uma fase dramática de transição na vida nacional, observada através de uma cidade do Recôncavo baiano, e que vai da abolição da escravatura à república, projetando senzalas e solares, os senhores de engenho, a sociedade nova, o processo de expropriação de classes, o panorama tumultuário enfim da incipiente democracia brasileira. Tudo indica que a sua derradeira obra de ficção, pretendeu Xavier Marques, fazer relativamente a Bahia o que José Alencar tentara antes abrangendo o ciclo de formação da nacionalidade.¹⁶⁶

¹⁶⁵ MARQUES, Xavier. Por uma nova Bahia. Suplemento literário de A manhã, 7 de dezembro de 1942.

¹⁶⁶ GOMES, Eugenio. O romancista Xavier Marques. Diário de São Paulo, 23 de junho de 1963.

A minha discordância de Eugênio Gomes sobre a leitura do romance dá-se no trecho final do seu comentário: acredito que Xavier Marques quis fazer à Bahia o que José Américo de Almeida fez à Paraíba, em *A bagaceira*. Marques escreveu o seu romance no ano de 1929 – um ano depois do romance do autor paraibano –, e o publicou em 1930 apenas em virtude da demora em encontrar uma editora que desejasse publicá-la. A mais de uma década sem publicar um romance, o autor aventurou-se a escrever uma obra completamente fora dos ambientes aos quais estava acostumado a emoldurar suas novelas. Sua intenção parecia mesmo inscrever seu nome no panteão dos romancistas que escreveram sobre a formação da nacionalidade brasileira, com primado as comunidades do Recôncavo.

Na década seguinte, em 1937, uma análise do então recém-publicado romance *Banguê*, de José Lins do Rego, um crítico assim se referiu ao romance de Marques:

Como em *As voltas da estrada*, do Sr. Xavier Marques, o romance *Banguê*, do Sr. José Lins do Rêgo, brasileiro também, faz-nos ver de perto o desastre dos antigos senhores de engenho ou dos seus herdeiros, cujas cabeças ou caracteres fracos deixaram escapar a riqueza e o poderio em benefício de mestiços ou negros mais fortes de corpo, de alma ou de cerebro. Degeneração, abdição, decadência derrota, morte.

Lá está no próprio *Banguê*: “Eles, os brancos eram mandados por mulatos mais hábeis”

[...]

Bugrinha, Fruta do Mato, As voltas da estrada, A Bagaceira, Banguê, são aspectos diversos do pitoresco sertanejo do Brasil. Se é isso que há de “mais brasileiro” ou de “bem brasileiro” sempre buscaremos com que o mesmo assunto se nos ofereça repetidamente por talentos diversos de narradores, descritores, psicólogos, novelistas ou poetas de Lá.¹⁶⁷

O tema da decadência frequente, há muito tempo, as páginas da história, da filosofia e da literatura. Trata-se de um sintoma de desagregação, de destruição ou de declínio de uma **época**, representada por valores ideológicos, já inadequados à sua **época**, embora ainda sejam defendidos por uma determinada classe social agonizante.¹⁶⁸ De fato, entre os autores a que se refere o articulista, essa temática dizia respeito à própria realidade social das elites em crise.

O final do século XIX e início do século XX são caracterizados por profundas mudanças no âmbito político, social e econômico, em escala global. Nesse acelerado momento de metamorfose da sociedade, fortalece-se uma classe absolutamente hegemônica, a burguesia, solapando os últimos privilégios de uma aristocracia ainda arraigada a um mundo

¹⁶⁷ D. Casmurro, Ano I, N. 21. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1937.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Marcelo Souza. Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro. EDUNEB. Salvador, 2008. (Ver a Introdução).

em que predomina a idolatria do passado por oposição a um presente desairoso. Referindo-se às personagens de José Lins do Rego, numa abordagem coextensiva às obras em foco, Antonio Candido afirma:

Os seus são sempre indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e o que não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto.¹⁶⁹

O tema da decadência converteu-se numa temática romanesca privilegiada para retratar simbolicamente as transformações sociais e econômicas e suas inevitáveis consequências, ocorridas com o processo de modernização capitalista em países periféricos como Brasil, destacando-se em autores advindos de estados como Bahia, Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Em José Lins do Rego, o tema da decadência é determinante em todos os planos de *Fogo Morto*, obra síntese do “ciclo da cana-de-açúcar”: um conjunto de seis romances que narram a substituição de um modelo econômico obsoleto, o engenho, por outro mais representativo da ofensiva capitalista na região canavieira do Nordeste, a usina. O romance oferece, ainda, ao leitor, a história de seres fracassados: heróis “de decadência e de transição, tipos desorganizados pelo choque entre o passado e um presente divorciado do futuro”.¹⁷⁰

Nos romances de Lins do Rêgo e de Almeida aparece, conforme indica pertinentemente o articulista apresentado linhas atrás, os mesmos que aparecem em *As voltas da estrada*. Uma das diferenças cruciais, porém, está no desfecho entre o “engenho” e a “usina”. Na obra dos primeiros autores, a economia canavieira ainda é retratada, mesmo com todos os seus problemas, e aparece a expectativa da sua modernização através das usinas. Em *As voltas da estrada* retrata-se a derrocada dos engenhos, após o fim da escravidão e não há qualquer possibilidade de modernização dessa atividade econômica e muito menos das relações de produção. Prevalece uma comunidade que vive dos mandos e desmandos dos chefes políticos e todos sobrevivem através do aviltamento de obras públicas. Nesse sentido, percebe-se o quanto ambas as obras ficcionais aparecem como representações culturais das realidades sociais de cada autor.

Dentre os romancistas que havia “por cá” pelo Nordeste, Xavier Marques, propôs-se a oferecer uma versão da formação da civilização brasileira sob o ponto de vista de um baiano.

¹⁶⁹ CÂNDIDO, Antonio. Um romancista da decadência. In: *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 1992. P. 61

¹⁷⁰ CÂNDIDO, Antonio. Um romancista da decadência, p. 62.

Na saga da formação da raça brasileira contada em *As voltas da estrada*, o narrador faz questão de destacar logo nas primeiras páginas da história que “das antigas cidades do Norte que floresceram com o trabalho dos escravos, utilizados nas grandes lavouras de cana e nos engenhos de açúcar, nenhuma excedeu em prosperidade a essa então chamada Nossa Senhora do Amparo do Itaípe”,¹⁷¹ cidade que era a “imitação da cidade de Santo Amaro da Purificação”, segundo o narrador.

A adoção da metáfora do açúcar é tão forte em *As voltas da estrada* que o narrador a alegoriza de maneira peculiar: “Açúcar branco, açúcar mulatinho, açúcar mascavo, assim, eram classificados os produtos da grande indústria regional, em paralelismo com os três tipos representativos da raça”.¹⁷² Nota-se que o narrador mostra que as três raças já tinham gerado o “açúcar mulatinho” e que o sangue indígena desaparece, pois haveria sido assimilado. O “açúcar mulatinho” para o autor representava o mestiço que ainda com acentuados caracteres africanos seria o embrião de uma raça brasileira totalmente branqueada.¹⁷³ Esse é um tema porém, para próxima seção.

Por ora, cabe refletirmos que Xavier Marques certamente tinha objetivos pontuais a demonstrar. Ao situar sua narrativa no Recôncavo baiano e que dentre os engenhos do norte, eles os eram mais “antigos” e “prósperos”. O autor recriou a metáfora do açúcar e tentou demonstrar que a Bahia “é a mãe da civilização brasileira”. E se a Bahia foi a mãe, o Recôncavo foi o berço onde nasceu o Brasil.

2.2. Xavier Marques e os outros: pontos e contrapontos

A nós particularmente cumpre-nos empregar com muitas restrições a palavra – raça, “formula vaga a que, no estado atual das ciências, nada definitivo pode corresponder” (Xavier Marques, 1922).¹⁷⁴

¹⁷¹ MARQUES, *As voltas da estrada*. Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1930. cap. 01.

¹⁷² MARQUES, *As voltas da estrada*, cap. 01.

¹⁷³ Esse assunto será retomado no capítulo III que trata da mestiçagem e da formação de uma raça brasileira em *As voltas da estrada*.

¹⁷⁴ MARQUES, Xavier. Unidade da raça e unidade nacional. In: *Mundo Literário*. Ano I, Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922. p. 133.

Essa frase de Xavier Marques me causou sentimentos mútuos de desesperança e alívio. Digo isso porque me propus a realizar a tarefa de tentar entender como o autor de *O feiticeiro* compreendia a raça enquanto categoria por entender que para ele um país não poderia se pensar como uma nação se não tivesse uma raça distinta. Se o romancista instrumentalizou suas concepções raciais em suas obras ficcionais era de fundamental importância saber como ele percebia o universo racial brasileiro.

Em Xavier Marques não há uma definição precisa para raça, há sim uma constante preocupação em pensá-la no contexto da formação da nação brasileira. Na verdade, tal conceito sofre variadas imputações dos mais diversos pensadores brasileiros que viveram durante a Primeira República. Porém, existe sempre uma espécie de fidelidade às concepções de pensadores brasileiros e europeus do Século XIX, tais como o francês Gustave Le Bon e o brasileiro Silvio Romero. Marques apresentava, portanto, ideias típicas do racismo científico que estavam sendo fortemente atacadas e perdiam força e influência na década de 1920 e perderiam mais força ainda na década seguinte.

Como vimos anteriormente, o Brasil na sua primeira metade do século XX buscou absorver essa atmosfera de modernidade trazida principalmente pelos pensamentos das vanguardas europeias. A ideia de uma nação como uma unidade nacional, sob os pontos de vista cultural, político e econômico vindo do velho continente europeu tinha grande aceitação no imaginário dos intelectuais brasileiros que enxergavam nestes pontos de vistas o alicerce que levaria o Brasil a se efetivar como uma “nação moderna”.

A concepção de modernismo brasileiro dentro de nossa historiografia atual acabou sendo associada de forma única ao movimento da Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo, tendo como principais nomes: Mario de Andrade, Oswald de Andrade, entre outros. Nesse contexto o texto de Monica Velloso, vem de encontro a esta tendência tradicional de nossa historiografia, apontando a insurgência de movimentos modernistas brasileiros, ocorridos em outras regiões nacionais, como a escola modernista de 1870, em Recife, e o movimento boêmio dos intelectuais cariocas nas duas primeiras décadas do século XX. Portanto podemos dizer que as ideias de modernidade no Brasil foram construídas durante o final do século dezenove e início do século vinte. Sendo assim, o significado do modernismo brasileiro tem de ser entendido como um conjunto heterogêneo com as devidas distinções entre os movimentos e as épocas que foram citadas.¹⁷⁵

¹⁷⁵ VELLOSO Mônica Pimenta O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 353-385.

A escola modernista de Recife de 1870 sob a liderança de Tobias Barreto e tendo nomes como Silvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu, lançou as primeiras concepções de modernismo para o Brasil. Oriundos da faculdade de direito do Recife, esses intelectuais pensavam num projeto que levaria a sociedade brasileira daquele fim de século, enraizada em visíveis problemas históricos como a grande diversidade do povo brasileiro. Índios, brancos, negros e mestiços atrapalhavam a aceção de uma identidade nacional, necessária para o progresso de uma sociedade moderna e civilizada. Assim, para progredir, o Brasil, precisava romper com o seu passado histórico fundado numa sociedade miscigenada e de produção agrícola, para finalmente ter sua inclusão no mundo moderno.

A nacionalidade era a matéria-prima que deveria ser trabalhada pelo saber científico. Ser moderno implicava obter o significado de ser brasileiro, se reconhecer como nação, conhecer seu passado, sua brasilidade, longe de uma história europeia de domínio português. Nesse período, vários autores buscavam encontrar uma interpretação para dar conta da questão da identidade nacional. A ótica destes primeiros intelectuais do modernismo brasileiro estava carregada dos conceitos das cartilhas evolucionistas, do darwinismo social. Entretanto, imperava ainda uma visão de estágios de desenvolvimento, sendo que era entendido como missão, para os intelectuais, dirigir o processo de desenvolvimento e nacionalidade. Isso só poderia ocorrer mediante o reconhecimento da pluralidade e do recenseamento da nossa cultura.¹⁷⁶

O Brasil, pela sua característica histórica, sempre era visto como atrasado e inferior às nações europeias e o seu progresso enquanto civilização estaria em eliminar ou romper com tudo aquilo que lhe colocava um entrave para o progresso e inclusão do país na era moderna. A miscigenação era vista como um fenômeno que deixou a sociedade brasileira sem identidade, tendo elementos de vários modos de vida distintos culturalmente, algo que era visto como perigoso, pois poderia causar um desequilíbrio na ordem social dos grupos étnicos a qualquer momento, impedindo o progresso ou estancando-o em seu desenvolvimento. A solução pressuposta pelo movimento foi a teoria do branqueamento. Pensada por esses intelectuais, a solução concatenava com a ideia de “supremacia racial”, na qual a “raça” branca, em cruzamentos com as demais raças se sobressairia e perpetuaria o fim das demais “raças”. Muitos quadros de pintores da época retratam a imagem de filhos de negros mestiços como brancos, incentivando o casamento inter-racial como projeto de modernidade. Outro fator importante projetado por esse modernismo está na diluição da cultura mestiça por uma

¹⁷⁶

VELLOSO Mônica Pimenta O Modernismo e a questão nacional. p. 353-385.

cultura “erudita” advinda das vanguardas europeias. Assim, a imigração de italianos, espanhóis e alemães para a plantação de café no sul do Brasil seria o início de um processo de europeização da cultura brasileira eliminando seus vínculos históricos coloniais.¹⁷⁷

Entretanto, Mônica Pimenta Velloso assevera que no período que se sucedeu à Primeira Guerra Mundial, modificou-se radicalmente a maneira de pensar o Brasil. A visão da nacionalidade e da arte como força primitiva, espontânea, indubitável e marcada, particularmente, pela ideia de inferioridade étnica não se sustentava mais. Essa onda de nacionalismo seria, segundo a autora, um reflexo do contexto internacional que anunciava o declínio da cultura europeia e aurora do novo mundo, representado pela América. Para um mundo em crise, o Brasil e o restante da América passaram a simbolizar a fonte inspiradora de toda uma cultura. A partir daí, tornam-se ultrapassados os parâmetros científicos europeus, calcados na ideia de desenvolvimento de uma suposta evolução étnica. Não há mais um padrão universal de desenvolvimento, mas singularidades e expressões culturais únicas, dignas de serem conhecidas e analisadas.¹⁷⁸

No entanto, gostaria de contrapor, mesmo que parcialmente, as afirmações de Mônica Velloso lembrando uma realidade inerente a qualquer sociedade humana: dentro de um contexto de mudanças existem sempre as correntes conservadoras, ou seja, aquelas que tendem a resistir em suas ideias, mesmo que em processo de superação e desuso. Assim como Jair Souza Ramos,¹⁷⁹ ao analisar a obra de Oliveira Viana, parto do princípio de que Xavier Marques buscou defender a cientificidade do conceito de raça como chave interpretativa da vida social, tendo defendido sua argumentação num momento em que as abordagens racistas perdiam terreno na antropologia em favor de interpretações de tipo culturalista¹⁸⁰. Nesse

¹⁷⁷ VELLOSO Mônica Pimenta O Modernismo e a questão nacional, p. 353-385.

¹⁷⁸ VELLOSO Mônica Pimenta O Modernismo e a questão nacional, p. 371-372.

¹⁷⁹ RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. In: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Mai/Ago. 2003. pp. 573-701.

¹⁸⁰ Como nos mostram Stocking Jr. (1982), em seu texto sobre Boas e a crítica do racial formalism, e o próprio Oliveira Vianna (1934, p. 16) em sua crítica, que acompanharemos mais à frente, das "teses igualitaristas" (sic)propostas por "doutrinadores reacionários" . O racismo científico vinha perdendo terreno também nas interpretações histórico-sociológicas sobre o desenvolvimento nacional tanto a partir do surgimento de interpretações como a de Gilberto Freyre (1930), que consolidavam a imagem de "cooperação" entre as raças, quanto em movimentos como o sanitarista, que davam destaque à doença, e não só na origem racial, para explicar a situação de "atraso" do trabalhador nacional (LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.23-40). É importante salientar que nestes dois casos o conceito de raça não perdia completamente a sua utilidade, ele deixava, sim, de ser concebido como um elemento unilateralmente determinante e era retomado a partir de uma perspectiva neolamarckiana em que a raça interagia com o meio ambiente, com as experiências históricas, e, até mesmo, com os comportamentos culturais em sínteses variadas e multideterminadas (Maio, Marcos Chor . A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso) Rio de Janeiro, v. 11, n.2, p. 226-237, 1995.).

sentido, conservadoramente, as elites baianas se mostraram, em sua maioria, identificadas com as ideias de Marques, como podemos perceber, por exemplo, nas posições do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.¹⁸¹

Velloso, porém, nos fornece a base para estabelecer o diálogo que proponho nas linhas a seguir: na última década da Primeira República muitos intelectuais ainda defendiam a teoria do branqueamento pautado no evolucionismo social. Não foi pequena também a repercussão da defesa de tais discursos, mesmo que em casos de polêmicas por serem julgadas já ultrapassadas. Esse é o caso, por exemplo, de Oliveira Viana, pensador que era uma das principais influências de Xavier Marques, até porque o próprio Xavier Marques pertencia a essa geração. Na década de 1920, assim como Graça Aranha, ele já era um senhor sexagenário. Ambos procuravam dar voz ainda aos pensamentos de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Nina Rodrigues e tantos outros.

A abertura da segunda edição da revista *Mundo Literário*, na qual Marques publicou o artigo “Unidade da raça e Unidade Nacional” estampa o poema “Alma Brasileira”, de Graça Aranha, então colega de Marques na Academia Brasileira de Letras. Em “Alma Brasileira”, o autor coloca o caráter transitório e diversificado da formação na nação brasileira naquele momento. No poema, ele afirmou que “a nossa alma é múltipla, misteriosa e estranha. [...] Tudo é a minha alma, tudo é alma tenebrosa da minha raça. [...] Tal é o ser estranho e infinito da minha raça. Assim, não será mais o espírito da sua posteridade”.¹⁸²

Em 1902, Graça Aranha publicara *Canaã*, quando usou o romance como palco alegórico para a reflexão e o lançamento de ideias sobre a sociedade brasileira, corporificados nos dois protagonistas alemães, tanto de teor consonante quanto de teor estritamente dissonante ao debate. Mostra-se que o autor não se mantém numa posição neutra e aproveita os discursos para uma crítica conceitual ao Nacionalismo, racismo e “cientificismo”, característicos de sua época – porém, ao mesmo tempo, sem conseguir se livrar plenamente dessas premissas. O romance promove, desta forma, apesar do final pessimista, a visão

¹⁸¹ Aldo Moraes analisou a defesa da teoria do branqueamento por vários membros do badalado Instituto Geográfico Histórico da Bahia, instituição da qual Marques também fazia parte. SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006. Capítulo IV.

¹⁸² ARANHA, Graça. Alma Brasileira. In: Mundo Literário. Ano I, Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922.

utópica de um Brasil como possível precursor na realização de uma idealizada nova sociedade humana, além das categorias e do princípio do “nacional”.¹⁸³

Em 1922, Graça Aranha foi eventual entusiasta do movimento dos jovens paulistas, porém, compunha o que Arnoni Prado chamou de “falsa vanguarda” do modernismo da década de 1920, pois compunha juntamente com João do Rio, Ronald de Carvalho, Renato de Almeida, Menotti Del Picchia e outros o grupo que cultivava uma relação bastante ambígua com o passado histórico e literário; alimentaram, com retóricas maquiadas de modernas, a posição elitista das nossas oligarquias; derivaram tanto pelo cosmopolitismo mimético quanto pelo nacionalismo xenóforo.¹⁸⁴ Essa afinidade “ambígua” com os discursos do passado foi levada a cabo por Xavier Marques. Na verdade, ele apresenta uma posição conservadora, quanto às influências sobre a “imagem étnica do Brasil”.¹⁸⁵

Em vários de seus escritos o autor de *Jana & Joel* deixou sinais de quais eram os elementos constitutivos de sua ideia de raça e, em especial, de sua aplicação em relação ao “problema racial” brasileiro. Nesse sentido, o ano de 1922 revelou-se como desencadeador de uma série de publicações de sua autoria onde ele se preocupava em pensar tais questões uma vez que a ordem do dia parecia mesmo ser discutir a formação nacional brasileira. Para o autor de *As voltas da estrada*, o conceito mais adequado de raça que se poderia ligar “ao caso do Brasil” seria o de “um grupo humano em cujos indivíduos, com a comunidade da língua, de certos costumes e instituições, se formaram uma consciência nacional”.¹⁸⁶ Nesse sentido percebe-se a confusão que o autor fazia entre raça e cultura, algo comum a outros pensadores contemporâneos, a exemplo do próprio Graça Aranha, conforme afirma José Paulo Paes.¹⁸⁷

Outra ideia que Marques conservou dos pensadores da geração de 1870 foi a teoria do branqueamento que para ele era uma espécie de obra da “evolução da história”. Para o autor, dever-se-ia aplicar esse conceito ao caso brasileiro porque se tratava de um povo surgido a partir de três raças ainda não necessariamente “fundidas”. Sobre essa questão ele afirmou que “a nossa raça não se está formando quimicamente, como um composto definido. A cada momento da nossa história a proporção dos “sangues” e a “natureza dos ingredientes” que ao

¹⁸³ Ver WINK, Georg. A formação da “nação” brasileira no romance *Canaã* de Graça Aranha - o debate intelectual sobre a questão “nacional” na primeira república como substrato de uma ficção ideológica. In *Revista Linha D'água*. Revista Eletrônica da USP, N. 17, Vol. 01. São Paulo, 2004; PAES, José Paulo. *Canaã: horizonte virtual*. *Estud. av.* vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991.

¹⁸⁴ PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerários de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Ed. 34. 2010.

¹⁸⁵ MARQUES, Xavier. *Imagem Étnica do Brasil*. In: *O jornal*. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938.

¹⁸⁶ MARQUES, Xavier. *Unidade da raça e unidade nacional*. In: *Mundo Literário*. Ano I, Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922. p. 133.

¹⁸⁷ PAES, José Paulo. *Canaã: horizonte virtual*. *Estud. av.* vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991.

acaso vão combinando, descuidados e alheios dessa real homogeneidade que queremos antecipar a obra dos séculos”. A busca por uniformidade racial segundo ele era essencial para combater os “polimorfismos”, pois estes seriam “intensamente desarmonizadores”. Os efeitos mais drásticos de uma falta de unidade racial seriam os de ordem moral, pois estes seriam um real e efetivo “prejuízo à nacionalidade”.

Marques parecia não estar sozinho na defesa dessas ideias. Na Bahia, ao que tudo indica, parece ter havido certa prevalência do racismo científico nos últimos anos da Primeira República. Muitos membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia uma das instituições baianas mais sólidas na Primeira República, da qual Marques também era membro, defendiam posições semelhantes as dele. O integrante em questão era Theodoro Sampaio, um dos mais ilustres intelectuais brasileiros da Primeira República. Sua tese: o Brasil havia já iniciado o efetivo desenvolvimento de uma raça própria, única e capaz, e o fazia com os elementos de que dispunha historicamente (o branco português, o indígena e, igualmente, o negro), sendo mesmo a condição mestiça do povo uma prova de sua adaptabilidade e potencial de desenvolvimento, e não um estágio a ser superado.¹⁸⁸ Por tudo isso, concluiu Sampaio:

A nova civilização diferirá certamente da europeia, porque evoluída em meio diverso; mas, nem por isso, lhe será inferior e a História registrará, pela primeira vez, o despontar de uma civilização de tipo próprio, tendo por berço e por domínio uma região das mais vastas da zona tórrida, a região inabitável dos antigos. Este será o destino do Brasil.¹⁸⁹

Diferente de cidadãos afrodescendentes como Manuel Querino que rejeitava as teorias racistas como categorias explicativas,¹⁹⁰ Sampaio jamais abriu mão, como também não o fizeram seus pares, da defesa da necessidade do elemento europeu para aprimorar e acelerar o processo de desenvolvimento da nacionalidade brasileira.¹⁹¹ Pareceu mesmo ver essa fórmula como a única possível quando deu seu parecer sobre a figura simbólica (europeia) da Bahia, em 1919, ou ainda quando voltou a lamentar a falta dos braços estrangeiros para a exploração

¹⁸⁸ SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006. p. 184.

¹⁸⁹ SAMPAIO, Teodoro, 1911, p. 115-135, apud MORAES, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. p. 189.

¹⁹⁰ O afrobaiano Manuel Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação em 1851 e faleceu em 1923. Refutou veementemente o racismo científico e suas teorias, publicando obras nas quais intentava dar voz a sujeitos sociais discriminados e também demonstrar a importância do negro no processo de formação histórica do Brasil. Sobre sua trajetória ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino entre lutas e letras: 1851-1923. São Paulo: Anablume, 2009.

¹⁹¹ SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930, p. 192.

das riquezas do estado, em 1928.¹⁹² A maior parte dos intelectuais baianos demonstrava seu conservadorismo em relação ao “problema do negro” no Brasil. Demonstravam via de regra, visões e práticas preconceituosas que se verificavam não só no IGHB, mas também nos jornais e na postura dos governos.¹⁹³

Outro intelectual baiano de grande destaque a difundir os discursos raciais foi Pedro Calmon. Mesmo sendo de uma geração posterior a de Marques e Sampaio escreveu vasta obra onde também difundiu tais ideais. Em seu estudo de mestrado, Mariele Araújo analisa os espaços sociais destinados ao negro no discurso de construção da nacionalidade brasileira, entre os anos 1922/33, através da produção intelectual do historiador Pedro Calmon. Apresenta os reflexos da posição social deste autor na forma de desenvolvimento dos temas por ele abordados, e interpreta a sua visão acerca do papel do negro na História do Brasil e na formação do caráter nacional, à luz dos conceitos raciais de seu tempo e das reivindicações sociais dos afro-descendentes.¹⁹⁴

Em 1922, ainda iniciante no mundo acadêmico, publicou um artigo onde afirmava também que o Brasil era um país mestiço que havia sido organizado pelo português: “A colonização brasileira foi operada pela mestiçagem; a americana, com a pureza original dos elementos étnicos conjuntos”.¹⁹⁵ Pedro Calmon pensava, contudo, que a miscigenação teria ocorrido apenas com as etnias colonizadas e os “brancos degredados”. Influenciado por Oliveira Viana, afirmava que os brancos que não se “misturaram” seriam destinados a se tornar as elites brasileiras.¹⁹⁶ Além dos artigos e livros de História, Pedro Calmon chegou até a escrever, em 1922, um romance que teria por título *Alma Preta*, onde apresenta a forma polarizada e enviesada pelo racismo que lhe era peculiar, como compreende a tensa relação entre senhores e escravos no passado escravagista brasileiro.¹⁹⁷

¹⁹² SAMPAIO, T. A Bahia: atualidade e futuro. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, n. 54, p. 147-172, 1928.

¹⁹³ Ver: BACELAR, Jefferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro, Pallas, 2001; ARAÚJO, Mariele S. A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33. (Dissertação de Mestrado em História), UFBA, Salvador, 2006; REIS, Meire Lúcia Alves dos. A Cor da Notícia: Discurso sobre o negro na imprensa baiana – 1888-1937. Dissertação (Mestrado em História Social / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Salvador : Universidade Federal da Bahia, 2000.

¹⁹⁴ ARAÚJO, Mariele s. A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33. (Dissertação de Mestrado em História), UFBA, Salvador, 2006.

¹⁹⁵ CALMON, Pedro. “A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na Conjuração Mineira”. In: Anais do Congresso Internacional de História da América. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1925, v. 5. p. 505-525.

¹⁹⁶ ARAÚJO, Mariele s. A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33. (Dissertação de Mestrado em História), UFBA, Salvador, 2006. pp. 22-24.

¹⁹⁷ CALMON, Pedro. *Alma de Preta*. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

Em parcial contraposição ao que pensava Calmon, Xavier Marques defendia que as três raças formadoras do Brasil teriam se misturado e produziram um mestiço superior, através da prevalência do “sangue” da raça mais “civilizada”, a portuguesa. Em “Unidade da raça e Unidade Nacional”, Marques defende que o Brasil teria uma capacidade única de fundir os elementos dos “grupos antropológicos” que aqui aportaram. Sendo que cabia ao Estado uma atenção especial para as novas correntes imigratórias que desejassem ingressar no país. Para ele, os melhores imigrantes seriam aqueles que tivessem intenção de se deixarem assimilar pela cultura nacional. Desde o descobrimento do país, para ele interessava a transição de “uma grei heterogênea para uma forma superior de vida, do agrupamento para a nação”.¹⁹⁸ Para ele, o Brasil já iniciara esse processo, pois já se organizara, adquirindo caracteres novos, por um processo semelhante ao que transforma os ajuntamentos de indivíduos em “multidões psicológicas”, com a diferença, em favor da coletividade nacional, de não ser transitória como as multidões.¹⁹⁹

Para Marques, coube à própria história esse trabalho. Evolucionista, seguidor das ideias do francês Gustave Le Bon,²⁰⁰ o autor definiu o que para ele era o sentido mais amplo da interpretação da formação da nação brasileira:

Deixamos, porém, a região obscura onde se elabora a alma dos povos. Com uma única palavra, a palavra mágica-evolução, costuma-se dar a razão de numerosos fatos menos acessíveis ao esforço especulativo da mente humana. Na explicação dos fenômenos sociais é ainda esta palavra que acode a suprir a exaustiva indagação das causas, lançadas estas englobadamente, à conta e responsabilidade da história. **Um povo, diz Le Bon, é um organismo criado pelo passado.** Parece pouco, mas é tudo. Digamos também, valendo-nos dos preciosos recursos: **a raça, o povo, a nação brasileira é um produto do passado, obtido por evolução. É um parto feliz da história.**²⁰¹ [grifo meu]

¹⁹⁸ MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional. In: Ensaio: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 34

¹⁹⁹ MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional. In: Ensaio: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 34

²⁰⁰ O psicólogo francês Gustave Le Bon nasceu no dia sete de maio de 1841 e faleceu em 13 de dezembro de 1931. Entre outras nomeações, foi psicólogo social, físico amador e sociólogo. Le Bon foi considerado um dos nomes mais importantes da área da psicologia, os temas que abordou foram de importância fundamental no século XX. Entre eles, destacam-se psicologia das massas, comportamento de manada e teorias sobre características nacionais e de superioridade de raça. Uma boa leitura sobre sua produção está pode lida em CONSOLI, Maria Cristina. Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20II/Marcia%20Cristina%20Consolim.pdf>, acesso em 19/05/2013.

²⁰¹ MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional. In: Ensaio: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 35.

Le Bon desenvolveu o conceito de alma da raça, ou caráter nacional. Não distinguia as raças pelas características físicas, mas pelos traços psicológicos, pois, segundo ele, a ciência ainda não havia estabelecido com segurança a relação desses traços com o formato do crânio, principal medida racial da época. Estabelecia uma hierarquia psicológica das raças colocando o homem indo-europeu no ápice, seguido do asiático, do africano e do australiano. As raças superiores se distinguiriam das inferiores pela Inteligência e pelo Caráter. O Caráter distinguiria as raças superiores em si. O caráter da raça separaria o destino dos povos da América do Norte e do Sul (incluindo o povo brasileiro). De um lado, caráter energético, vontade forte, iniciativa, independência, moralidade. Do outro, falta de energia, de vontade, de moralidade. De um lado, progresso, liberdade, de outro anarquia, violência e despotismo.

²⁰² Em seu livro *Leis psicológicas da evolução dos povos*²⁰³ tem por objetivo descrever “os caracteres psicológicos constitutivos da alma das raças e mostrar como a história dum povo e sua civilização derivam desses caracteres”.²⁰⁴ Nesta obra Le Bon afirma que:

Os elementos de classificação que a anatomia, as línguas e os agrupamentos políticos não podem dar, soam fornecidos pela psicologia. Esta mostraria que, por detrás das instituições, artes, crenças e alterações políticas de cada povo, se encontram caracteres morais e intelectuais de que sua posição deriva; caracteres esses cujo conjunto forma o que se pode chamar-se de alma dum povo.

[...]

Os caracteres morais e intelectuais, cuja associação forma a alma do povo, representam a síntese do seu passado, a herança dos seus antepassados, os moveis da sua conduta. [...]

Estes agregado de elementos psicológicos, observáveis em todos os indivíduos dum povo, constituem o que com razão se denomina caráter nacional. O seu conjunto forma o tipo médio que permite definir um povo.²⁰⁵

Le Bon defendia nesse sentido que a comunhão de sentimentos, ideias, crenças e interesses, criada por lentas acumulações hereditárias, daria a constituição mental dum povo uma grande identidade e uma grande fixidez.²⁰⁶ Essas características em conjunto ajudariam a compor a alma de um povo. Dentre estas as mais primitivas seriam as raças negras, pois seriam capazes apenas de “rudimentos de civilização”, nunca tendo sido possível “irem além das formas de

²⁰² CARVALHO, José Murilo. As duas cabeças de Oliveira Viana. In: AXT, Gunter; SCHULER, Fernando. *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre, RS, Artes e Ofícios. 2004. p. 161.

²⁰³ LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*. Editora Universus. Rio de Janeiro. S/D. (Publicação original em 1894) Agradeço a professora Elciene Azevedo que gentilmente cedeu um exemplar original deste livro para que fosse utilizada nessa pesquisa.

²⁰⁴ LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*, p. 8.

²⁰⁵ LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*, p. 14-15.

²⁰⁶ LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*, p. 20.

civilização perfeitamente bárbaras”.²⁰⁷ Essa constituição mental não seria transmissível, por isso, para ele seria impossível para os povos superiores “impor” a sua civilização aos povos inferiores.²⁰⁸

Há uma forte presença da obra de Le Bon em Xavier Marques. Embora destaque também os aspectos físicos das etnias, ele foi conhecido pela sua “psicologia descritiva”²⁰⁹ uma vez que saberia descrever as características da “alma” de cada etnia, conforme se pode ler por exemplo, em *O feiticeiro*. No romance, os africanos são descritos como seres imorais, fetichistas e manipuladores, personificados, sobretudo, na figura de Pai Elesbão, personagem que aparece como uma espécie de espectro diabólico a “contaminar” a sociedade baiana com seus fetiches.

A inspiração na “psicologia das raças” de Le Bon foi um ponto de confluência entre Xavier Marques e Oliveira Viana, outro grande seguidor desse pensador francês. Em “Imagem étnica do Brasil”, Xavier Marques coloca algumas discussões onde demonstra bastantes concordâncias com as posições de Viana. Dentro de um contexto de um país etnicamente heterogêneo, no qual se discutia um código penal único para o território, até a unidade nacional, passando pela definição de um padrão racial que pusesse o Brasil ao lado das grandes nações do mundo. Colocava-se a questão a respeito da superioridade ou não das raças. Marques faz então uma referência ao pensador brasileiro afirmando que:

No mais, ao brasileiro, que em geral descarta de classificar-se antropologicamente pouco se lhe dá de ler o crânio de um jeito ou de outro, a estatura elevada ou meã cor da epiderme clara como a do “homo europacus” ou trigueira como a do “homo meridionalis”. Ele reconhece a hierarquia social, mas desconhece a hierarquia racial. Pensamos todos com Oliveira Viana: nem superiores, nem inferiores; desiguais, sim evidentemente.²¹⁰

Para Marques, assim como para Viana, não seria esta a questão a se tratar. Para eles a superioridade de uma raça se dava em função de um dado “momento histórico”, podendo uma mesma raça mostrar-se “superior” num dado momento e, em outro, revelar-se “inferior”.²¹¹ Relativizando as críticas dos que temiam um alinhamento do tema das raças a posições europeias em defesa de uma superioridade da “raça branca”, Viana procurava deixar claro:

²⁰⁷ LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*, p. 30-31.

²⁰⁸ LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*, p. 38

²⁰⁹ Os flagrantes da raça na psicologia descrita de Xavier Marques. In: *O democrata*, Salvador/BA, 12/10/1920.

²¹⁰ MARQUES, Xavier. *Imagem Étnica do Brasil*. In: *O jornal*. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938.

²¹¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005. P. 250.

“minha tese é outra. Eu não me preocupo com afirmar propriamente a inferioridade ou a superioridade desta ou daquela raça... O que afirmo é que elas são desiguais”.²¹² Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Marques afirma em relação à proibição da imigração de negros ao Brasil que:

Proibindo a entrada ao negro não o fazemos por considerá-lo o “bárbaro definitivo”. Mas, estacionário ou retardatário, como quer que seja, excedido como simples machina de trabalho, ele nada mais pode fazer pela nossa civilização e deixa-nos suspeitos ante o mundo civilizado.²¹³

Existiriam condições para que um povo evoluísse. As etnias negras jamais conseguiriam evoluir sozinhas, haviam, pois se tornado “retardatárias” para outras raças. Por isso, no Brasil as raças negras constituíam-se como um problema. Utopicamente Marques afirmava que haveria uma espécie de contrato social no Brasil de que participariam os vários “matizes” da população para que se “limpasse a geração”. Seria isso uma espécie de “eugenia empírica” do qual participariam mestiços e negros para que no futuro seus descendentes se vissem “livres” do seu “complexo de inferioridade”. Nesse sentido, afirmava ele, em três séculos, a raça estaria limpa, com a ajuda e a tutela do Estado. Seria esse futuro “tipo nacional” o homem “brasiliense” que “sem contraste caracterizado e inconfundível em suas aparecias caucásicas, o brasileiro típico, que há de superar todos os seus formadores”.²¹⁴ Essa que é, pois, a discordância entre os pensamentos de Viana e Marques, pois o primeiro estudava a heterogeneidade dos tipos brasileiros,²¹⁵ o segundo afirmava que haveria tendência à homogeneização racial. É também a tese presente em *O feiticeiro* e que é o argumento central de *As voltas da estrada*, como procuro discutir nesse estudo.

Ao contrário do que Marques sempre insistia em afirmar, havia no Brasil quem refutava veementemente as teorias racistas. A contestação do determinismo racial operada por Manoel Bomfim foi nesse contexto uma das mais marcantes. Dentro da linguagem biológica do seu tempo, este autor refutou a aplicação, segundo ele inapropriada, das teorias biológicas à sociedade humana. A fim de compreender o atraso em que se encontravam a América Latina e o Brasil, o autor investiu na análise dos problemas herdados do período colonial,

²¹² VIANA, 1934, p. 177. Apud BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005, p. 250.

²¹³ MARQUES. Xavier. Imagem Étnica do Brasil. In: O jornal. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938.

²¹⁴ MARQUES. Xavier. Imagem Étnica do Brasil. In: O jornal. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938.

²¹⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005. p. 254.

chegando à conclusão de que o atraso tinha motivações históricas derivadas da exploração predatória operada por espanhóis e portugueses na América Latina – o que vinculou à ideia do parasitismo.²¹⁶

Portanto, teria sido a colonização ibérica predatória a origem dos problemas nacionais e não a pretensa inferioridade racial dos povos que viviam nesse território. Dessa forma, Bomfim rechaçou a visão corrente na Europa de que a América Latina era composta de países habitados por gentes preguiçosas, mestiços degenerados e bárbaros incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades.²¹⁷ Em publicação de 1905, ao examinar a questão da mestiçagem, Bomfim refutou com argumentos históricos e sociológicos as qualidades negativas imputadas aos africanos e seus descendentes – como “submissão incondicional”, “frouxidão de vontade”, “docilidade servil”, “afetividade passiva” –, afirmando que tais características, quando presentes, eram frutos das condições históricas e sociais a que foram submetidos, ou seja, da escravidão, da exploração e do abandono.²¹⁸

Nesse sentido, Carolina Viana Dantas e Ângela Castro Gomes sugerem que “ao lado do amplo compartilhamento das teorias europeias racistas que existia na virada do século XX, crescem as divergências quanto à avaliação dos efeitos da miscigenação existente no Brasil, francamente constatada, mas nem sempre mais tão condenada”. Logo, a crença no fundamento científico dessas teorias continuava latente, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento. Mas, começava-se a avaliar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros na história e cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais.²¹⁹

No entanto, Marques, na contramão dessas correntes, tinha uma tese “otimista” acerca de um pretenso desaparecimento dos elementos das culturas indígenas e negras e da

²¹⁶ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. Rio de Janeiro, 1903-1914, Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007. Ver também: GONTIJO, Rebecca. “Manoel Bomfim: “pensador da história” na Primeira República”. Revista Brasileira de História. 2003, v. 23, n. 45 10 Dec. 2008; KROPF, Simone Petraglia “Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: Vozes Dissonantes ao Horizontes do Progresso”. Hist. cienc. saude-Manguinhos 1996, v. 3, n. 1 10 Dec. 2008; ALVES FILHO, Aluizio. Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979; SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

²¹⁷ BOMFIM, Manoel. América Latina. Males de origem, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993. p. 39.

²¹⁸ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. Rio de Janeiro, 1903-1914, Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007.

²¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala. Remate de Males – Revista do Deptº de Teoria Literária/UNICAMP, Campinas, 2000, p. 50; Carolina Vianna Dantas, O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. Rio de Janeiro, 1903-1914, Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007.

prevalência da raça portuguesa. Desaparecendo rapidamente da sociedade, as raças mais fracas, seriam uma “prova” de que o povo brasileiro estaria mesmo “evoluindo”:

Aqui já mal se discriminam os caracteres fundamentais e os atributos das raças, incultas que colaboraram na construção de nossa base física. De fato, onde estão hoje as suas línguas, os seus costumes, a sua organização social, as suas crenças e os seus ritos religiosos? Rudimentos de civilização, marcos de idades remotas em que elas se incrustaram, são apenas objetos de investigação histórica e científica. Índios e africanos valiam, sobretudo, no campo da biologia, como reprodutores, no campo da economia, pela energia muscular, como trabalhadores. Aglutinadas como o cabedal de cultura da raça civilizada, as suas contribuições ficaram mais ou menos como as várias raízes das palavras nas línguas aglutinantes, - sem valor real e quase sem sentido.²²⁰

Para o autor de *Jana & Joel* restavam apenas dessas culturas os vestígios de alguns condimentos, da culinária, “ligeira” influência nas músicas e danças populares. Os vestígios materiais como arco e flecha e os “ídolos” africanos seriam apenas objetos que poderiam ser vistos nos museus. Interessante notar que, para Marques, esses povos teriam cumprido “importante” função na formação da raça brasileira, com sua força física e como “reprodutores”. Estavam, contudo, por ser totalmente “aglutinados” pela “vultosa” cultura da “raça civilizada”, ou seja, da raça de ascendência latina portuguesa. Todos os elementos foram junto ao “fermento” de outros imigrantes “constitutivos de nossa raça, que é uma formação nova”.²²¹ Assim Marques declara que essas raças:

[...] Diminutas, em confronto com o vultoso legado português, as sobrevivências dos povos primitivos confundiram-se (e é o que merece relevo), no total que aí está representando o complexo das tradições e das inovações do Brasil mestiço. Para este resultado encaminharam—se todas as atividades, canalizaram-se todas as forças ocultas da história, realizando como que um plano preestabelecido, em obediência a um pensamento unificador.²²²

Assim, seguindo as tais “forças ocultas da história” o Brasil estava seguindo a sua “marcha evolutiva” sem deixar de ser o Brasil unido, íntegro e idêntico a si mesmo: Brasil brasileiro.²²³ Ao mesmo tempo em que Marques defende e enaltece o país em seus aspectos mais peculiares, muitos deles “frutos da fusão” com as “raças inferiores”, defendem a aglutinação e desaparecimento desses elementos. Ele discutiu esse processo também na

²²⁰ MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional. In: Ensaio: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 35 e 36.

²²¹ MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional, p. 36.

²²² MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional, p. 36.

²²³ MARQUES, Xavier. Unidade e unidade nacional, p. 44.

ficção. Em *O feiticeiro* (1914/1922), como veremos na próxima sessão, ele narra a “assustadora, mas derradeira contaminação” da fetichista religião nagô na sociedade baiana dos fins do século XIX, enquanto em *As voltas da estrada* (1930), ele nem sequer menciona qualquer elemento da cultura negra na sociedade baiana pós-republicana, numa clara alusão ao professo desaparecimento das influências advindas da cultura afrodescendente.

Segundo o autor itaparicano, não havia quem dentre os intelectuais brasileiros de seu tempo que discordasse da necessidade da mistura de “bom fermento” que era o sangue europeu. Citando os *Sertões*, de Euclides da Cunha²²⁴ ele afirmou: “Em páginas consagradas ao problema antropológico, retratando o nosso mestiço, Euclides da Cunha carregou demasiado nos traços negativos. Mas se o houvesse favorecido na mesma medida, maior desserviço nos teria prestado”.²²⁵

Não era tanto nem tão pouco. Ou seja, a raça brasileira não era evoluída, mas também não era atrasada. Contudo, corria o risco de se tornar estacionária, assim como as raças africanas. Desta forma, o Estado e classe dirigente tinham por obrigação moral intervir no processo de mestiçagem da população. Um dos principais instrumentos para viabilizar isso seria a instrução do povo. Para o ensaísta Marques, cabia primariamente à educação como “meio de cultura”. Segundo o autor:

Será ela [a educação] o único agente capaz de sobrestar, atalhando-os desde a infância dos indivíduos, os efeitos dispersivos da mescla de tantos elementos heterogêneos e de tantas tendências desencontradas. Incube a educação, no seio dessas diversidades crescentes que são ainda a perspectiva no quadro do nosso longínquo futuro, antes que erigir, por seleções impraticáveis, a unidade da raça, garantir e fortalecer a unidade nacional.²²⁶

As tais seleções “impraticáveis” a que se refere o autor eram uma referência à eugenia, então doutrina muito difundida no Brasil, sobretudo, pelos propagandistas ligados ao grupo liderado no Brasil por Renato Kehl.²²⁷ Marques defendia a ideia de que pela “obra dos séculos” deveria esperar que a natureza se encarregasse de realizar seu próprio processo de

²²⁴ Ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, Evolucionismo e raça em os Sertões. In: Revista Fênix. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 7 Ano VII nº 2, Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010; SEVCENKO, Nicolau. A Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

²²⁵ MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade. In: Ensaios: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 8.

²²⁶ MARQUES, Xavier. Unidade da raça e unidade nacional. In: Mundo Literário. Ano I. Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922. p. 134.

²²⁷ MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade, 1944.

“eugenia”, assunto que, aliás, abordou em artigo como “Imigratismo e Brasilidade”²²⁸ e ficcionalizou no romance *As voltas da estrada*, em 1930, ano seguinte à realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, conforme estudaremos no capítulo 2 desse estudo.

Em outras palavras, para Marques, antes de buscar a uniformidade fenotípica do povo brasileiro – algo que para ele deveria ser “obra dos séculos” –, o país deveria buscar civilizar seu povo através da instrução. O autor de *O feiticeiro* menciona, inclusive, as leis “intolerantes” e “preconceitos exclusivistas” que seriam realizados nos Estados Unidos que afetavam diretamente as populações negras daquele país. Para ele, era correto aceitar as correntes integradas historicamente ao país e procurar corrigir os “desvios” e “anomalias” morais que impediriam a evolução do povo brasileiro.

Citando o presidente americano T. Roosevelt, Marques afirma que se os imigrantes e seus descendentes deveriam aprender a falar, pensar e proceder como um brasileiro, assim como o líder norte-americano defendia que fosse feito nos Estados Unidos. Se, em curto prazo, era difícil pensar num “tipo antropológico” distintamente brasileiro era possível, nesse mesmo espaço de tempo, buscar na educação as formas com as quais se impusesse aqueles que quisessem integrar-se à vida brasileira uma consciência de sua nova nacionalidade. Sobre esse assunto Marques conclui:

Premunindo-nos melhor, confiaremos a pedagogia uma grande parte nessa obra de nacionalização, que há de ser incessante para ser eficaz, em correspondência com o movimento de entrada de novos povoadores e da procriação de crioulos em nosso território. A educação, com o intento de neutralizar as disparidades dos caracteres externos do povo, deve ser feita desde a escola primária, onde o ensino da língua e da história será obrigatório. Uma sociedade brasileira, que pela cultura e o caráter possa ser um núcleo educativo, assimilará o adventício e coabitante estrangeiro, impondo-lhe o falar, o sentir e o proceder em harmonia com os interesses que essa sociedade representa.²²⁹

O trecho é claro e identifica o papel da educação no processo de homogeneização do povo brasileiro e dos imigrantes que em terras brasileiras desejassem habitar. A educação “como grande modificador dos caracteres do povo” poderia não alterar os aspectos físicos do povo, mas resolveria o problema da diversidade relacionada aos aspectos morais e culturais, sobretudo das gentes descendentes de África. As frases finais do artigo retratam bem essa

²²⁸ MARQUES, Xavier. Educação das massas. Ilustração brasileira, n. 09, ano 13, Rio de Janeiro, Janeiro de 1936.

²²⁹ MARQUES, Xavier. Unidade da raça e unidade nacional. In: Mundo Literário. Ano I. Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922. p. 135.

questão “Se decorridos os séculos, como é de prever, não formos ainda uma raça extreme e típica, seremos em compensação, uma nação coesa. E não será isso suficiente para alcançarmos a boa fortuna e a glória?”²³⁰

Entendo que esse artigo constitui a base não só da atuação de Marques no mundo das letras, em seus vários artigos, ensaios e romances posteriores, mas também em sua atuação política dentro e fora do Congresso. A educação foi a grande marca da trajetória política do romancista de Itaparica, como veremos no último capítulo desse trabalho. Por hora, basta-nos retornar à problemática básica para qual ela, a educação, era a solução mais eficaz no pensamento de Marques: a unidade da raça e a unidade nacional.

2.3. Notas sobre a publicação e as leituras de *As voltas da estrada*

O título do romance é sugestivo e o romancista é sugestivo e o romancista é um artista. Entretanto, as preocupações durante o tempo preparatório para a alvorada revolucionária forçaram a afastaram-me do campo literário, absorvido que fiquei na verdadeira análise do cenário cívico-marcial [...] deixei em silêncio as dissertações literárias, por esse tempo, embebidas unicamente nos fatos que se vem desenrolando após o desfecho renovador, com rumo a melhor interpretação política que havemos de dar aos nossos problemas nacionais.²³¹

O romance do Sr. Xavier Marques devia ter aparecido ano passado [1930]. Motivos imperiosos, talvez provenientes da agitação revolucionária, retardaram sua distribuição, dando motivo a que (caso o retardamento tenha provindo mesmo da Revolução) se repetisse, com outro sentido a queixa de uma personagem de Anatole ‘*Croyezmoi, mona mi, La revolution ennuie: elle dure trop...*’ [Acredite em mim, um meio chato para a revolução: também é preciso ...].²³²

A imprensa carioca noticiou que em virtude do que conhecemos hoje como “Golpe de 1930”, o romance *As voltas da estrada* só chegou às livrarias um ano depois da sua impressão na Livraria Freitas Bastos. Os articulistas ora citados nos informam que o estado “cívico-marcial”, a “agitação revolucionária” retardaram a distribuição da obra. De fato, não consegui identificar, entre as várias resenhas da obra, nenhuma sequer que tenha sido publicada em 1930. Todos os jornais só publicaram seus comentários do romance de Marques no ano

²³⁰ MARQUES, Xavier. Unidade da raça e unidade nacional. In: Mundo Literário. Ano I. Vol. I, N. II, Rio de Janeiro. 05 de junho de 1922. p. 135.

²³¹ TAVARES, Gerson. Livros novos: *As voltas da estrada*. In: Diário Carioca, 01 de abril de 1931. pp. 2 e 10.

²³² MALTA, Trotes. Crônica do livro *As voltas da estrada*. In: A Noite, Rio de Janeiro, 16 de março de 1931.

seguinte. De fato, os conturbados acontecimentos ocorridos em 1930, podem ter dificultado a circulação e repercussão da obra de Marques.

Outra informação sobre o processo de publicação do romance também nos chamou a atenção. Segundo Humberto de Campos, o romance *As voltas da estrada* teria sido rejeitado por editoras soteropolitanas e cariocas, sendo publicado pela editora da Livraria Freitas Bastos (Antiga Leite Ribeiro - RJ). Mesmo assim, mediante pagamento do autor de 50% dos custos da produção.²³³ Não sabemos os reais motivos das dificuldades encontradas pelo autor em publicar seu romance, mas podemos sugerir que se as correntes teóricas, tais como o racismo científico e evolucionismo social estavam sendo francamente desacreditadas, colocadas em xeque pelo avanço do culturalismo,²³⁴ o texto pode ter sido considerado anacrônico e ultrapassado pelos editores.

Desta maneira, a saída encontrada pelo autor para localizar uma editora pode ter sido procurar suas antigas relações no mercado editorial. A Editora Freitas Bastos já conhecia o trabalho de Marques, pois havia publicado a segunda edição de *Boto & Cia* – sob o nome de *O Feiticeiro* –, em 1922. Além disso, Marques também havia sido do corpo editorial da Revista *Mundo Literário*, publicada por essa editora entre 1922 e 1926.

Carlos Leite Ribeiro, seu proprietário, segundo Renata Moraes, teve influências da segunda metade do Século XIX, no seu contexto de lutas ideológicas, especialmente em favor da Abolição e da República. A atuação de Leite Ribeiro no movimento abolicionista foi lembrada por Osório Duque Estrada em livro intitulado *Abolição, um esboço histórico*²³⁵, publicado em 1918 por essa mesma editora. Nesta obra, Duque Estrada ressaltou sobre o proprietário “nos gloriosos tempos da propaganda abolicionista, ao lado de José do Patrocínio, pela redenção de uma raça”.²³⁶ Outro conhecido personagem que publicou uma obra dessa

²³³ Humberto de Campos, em anotações do dia 5 de agosto de 1928, no seu Diário Secreto, registra ter Xavier Marques oferecido dois romances a todos os editores do Rio “para serem editados de graça. E nenhum dos nossos editores os quis”. (HUMBERTO, Campos. Secreto. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1954. p. 258). Um desses romances foi *As voltas da estrada*. (SALES, David. Xavier Marques: Fatos pessoais para uma biografia literária. In *Universitas, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, nº 3/4, maio/dez., 1969. p. 165)

²³⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 178.

²³⁵ Em *Abolição*, Duque-Estrada, não responsabilizou nem a Princesa nem o seu Gabinete pela aprovação da lei de 13 de maio de 1888. Segundo ele, na ocasião da aprovação dessa Lei a Abolição já estava feita. Para Duque-Estrada o parlamento foi pressionado pelas ações do movimento abolicionistas, presentes tanto nas ruas quanto dentro do próprio parlamento. As leis anteriores a 1888 foram apenas para iludir quem acreditava que elas poderiam trazer algum benefício para os escravos, e também serviram para a forte oposição dos escravistas à solução do problema do elemento servil no Brasil (MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. *História, Memória e Festa da abolição*. In: OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007).

²³⁶ MORAES, Renata Figueiredo Moraes. Os maíoi de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque- Estrada. *Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói*. 2007. p. 25.

natureza pela editora foi Evaristo de Moraes (1871-1939)²³⁷, com o livro *A campanha abolicionista, 1879-1888* (1924).²³⁸

A importância das experiências e do grupo que se formou ao redor do Coronel Leite Ribeiro para a promoção do que ele mesmo chamou de “cultura intelectual”, através da sua editora e da Revista *O Mundo Literário*, pode ter tido influência na escrita de Xavier Marques, em *As voltas da estrada*. É curioso notar, por exemplo, que nomes como Bastos Leite (o Visconde de Itaípe) e Nazário Ribeiro (protagonista da trama), são utilizados para designar dois dos principais personagens do livro. Trata-se de uma junção do antigo e do novo nome da editora, e dos antigo e novo proprietários – Leite Ribeiro e Freitas Bastos²³⁹ – quando da publicação desse romance.

É possível, ante as relações entre autor e editora, que se trate de uma homenagem à memória do editor e antigo proprietário, que foi abolicionista, republicano em tempos de Império e ardoroso defensor da disseminação da “cultura intelectual” nos tempos da República, além de ser o responsável pela publicação e circulação da obra. Leite Ribeiro ligava a sua atuação como livreiro a algo mais que comercial, pois estava “ligada à educação e, por conseguinte era um problema nacional e não apenas individual ou de classe”²⁴⁰. Esta era uma causa com a qual Xavier Marques também se identificava, visto que passou sua trajetória como homem de letras e como deputado chamando a atenção para a importância da educação para a consolidação da nação brasileira.²⁴¹

Desta forma, é correto afirmar que as experiências e relações e mesmo leituras suscitadas direta ou indiretamente nos contatos obtidos na Editora Leite Ribeiro e também em *Mundo Literário*, onde conviveu e publicou com muitos homens de letras com pensamentos similares aos seus, certamente influenciaram na construção de uma versão, minimamente, apologista desse passado, através de *As voltas da estrada*. Não se pode deixar de notar a evidência de que existiram influências do mercado editorial, seja pela dificuldade de

²³⁷ Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes, tribuno da República., Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

²³⁸ MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1924.

²³⁹ Não foi possível identificar quem era Freitas Bastos, sabe-se apenas que ele assumiu a Editoria Leite Ribeiro em 1922 e que quando da publicação de *As voltas da estrada* ele ainda era o proprietário. No entanto é interessante notar que ainda em 1930 ele identificava a editora que então já levava seu nome como “antiga Leite Ribeiro” o que pode indicar a permanência de, pelo menos, parte do perfil da instituição.

²⁴⁰ MORAES, Renata Figueiredo Moraes. *Os maios de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque- Estrada*. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói. 2007. p. 25.

²⁴¹ Essa discussão será travada no último capítulo da Tese, onde se apresentarão a atuação de Xavier Marques nos Parlamentos Baiano e Federal e o seu desencanto com a República, uma vez terminada a sua carreira legislativa.

publicação do romance em editoras, como se pode depreender das informações legadas por Humberto de Campos, seja pelo alinhamento com a Editora Freitas Bastos (antiga Leite Ribeiro).

Passando a pensar na relação entre autor, obra e público, se considerarmos a assertiva de que a literatura vale pelo que expressa aos seus contemporâneos²⁴², poderemos conjecturar que o que estes escreveram sobre essa obra têm muito a nos dizer sobre os sentidos que a ela lhe foram conferidos e quais discursos e representações ela suscitou. Segundo alguns pressupostos da sociologia da leitura, durante a prática, o leitor contemporâneo da obra “concretiza” a obra literária, atribui-lhe significados que partem da experiência individual e das influências culturais, sociais e históricas do momento em que é recebida. Por essa razão, uma mesma obra não pode estabelecer o mesmo diálogo com o leitor do contexto de sua publicação e um leitor atual.²⁴³

Antônio Cândido, por conseguinte, ao discutir a dinâmica e a articulação na tríade autor, obra e público, nos lembra dos condicionantes sociais e históricos que agem sobre estes. Ele nos lembra, sobre isto, que o público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador.²⁴⁴ Nas sociedades mais complexas, é a crítica que recebe a obra e expressa suas opiniões acerca da sua inserção e importância para discutir a sociedade, sob as égides e modismos literários predominantes. Cândido assevera ainda que forças sociais como essas condicionam, em menor ou maior grau, e guiam o artista em direção a uma obra cujos sentidos sejam inteligíveis ao leitor, uma vez que tem como referenciais realidades sociais e culturais vigente.

No caso de Xavier Marques, deve-se considerar que no ano em que publicou *As voltas da estrada*, este já se constituía um escritor bastante conhecido da crítica, pelo sucesso de romances como *O Sargento Pedro* (1910) e *O feiticeiro* (1922). Há de se lembrar, porém, que o autor não escaparia à necessidade de legitimação da crítica e, como nos ensina Cândido, teria “em menor ou maior grau”, que a ela se reportar. É preciso lembrar, nesse contexto, que em *As voltas da estrada* não será diferente de tantas obras publicadas na Primeira República: sua função primordial seria discutir a formação da nacionalidade brasileira, no contexto das

²⁴² Tomo a expressão de em empréstimo de Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira. (Cf. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. (Orgs.) *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-9)

²⁴³ ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

²⁴⁴ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade – Estudos de teoria e história Literária*. 11ª Ed. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2010. p. 44

ideias e discursos da época. Entretanto, acredito que, do alto de seus quase setenta anos de idade, o autor não se furtou a dialogar com uma parte da crítica, sobretudo carioca, que coadunava com as suas ideias e representações sobre o passado escravista e sua extinção no Brasil. É nesse sentido, que trago nas próximas linhas alguns comentários da crítica sobre o romance.

Uma leitura peculiar nos traz Wanderley Pinho (1890-1967), neto do senhor de engenho e político do Império, o Barão de Cotegipe (1815-1889). Para ele, *As voltas da estrada* apresenta “cenas da vida dos engenhos, algumas perdidas para sempre e guardadas apenas na lembrança dos que as recordam com saudade, são outras nem menos exatas que as do Recôncavo santamarense”, e contam com poesias “que fogem, nos ruídos, brados que chegam envolvendo sempre os ecos – “mais longe os urros da negrada, acompanhados do forte rumor dos pandeiros de couro...”²⁴⁵.

Embora imbuído de um tipo de nostalgia bem peculiar dos filhos dos senhores de engenho do Nordeste, Pinho, faz com que nos voltemos para a visão de um mundo de que se tem saudades e repulsa ao mesmo tempo. A leitura de Pinho muito se aproxima, por exemplo, daquela que ele mesmo escreveu em sua obra intitulada *História de um Engenho do Recôncavo, 1552-1944*, (1946)²⁴⁶ leitura que não pode ser comparada aos tempos áureos da Bahia Imperial, retratados também por ele em *Salões e Damas no Segundo Reinado* (1952).²⁴⁷ O que nos fica do relato de Pinho é o sentimento de decadência²⁴⁸ que está representado nas “cenas da vida dos engenhos” presentes no romance. Interessante notar que o tema da decadência frequente, há muito tempo, as páginas da história e da literatura. Trata-se de um sintoma de desagregação, de destruição ou de declínio de uma época, representada por valores ideológicos já inadequados, embora ainda defendidos por uma determinada classe social agonizante.

²⁴⁵ PINHO, Wanderley de Araújo. Notas de leitura de “As voltas da estrada”. In: Suplemento Literário de A manhã. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1941.

²⁴⁶ PINHO, José Wanderley de Araújo. História de um engenho do Recôncavo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 [1946].

²⁴⁷ PINHO, Wanderley. Salões e damas no Segundo Reinado. 3. ed. Livraria Martins: São Paulo, 1952. Ver especificamente o capítulo intitulado “Salões e Festas na Província Bahia”.

²⁴⁸ Antonio Cândido, referindo-se ao caso brasileiro, destaca este aspecto na nossa tradição literária: “Sempre me intrigou o fato de um país novo como o Brasil, e num século como o nosso, a ficção, a poesia, o teatro produzirem a maioria das obras de valor no tema da decadência – social, familiar, pessoal. Assim vemos em Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, Nelson Rodrigues, Jorge Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade. Cheguei a pensar que este “estigma” [...] seria quase requisito para produzir obras valiosas, e que, portanto os rebentos das famílias mais velhas estariam no caso em situação favorável” (CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Difel, 1979. p. vii).

Com efeito, não se pode negar que a leitura feita por Wanderley Pinho em *As voltas da estrada* é plausível, uma vez que na primeira parte do romance intitulada “a época dos senhores de engenho” retrata-se, além da formação da sociedade brasileira, o declínio senhorial. Muito embora seus comentários mostrem certa ênfase aos “urros da negrada”, Wanderley Pinho não menciona a maneira como Marques conta essa história, como fazem outros intelectuais.

Igualmente, a temática da decadência abordada nessa narrativa atribui o declínio do mundo senhorial não só ao fim da escravidão, mas também à inércia dos senhores em não buscar o progresso da civilização do açúcar. Wanderley Pinho representa a descendência desses senhores, criticando-a de modo enfático na obra: nela os “senhores moços” preferem os deleites e depravações ao trabalho, estudos e progresso da sociedade. Doutra maneira, as leituras que ele teceu são as de quem enxerga sob outra ótica, preferindo lançar interpretações em aspectos que lhe fazem mais sentido, nesse caso, a nostalgia e o sentimento de decadência encontram-se altamente difundidos no pensamento dessas elites na Bahia da Primeira República.²⁴⁹

Um alusivo comentário sobre a obra em questão nos faz Eugênio Gomes (1897-1972). Conhecido crítico literário e romancista, nascido no sertão baiano e um dos responsáveis pela introdução do Modernismo na Bahia, junto com outro grande crítico baiano Carlos Chiachio (1884-1947), Gomes nos apresenta uma visão moderna da obra. Conforme este autor, *As voltas da estrada* “é a história de uma fase dramática de transição, na vida nacional” e “abrange o ciclo de formação da nacionalidade brasileira”.²⁵⁰ Para ele, além de trazer um “belo” panorama do passado “projetando senzalas e solares, os senhores de engenho”, a obra também nos mostra uma discussão sobre “a sociedade nova, o processo de expropriação das classes o panorama tumultuário enfim da incipiente democracia brasileira”, sendo por tanto, suas discussões centrais bastante voltadas para a época de sua publicação – a lembrar final da Primeira República. Vale registrar que a interpretação feita por Gomes é típica de alguém que lutou pela suplantação da tradicional sociedade baiana, descendente, em grande parte, das antigas casas-grandes. Nesse prisma, compreende-se a forma com que Marques escreve a segunda parte do romance, na qual discute a dinâmica da caótica democracia brasileira, posição esta consoante ao pensamento de Gomes. É válido mencionar, a esse respeito, que

²⁴⁹ Ver: LEITE, Rinaldo César Leite. *A Rainha Destronada: Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas*. Tese de Doutorado em História (PUC-SP). São Paulo, 2005.

²⁵⁰ GOMES, Eugenio. “O romancista Xavier Marques”. In. *Diário de São Paulo*. 23 de junho de 1963.

Marques na época da escrita e publicação de *As voltas da estrada*, foi aos jornais protestar contra as falácias verificadas na democracia brasileira e sua indignação em relação ao que chamou de “República da Politicalha”.²⁵¹ Sobre isso merecem destaque os comentários do jornalista de *A noite* que assina sobre o pseudônimo de “Trotos Malta”. Ao se referir à análise da situação política do país que o romance faz ao discutir o que João Ribeiro chamou de “incipiente democracia brasileira”, ele ironiza parafraseando *Anatole* que

L’art na pás La vérité pour object. Il faut demander la vérité aux sciences, parce qu’elle est leur object; Il ne faut pas La demander á La litterature, qui n’a et ne peut avoir d’object que beau. [A arte não se opõe à verdade. Deveríamos perguntar sobre a verdade para a ciência, porque é o seu objeto, não deveríamos ter que perguntar a literatura, o que não o deveria, mas tem esse belo objeto].²⁵²

Para Malta, a literatura foi uma forma peculiar de discutir a realidade política e social brasileira daquele momento que se constituía, para Marques, numa democracia frágil e contaminada pelos “políticos profissionais”, conforme veremos no último capítulo deste estudo. A abordagem social e política do romance foram vistas como uma das suas principais qualidades. De fato, a segunda parte do romance nos mostra uma república pautada pelas relações clientelistas, onde a falta de educação do povo, não o faz perceber que chefe político nos tempos do Império, o Barão de Itaípe, para outro nos tempos da República, Nazário. Discuto esse tema no último capítulo da tese, pautando-me para isso na segunda parte do romance que Marques dedica a discutir, na ficção, os rumos do Brasil na Primeira República.

Uma leitura que também nos interessa no momento é a que nos oferece João Ribeiro (1860-1934), um jornalista e historiador carioca que também outrora havia militado nas frentes abolicionistas e republicanas.²⁵³ João Ribeiro era da mesma geração de Marques e defendia as mesmas ideias no que tange à constituição racial brasileira. Ele já havia escrito, inclusive, uma detalhada resenha de *O feiticeiro*, veiculada pelo periódico seabrista *O democrata*, em 1922, cujo tema também girava em torno do “problema racial brasileiro”.²⁵⁴ Em sua resenha sobre *As voltas da estrada*, Ribeiro destacou o que para ele era a sua tese principal:

²⁵¹ Tanto em *As voltas da estrada*, quanto nos jornais dos finais dos anos de 1920, Xavier Marques discute com ares de revolta a corrupção dos políticos, o clientelismo e a fragilidade das instituições republicanas. Esses temas serão abordados no capítulo V da Tese.

²⁵² MALTA, Trotos. Crônica do livro *As voltas da estrada*. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1931.

²⁵³ Ribeiro BARBOSA. e Fabiany Glaura Alencar. *A Abolição da Escravatura nas Obras Didáticas de História do Final do Século XIX e Início do Século XX: Memórias, Historiografia e Poder*. In: *Caminhos da História*, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 5-18, jan./jun., 2011

²⁵⁴ RIBEIRO, João. Resenha de *O feiticeiro*. *O Democrata*. 20 de janeiro 1922, p. 1.

E aqui acaba o romance, pela reconciliação do velho antagonismo entre as raças. São essas as *Voltas da estrada*.

Ainda hoje discutir a *branquidade* das pessoas no Brasil, mas o caldeamento da raça negra vai apagando, com os seus matizes, a antiga oposição de cores. Ninguém mais é branco e poucos são os pretos, que vão desaparecendo.

Este parece-nos ser o sentido do romance das *Voltas da Estrada*.

Acresce que, os pretos retintos se vão embora, novos brancos aumentam a caudal da sociedade nova.²⁵⁵

João Ribeiro enfoca o que para ele seria o sentido primordial da obra: a reconciliação de classes através da fusão de raças representada pelo casamento da mestiça Pastora, com o descendente de senhor de engenho Paulino Leite. Desta forma, a discussão da formação da nacionalidade brasileira, no contexto das ideias oriundas do evolucionismo social e das teorias do branqueamento propagadas desde as findas épocas do Império, articulou-se aos novos debates presentes na intelectualidade brasileira dos anos 1920, como a eugenia. Para Ribeiro, a espinha dorsal do romance está na construção da metáfora da síntese racial, de viés evolucionista, expresso no casal Paulino e Pastora e iniciada pelo patriarca Nazário Ribeiro. Essa forma de ler o romance, contudo, também será discutida no próximo capítulo desta tese. Aqui, o que nos interessa de fato é a leitura que João Ribeiro faz em relação ao recorte temporal e suas implicações possíveis no contexto da obra e das memórias da abolição no Brasil:

Por esse tempo, ia lentamente ao país caminhando a questão do elemento servil. Os senhores, soberbos e ignorantes, presumiam vencer a torrente emancipadora. Mas em vão. A caudal era já invencível e dentro em pouco a escravatura, abalada em seu berço e estancada nas suas fontes, ia desaparecendo até que, finalmente, chegou o vitorioso dia da redenção da raça negra.

Os senhores viram os engenhos despovoados, o trabalho e as culturas abandonadas, na ruína e na eversão econômica de toda a sociedade.²⁵⁶

Acredito que João Ribeiro nos ajuda a desvendar os sentidos da discussão sobre as memórias da escravidão e da abolição no Brasil, na perspectiva suscitada em *As voltas da estrada*. Para ele, o romance destaca o fim da escravidão no Brasil como um processo e não como um fruto de uma Lei assinada nos fins de 1880, a Lei Áurea. Coloca também outro fator importante quando afirma que na lente do escritor e em sua pena estava a vontade de imprimir à “caudal” abolicionista os louros do desmonte do escravismo no Brasil. Interessante lembrar novamente que, como Xavier Marques, João Ribeiro também fora abolicionista e republicano

²⁵⁵ RIBEIRO, João. As voltas da Estrada. In: *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1931.

²⁵⁶ RIBEIRO, João. As voltas da Estrada.

em tempos de Império e ao descrever o percurso da Lei de 1871, em *História do Brasil, curso superior* (1900) João Ribeiro deixa claro que ali estava consolidada a abolição, ao passo que Macedo aponta esta lei como ilusória para a extinção da escravidão.²⁵⁷ Só lembrar que autores como Osório Duque-Estrada, em livros como *Abolição*, partiam também de perspectivas semelhantes.²⁵⁸ Vale ressaltar que essa obra de Duque-Estrada foi publicada pela Editora Leite Ribeiro, a mesma que, anos depois, também publicou *As voltas da estrada*.

Menciono, por fim, um último comentador de *As voltas da estrada*: Heitor Moniz, amigo, correligionário político de Xavier Marques e dono do *Diário da Bahia*, periódico onde publicou a resenha. Em sua opinião o romance retrata “[...] as vaidades, os preconceitos, a filosofia da aristocracia rural do país, no tempo em que a lei do ventre livre rasgava as massas escravas os primeiros clarões de liberdade, não haviam, ainda, encontrado o seu historiador”.²⁵⁹ Assim para Moniz, a obra de Marques o faz “o historiador da Lei do Ventre Livre”, pois ele haveria escrito sobre o tema de uma forma ainda não escrita no Brasil.

Ao trazer algumas leituras que foram feitas de *As voltas da estrada* tenho por objetivo demonstrar o que foi dito Paulo Santos Silva em artigo publicado recentemente. Silva nos assevera que durante as primeiras manifestações literárias ocorridas na Bahia, já no início do século XX, verifica-se o comprometimento do texto ficcional com questões de natureza nitidamente social e política num exercício de interpelação direta da realidade. Esse traço acentuou-se em determinadas conjunturas, quando se manifestou certo “hibridismo” na composição dos escritos, em que se revelou a combinação entre ensaio histórico-sociológico e ficção.²⁶⁰ Embora o autor estivesse se referindo aos romancistas baianos de 1930, acredito que a prosa publicada poucos anos antes não tenha fugido dessa regra. Assim, parto da premissa que Marques em *As voltas da estrada* tenha imprimido certo “hibridismo” que revelou uma combinação entre “ensaio histórico-sociológico e ficção”, conforme analisa Paulo Santos Silva e de acordo com as palavras dos críticos da época.

E é na linha da interpretativa do “historiador da Lei de 1871” que sigo no capítulo IV desse estudo, buscando interpretar o sentido da obra no contexto dos conflitos pela memória

²⁵⁷ Ribeiro, João. *História do Brasil, curso superior*. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos. 1900. Um comentário sobre a versão da escravidão e seu fim no Brasil analisado por esse autor, pode ser lido em BARBOSA, Fabiany Glaura Alencar e. *A Abolição da Escravatura nas Obras Didáticas de História do Final do Século Xixe Início do Século XX: Memórias, Historiografia e Poder*. In: *Caminhos da História, Vassouras*, v. 7, n. 1, p. 5-18, jan./jun., 2011.

²⁵⁸ MORAES, Renata Figueiredo Moraes. *Os maios de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque- Estrada*. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói. 2007.

²⁵⁹ MONIZ, Heitor. *O último romance de Xavier Marques*. In: *Diário da Bahia*, 23 de junho de 1931.

²⁶⁰ SILVA, Paulo Santos. *O caminho das letras: literatura e política na Bahia do século XX*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 75-82, out./dez. 2011.

da abolição no Brasil construídos ao longo da Primeira República. Meu argumento é que o autor tentou inscrever em solos baianos, outra memória da abolição diferente daquela que os homens de letras descendentes dos senhores de engenho tentaram impor. Entretanto, primeiramente se faz necessário que discutamos as representações que circulavam na Bahia do período.

O último e significativo comentário que trago sobre o romance *As voltas da estrada* é do sucessor de Xavier Marques na Academia Brasileira de Letras, Menotti del Picchia (1892-1988).²⁶¹ Poeta, jornalista, político, romancista, contista, cronista e ensaísta. Juntamente com Graça Aranha, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e outros, foi um dos arautos do Movimento Modernista, participando da Semana de Arte Moderna de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Com Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e outros, realizou o movimento Verde-amarelo; depois, com Cassiano Ricardo e Mota Filho, chefiou o movimento cultural da Bandeira. Embora tenha incursionado por vários gêneros literários, é a sua poesia que destaca o sentido nacionalista do Modernismo, do qual foi precursor o seu poema nacional Juca Mulato (1917). Nacionalista exacerbado tal qual era seu antecessor, Xavier Marques, Del Picchia analisou assim o romance *As voltas da estrada*:

Nazário, de *As Voltas da Estrada*, é algo mais que um personagem: é uma individualidade-tipo. É o mestiço invadente [sic], repontando no cenário econômico e político da quadra nacional violentamente democratizadora que sobreveio à Abolição. É a criatura que ajuda a destruir os resquícios de uma nascente estrutura feudal, em que a casa-grande era o *manoir* e o latifúndio o condado. Essa criatura é explosiva de recalques, vulpina, escorregadia, inteligente e justicadora, vingando-se da larga humilhação que sofrera entre soluços e sangue na noite da escravidão.

Nazário, o mulato, é o sucessor democrático de uma tosca aristocracia latifundiária, dessa classe amolecida nos braços das mucamas e que gerou, nos leitos espúrios das senzalas, a estirpe dos seus próprios carrascos: os fulos, os cabrochas, as ricas variações da mestiçagem. Desse livro inda surge com bastante vida a filha de Nazário, Pastora, criatura toda sexo, tostada de sol e de paixão, isca de carne destinada a atrair e a plebeizar os restos da pomposa fidalguia.

Esses tipos são, a nosso ver, pela sua significação dentro da nossa formação étnica, dos mais expressivos e humanos de quantos o autor criou. Mais que seus duques, seus marqueses, seus barões imperiais, mexendo-se entre velhos jacarandás e cristais de candelabros, enquadrando seus vultos barbados entre os grossos batentes dos palácios coloniais, são os mestiços – variada gradação cromática do prisma racial – que concentram seus melhores instantes de penetração psicológica e melhor se plasmam, com a carne das palavras, para viver a vida eterna da arte.²⁶²

²⁶¹ Ver verbete sobre o autor em BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 3ª edição. Cultrix, São Paulo, 1994. pp. 367-368.

²⁶² DEL PICCHIA, Menotti. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 20 de dezembro de 1942. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7145&sid=277>, acesso em 26 de maio de 2013.

Os comentários de Menotti del Picchia servem de base para a análise de *As voltas da estrada* naquilo que a obra apresenta de mais significativo: a discussão sobre a “formação étnica brasileira” através de uma história cujo objetivo foi mostrar uma alegoria da formação da nacionalidade brasileira, sob viés social evolucionista articulada a velha teoria do branqueamento. Esse é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

EVOLUCIONISMO SOCIAL, EUGENIA E MISTIÇAGEM NUM PROJETO PARA A NAÇÃO.

A ascensão dos mestiços na escala social, que começou desde o tempo da escravidão, continuou lentamente até hoje, seguindo as leis da seleção intelectual.

(João Batista Lacerda, 1911)

Em 1931, João Ribeiro publicou no *Jornal do Brasil* comentários detalhados cuja a intenção era facilitar a leitura do público sobre a obra de Marques.²⁶³ Resumindo a história do romance, mas sem perder alguns detalhes e o calor da narrativa, Ribeiro recontou o romance de uma maneira que resolvi aqui parafrasear. No tempo da escravidão, ao redor da cidade do Amparo, nascera a “aristocracia” dos senhores de engenho, que, pela sua influência e poderio, governavam a cidade, impulsionavam as festas e faziam correr o dinheiro, a vida e o progresso, que eram criação deles afinal, como toda a cidade que prosperava ao pé dos latifúndios dos seus senhores. Contribuía para essas virtudes a resignação com que viam a fé conjugal constantemente violada pelos senhores, que mantinham verdadeiros serralhos e faziam proliferar uma geração de “bastardos”, “mulatos arrogantes e atrevidíssimos”. Havia em Amparo, como em outras cidades e vilas congêneres, grandes festas e folguedos populares, propiciados pelos senhores de engenho. Uma dessas festas populares, que nos descreve magistralmente o romancista, era a das cavalhadas. Era esse um costume português e europeu muito antigo. As *corridas e cavalhadas*, que ainda hoje se celebram no interior do país, na Bahia, em Pernambuco, em Minas Gerais representavam uma simulação dos antigos torneios ou justas dos cavaleiros medievais. Disputavam-nas cavaleiros, vestidos à antiga, de lança em punho, e mascarados. De um desses torneios foi vítima Henrique II, de França; aqui, a vítima foi de outra espécie de tragédia.

Um mascarado ganhou o prêmio da *justa* e na ponta da lança ofereceu-o a uma das grandes damas, que assistia ao torneio. E esta foi a mais bela de todas, Augusta, a filha do Visconde. Tirada a máscara do cavaleiro, verificou-se que era ele o mulato Nazário, atrevidíssimo, que se animou a gesto tão imprudente. Augusta e sua orgulhosa família

²⁶³

RIBEIRO, João. As voltas da estrada [resenha]. In: *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1931.

sentiram-se humilhadas com esse desaforo do bastardo, e aqui culmina a tragédia inesperada. Era incompatível o atrevimento de Nazário para aquela sociedade, que abrira um fosso profundo entre a “gente de cor e os brancos”. O caso seria o mesmo que entre um vilão e uma castelã da Idade Média. Nazário andou foragido, até que preso, surrado e semimorto, conseguiu homiziar-se na floresta, entre feras e negros fugidos do cativeiro. Por esse tempo, ia lentamente no país caminhando a “questão do elemento servil”. Os senhores, soberbos e ignorantes, presumiam vencer a “torrente emancipadora”. Mas em vão. A “caudal era já invencível” e dentro em pouco a escravatura, abalada em seu berço e estancada nas suas fontes, ia desaparecendo até que, finalmente, chegou o vitorioso dia da redenção da raça negra. Os senhores viram os engenhos despovoados, o trabalho e as culturas abandonadas, na ruína econômica de toda a sociedade. Ao lado da empobrecida lavoura e da “fidalguia dos senhores arruinados”, ia-se formando uma sociedade nova, em que era fatal o predomínio crescente dos libertos e dos mestiços, mais ousados e mais inteligentes. O moleque Nazário foi um dos tipos mais salientes do novo regime.

Já havia desaparecido, pela morte e pela miséria, grande número dos antigos senhores. Foi a apetejada era do “*tão bom como tão bom*”, que se tornara o axioma da igualdade social, entre os homens de pele escura. O Visconde de Itaípe morrera. A sua filha Augusta casara e enviudara, e viera morar para a cidade, onde poderia viver com seus escassos recursos. No sobrado fronteiro ao dela, campeava o Nazário, agora influente e rico, distribuidor de graças e empregos, naquele triste cenário que fora o da sua humilhação. Nazário tinha uma filha, Pastora, bela morena de “sangue ardente”, a quem o destino reservava o desfecho do romance.

Defronte dela, Paulino, o jovem, filho de Augusta, enamorara-se dos encantos de pastora. Nazário indiretamente favorecia o namoro e alcovitava a filha, proporcionando-lhe facilidades, que aproximassem a filha de Paulino. Chegavam as coisas a ponto que era inevitável o desfecho. Paulino, sempre contrariado pela mãe, fidalga e resistente, confessou que era tarde para recuar e que, por dever de honra, devia desposar a linda Pastora.

E aqui acaba o romance, pela reconciliação do velho antagonismo entre as raças. São essas as *Volts da estrada*.

Ainda hoje discutimos a *branquidade* das pessoas no Brasil, mas o caldeamento da raça negra vai apagando, com os seus matizes, a antiga oposição de cores. Ninguém mais é branco e poucos são os pretos, que vão desaparecendo.

Este nos parece ser o sentido do romance das *Volts da Estrada*.

Acresce que, os pretos retintos se vão embora, novos brancos aumentam a caudal da sociedade nova.

O romance de Xavier Marques é magnífico, de grande emoção e veracidade.²⁶⁴

Entre as tantas resenhas e comentários que encontrei sobre a obra, asseguro ao leitor que essa foi a mais detalhada, reveladora e instigante. Foi a única, por exemplo, que desvelou o que para mim é chave mestra para o entendimento do romance: o episódio da cavalcada de Amparo. Perspicaz, Ribeiro consegue demonstrar aos leitores do *Jornal do Brasil*, como uma alegoria medieval ganha um rico conjunto de significados num romance de um baiano que quer retratar a saga inter-racial propulsora, como pensava o autor, da formação e do progresso da nação brasileira. É no rastro aberto por João Ribeiro que inicio a discussão sobre a alegoria construída por Marques em seu projeto de nação.

O rei francês Henrique II (1519-1559) morreu numa cavalcada organizada para a comemoração dos casamentos de sua irmã e filha. A multidão chegou ao *Hotel des Tounelles* para assistir ao torneio, em que o rei venceu os duques de *Nemours* e o de *Guise*. Contente, quis um terceiro assalto. O profeta Nostradamus predisse uma morte atroz. O adversário do rei era Gabriel de *Montgomery* (1530-1574), capitão de sua Guarda Escocesa, Conde de *Lorge*. No confronto, os dois se chocaram com violência, o rei quase caiu, e, furioso, exige um segundo desafio. Montgomery quer se declarar vencido, a rainha suplica-lhe não continuar. Outros também interferem pedindo-lhe para não seguir. Henrique não mudou de posição. A lança do escocês penetrou na viseira de seu elmo e perfurou seu olho, uma lasca tocou o cérebro do rei. O rei morreu após uma agonia de 10 dias de grande dor, aos 41 anos, em 10 de Julho de 1559, sem poder se despedir do grande amor da sua vida: Diana de Poitiers,

Busquei conhecer essa história depois que li a resenha de João Ribeiro sobre *As voltas da estrada*, acima apresentada. A história do rei francês bem que poderia ser descrita como uma “tragédia”. Através dela soubemos como um nobre insistiu em travar um confronto com alguém que, no campo de batalha, lhe era bem superior. Além disso, segundo se conta, o profeta Nostradamus haveria predito a derrocada do monarca, em outras palavras, sua morte estaria traçada pelo destino. João Ribeiro em sua resenha fornece a mesma pista: no romance, uma cavalcada foi vencida por aquele que deveria ter sido derrotado e isso era um mau presságio sobre a nobreza amparense: “a vítima foi de outra espécie, de outra tragédia diferente”, diria Ribeiro. No confronto entre brancos e mestiços, os segundo levaram a melhor, é a máxima do romance, segundo o comentarista em questão.

²⁶⁴

RIBEIRO, João. As voltas da estrada [resenha]. In: *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1931.

Mas isso teria ocorrido de uma forma peculiar. Retomemos as palavras do nosso intérprete: “o caldeamento da raça negra vai apagando, com os seus matizes, a antiga oposição de cores. Ninguém mais é branco e poucos são os pretos, que vão desaparecendo”. É através do amor dos filhos dos principais personagens da cavalhada que se deu a “reconciliação das raças” que consolidariam o tal ideal de “branquidade” a que se refere João Ribeiro. Nesse prisma, seriam os “novos brancos” que dominariam e eles que conduziram à formação e consolidação da nação brasileira para em seu “destino” de grandeza.

A resenha de João Ribeiro ajuda a trazer à tona uma visão que considerou princípios de eugenia e evolucionismo social presentes na obra de Xavier Marques e discutidos por vários intelectuais brasileiros nas primeiras décadas da Primeira República. Esse é o tema central desse capítulo.

3.1. A propósito de uma cavalhada subvertida

A cavalhada é uma tradição de origem medieval que simula uma disputa entre cristãos e mouros. No final, os cristãos vencem e os mouros perdem e, logo após, se “convertem”. Não encontrei uma forma mais direta de resumir essa história. A celebração festiva aconteceu na Europa Medieval e acontece até hoje em inúmeras cidades do Novo Mundo. Os cristãos vencem. Sempre vencem. Em *As voltas da estrada*, porém, Xavier Marques subverte essa história, ou melhor, Nazário, seu personagem principal é quem o faz: nesta trama, ao contrário do que ordena a tradição, os cristãos perdem e os mouros vencem.

Demorei algum tempo a perceber que o episódio narrado no capítulo quatro do romance tem uma significação angular como alegoria do pensamento racial de Xavier Marques. A pergunta era simples: dentre manifestações culturais comuns na Bahia das primeiras décadas republicanas por que o autor de *As voltas da estrada* escolheu justamente a cavalhada, um festejo europeu e medieval, para ilustrar a narrativa da sua novela sobre o Brasil? Um detalhe me chamou a atenção para a possível resposta dessa questão: a cavalhada é um tipo de festividade que envolve a competição entre povos de raças distintas – brancos e mouros [leia-se negros]. Xavier Marques transitou em tempos em que no Brasil termos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”, passaram a ser

apreciados em vários ramos do conhecimento²⁶⁵, sendo bastante utilizados pelos intelectuais brasileiros interessados no “problema racial brasileiro” e na ideia da construção de uma nação.²⁶⁶ Em vários artigos ele discute questões relacionadas à formação racial do Brasil, como veremos adiante, sendo identificado por seus contemporâneos como evolucionista social.²⁶⁷ Ele mesmo em certo artigo referiu-se à evolução como “palavra mágica”, afirmando ainda que “a raça, a nação brasileira é um produto do passado, obtido por evolução” e que o processo da “evolução da raça brasileira” teria sido um “parto feliz da História”.²⁶⁸ Sendo assim, restou-me afirmar se a competição traçada nesse evento ficcional metaforizava os ideais evolucionistas de seu autor.

A última cavalcada de Amparo reuniu toda a comunidade local. A nobreza se deslocou de seus engenhos, trazendo consigo caravanas que incluíam familiares, dependentes e escravos, os mais apanhados. Ostentando riqueza e poder, abriram seus solares e da sacada dos grandes casarões, ficaram à espera dos cavaleiros que disputariam as concorridas argolinhas. Os senhores-moços de Amparo pleiteavam a possibilidade de vencer a disputa e dedicar as argolinhas à linda donzela Augusta Leite, a mais desejada moça daquela sociedade. Entretanto, algo surpreendente acontece:

[...] irrompeu na praça, atraindo as vistas do povo, um cavaleiro inesperado e excêntrico, a galopar num cavalo murzelo luxuosamente arreiado vence a prova. Trajava Arlequim, mas suas vestes eram feitas de finos retalhos de seda. O rosto completamente coberto por uma **máscara vermelha, e da mesma cor tingidas as mãos**. [...] E como nenhum até aquele momento o fizera, logo ao primeiro tiro da lança enfiou-a vitoriosamente a argolinha. **É um demônio!** – grita um popular, no auge do entusiasmo. Prosseguiu assim o torneio, com poucas vantagens para os dez que pleiteavam com um. Já este não podia surgir na pista sem que o populacho,

²⁶⁵ SCHWARCZ, Lilian M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 36.

²⁶⁶ Entre tantos estudos sobre o assunto podemos destacar SKIDMORE, T. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo, Paz e Terra, 1989; MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994; SCHWARCZ, Lilian M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993; MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, Ciência e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

²⁶⁷ Segundo Vera Marques, o evolucionismo social defendia a possibilidade da criação de uma raça homogênea, diferente dos darwinistas sociais. Diferentemente dos evolucionistas, os darwinistas sociais defendiam também que os caracteres adquiridos não se transmitiam à próxima geração e, mais ainda, que misturas de raças promoviam a “degeneração social”. Munido desse referencial pude constatar que Xavier Marques realmente foi um evolucionista social como afirmava seus contemporâneos. (MARQUES, Vera Regina Beltrão, A medicalização da raça.)

²⁶⁸ MARQUES, Xavier. Unidade e Identidade nacional. In: Ensaios: motivos sociais e históricos. Vol. 2. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1944. p. 35. (Esse livro é uma Coletânea dos melhores artigos de X. M. publicados pela Academia Brasileira de Letras).

com chocarrices de circo, aludisse aos outros, e as damas em todas as janelas lhe acenassem com outros lenços perfumados:
- Arlequim!... Arlequim!...²⁶⁹.

Não era para ser assim, mas foi. Uma tragédia simbólica, o Arlequim [leia-se o sentido duplo herói/bufão], venceu e certamente ele não representava os cristãos, personagens tradicionalmente vitoriosas da encenação teatral. Todos foram surpreendidos pela notícia: o cavaleiro mascarado era, na verdade, Nazário. Filho de ventre escravo, bastardo, mestiço, o rapaz certamente não era o herói da elite amparense – muito pelo contrário. A surpresa invade a plateia – do camarote ao populacho –, pois, a história “natural” havia sido modificada. Acredito que este episódio nos traz muito do que Xavier Marques pensava sobre a questão racial no Brasil. Apontava, pois, para a questão da sobreposição da raça mais forte sobre a raça mais fraca. Os mais aptos deveriam estar prontos para dominar. Por muito tempo os brancos venceram, mas agora surge um fator desestabilizador da ordem “normal” das coisas e é ele quem questiona a ordem estabelecida.

Evolucionismo social, teoria do branqueamento e eugenia. Essas ideias estão implicitamente discutidas no ficcional episódio da última cavallhada de Amparo. Por isso, cabe aqui tentar destrinchar as construções simbólicas presentes nessa alegoria construída pelo autor. Algumas pistas são deixadas por ele nas páginas que contam esta narrativa de que a escolha desta festa [a cavallhada] tem muito a ver com tudo isso.

Segundo José Rivair Macedo, a cavallhada corresponde a uma sequencia ritual prescrita, anualmente repetida, originária da Europa Carolíngia Medieval. Ao longo de três tardes, os cavaleiros põem em cena a representação de uma luta que remete às históricas batalhas medievais entre mouros e cristãos, seguida de provas de habilidades. A dramatização da luta ocorre nos dois primeiros dias, que são considerados “de guerra” e convergem para a invariável vitória cristã, com o batismo dos mouros. Os participantes vestem trajes adornados – os cristãos, com cores azuis, e os mouros com vermelho. Herdeiras dos torneios e justas manifestam-se em jogos equestres nos quais os cavaleiros têm a oportunidade de demonstrar sua habilidade no domínio do cavalo e no manejo de armas. A competição constitui-se de provas em que os participantes devem atingir alvos previamente colocados em campo (bonecos, cabeças de papelão) e recolher pequenas argolas penduradas numa trave, tudo isso

²⁶⁹

MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1930. pp. 65-66.

durante rápido galope. Na mesma linha de Macedo, interessa-nos focar com mais atenção a primeira parte do ritual, quer dizer, o combate dos cristãos contra os mouros.²⁷⁰

Discutindo as tradicionais cavalcadas dum município goiano, Céline Espinelli afirma que a figura do mouro veio na memória dos europeus para o Novo Mundo, assim como outros tantos elementos da cultura europeia, a exemplo dos romances de cavalaria, como já discutiu Peter Burke.²⁷¹ Não é de se estranhar que este espírito de cavalaria encontrasse guarida nas descrições da conquista deixadas por cronistas espanhóis, e que personagens ficcionais inspirassem a ação dos desbravadores das novas terras anexadas aos domínios dos reis católicos. Os primeiros portugueses instalados no Brasil participavam dessa mesma atmosfera mental. Disseminaram um complexo lendário nascido no Velho Mundo e tentaram reproduzir os padrões de conduta medievais. Em seus passatempos, dedicavam-se à caça e aos exercícios equestres, corridas e torneios estilizados: competições denominadas canas e jogo de argolinhas. Tempos depois, a nobreza baiana e pernambucana também apreciava as cavalcadas. Nesses dois primeiros séculos, a elite colonial distinguia-se dos homens comuns – índios, negros e mestiços – por pertencerem à nobreza lusa na condição de fidalgos cavaleiros ou fidalgos escudeiros, e por pertencerem às ordens de cavalaria. Com efeito, no Brasil o “mouro” passou a ser visto como o “outro”, aquele que se diferenciava culturalmente dos ideais dominantes marcados pela influência europeia.²⁷² Ratificando essa afirmativa, Spinelli argumentou que o mouro na realidade histórica e sociocultural brasileira faz referência a categorias tão distintas quanto o índio e o negro, por exemplo. Na encenação, o elemento constitutivo de alteridade do mouro é confrontado e anulado: ao princípio, sua crença é questionada; ao término, ele é dominado e batizado.²⁷³

A partir dessas informações, podemos notar que a alegoria construída por Marques ao escolher essa manifestação cultural para ilustrar a queda do “antigo” mundo amparese foi

²⁷⁰ MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos : a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA [En ligne] , Hors série n° 2 | 2008 , mis en ligne le 25 janvier 2009, Disponível em: <http://cem.revues.org/index8632.html> acesso em 07/10/2011.

²⁷¹ Peter Burke discutiu a permanência de elementos da cultura medieval europeia nos sertões do Brasil, mencionando, inclusive a representação da luta entre cristãos e mouros representados também em alguns desses romances. É possível que a leitura desses romances tenha influenciado Xavier Marques na composição da metáfora da Cavalcada. Além disso, abordar esse conflito numa obra naquele período talvez tornasse a história bem mais inteligível do que ela é nos dias de hoje, uma vez que os romances de cavalaria popularizaram-se através da literatura de cordel, sendo muito difundida entre os séculos XIX e XX. (BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro, 2000. Capítulo 09 – “A cavalaria no Novo Mundo”).

²⁷² MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos : a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA [En ligne] , Hors série n° 2 | 2008 , mis en ligne le 25 janvier 2009, Disponível em: <http://cem.revues.org/index8632.html> acesso em 07/10/2011.

²⁷³ SPINELLI, Céline. Cavalcadas em Pirenópolis: tradições e sociabilidade no interior de Goiás. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 30(2): p. 69, 2010.

perfeita: na cavalcada de Nossa Senhora do Amparo dos Cativos os cristãos representam os senhores-moços de Amparo, brancos, dominantes e conquistadores. Os mouros foram ali representados unicamente por Nazário. O autor nos dá um sinal da forma como esses lugares estão postos quando descreve a indumentária do mestiço: coberto por uma máscara **“vermelha, e da mesma cor tingidas as mãos”**. A cor vermelha era utilizada pelos mouros na disputa cavalheiresca. Dentro do contexto da história ele estaria representando os cativos contra a dominação senhorial. Tanto é que o autor nos conta que após a vitória do mestiço, “o povo, num ímpeto de independência, livre um instante do temor dos poderosos, aclamava o herói da raça”.²⁷⁴

É interessante notar que Xavier Marques constrói um personagem dentro de outro personagem. Um elemento que pode passar despercebido, por exemplo, ao leitor menos atento, é a máscara do cavaleiro. Além da cor, que aponta para o fato do mestiço assumir a alcunha de defensor dos negros, a máscara que ele usa também pode nos trazer mais algumas informações relevantes. Discutindo os usos das máscaras numa outra manifestação popular, o carnaval, Maria Clementina Pereira Cunha, nos mostra que as máscaras não serviam apenas para esconder a identidade individual das pessoas. Muitas vezes serviam para possibilitar, sob a égide da diversão um verdadeiro festival de chulas, troças, insultos, verdadeiros “charivaris”, onde os brincalhões podiam enfim vingar-se de seus perseguidores habituais, podendo ser ainda uma ocasião para expor amigavelmente, ou não, ao ridículo.²⁷⁵

Ao ridicularizar os senhores de Amparo, Nazário dava um aviso de que outra batalha estava por vir, a batalha pela hegemonia racial. Na mesma medida, ele demonstrava sagacidade ao satirizar o inimigo em seus próprios domínios. No Século XIX, populares usavam máscaras e outras vestimentas nos carnavais para viver “seus dias de nobreza”. Travestiam-se, nessas festas, assim como o fictício personagem Nazário e realizavam a inversão da ordem vigente na realidade, só que no campo do simbólico. Desta feita, pode-se presumir que a escolha dessas vestimentas e artifícios não constituía, por certo, “meras reiteraões de um ritual imemorial e universal, expressavam na sátira os conflitos de seu mundo, riam para representar a diferença e questionar a dominação”.²⁷⁶ Acredito que essa é uma possibilidade plausível de análise para ler Nazário em seu cavalo e sua máscara vermelha.

²⁷⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 69.

²⁷⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 26.

²⁷⁶ CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia, p. 34.

Cunha nos lembra ainda que os mascarados, frequentemente associados às ocasiões festivas, apareciam então colados à noção de crime e de violência. Tratava-se desta forma de uma questão de limites entre o hábito, a tradição e o “abuso”. Quem se escondia atrás das máscaras tornava-se o ponto central das preocupações e da ação das autoridades e da imprensa. “A máscara não presta só para foliões, muitas vezes empresta o seu auxílio ao facínora que aproveita o Carnaval para exercer sua vingança”.²⁷⁷ Essa é a citação de um cronista que Cunha nos traz para nos mostrar como os contemporâneos que viveram no Rio da Primeira República enxergavam várias possibilidades de “transgressão” que o uso da máscara podia suscitar. Aqui talvez esteja outra possibilidade de leitura para o fato de Nazário ter utilizado a tal máscara vermelha na cavalhada: tratava-se, pois, de uma alusão ao seu caráter transgressor. Mais que isso, apontava para os artifícios que estava disposto a usar para impor sua “vingança”: desordem, crime, barbárie seriam práticas que estava disposto a praticar para disputar o poder com os senhores de Amparo dos Cativos. No plano do simbólico ele afirmava o que estava por vir.

A cavalhada, contudo, era apenas uma alegoria que apontava o que estava por vir: Nazário ia liderar o quilombo que se revoltaria contra os senhores e lhes causaria toda a espécie de desgraça. Por isso, o Arlequim de Amparo, além de usar uma máscara vermelha pintou as mãos de vermelho. Esse ato aponta para o fato de que ele sujaria suas mãos de sangue nos levantes, incêndios e assassinatos que cometeria contra os donos de Amparo. Após ser surrado quase até a morte pelo feitor Godofredo por desprezeitar a linda Augusta Leite, Nazário se aproveitaria da Lei do ventre Livre para convencer os escravos da região de que a abolição era uma questão de tempo e que os negros não deveriam mais se sujeitar à opressão senhorial. O “**demônio**” anunciado pelo populacho seria surrado pela afronta aos senhores e, sobretudo, a Augusta Leite; aproveitando-se das incertezas geradas pela Lei do ventre Livre, formaria um quilombo que dizimaria o mundo senhorial. A vitória da cavalhada prefigurava a vitória de Nazário sobre seus algozes. A cena de um dos primeiros ataques relatada pelo autor não deixa dúvidas:

Num **deslumbramento infernal**, visão torva de **negros demônios** tripudiando em horizontes insidiados, antecipou-se-lhe o quadro da catástrofe que se avizinhava: o levante geral, a fuga em massa dos escravos, o fogo nos eitos, o assalto aos engenhos, depredações, vinganças, atrocidades. A miséria irremediável...²⁷⁸ [grifo meu]

²⁷⁷

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia*, p. 31-32.

²⁷⁸

MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 173.

David Brookshaw, nos fala sobre a imagem do negro possuidor de características semelhantes às do demônio ou representado como tal. Ainda segundo o autor, em alguns mitos peculiares aos tempos do Brasil escravista a visão do negro fugitivo que escapava das mãos do capitão-do-mato mediante um pacto com o demônio, pouco a pouco se fundia com o próprio demônio. Isto acontecia provavelmente em virtude da representação que se construía em torno da imagem do negro fugitivo e ao obscuro e desconhecido mundo em que ele se refugiava – na concepção dos brancos.²⁷⁹

Na literatura, as representações do “escravo demônio” começaram a ser inscritas em textos ficcionais como o *Demônio Familiar* (1859), de José de Alencar. Ele era a representação ao mesmo tempo do mal e do selvagem. Ainda da desestabilização da harmonia social estabelecida segundo as concepções fomentadas e arquitetadas pela ideologia senhorial. Possivelmente com base na concepção do negro demônio, construiu-se um contra-arquétipo do negro angelical, o negro bom que se submetia passivamente à ordem dominante e que detinha todas as virtudes que eram aprendidas da religião e dos bons costumes. Na trama de *As voltas da estrada* os negros demônios voltam à cena e atacam seus algozes, fazendo-se algozes dos seus opressores, bem ao estilo do que ocorre na trilogia *As Vítimas-Algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo.

No entanto, Nazário não seria propriamente representante da raça negra. Ele a usaria para conseguir seus intentos: primeiro a vingança contra os senhores e depois a ascensão à própria condição de senhor. Nazário era filho bastardo de uma escrava com Luís Ribeiro, um dos senhores de engenho mais poderosos de Amparo. Seu pai era conhecido pela atração que tinha pelas negras de sua senzala e por ter vários mestiços descendentes dessas relações em suas propriedades. Nazário cresceu como escravo forro e era um dos principais vaqueiros do engenho do seu pai. O mestiço sonhava em ocupar o lugar dos maiorais de Amparo e, quem sabe herdar a condição social daquele que o gerou.

Por ora, prestemos atenção à forma que o mestiço apresenta-se no “campo de batalha” no teatro cavalheiresco. A máscara vermelha usada pelo mestiço compunha a vestimenta de um Arlequim. Esse personagem, na comédia italiana, usava roupa feita de retalhos triangulares de várias cores. Podia significar “bufão, farsante, palhaço” ou “brigão e valentão”; o termo pode designar ainda a “mistura de várias bebidas”. No caso do nosso cavaleiro, as três significações são bastante cabíveis, vejamos: Nazário foi intitulado pelo autor no próprio episódio da cavallhada como o mestiço do “tipo sucessivamente cômico e

²⁷⁹ BROOKSHAW, David. *Raça e Cor na literatura Brasileira*, P. Alegre, Mercado Aberto. 1983. Ver Introdução e capítulo I.

heróico”.²⁸⁰ Em outras palavras, tratava-se de um “bufão e herói”, que surgiu da “mistura” das raças. A um só tempo ele afronta e ironiza o poder senhorial.

Sendo assim, pode-se afirmar que o herói além de subverter a cavalcada medieval, dando aos dominados a vitória no campo de batalha da cavalcada, ainda tripudiou dos senhores. Voltemos ao que nos diz a história: após a vitória de Nazário, na disputa simbólica propiciada pela cavalcada, “o povo e a mascarada [as famílias senhoriais] a rir, não mais do palhaço [o Arlequim], mas dos seus graves e afadigados competidores [os senhores-moços]”.²⁸¹ Ribeirão, tio de Nazário, escarneceu mais e melhor, “por que riu por todos com uma gargalhada que detonou como uma bateria na sacada do seu sobrado, bombardeando a triste figura dos derrotados”. Nazário, além de vencer a disputa, tripudiou e satirizou os derrotados. Isso após a descoberta da identidade do herói da cavalcada, que certamente feriu o altivo e “inquestionável” brio dos poderosos senhores amparenses. Tratava-se de um golpe simbólico na – antes inabalável – hegemonia senhorial. Não coincidentemente, como vemos noutro momento, tudo isso aconteceu em setembro de 1871.

Nesse episódio, um arlequim torna-se o defensor do povo e representante dos cativos. Vale lembrar que o nome de Nazário, significa “consagrado a Deus” ou “aquele que se consagra a Deus”. Dessa forma, Nazário ao ser apresentado como possível “salvador” da raça cativa, também seria uma espécie de caricatura bíblica de Jesus Cristo, o “nazareno”.

O significado aqui é evidente: o mestiço era o salvador da raça de seus antepassados. Entretanto, apesar de ser aclamado como o “herói da raça negra”, ele usa essa mesma raça para conseguir seus intentos. Embora pareça óbvia a conclusão de que ele é um membro da raça negra, uma leitura mais atenta das entrelinhas do romance indica que Nazário se utiliza de uma identificação com os cativos – a ascendência materna –, para conseguir seus objetivos: se vingar dos senhores e usurpar o seu lugar no topo da pirâmide social de Amparo.

Essa trama complexa nos traz a alegoria do que Xavier Marques mostra ser o processo de formação da nação brasileira. No confronto e síntese das raças formadoras do Brasil estaria o cerne do processo que culminaria na formação de uma raça brasileira mestiça, porém devidamente branqueada e marcada pela predominância latina. Nesse sentido, a ficção construída a partir das experiências de um abolicionista e republicano histórico é, na verdade, a linguagem utilizada para transmitir a maneira com que ele e muitos homens de letras da sua época pensavam que deveria ser o processo de formação nacional - como, aliás, afirmou um crítico, seu contemporâneo, em artigo citado nas primeiras páginas desse capítulo. Com

²⁸⁰ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 69.

²⁸¹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 69.

efeito, de forma bastante sutil, esse assunto é posto ainda no episódio da cavalhada. Mas para ter uma leitura mais inteligível desse conjunto de significados estão ligadas as raças, não só dos cavalos, mas também de seus cavaleiros.

3.2. Sobre raças, cavalos e cavaleiros.

No palco da disputa anunciada na cavalhada, duas condições são indispensáveis para que se alcance a vitória: a destreza dos cavaleiros e dos seus cavalos. Animais de raças apuradas e cavaleiros bem treinados são fundamentais para ter vantagem sobre os demais competidores. Os mais preparados estão naturalmente destinados a estar no topo. Não podia ser diferente na disputa da última cavalhada de Amparo: cavalos e cavaleiros travaram a batalha e venceu o melhor preparado. Nazário venceu a cavalhada e, tempos depois, venceu também o confronto com os senhores, levando uma família de mestiços, chefiada por ele, ao topo da pirâmide social de Amparo. Ele mesmo usurpou do Visconde de Itaípe a posição de “coluna social” da sociedade Amparense, tornando-se o grande daquela ficcional cidade dos fins do Império brasileiro até os tempos da República.

Uma análise mais aprofundada sobre os integrantes dessa história nos leva a algumas questões interessantes. A primeira se refere à forma como o autor descreve os cavalos. Eis o que ele relata sobre os animais dos senhores-moços e, logo depois, sobre o de Nazário:

Gordos e dóceis, de pelagem alvíssima, pareciam vangloriar-se das suas qualidades, das mantas franjadas e dos xairéis de veludo pendentes das abas das selas ornadas de lavores e pregaria de metal reluzente. Tratados e educados com amor, invejados dos cativos, partilhavam com os donos a vaidade das grandezas, dos frontais e freios, das barbelas e rédeas prata que vinham aparelhados.²⁸²

[...]

O morzelo lustrino de Arlequim, obedecendo ao temperilho da rédea curta, depois de alçar as mãos em engraçada curveta, começou a avançar a passos amiudados e rítmicos de dança. Ora arqueando vaidosamente o pescoço, ora equilibrando-se nos jarretes, **o belo animal negro**, sólido, elástico, traçava no jogo das ancas aboleadas umas curvas lascivas que imitavam os quadris das raparigas no requebro do lundu.²⁸³ [grifo meu]

²⁸² MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 60.

²⁸³ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 67.

Nesse curioso jogo de detalhes sobre os equinos, alguns deles chamam bastante a atenção. A descrição não deixa dúvidas sobre qual animal estava mais preparado para vencer a disputa. Os animais dos senhores-moços eram “gordos e dóceis”, utilizados apenas para os deleites e serviam apenas como “objeto de luxo, ricamente, superfluamente ajaezado”.²⁸⁴ O cavalo do Arlequim era “sólido e elástico”, com musculatura tão resistente que “traçava no jogo das ancas aboleadas umas curvas lascivas”.

Se tomarmos os cavalos como arquétipos dos cativos de Amparo, então uma leitura possível é a de que, para os senhores, os negros e as negras da mesma forma como avaliam animais – são bons na medida em que são dóceis e controláveis, além de fortes e servis. Na literatura brasileira a polarização dos tipos sociais de escravos entre bons ou maus levantava sempre a questão sobre como deveria ser o comportamento desses ante a sociedade escravista. Essa tipificação nascia da ideologia senhorial cuja prerrogativa era a de que os dominados deveriam sujeitar-se passivamente aos seus senhores. O que acontecesse fora disso era visto como rebeldia, pois ia de encontro à lógica dominante.

Noutro aspecto do texto pode-se ler sobre a “inveja dos cativos” em relação ao tratamento dado aos cavalos uma vez que esses eram “tratados e educados com amor”. A crítica do narrador aí pode estar relacionada a duas questões: ou a condição “superior” dos agregados brancos em relação aos cativos ou a forma com que a escravidão relegava os negros a condições inferiores aos animais. Na primeira metáfora está representada a condição dos brancos que embora fossem muito bem cuidados, eram “gordos e dóceis”, despreparados, portanto, para a disputa da cavalhada. Na segunda possibilidade de leitura, destaca-se que a educação que faltava aos cativos contribuía para a sua situação social de marginalização social, uma vez que até os animais eram mais bem tratados do que eles.

A minha interpretação desses emaranhados de símbolos é que os equinos representam os brancos – agregados, talvez? – e os negros, respectivamente. E quanto aos mestiços? Bem, entendo que eles dominam os negros em sua luta contra os brancos. Há de se notar sobre isso que “o belo animal negro” obedecia a “rédea curta” as ordens do “herói da raça”. Dito de outra maneira, essa metáfora mostra que, na visão do autor, as relações de classe e raça, preconizadas pelos seus paradigmas raciais, os negros, com o fim da escravidão, mudariam apenas de senhores, dos brancos para os mestiços.

Em sua condição de libertos ganharam a liberdade legal, mas lhe faltavam “graus de evolução” para disputar com as demais raças condições de autonomia. Vale lembrar que

²⁸⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 60.

nenhum negro sequer é nomeado em *As voltas da estrada*. Para Marques, eles continuariam na base da pirâmide racial e de classe, o que mudaria era apenas o topo, pois os mestiços, mesmo branqueados, passariam a ser raça dominante. Vale lembrar que, para Marques, até mesmo os negros poderiam “evoluir”, se abandonassem costumes bárbaros e tivessem acesso à educação. O autor mesclava em seu conceito de raça aspectos biológicos e culturais, pois para evoluir, uma raça deveria se branquear, educar e civilizar.

O contexto do romance comprova essa afirmativa. Basta lembrar que, em tempos de busca pela liberdade, despertada pela Lei de 28 de setembro, o mestiço se utilizaria da sede que os negros tinham por justiça para traçar ao mesmo tempo a sua vingança e a sua ascensão. O feitor Godofredo já enunciaria o fato ao dar ciência ao Visconde de que os negros haviam formado um quilombo e estavam atacando os engenhos, de que Nazário era o chefe dos quilombolas e ainda que ele “[...] começou a seduzir os negros pela mata e os canaviais, dizendo a todos que o governo dentro de pouco tempo ia declará-los forros”²⁸⁵. Na opinião do feitor “tudo de mau, de hediondo, de monstruoso se devia esperar de escravos surrados e foragidos às ordens do mulato que os capitaneava”.²⁸⁶

Para o narrador, Nazário tinha mesmo a massa negra revolta “em rédeas curtas”, assim como tinha sob seu poder “o belo animal negro” que usou na vitória da cavallhada. As revoltas escravas acabaram por dizimar o mundo senhorial: “estamos todos perdidos [...], os negros vem contra nós”, gritou o Godofredo, quando o Engenho Novo Mundo sofreu um desses ataques. Logo depois o algoz se tornou a vítima. O senhor foi assassinado pelas “feras negras”. Mas a turba foi mais longe e realizou roubos, saques, incêndios e assassinatos.

Todo esse “cenário de horrores” estava sob o controle de um homem: Nazário. Bastante astuto, o mestiço se utilizou da fúria dos cativos contra os seus senhores, por estes terem endurecido o cativo em virtude da Lei de 28 de setembro. Esse evento, todavia, será discutido no próximo capítulo. O que interessa neste momento é perceber como Nazário se aproveita da sua ascendência negra para forjar a identidade de “herói da raça” e, se aproveitando disso, manipular a massa contra os poderosos de Amparo. Após a decadência dos senhores é o autor que se encarrega de revelar o plano:

Nazário, o flagelo dos senhores-de-engenho, embriagava-se de vingança. Inteligente, astuto, tirando partido da Lei que libertara o ventre das escravas ascendia no coração dos antigos parceiros a esperança de próxima libertação geral.

²⁸⁵ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 152.

²⁸⁶ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 158.

[...]

Criminoso de morte, Nazário aureolava-se com o seu crime, inculcando-se herói e defensor dos direitos da raça. Conseguira assim fanatizar os negros de boa fé.²⁸⁷

A astúcia do “inteligente e astuto” mestiço fora decisiva na sua estratégia de vingança e de dominação. Quanto à massa, esta passou de uns senhores para outros, deixando de ser chamada escravaria e passando a compor o predicativo genérico de “povo”, nos tempos da República:

O povo, a massa geral, passando automaticamente ao governo de outros senhores, ia gozando o imprevisto favorável dos acontecimentos. Ninguém indagava se haviam espoliado e vencido pela nova ordem das coisas
O povo da Amparo democratizada, vendo gente de sua laia, medrar em rendas e posições, não distinguiu, a não ser pelo acidente de cor, os descendentes legítimos dos antigos senhores de latifúndios dos descendentes da raça cativa.²⁸⁸

Os espoliados – os negros – passaram automaticamente ao governo de outros senhores – os mestiços. A novidade é que os vencidos – os brancos “sem sorte” – também passaram a engrossar a tal “massa geral”.²⁸⁹ Na prática, essas duas raças passaram ao governo de uma – a raça mestiça. Esta visão racializada de Marques sobre a formação da nação brasileira fica mais clara à medida que voltamos ao episódio da cavalcada e analisamos não mais os cavalos e sim os cavaleiros que travaram a batalha teatral.

Entretanto, mais uma vez a leitura não é tão óbvia assim, pois é preciso colher de outros capítulos da obra os elementos necessários para desvendar o que fez de Nazário o vencedor da disputa. O que isso tudo tem a ver com a visão de Marques sobre as questões raciais do Brasil na Primeira República? Entendo que mais uma vez o autor estava querendo defender que o mundo é dos mais fortes. Ou seja, é necessário se preparar para evoluir. Dominar os elementos necessários para ser o melhor. Voltemos mais uma vez para as linhas do romance, para fazer um paralelo entre senhores-moços e Nazário. Eis a descrição traçada para os senhores-moços:

²⁸⁷ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 178.

²⁸⁸ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 200.

²⁸⁹ Uma discussão interessante sobre as representações das camadas populares como “massa” homogênea pode ser lida em Os bestializados, de Jose Murilo de Carvalho. (ver CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987).

O primogênito do visconde de Itaípe emprestava à riqueza do figurino e do porte.

Não se ficavam por baixo os irmãos, agitando com igual birrazaria as plumas brancas dos chapéus de veludo negro. Trajavam uniformemente capas de veludo com bordados de cinturão de metal e pedraria, calças pregueadas do mesmo estofado e altos borzeguins de marroquim vermelho em que reluziam as esporas douradas. Cada qual, empunhando uma lança aparelhada de prata, se fazia acompanhar de dois luzidios lacaios negros.²⁹⁰

Todos os demais jovens senhores também se vestiam com a mesma ostentação. Começada a disputa algo fica claro:

Seguiu-se-lhe o desempenhado Leite Junior, quase feminino no grácil meneio com que governava o seu esbelto e sonoro alazão, carregado de guizos de prata brunida.

Alcançou êxito como cavaleiro; e foi adiante, sem tocar no cobiçado objeto da porfia.

Reinaldo, Albano, Renato não foram mais felizes no arremesso com que tentaram, cada qual por seu turno, levar a melhor. Destros cavalgadores, manejaram bem as rédeas, mas não assim as lanças.

O interesse do pleito crescia. A massa popular tripudiava a cada insucesso [...].²⁹¹

Bem, sem querer parecer repetitivo, mas me parece que a leitura aqui nos leva ao assunto dos cavalos. Os jovens senhores parecem dominá-los bem, assim como Nazário, mas estão em desvantagem, por não saber “manejar bem as lanças”. Mesmo assim, parece que quem sabia mesmo manejar os animais nessa história era Nazário. Além de dominá-los de forma mais hábil, ele também sabia como controlar melhor “as lanças”. Afinal, é o narrador quem nos informa que “logo ao primeiro tiro da lança enfiou-a vitoriosamente na argolinha”.²⁹² Sempre cômico e heróico, o Arlequim parte para a nova rodada do jogo:

Novas argolinhas no cordel. Novas esforçadas carreiras. Parte o primeiro, o segundo, o terceiro cavaleiro. Lá vai outra vez o Arlequim, franco atirador, como a mostrar com humorismo da sua caracterização que aquilo para ele não era façanha senão brinquedo.²⁹³

Além de ser um “franco atirador”, Nazário fazia dos mestiços que o narrador apresenta já no primeiro capítulo da trama como os “mais apurados de cor” e que passavam o tempo “a

²⁹⁰ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 60.

²⁹¹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 62.

²⁹² MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 65.

²⁹³ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 65.

adestrar cavalos e a ensinar equitação aos brancos”.²⁹⁴ Ao tirar satisfações sobre o fatídico episódio da cavalhada com o senhor de engenho Luís Ribeiro, então suposto pai de Nazário, o Visconde, além de ouvir que Ribeiro não era pai de “mestiços”, escutou-o também afirmar que Nazário apenas “cuidava-me dos cavalos e ensina os rapazes [brancos] a montar.”²⁹⁵ Em tom sarcástico ele ainda completou: “Nazário é um perfeito cavaleiro”.²⁹⁶

Os cavaleiros “senhores-moços” derrotados são descritos como uma geração depravada, incapaz de administrar a sociedade amparense; na verdade, eles estavam, segundo se depreende da narrativa, deteriorando sua classe e os de sua cor, até então dominante naquela sociedade. Por isso, acredito que o autor preocupou-se em escrever todo um capítulo para descrever o processo de falência senhorial, que começou a partir da “indolência” da própria classe. Primeiro, quando seus pais, por se misturar com as negras nas senzalas degenerariam os descendentes. Depois, pelo fato de que os jovens, além de manterem a prática, ainda configuravam uma mocidade “leviana, ociosa, dada aos prazeres, sugando como brilhantes parasitas a seiva dos troncos paternos”.²⁹⁷ E completa afirmando que eles “não tinham ombros para sucederem aos pais no porte dos encargos de proprietários e agricultores”.²⁹⁸ Nesse mesmo tempo, Nazário se tornava líder “natural” dos cativos. Dito isto, é fácil compreender porque, na Amparo republicana, Nazário e seus filhos tornaram-se os chefes, enquanto os antigos senhores-moços e seus descendentes eram conhecidos como “brancos sem sorte”, que viviam do favor do novo chefe e continuavam a degenerar a sua raça.

O resultado da competição entre brancos e mestiços pode ser verificado na segunda parte do romance intitulado “sob o novo regime”. Passaram-se doze anos desde a grande cavalhada e dos trágicos ocorridos após a Lei do Ventre Livre. O narrador apresenta Nazário como “co-responsável pela implantação do regime novo”, contudo,

[...] ele não deixava de fazer suas restrições nem de admitir distinções que de alguma sorte restabeleciam a hierarquia social na democracia. Democrata em relação àqueles que teimavam em manter certa superioridade, por tradição e raça, mas aristocrata, um tanto por necessidade, com os que lhe eram inferiores em qualidade, recursos, inteligência e poder.²⁹⁹

²⁹⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 24.

²⁹⁵ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 85.

²⁹⁶ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 85.

²⁹⁷ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 144.

²⁹⁸ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 144.

²⁹⁹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 215.

Os chamados “brancos sem sorte” contavam com os favores da “nobreza mestiça”, mas os negros oriundos da escravidão lhes eram “inferiores em qualidade” e, portanto, não estavam preparados para gozar da democracia, o que exigia do chefe mestiço a força para a manutenção da ordem. Aliás, não faltam qualificativos negativos dos “nobres mestiços” em relação aos “preguiçosos” negros. Quanto à raça dos chamados brancos “sem sorte” restava ser “democrata” com relação àqueles que “por tradição e raça” insistiam e se dizer superiores. No entanto, o contexto da história nos mostra que a dita superioridade era mais um resquício das lembranças da condição dominante de outrora, do que da nova realidade em que a sociedade amparense se encontrava.

A nova hierarquia social vigente na cidade era dura para com os descendentes dos senhores, mas bastante animadora para Nazário e sua prole. O próprio chefe relembra sua trajetória até chegar ao topo da pirâmide social de Amparo:

[...] tenho dito muitas vezes, **combati** os magnatas desta terra e sai vitorioso. Sustentei com eles uma luta de morte. [...] como eu ia dizendo, eles caíram e eu fiquei de cima. Foi ainda com trabalho, com luta... Houve quem viesse **disputar** o governo comigo, pensando estar ainda em “Amparo dos Cativos”... Mas enfim eu venci, com o favor do povo aqui estou. Não há mais senhores. Os tempos são outros. Hoje tudo é um. Tão bom, como tão bom. (p. 120).³⁰⁰ [grifos meus]

Ironia do destino, ou melhor, do autor da trama. Um descendente dos explorados um dos responsáveis pela derrota dos exploradores. Embora o discurso do chefe não passe de demagogia, pois ele mesmo afirmara noutro momento que existiam estratificações sociais que deveriam ser respeitadas por todos e administradas pelos dominantes. O termo “combate” e “disputa” aqui devem ser tomados num sentido mais amplo. Entendo que a competição entre as classes decidiu quem tinha mais “qualidade” de fato para liderar Amparo na nova fase “democrática”. Afinal, Nazário era “corresponsável” pelo regime novo, segundo o narrador, e não havia ninguém mais apto do que ele para assumir a chefia da cidade na nova era republicana, pois além da “incapacidade dos descendentes dos senhores para assumir a nata social de Amparo”,³⁰¹ apenas aquele “homem atilado, corajoso e arranjista” poderia chegar ao comando daquela sociedade. Nazário

[...] tinha de subir. E subiu tão alto que das vicissitudes da época foi o caso típico pelo qual mediam o seu infortúnio os sobreviventes da nobreza

³⁰⁰ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 215.

³⁰¹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 199.

decaída [...] Quando se precisou de um homem para responsabilizar-se pela estabilidade das instituições de Nossa Senhora do **Amparo surgiu ele naturalmente, sem embargo da funesta competição** de dois antigos senhores-moços desconhecidos da gente nova da terra ficou sendo o diretor político da comarca.³⁰² [grifos meus]

O texto é bastante claro. “Naturalmente”, o mestiço estava mais apto a governar do que os senhores-moços. Estes agora compunham apenas a “nobreza decaída” e teriam que se contentar com as “migalhas” lançadas “democraticamente” pelo chefe. A passagem sugere um pressuposto originário do evolucionismo social defendido e pensado pelo autor e prefigurado, como já apontei, no episódio da última cavalcada no início da primeira parte do romance. A tal “funesta competição” é uma referência à vitória da população mestiça sobre os descendentes brancos e aponta para a própria competição racial existente no seio da sociedade amparense, que representava o processo de formação do povo brasileiro.

Nesse ponto, abre-se um campo de possibilidades que apontam para sobreposições de conceitos de raça pensados pelo autor que se aglutinam – por vezes de forma conflituosa, por vezes de forma justaposta. Explico: Xavier Marques teve acesso a várias leituras e versões, concepções e caracterização do ideal racial, tanto no Brasil, quanto na Europa. Sendo assim, não se pode pensar nas concepções de raça do autor em tempos diferentes de forma homogênea. É preciso lembrar que as discussões sobre evolucionismo social já eram conhecidas dos intelectuais brasileiros, pois desde os fins do Império alguns grupos como os abolicionistas defendiam essa idéia.

Em *As voltas da estrada* existe uma franca disputa entre brancos e mestiços pelo domínio da sociedade amparense, em alusão alegórica à formação do Brasil. Entretanto, alguns estudos e mesmo um leitor um pouco mais avisado podem perceber que outras idéias são evidentes na obra. A teoria do branqueamento é uma delas. Não era novidade; era, até certo ponto, letra ultrapassada a discussão dessa questão. O que ele tentou fazer de original, a meu ver, foi incluir a discussões sobre eugenismo nas versões sobre o processo de formação da nação brasileira. Nele, o autor defendeu um “programa eugênico sem cunho oficial”.

³⁰² MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 201-202.

3.3. Um mestiço e sua prole na casa de Eugênia.

Entre os episódios que chamam a atenção na vida de Nazário e de seus filhos, estão as aquisições das muitas propriedades compradas da tradicional e decadente elite de Amparo. Mas essa não era uma propriedade qualquer. Tratava-se da casa que o patriarca Nazário escolheu para morar. A casa ficava exatamente ao lado da casa da já idosa Augusta Leite. As janelas de uma situavam-se exatamente em frente às janelas da outra, o que permitia que Pastora, a filha do chefe, se “exibisse” com o fim de seduzir o jovem e “inocente” Paulino, filho de Augusta.

Os personagens do romance tipificavam o mesmo “programa empírico, sem cunho oficial” defendido pelo seu autor em artigo publicado mais ou menos na mesma época do romance, intitulado “Imagem Étnica do Brasil”. Da mesma maneira que Marques defende no artigo, os personagens do seu romance também buscavam constantemente “limpar a geração”. Segundo o autor no artigo citado anteriormente, crioulos e mestiços do negro ansiavam resgatar a sua prole daquilo que consideram “causa e sinal de aviltamento”.³⁰³ Essa ideia traduzia o sentido da realidade e da ficção em relação ao pensamento racial de Xavier Marques.

Vejamos o que o próprio Nazário nos relata sobre a propriedade que havia acabado de comprar: “Esta casa, que é nossa, teria cabido em partilha a Alfeu, filho de D. Eugênia, neto de João de Lima, barão do Cerro, e senhor do Engenho Alegria”.³⁰⁴ Se atentarmos para o fato de que o nome Alfeu significa “imagem clara” e Eugênia significa “bem nascida”, então a metáfora se torna evidente: Nazário desejava buscar depurar a sua cor através do nascimento dos seus descendentes. Tratava-se então de uma fina alegoria da teoria do branqueamento defendida por ele.

Tais informações contêm alguns significados fundamentais para os argumentos até aqui apresentados. Tendo em vista que o grande ideal racial de Nazário era “enterrar a negra, que havia na sua ascendência, até o último caracol do cabelo e ao último traço irregular da fisionomia”, e que ele desejava “gozar do grande júbilo de ver-se renegado como avô”³⁰⁵, tudo leva a entender que o sentido histórico desse episódio se direcionava mesmo para a eugenia.

³⁰³ MARQUES, Xavier. Imagem Étnica do Brasil. In: O jornal. Rio de Janeiro, 18/06/1938.

³⁰⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 209.

³⁰⁵ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 210.

Nazário buscava a correção dos traços “irregulares de sua fisionomia” e queria ver-se “renegado” como avô, ou seja, o seu “defeito de cor” deveria ser corrigido no cruzamento dele e de sua prole com indivíduos das raças brancas. Sendo assim, compreende-se facilmente porque o chefe não perdia a oportunidade de servir de alcoviteiro entre seus filhos e alguém de “qualidade”. Entende-se também o motivo do seu histórico amor por Augusta. É interessante notar que a maior parte – senão todos – os amores deste romance tem alguma ligação direta com ideais eugênicos. A lógica e os discursos que movem as personagens estão voltados para uma visão racializada da sociedade brasileira e, por isso, é interessante tentar perceber o que o seu autor defendia a respeito e como ele reconstrói o palco das discussões sobre nação, raça e cidadania no Brasil dos fins da Primeira República, tendo como contraponto discursivo os debates propiciados pelo crescimento da Eugenia no Brasil, nos últimos anos daquele período.

O termo eugenia foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 e deriva do grego *eugenes*, “bem nascido”. Criada no século XIX, a **Eugenia** é um conjunto de idéias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana”, ou, como foi definida pelos seus seguidores, ao “aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores, tendo com base o estudo da hereditariedade.”³⁰⁶ Essa proposição teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve, por um longo tempo, como justificativa para práticas discriminatórias e racistas por parte das elites brasileiras. No Brasil, ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do país (que seria de um “atraso”) e, ao mesmo tempo indicava o caminho para a superação dessa situação.³⁰⁷

Segundo Vera Marques, a Eugenia, enquanto discurso pretensamente científico, pensada no contexto da pluralidade racial brasileira e, sobretudo, ante ao fato da patente desigualdade social vigente naquele momento, se adequava no discurso das elites intelectuais brasileiras por vários aspectos. Entre eles, vinha realçar as diferenças da população através da raça, baseada em pressupostos ditos científicos, redimensionando uma preocupação das elites brasileiras, na época, acerca da periculosidade das classes pobres. Era enfática ao constatar a degeneração racial e moral dos habitantes do país como heterogênea mescla com tonalidade cromática caprichosamente variada. A depuração dos sangues inferiores não só tornaria a

³⁰⁶ MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. In: Estudos de Sociologia. Araraquara, vol. 13/14, 2003 p.109-126.

³⁰⁷ MACIEL, Marie Eunice de S. A Eugenia no Brasil. In: Revista Anos 90, n. 11, julho de 1999. pp. 121-130.

população mais homogênea racialmente como seria a única tentativa, por meio da hereditariedade, de “construir o homem brasileiro” e a “identidade nacional”. A eugenia oferecia ao país a perspectiva de vir a ser nação através da constituição da “raça brasileira”, não só utilizando o branqueamento, como também pelo arsenal de medidas eugênicas contra os elementos “deformante da raça”. A autora afirma ainda que “a eugenia, portanto, caía como uma luva na república brasileira recém-instaurada, pois vinha justificar as diferenças da população perante um estado cujo ideal político calcava-se na igualdade de todos”.³⁰⁸

Comparando os movimentos eugênicos na Europa e em países da América Latina, Nancy Stepan argumenta que a história da eugenia entre os latinos subverte o entendimento do significado da eugenia em geral e afirma ainda que o movimento eugênico internacional não foi unitário e não pode, por isso, ser indiscriminadamente apreendido. Ao contrário da concepção mendeliana de genética – dominante nos países anglo-saxônicos –, os eugenistas latino-americanos baseavam sua eugenia em uma corrente alternativa de noções neolamarckianas de hereditariedade, cujas concepções se apoiavam na ideia da transmissão dos caracteres adquiridos. O resultado foi a adoção de uma “eugenia preventiva”, muito mais preocupada com as reformas sociais do que com as questões biológicas. Para a autora, os movimentos eugênicos da América Latina, apesar de articularem de maneiras diversas as ideologias raciais, preocupavam-se com uma mesma questão: a construção de uma “verdadeira nacionalidade”.

Assim, esses homens de ciências e de letras tinham um objetivo maior: sobrepujar a heterogeneidade de sua “população mestiça” e encontrar meios de homogeneizar o povo em prol da identidade nacional. Nesse estudo, compreende-se que os brasileiros – no caso do estudo de Stepan os latino-americanos –, não faziam ciência por imitação, reproduzindo idéias estrangeiras num contexto estranho. Ao contrário, no Novo Mundo essas ideias eram pensadas a partir das variáveis culturais e sociais peculiares a estas regiões.³⁰⁹

Para Nancy L. Stepan, a grande preocupação dos eugenistas era “homogeneizar a “raça nacional”, ainda que fosse para criar uma identidade mestiça, pelas vias da aplicação da velha teoria do branqueamento. De uma maneira geral, eles procuravam um caminho alternativo aos estereótipos negativos que os cientistas europeus construía em relação à América Latina. Ela lembra, por exemplo, que, no Brasil o clima tropical era visto como fator adicional de deterioração de sua população mestiça. O caso do Brasil, ainda segundo a autora,

³⁰⁸ MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça... pp. 37-39.

³⁰⁹ STEPAN, Nancy Leys. A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2005.

seria particularmente mais interessante, pois surge em meio às discussões sobre raça e identidade nacional, no contexto do crescimento do sentimento nacionalista – sobretudo, vale lembrar, entre os homens de letras –, e das discussões acerca de políticas de imigração.³¹⁰

Esses temas foram alvos contínuos das preocupações de Xavier Marques, sobre os quais publicou vários ensaios. Em *Motivos Sociais e Históricos*, a Academia Brasileira de Letras reuniu uma coletânea de ensaios que Xavier Marques havia publicado entre os fins de 1920 e os primeiros anos de 1930 e que circularam em numerosas revistas e jornais brasileiros. A Primeira parte contém valiosos artigos onde o autor explana um panorama sobre a formação da nacionalidade brasileira e reescreve, do meu ponto de vista, nos moldes ensaísticos as ideias inscritas em *As voltas da Estrada*. Vale registrar aqui algumas de suas indagações, inquietações e conflitos no que tange a esses assuntos, pois fica evidente que, como para boa parte dos seus ilustres colegas letrados, esses temas geravam conflitos e contradições que, aliás, ele fez questão de registrar.

Em um de seus artigos, Xavier Marques critica as nações europeias de “origem e formação remota e consolidadas em sua composição étnica” de racismo. Critica também os Estados Unidos, por praticarem o que ele chamou de “diretrizes políticas” que aplicava doutrinas para interdições e “processos drásticos de um eugenismo truculento. E completa que no Brasil a Eugenia despertava interesse, mas não da forma com que aqueles a pensavam. As preocupações por aqui, pelo menos entre “os meios cultos”, não era com cruzamentos ou experiências, pesquisas ou mensurações eugenísticas. O interesse se dava em torno da “decifração do seguinte enigma”: o que seremos [os brasileiros] etnicamente, nesse longínquo [e futuro] estágio de evolução histórica.³¹¹ Prever-se-ia a vitória do homem branco sobre os demais. Na síntese racial brasileira, o elemento luso prevaleceria. Mesmo que essa afirmativa pareça contraditória com a argumentação final de *As voltas da estrada*, acredito que o autor nos leva exatamente para essa conclusão ao fim desse romance também. Embora os brancos na Amparo Republicana não dominem, aparentemente eles prevaleceriam através da junção racial de Paulina – filha de Augusta Leite –, e Pastora – filha de Nazário –, e do cruzamento das futuras gerações.

Em relação ao “truculento” processo verificado na Europa e aos conflitos raciais vigentes nos Estados Unidos, para Marques não haveria, no Brasil, a “incompatibilidade racial” verificada na América do Norte. Nada de ódios de raça. Nada que lembrasse o “anti-negrismo” norte-americano, com separações acintosas e eliminações sangrentas.

³¹⁰ STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia*.

³¹¹ MARQUES, Xavier. *Imagem étnica do Brasil*, p.15

“Eliminações”, afirma ele, “nem mesmo entre músicas e flores, como nos jardins eutanásicos de *Paradise Freund*, o paraíso eugênico imaginado por W. Armstrong no planalto de Santa Catarina”.³¹²

No Brasil, segundo ele, existiria um “programa empírico de eugenia” onde todos os brasileiros, inclusive os mestiços e negros, teriam incorporado uma espécie de acordo tácito de impedir que perpetuassem “na raça certos caracteres externos dos afros”. Tratavam-se, pois, de heranças “neutralizadas na concorrência dos outros tipos de mestiçagem”.³¹³

Retomemos agora o romance. Mas antes é preciso lembrar que o romance foi publicado em 1930, um ano após o Congresso Brasileiro de Eugenia. Ao comentar o tema do congresso, Marques afirmou que, para ele, o Brasil era e continuava a ser “um vasto laboratório, onde os sábios se limitaram ao papel de assistentes, acompanhando o trabalho da natureza, - e um teatro imenso, onde os políticos e governantes se reduziram a espectadores, testemunhando as mutações da história”.³¹⁴

Essas ideias se alinham com os ideais defendidos durante o evento por Roquete Pinto. Formalmente, houve no Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929, uma divisão no seio da intelectualidade brasileira. Enquanto o grupo liderado por Roquete Pinto, influenciado pelas novas abordagens antropológicas e pelo mendelismo, opunha-se à influência do ambiente sobre o patrimônio hereditário e negava procedência às teorias sobre os malefícios da mestiçagem. A distribuição entre os participantes do trabalho de Kehl, *Lições de Eugenia*, fez que vários deles tomassem a palavra para expressar opiniões opostas à de Marques.³¹⁵ Na República das letras das primeiras décadas do século XX essas ideias tornaram-se comuns nos jornais, periódicos, livros científicos, eventos acadêmicos, etc. Xavier Marques tinha ciência destas discussões e se alinhou com os discursos defendidos no Congresso de Eugenia por Roquete Pinto e tantos outros, defendendo a ideia de que a mestiçagem era uma peculiaridade da formação da nação brasileira e que dela surgiria uma raça forte. Entretanto, esse processo deveria acontecer de acordo com as forças da natureza. Seria, com efeito, “um programa empírico de eugenia”, com o qual todo brasileiro patriota deveria colaborar.

Essas concepções estão inscritas e francamente discutidas em *As voltas da estrada*. As relações amorosas do clã chefiado por Nazário que aconteceram na “Casa de Eugênia” têm muito a nos dizer do “programa empírico de eugenia” a que se referiu Xavier Marques.

³¹² MARQUES, Xavier. *Imagem étnica do Brasil*, p. 22

³¹³ MARQUES, Xavier. *Imagem étnica do Brasil*, p. 20.

³¹⁴ MARQUES, Xavier. *Imagem étnica do Brasil*, p. 22

³¹⁵ DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a [n]ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 232; MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos...* p. 60 e 73.

Começamos, pois, pelo triângulo amoroso que envolveu o Chefe. Nazário Ribeiro sempre amou Augusta Leite. Augusta Leite sempre amou Cirino Rocha e este odiava Nazário. Na Primeira parte da trama, não se entende qual o motivo de tanta balbúrdia em relação ao fato de Nazário ter oferecido os louros da vitória da cavalcada a Augusta. O sentido desse ato só aparece na segunda parte do livro, quando o narrador revela os sentimentos do já sexagenário patriarca mestiço em relação a Augusta: “Se a filha do Visconde de Itaípe o trazia à distância não era por falta de demonstrações corteses e intenções sinceramente generosas de sua parte [de Nazário]”.³¹⁶

Para Nazário, Augusta representava não apenas uma possível paixão, mas uma chance de apurar a qualidade e de consolidar a sua chefia igualando-se à classe tradicional de Amparo. O significado do nome da mui digna representante dos Bastos Leite é bastante representativo: “Augusta” significa “nobre” e “majestosa”. A senhora, descendente da antiga “casta” amparense, foi casada na época do Império com o finado Raúl César, nome que lembra os imperadores romanos e significa aquele que reina ou, mais explicitamente, “imperador”. Mas, na Amparo republicana o primeiro consorte de Augusta já não reinava mais e em seu lugar reinava Nazário, que queria este posto a todo custo e já o tinha de fato, mas ansiava o amor de Augusta por uma espécie de usurpação da “nobreza” de seus inimigos vencidos. Verifica-se no texto que se trata de uma relação de amor e interesse.

O grande mandatário de Amparo sempre alimentou esperanças amorosas em relação a Augusta. Mesmo quando ainda era apenas um liberto pobre, ele fez a primeira investida no dia da célebre cavalcada. Esses sentimentos, contudo, já eram os de tentativa de “limpeza da raça”, através de uma possível relação com a mais “nobre dos nobres”, a bela Augusta Leite. Não só isso, talvez já houvesse naquele momento a ambição de ocupar o lugar dos “tradicionais chefes” de Amparo. Mesmo depois de tantos anos, como nos informa o narrador, ele não perdera suas esperanças. Contudo, a filha do Visconde só conseguia sentir nojo do nobre mestiço. Nojo e raiva, pois, para ela, ele era o responsável pela decadência de sua família.

Augusta sempre sonhou em se casar com o engenheiro Cirino Rocha, mas este negou o consórcio, por causa da desonra sofrida pela enamorada. Ela acabou casando-se com o velho Raúl César, homem que então já tinha dois filhos, um deles morto pelas mãos de um negro “aquilombolado”. Contudo, está na frustração e na ruína da ideologia senhorial³¹⁷ a

³¹⁶ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 225.

³¹⁷ Sobre o conceito aqui adotado ver CHALHOUB. Sidney. Machado de Assis Historiador. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

principal causa do ódio de Augusta contra a “gente de cor”. No início do capítulo, intitulado “O lodo da igualdade”, o narrador explica o porquê da agora Sra. Bastos Leite viver enclausurada, em plenos tempos da República. Para ele, sua atitude simbolizava

[...] o protesto silencioso da velha aristocracia de Amparo, contra a vulgaridade, os crimes e a torpeza dos novos mandões e ricos. Ela jurara desconhecer até a morte a importância daqueles egressos do cativeiro, alçados, por capricho da fortuna, das senzalas aos solares. Enquanto escravos, sujeitos e dependentes, tiveram compaixão deles, tolerou-os, patrocinou-os até em excesso. Perdoou-lhes os ultrajes e infortúnios que pessoalmente lhe fizeram padecer. Mas transformados de lacaios em cavalheiros, com autoridade e poder para dispor, não só de bens, mas da liberdade e da vida dos filhos dos seus antigos senhores, nunca, nunca lhes daria a ousadia de suporem que os reconheceria como tais.³¹⁸

Esse trecho é rico por exprimir de forma peculiar os motivos da revolta de Augusta – e, conseqüentemente, de sua classe. O paternalismo, enquanto discurso que servia para manter, naturalizar e harmonizar uma relação desigual – propiciada pela escravidão – caiu em ruínas com todo o mundo senhorial, em virtude dos conflitos patrocinados por Nazário. Esta decadência como vimos no capítulo anterior, teve como um marco considerável o Decreto da Lei 28 de Setembro de 1871, como metáforiza o autor. É evidente que dentro das relações entre negros e brancos pensadas por Augusta Leite, os primeiros deveriam ser subalternos. Aliás, não só os negros, mas toda a gente de cor. Entretanto, não foi exatamente que as coisas sucederam. A ideologia senhorial, nela representada, não pressupunha que os demais personagens envolvidos em sua forma de ordenar a sociedade, pudessem discordar dos lugares a eles designados. É nesse contexto que devem ser lidos a atitude de Nazário por Augusta, e o ressentimento dela por Nazário. Augusta representava a velha ideologia senhorial em sua anacrônica incapacidade de perceber que o “futuro” do Brasil estava na mestiçagem. Entretanto, como veremos, a sua resistência só retardou o processo, pois seu filho, mais tarde, se casaria com a filha de Nazário.

Augusta era “a mais bela flor” de Amparo nos tempos da Monarquia. A declaração de amor de Nazário por ela significava, para ele, um “enlevo” e, para ela, o “opróbrio”. Para Cirino Rocha, arqui-inimigo de Nazário, significou a contaminação da moça pelo contato com o mestiço. Mas o tempo passou. Augusta teve seus filhos com o Raúl. Nazário teve seus filhos sem nem “mesmo ter se casado” e Cirino Rocha, “seco”, não teve propagada a sua

³¹⁸ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 248.

descendência, pois a sua ocupação era acabar com os "malditos" mestiços, ameaçadores da formação da "nação" – ao menos era isso que o personagem pensava.

Cirino Rocha é um personagem sarcástico, sagaz e venenoso e tinha concepções ácidas sobre a sociedade amparense. Contudo, ele é o único que tem coragem de externar ideias que muitos cidadãos de "qualidade" pensavam, mas por dependência do clã mestiço dos Nazários, não tinham coragem de falar. Segundo o autor, ele era o único em Amparo que se atrevia a falar alto e abusado utilizando os termos "negros" e "mulatos". No capítulo "Atração dos contrários", ele fala abertamente da vergonha que os negros e mestiços tinham de sua própria "condição de cor":

Em regra os amparenses, quando não podiam evitar a classificação da raça, procediam convenientemente, com certo pudor e economia do melindre social: empregavam um adjetivo vago que lhes parecia abranger todos os graus de intensidade da sombra pigmentar. Diziam uniformemente: “- Nós morenos...”³¹⁹

O racismo é uma ideologia tão perversa que coopta as próprias vítimas a pensar de acordo com a sua lógica. O fictício Cirino Rocha observou isso, na Amparo de 1900. O engenheiro também descrevia o progresso de Amparo como “um carro de bois atolado em massapé”, certamente em alusão ao extinto passado da civilização do açúcar. Para ele, uma raça degenerada pela escravidão e por costumes bárbaros e “aviltantes” não poderia levar a cidade a lugar nenhum. A mestiçagem propiciada pelo cruzamento entre a raça dos antigos senhores e as antigas escravas, para ele, era infértil e doentia para a nação. “A tara da escravidão ficou na alma do povo”, dizia ele. E complementava:

Uma alma coletiva vem se criando desde as origens da raça com o sangue e o caráter dos seus formadores. Ora, nas origens desta gente o que se encontra de mais intensivo, carregando o matiz não só da pele, mas do espírito, é o negro e o negro cativo...³²⁰

A mestiçagem brasileira, para o engenheiro amparense, estava carregada pelo estigma da escravidão. Isso fica mais claro nas páginas seguintes, quando, em conversa com Paulino, filho de Augusta, Rocha afirma: “O negro, e só o negro, trabalhou pela nação em peso: mas bárbaro e escravizado, o negro deprimiu a moral da nação [...] Por si só a influência da

³¹⁹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 243.

³²⁰ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 265.

escravidão nos foi tão nociva quanto o cruzamento dos próprios negros e selvagens com os civilizados”.³²¹

Satirizando a pretensa vergonha que os mestiços sentiam de suas origens africanas, conta a Paulino sobre um caso que se viu na capital de um poeta mestiço “dinheiroso” cuja mãe era negra e o pai português repatriado e rico. Estes teriam sido um dos versos do dito poeta:

“Do pai a quem nunca viu
“Tem o retrato na sala,
“Mas da preta que o pariu
“Não tem retrato, nem fala...”³²²

Com isso, ele argumenta que o próprio mestiço tinha ciência das origens “funestas” advindas da “mãe África”. Para o engenheiro, a única salvação para o futuro racial do país seria a contribuição do “bom tipo” do sul ou do estrangeiro europeu. “O bom tipo brasileiro depende da proporção em que esse elemento entre na liga nacional”,³²³ ele insistia. Não era uma questão apenas “epidérmica” e sim de alma e de sangue, que no caso dos mestiços ampareses haviam sido maculados pela escravidão e, é claro, por uma raça inferior.

Concluindo a conversa com o jovem, Rocha afirma:

Felizmente, para o alívio de todos os negros está acabando. Já deu o que tinha que dar. Deus o leve e nos deixe a possibilidade de um retorno às origens europeias. Assim corrigirá aquele erro da história que tem causado tantos constrangimentos à família nacional...³²⁴

Para Rocha, o negro e o mestiço eram como alienígenas na nação brasileira. E para reparar esse “erro” era preciso o branqueamento. Engenheiro formado no Rio de Janeiro, ele tipificava a visão do racismo científico vigente na Europa do século XIX e propagado no Brasil nos primeiros anos da República.

O engenheiro levou uma família de alemães a Amparo, e pretendia formar uma colônia, para que a junção “desse fermento” desintegrasse totalmente os caracteres africanos. O fato de ele ser antagonista indica a polifonia da narrativa, pois Xavier Marques traz na voz do personagem Cirino Rocha, a visão de mundo do que ele acreditava ser a dos tradicionais egressos da elite escravista. Diz respeito, também, à discordância do autor em relação a esse

³²¹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 270.

³²² MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 271.

³²³ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 270.

³²⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 272.

tipo de “eugenia empírica”, pois ele defendia outra forma de branqueamento, baseado na junção das três grandes raças formadoras do povo brasileiro.

Já Nazário representa o triunfo da “eugenia empírica” e da tomada do poder por uma nova raça, mais articulada e evoluída e por isso mais capaz. Ele representa a miscigenação com o negro que “naturalmente deu certo”. Cirino Rocha, ao contrário, pensou que qualquer contato com o negro leva a humanidade ao lodo da raça inferior. O embate entre engenheiro e chefe de Amparo travado durante toda a segunda parte da trama era um choque não só de raças e de concepções divergentes sobre o processo da mestiçagem brasileira, mas também de conflitos entre as classes suplantadas e suplantadoras.

A ascensão de Nazário significou o declínio de Rocha. No final, o engenheiro joga a toalha e o mestiço triunfante se projeta em glória. Ele não conseguiu se relacionar com Augusta, mas sua filha Pastora teve êxito casando-se com o filho dela. O significado prático disso é que Nazário serviu de alcoviteiro entre a filha e o jovem, facilitando o consórcio inter-racial. Mais uma vez o chefe mestiço conseguiu o que queria: o melhoramento da raça. “Para se casar bem, cada um se estime o mais que puder e, dinheiro à parte, apure **qualidade...**”,³²⁵ dizia ele.

A antropóloga Vera Rocha afirma que Cirino Rocha é o porta-voz desse discurso cientificista, voltado para um objetivo em longo prazo. Ela ainda nos lembra que Xavier Marques se refere ao personagem Cirino Rocha como um homem que tem discurso de antropólogo, o que mostra que Xavier Marques conhecia os debates sobre “raça” nos fins do século XIX e início do século XX.³²⁶

Sendo assim, ao reconstruir as ideias de purificação inscritas na personagem Cirino Rocha ele estava contando a história de uma política que fracassou no Brasil. E propunha outra, pautada no que ele chamava de processo de “eugenia natural” do povo brasileiro. Isso porque, de fato, os planos do Rocha malograram, em detrimento dos planos do velho Nazário. Como já foi dito, os planos do velho Rocha consistiam, pelo contrário, numa espécie de depuração forçada da raça brasileira através da inserção de imigrantes do mais “puro vigor racial”, os caucasianos, na mistura racial brasileira. Essa questão é discutida através da conturbada relação entre Liodoro Ribeiro, um dos filhos de Nazário, e Guilhermina, uma alemã filha de colonos “importados” por Cirino Rocha para trabalhar em suas terras.

³²⁵ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 207.

³²⁶ ROCHA, Vera. Da depuração a modernidade: a representação do gênero, “raça” e sexualidade na obra de dois autores baianos. Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) "Diversidad y poder en América Latina". Buenos Aires, Argentina. 29 de septiembre al 2 de octubre de 2009. Disponível em: <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/>, acesso em 24/11/2011.

3.4. A história de um amor inassimilável

“Assimilação” e “mistura” (ou “miscigenação”, “caldeamento” etc.) são palavras-chave dos discursos nacionalistas num contexto de crítica às políticas de imigração e colonização implementadas desde o Império. Nesse período, o Estado brasileiro tentou a inserção, entre outros, de indivíduos de origem germânica em algumas províncias brasileiras. As tentativas de colonização ocorridas no Império foram consideradas um desastre por terem permitido a concentração, no Sul do país, em “colônias homogêneas” que permaneceram à margem da sociedade nacional. Observações dessa natureza foram comuns também no Império; esse discurso propiciou a xenofobia em relação às colônias alemãs por parte de muitos intelectuais. No período republicano, esses imigrantes alemães deixaram de ser desejáveis, sendo que passaram a ser vistos como um perigo em potencial para a nacionalidade, tendo em vista a sua “consciência nacional” pautada por valores estranhos à brasilidade.³²⁷

Foi nesse contexto que Xavier Marques inventou um amor unilateral entre um mestiço de Amparo, Liodoro, filho de Nazário, e uma alemã, vinda do Paraná, juntamente com sua família, com o intuito de iniciar uma colônia em pleno Recôncavo Baiano. No entanto, a tentativa de implantação de uma colônia alemã na ficcional cidade baiana de Amparo dos Cativos teve, como veremos, o mesmo final das tentativas de colonização alemã que ocorreram na Bahia desde o Império: o fracasso. Na realidade, a Historiografia registra como fatores desse fracasso, dentre outros, a mudança para o clima tropical, a desconhecida composição do solo e do clima e a luta contra os índios e as péssimas condições de vida.³²⁸ Na trama, as dificuldades de adaptação dos alemães ao solo e ao clima baiano, a resistência destes em se deixarem assimilar e a disputa que se instala entre a raça mestiça representada

³²⁷ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor. E SANRTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, Ciência e Sociedade...

³²⁸ Na primeira fase da imigração Alemã no Brasil (1818-1830), registram-se os seguintes assentamentos no Sul da Bahia: a Colônia Leopoldina (1818); a Colônia Frankental (1824); fazenda, depois Colônia Almada (1815-1817) e Colônia São Jorge dos Ilhéus (1818, 1822). Na fase imediatamente posterior à criação do Império Alemão (1871), faz-se ainda uma derradeira tentativa nesse sentido; trata-se da Colônia Moniz (1873), instalada na Fazenda Comandatuba, região da bacia do rio Una. Nessa última colônia houve, segundo Albene Menezes, um retorno migratório em virtude das dificuldades encontradas pelos colonos. (MENEZES, Albene Miriam. Utopia, imigração e a Colônia alemã de Uma, Bahia no contexto histórico. In: textos de História, Vol. 16, n 02, pp. 35-78, 2008. p. 36). Sobre a Colônia Leopoldina ver CARMO, Alane fraga, Colonização e escravidão na Bahia: a colônia Leopoldina, 1850-1888. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFBA, Salvador-BA. 2010.

pela família de Nazário e a família do velho Othon como fatores desencadeadores do retorno desses colonos para o Paraná.

No capítulo intitulado “Atração dos contrários”, o narrador de *As voltas da estrada* nos conta sobre a artimanha do velho Rocha de querer promover “uma regeneração social, da economia e do trabalho” na cidade de Amparo a partir da importação de uma família alemã, cujo objetivo era lançar uma “isca à vaidade e a sensualidade” da elite mestiça da cidade. Em seu velho pensamento cientificista, já ultrapassado, ele entendia que “o sonho das larvas humanas” de Amparo era ver cumprido o sonho “e a volúpia de expurgar-se das suas escorias na pele de gente limpa”.³²⁹

Sua intenção era, pois, inundar aquela comunidade de toda sorte de estrangeiros e nacionais de “raça apurada”, para que pudessem praticar o que ele chamava de uma “espécie de lenocínio”. Seu plano visava expurgar os mestiços que dominavam a cidade a partir da sua própria “vontade de ver sua raça apurada”: “Morrerão como porcos, pela boca. Diluídos na mistura, de filtração em filtração, serão reduzidos a uma borra e totalmente evacuados. Morrerão em corpo e alma. Principalmente em alma...”, afirmava Rocha em seu insistente plano de acabar com os mestiços de Amparo.

Pois bem, o germen da possível destruição do clã dos Nazário e de toda a elite mestiça de Amparo era a família Alemã descrita pelo narrador com os seguintes qualificativos: teutões, garbosos, alourados, titânicos, esbeltos, fortes e musculosos. Contrastava em muito com a descrição de Liodoro, filho de Nazário, então prefeito da cidade, que era “de estatura mais que mediana, quase mascavo, nariz forte, lábios e olhos cúpidos e cabelo encaracolado”.³³⁰ A atração dos contrários prevista por Rocha logo se efetivou: Liodoro enamorou-se de Guilhermina, jovem filha da família alemã. É nessa relação que acredito que Xavier Marques investiu numa discussão interessante: raça e assimilação.

Liodoro prontamente se utilizou de seu poder como prefeito para impressionar a caucasiana família de colonos. O “caricato grão-duque”, como preferiu chamar o narrador da história, de tudo fez para conquistar a mão de Guilhermina, mesmo já sendo casado com uma das filhas dos antigos senhores de Amparo e tendo filhos “que não negavam a mãe África”. Garantiu ao senhor Othon, o velho alemão, que lhe daria terras melhores do que lhe prometera o velho Rocha. Após a negativa do ancião, prometeu e cumpriu realizar algumas obras públicas que se localizavam próximo a casa da família de sua nova paixão. Em dois dias seus

³²⁹ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 243.

³³⁰ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 236.

empreiteiros iniciaram uma obra que, nos conta o narrador, os habitantes de Amparo haviam pedido há tempos.

Numa das brechas em que ficou sozinho com a moça, Liodoro logo partiu para cima dela e tentou agarrá-la à força. Sob a resistência da rapariga ele retrucava: “Olhe não tenha medo... eu sou o prefeito... amigo do velho... [o pai de Guilhermina], de mim vocês tem tudo o que quiserem... tudo... tudo...”³³¹ Mas a moça recuava com verdadeiro nojo do prefeito. Segundo o narrador:

Guilhermina evitou ainda várias vezes a sombra do carão escuro que lhe descia sobre o rosto como uma nuvem eletrizada. E embora carnosa e rica de seiva, não podia furtar-se aos abraços do mulato mãozudo que lhe tateava o corpo. A mão pesada e teimosa buscava de instante a instante excitá-la com investidas nos recônditos da sensibilidade.³³²

Sem conseguir o que esperava, Liodoro saiu bufando de raiva da casa dos alemães, sobretudo por perceber que todos os seus ardis haviam sido malogrados pela resistência de Guilhermina. Para completar, Marcelo, seu irmão, lhe informa que a moça na verdade gostava de um rapaz por nome Juvenal, neto do, já morto Barão do Cerro. A investida foi mais violenta, pois louco de raiva do rapaz e de desejo pela loura donzela, Liodoro mandou dar uma surra em Juvenal, para que não ousasse a cortejar Guilhermina.

Numa de suas últimas investidas para conseguir ter para si a jovem alemã, Liodoro tentou agarrá-la mais uma vez à força e bradava “ou eu ou ninguém”. O narrador detalha o episódio, mostrando mais uma vez o malogro do prefeito mestiço. A narrativa é bastante detalhada e vale se transcrita aqui:

- Não tenha medo. Nada pode nos acontecer. Eu aqui sou o dono e mando; posso fazer o que bem quero... E você é dona de si, não tem pai, nem mãe; é uma viúva, vai para onde entender... Guilhermina veja o que faz comigo... [...] vamos viver juntos.
A alemã recuou com a cabeça, que não. E enojada: Que coisa senhorr...³³³

Após mais uma tentativa de agarrá-la a força, a moça ameaçou gritar e fugir. O rapaz loucamente atraído prometia-lhe “melhorar a sorte”, uma vez que era rico. Entretanto, a moça não conseguia senti outra coisa por ele a não ser medo e pavor. Após uma última tentativa, a moça fugiu pelas portas dos fundos, o que deixou Liodoro louco e enfurecido. Frustrado e

³³¹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 288.

³³² MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 288.

³³³ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 332.

decepcionado, o rapaz teve que voltar para a sua casa na fazenda sabendo que a moça jamais seria sua.

A resistência, porém, não era apenas dos alemães para com os nativos de Amparo. O velho engenheiro Rocha tentara comprar umas terras para fundar a colônia alemã, mas, astutamente, Nazário o impedira, comprando antecipadamente a propriedade. Finda a tentativa da aquisição de terras para a construção de uma colônia estrangeira pelo velho Rocha, Nazário explicava o porquê de ter impedido tal fato:

Esses “gringos” chegam com partes de cultivar as terras, e tão depressa se apanham donos de alguma lavoura, começam a meter pés os nacionais. Para eles nós somos negros ignorantes. Depois, se os da terra lhe dão troco, é um Deus nos acuda... lá correm para a capital, ao se queixar ao cônsul... Lá vem reclamação... melhor é não deixar nenhum aqui...³³⁴

O velho alemão, também cômico dessa situação, resolve retirar-se da cidade, pois frustradas as tentativas de Liodoro de possuir sua nora, achava que a vida dela corria perigo. Refletindo sobre um “misterioso” ataque em que “selvagens” haviam atacado e picado a sua plantação, ele percebe que nada mais lhe restara para fazer senão ir embora de Amparo. Na mesma sorte, percebia a resistência dos nativos da terra. Sua concepção sobre a situação mostra uma perspectiva diferente da de Nazário:

Othom acendeu o cachimbo, sentou-se num banco, fora da porta, e seu rosto barbaçudo eclipsou-se em uma nuvem de fumo. – Achava curioso que em terra tão grande e inculta, em vez de o adulem para ficar, o expulsassem como se fosse o chefe de um bando de ciganos. Depois, mudando de humor, superior e irônico, disse a mulher e os filhos que já sabia por que os perseguiam. – É que eles ali não eram colonos nem trabalhadores; eram o... “perigo alemão”.³³⁵

O dramalhão amoroso-racial que quase termina num crime passional, nos ajuda a elucidar alguns pensamentos do autor da romance sobre questões de raça, imigração e nação no Brasil. A referência irônica ao suposto “perigo alemão” evocado pelo patriarca germânico coloca em xeque as ideias sobre uma discussão muito corrente no Brasil da Primeira República, e que ficou ainda mais forte no contexto da Primeira Guerra Mundial e anos subsequentes. A partir do final do século XIX, imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum*. A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, provocou reações por parte de setores da sociedade nacional. A

³³⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 336.

³³⁵ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 339.

concepção de identidade teuto-brasileira foi atacada principalmente na época da República Velha (1889-1930), pois acabou por se confrontar com os postulados de intelectuais e homens do governo brasileiro empenhados na construção do estado e da identidade nacional, que tinham no direito de solo e na assimilação seus princípios básicos. Pretextando que a nação brasileira não comportava duplas identidades e que os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) colocavam em risco a integridade nacional, a população de ascendência alemã do Sul do país passou a ser estigmatizada como sendo estrangeira e por constituir "quistos étnicos". A identificação particular desse grupo também forneceu munição para os defensores da tese do "perigo alemão".³³⁶

O "perigo alemão" consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, a uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha.³³⁷ Sílvio Romero foi, dentre os intelectuais brasileiros que defendeu a tese do "perigo alemão", o mais destacado. A ele coube também o papel de ser um dos mais extremados e acres críticos do germanismo em terras brasileiras. Outro apologista do perigo Alemão foi Graça Aranha. No ano de 1917, ao prefaciar a edição portuguesa do livro de André Chéradame, "O plano pangermanista desmascarado", Graça Aranha tem um posicionamento amplamente favorável à causa da Entente no conflito e visceralmente contrário à da Alemanha. Qualifica os alemães como sendo, historicamente, um povo de rapina e de invasão e a Alemanha de procurar germanizar o mundo pela imigração pacífica, pela expansão econômica ou pela guerra. O pangermanismo, um plano de dominação do mundo elaborado depois de 1870, pela Prússia guerreira, seria, portanto, a fusão da dominação do Estado militar e da dominação econômica.³³⁸

Alguns anos antes o autor discutia essa questão em *Canaã* (1905). Nos primeiros anos do Século XX, o romance se tornou conhecido porque discutia, entre outros temas, a questão do imigrante na sociedade brasileira republicana. A obra retrata as dificuldades enfrentadas por dois imigrantes alemães, Milkau e Lentz, que vivem no Espírito Santo. Ambos apresentam duas visões diferentes que coexistiam entre os imigrantes alemães. Graça Aranha expõe tais visões, construindo seus personagens com posturas comportamentais opostas: Milkau representa o imigrante disposto a se "aculturar", a se adaptar à nova terra,

³³⁶ VOGT, Olgario Paulo. O Alemanismo e o "Perigo Alemão" na Literatura Brasileira da Primeira Metade do Século XX. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

³³⁷ GERTZ, René E. O perigo alemão. Porto Alegre Ed. UFRGS, 1991.

³³⁸ VOGT, Olgario Paulo. O Alemanismo e o "Perigo Alemão"...

aproveitando as oportunidades que ela poderia oferecer e entrando em contato com o povo que a habitava. Acreditava ser o Brasil “Canaã”, a sua terra prometida. Já Lenz representa o imigrante que não queria se envolver com a cultura da terra que o acolheu, acreditando que a mestiçagem geraria uma raça fraca e, por isso, evitava o contato com a população local. Além de mostrar as dificuldades impostas pelo meio social, os conflitos pessoais dos personagens também são retratados: o choque cultural entre Lenz e o novo país e o seu apego à preservação da homogenia étnica eram realidades que muitos imigrantes enfrentaram no Brasil.³³⁹

Acredito que na relação Liodoro/Guilhermina e no contexto que a cercou, Xavier Marques procurou revisitar o tema da imigração alemã, dentro do contexto da formação da nacionalidade brasileira. O jovem Lenz, personagem representante da concepção de que o alemão era inassimilável, é reincorporada em Guilhermina, jovem que rejeita qualquer tipo de aproximação com o processo de mestiçagem que gerou o mulato brasileiro. A concepção do racismo do jovem Lenz é bastante visível no pensamento pseudo-científico do engenheiro Cirino Rocha e confirmado no pensamento final do velho Othon, sogro de Guilhermina.

Entretanto, por se tratar de uma releitura, o narrador tenta conduzir aos leitores de *As voltas da estrada* à ideia de que a imigração alemã já era uma coisa superada, no Brasil dos fins da Primeira República. Com efeito, percebe-se que a tentativa do velho Rocha de implantar a tal colônia germânica nem ao menos sai da teoria, pois ele não consegue a propriedade em que a construiria e a primeira família alemã que ele traz à cidade de Amparo é obrigada a migrar, novamente, Deus sabe para onde.

A discussão sobre a imigração alemã que se verifica em Canaã, no contexto do processo de mestiçagem que propiciaria a formação do Brasil, é retomada por Xavier Marques na segunda parte de *As voltas da estrada*. Na trama podemos ler sobre uma família de alemães que migraram para Amparo numa tentativa de Cirino Rocha de criar uma colônia germânica em pleno Recôncavo. Na verdade, no contexto da história entendemos que seus objetivos eram mais argutos, o engenheiro pensava que a mistura racial entre mestiços e alemães levaria aqueles a serem extintos uma vez que a seu ver o sangue mais forte que – pensava – era o dos alemães extinguiria a descendência africana da cidade através da depuração do sangue, da “limpeza de geração” como costumava afirmar. Sua tentativa, porém, foi mais que malograda, pois em sua primeira experiência os alemães recusaram-se a relacionar-se com os mestiços de Amparo.

³³⁹ Uma boa análise de Canaã pode ser lida em PAES, José Paulo. Canaã: o horizonte racial. In: Estudos avançados, 5 (13), São Paulo, 1991.

Em artigo intitulado “Imigrantismo e brasilidade”, ele disserta sobre as mesmas ideias inscritas no romance. O autor começa o artigo afirmando que, nos finais de 1930, a imigração não era mais uma preocupação no Brasil como havia sido em outros tempos. Segundo Aldo Moraes Silva, esse tema foi alvo de debates no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, por exemplo, nos primeiros anos da República.³⁴⁰ No mesmo sentido Giralda Seyferth também analisa a política de raça e imigração no Brasil. Segundo ela, o Estado brasileiro fundamenta-se na ideia da miscigenação, procurava constituir a noção de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população.³⁴¹

Com efeito, nesse período foram realizadas algumas tentativas de criação de colônias européias em solo baiano, sem, contudo, alcançar qualquer tipo de êxito. A constatação do malogro do empreendimento da imigração européia na Bahia foi também feita na década posterior por José Coelho, em 1923, numa obra que mesmo buscando ser de “propaganda geral” do estado, não pôde furtar-se a reconhecer que as “ineficazes tentativas de colonização, foram sem valor sob o ponto de vista étnico”, referindo-se claramente à expectativa (não atendida) de embranquecimento da população.³⁴²

Entretanto, Marques insistia que a imigração era um tema que deveria ser retomado no Brasil caso se desejasse acelerar o progresso da nação. A contribuição de raças superiores ao “fermento brasileiro” deveria conduzir a nação mais rapidamente ao seu destino. Com efeito, ele afirmava:

Expliquemo-nos. Ao Brasil só é possível um crescimento acelerado, consoante o ritmo das aspirações da atualidade e as exigências do espírito de emulação continental, com o concurso de grandes massas imigrantes de raças cultas, de civilização superior. O afluxo de estrangeiros concorre para resolver o problema do povoamento, fator imediato de valorização da terra e aparelhamento econômico.

³⁴⁰ Silva afirma que o tema da colonização apresenta-se como um dos mais constantes no Instituto em seus primeiros anos, e um primeiro indicativo disso pode ser verificado nas muitas ofertas de trabalhos relativos ao tema, como as “Teses de colonização” de Cardoso Menezes, doada pelo sócio Augusto V. do Sacramento Black; o “Contrato entre governo imperial e o desembargador Polycarpo Lopes de Leão e o Dr. Egas Muniz Barreto de Aragão para introdução de imigrantes e estabelecimento de colônias agrícolas e industriais na Bahia” apresentado pelo sócio Conselheiro Joaquim Pires Machado Portela, ou ainda as “Questões de Imigração”, de Alfredo Taunay, doada por Francisco Marques de Góes Calmon, que por acaso viria a se tornar governador do estado, em 1924. (SILVA, Aldo José Moraes. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006. Capítulo IV). Uma discussão sobre essas questões em plano nacional, no Instituto Histórico e geográfico brasileiro, pode ser lido no trabalho de Manoel Luis Lima Salgado Guimarães (GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado, Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 01, 1988, p. 5-27.).

³⁴¹ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor. E SANRTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

³⁴² SILVA, Aldo José Moraes. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006. p. 178.

Quanto maior é o número de homens em um território mais rápido é o progresso de suas forças produtoras. Povoar, mas povoar com seleção, pensava um dos mais altos espíritos deste continente, constitui uma regra de sabedoria política, verdadeiro Canon da arte de governar a ser aplicado em todos os países americanos. Foi a emigração, escreve Delgado de Carvalho, ‘que fez da América um constituinte de duzentos milhões de habitantes, dotado de civilizações européias transplantadas e adaptadas aos novos meios’. E se é fato que os povos sul-americanos ainda muito dependem deste elemento impulsionador, o Brasil, em particular, pela sua extensão territorial está menos que os outros no caso de o dispensar.³⁴³

Nas palavras do autor de *Jana e Joel* a nação brasileira precisaria garantir a ocupação do seu território a partir da colonização de povos de “civilizações superiores”. Para Marques, raça era um conceito que fundia elementos biológicos e culturais e cada nação constituída deveria ter totalmente formada a sua raça características. Esta seria desenvolvida ao longo da formação da História e poderia evoluir ou não de acordo com as características biológicas e as práticas culturais de seus ascendentes. As “civilizações superiores” seriam as européias o que justificava, segundo seu pensamento, a posição dominante que estes teriam na humanidade. Para nações em formação – racial e territorial – como o Brasil era fundamental, segundo essa linha de pensamento, que se rejeitassem civilizações inferiores ou “estacionárias” e se incentivasse a colonização de povos que, além de superiores, não resistissem às tentativas de assimilação.

Marques reitera que, embora alguns “cientistas patriotas” depositassem “confiança aos nossos mestiços” seria mesmo necessária a “infusão de um novo sangue” ao povo brasileiro. Citando *Os sertões*, de Euclides da Cunha ele afirma que “[...] em páginas consagradas ao problema antropológico, retratando o nosso mestiço, Euclides da Cunha carregou demasiado nos traços negativos. Mas se o houvesse favorecido na mesma medida, maior desserviço nos teria prestado”.³⁴⁴ Ou seja, o mestiço brasileiro ainda precisava de uma contribuição estrangeira para apurar sua raça em direção a uma condição superior.

Sendo assim, como explicar o fato de que o alemão, na obra de Marques ser uma raça superior, mas, indesejada pelos brasileiros da cidade de Amparo? No pensamento de Marques, por mais que uma raça fosse superior, se ela não conseguisse integrar-se à raça brasileira, tornar-se-ia indesejável. Senão vejamos:

³⁴³ MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade. p. 6.

³⁴⁴ MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade. p. 6.

O emigrante aqui estabelecido não há de representar uma ou mais castas insuladas e impenetráveis no conjunto da população brasileira. Nem a nós conviria ou convém semelhante regime de clãs inassimiláveis, fazendo do Brasil um país dividido em compartimentos estanques. Se há raças migradoras de cujo contacto, por quaisquer razões, nós devemos preservar, cuja psique seja para nós uma incógnita a afugentar toda a esperança de entendimento, preferível é lhe negarmos ingresso. Bárbaro ou civilizado, esse é o povoador indesejável. O nosso melhor cooperador estrangeiro será o que mais facilmente se incorpore na família brasileira.³⁴⁵

Essa citação nos oferece uma chave para ler a relação amoroso-racial entre Liodoro e Guilhermina. Com tendências a formar um “clã inassimilável”, os alemães que se estabeleceram em Amparo se tornaram indesejáveis, assim como bem perceberam tanto Nazário quanto, o velho Othon. Uma raça que não se adapta/mistura tende a se tornar uma ameaça à raça dominante, neste caso a raça mestiça representada pelo clã chefiado por Nazário. Sendo assim, o melhor a fazer era mesmo afugentar o “perigo alemão”, como bem disse o chefe maior de Amparo, e como também percebeu o patriarca alemão.

Em relação à assimilação de estrangeiros à cultura nacional, ele menciona o “exemplo” dos Estados Unidos quando o presidente Teodoro Roosevelt expõe as condições do “verdadeiro americanismo” em face da imigração, exigia que o imigrante, antes de tudo, aprendesse a falar, a pensar e a proceder como membro dos Estados Unidos. O Governo brasileiro, segundo ele, adotou esse mesmo ponto de vista, tentando impedir a formação de pequenas nacionalidades no organismo da nação. O problema, porém, é complexo. O problema põe frente a frente o nacional e o estrangeiro, ambos defendendo a própria identidade. É de fato um aspecto da concorrência vital.³⁴⁶ Dever-se-ia resguardar-se a identidade cultural e racial brasileira. Para ele:

Se o Brasil, compensando muitas deficiências, tem podido afrontar o choque das ondas imigratórias, transformando-as em força utilizável segundo as suas necessidades, é natural que, melhor apercebido para a luta pela civilização, continue como até o presente, em sua marcha evolutiva, sem deixar de ser o Brasil unido, íntegro e idêntico a si mesmo: o Brasil brasileiro.³⁴⁷

Para os nacionais seria um perigo tê-lo entre seu povo. Se o imigrante apenas nacionaliza-se exteriormente, “por simples mimetismo”, o nacional devendo “fundi-lo”, estaria “a meter-se na goela da serpente, que o digere e assimila”.³⁴⁸ Essa era justamente a

³⁴⁵ MARQUES, Xavier. Imigrantismo e brasilidade. p. 8 e 9.

³⁴⁶ MARQUES, Xavier. Unidade e Identidade Nacional. p. 43.

³⁴⁷ MARQUES, Xavier. Unidade e Identidade Nacional. p. 44.

³⁴⁸ MARQUES, Xavier. Unidade e Identidade Nacional. p. 44.

leitura do engenheiro Cirino Rocha em seu plano macabro de extinguir a raça mestiça do solo ampareense.

A insistência de Cirino Rocha em implantar uma raça inassimilável em Amparo e a tolice de Liodoro em sua insistência em atrair-se pelos “contrários” representava a incompatibilidade de um projeto de imigração que, na lógica inscrita no romance, já há muito havia caducado. Nas poucas regiões do Brasil onde foram introduzidos, os colonos alemães teriam se segregado em “clãs” e, na ótica de intelectuais como Xavier Marques, esse tipo de investida era não só inútil como pernicioso. O resumo dessa ópera quem nos dá é o próprio Marques: em matéria de imigração e de depuração racial no Brasil, “melhor cooperador estrangeiro será o que mais facilmente se incorpore na família brasileira”.

Com efeito, pode-se concluir que o pensamento de Marques, inscrito também em sua literatura, é nacionalista e xenófobo. O “perigo alemão” a que se referiu ironicamente o patriarca teutão Othon só pode ser entendido no contexto dos debates sobre raça e nação vigentes na época, em especial sobre a possibilidade de criação de uma política imigratória para a colonização do povo brasileiro, que teve em Silvio Romero um de seus principais defensores.

Essa discussão estava presente no Brasil desde os tempos do Império, sobretudo com a discussão sobre a doutrina pan-germânica, conforme discutido por Giralda Seyferth.³⁴⁹ A autora destaca que num contexto de crescente nacionalismo brasileiro, em plena discussão da formação racial da nação, “os redutos germânicos” foram as que mais resistiram ao “abrasileiramento”. Os estrangeiros que foram alojados em Amparo não vieram da Alemanha e sim do Paraná, o que sugere que eles provinham de uma daquelas colônias cuja característica central era a não assimilação, algo deplorado por grande parte da intelectualidade brasileira, dentre eles Xavier Marques. Reportando ao “perigo alemão”, denunciado dentro e fora do Brasil, Silvio Romero, em alguns dos seus textos mais panfletários, propôs que os imigrantes fossem distribuídos por todo o território nacional, em particular na região que chamou de “Brasil intermediário”,³⁵⁰ que correspondia ao mesmo “Brasil” retratado em Canaã, de Graça Aranha.

Em Romero, o papel do imigrante está bem definido: concorrer para a formação de um *tipo* brasileiro, elemento da unidade nacional (que, paradoxalmente, o autor vê comprometida

³⁴⁹ SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: Revista Mana. 3(1): 95-131, 1997.

³⁵⁰ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor. E SANRTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, Ciência e Sociedade... p. 50.

pela “desarmonia das índoles” decorrentes da mestiçagem). Trata-se de uma construção racial – clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos – pois a nacionalidade já teria cultura, sua língua e sua religião. Na concepção de Romero a nação brasileira do futuro deveria ser uma civilização latina e branca, o que implicaria na assimilação dos imigrantes à formação lusitana do país. Assim, as políticas de imigração e colonização deveriam estar voltadas para as gentes latinas – da Espanha, Portugal, Itália. Alemães irredutíveis à assimilação podiam ser bons para colonizar, mas constituíam uma ameaça à nacionalidade.³⁵¹ O elemento de discórdia em relação ao nacionalismo formulado no início da República estava na dificuldade de assimilação dos alemães e de seus descendentes, diante da afirmação de uma identidade étnica teuto-brasileira que buscou sua legitimidade na noção de germanidade.³⁵²

Com efeito, Xavier Marques dialoga com toda essa discussão, conforme demonstramos nos capítulos anteriores. O autor mostra que a questão da imigração alemã já não era central no Brasil dos fins de 1930, mas ainda fazia parte das preocupações de diversos intelectuais em relação à importação de outros tipos raciais desejáveis. Tratava-se, portanto, da forma com que Marques enxergava o processo de formação do povo brasileiro a partir das suas raças formadoras e a partir da inserção de raças superiores dispostas a colaborar com o “caldeamento racial brasileiro”. Foi nesse complexo de discursos racialistas e nacionalistas que nasceu a ficcional paixão do mestiço Liodoro pela alemã Guilhermina. Marques dialogava com uma intelectualidade que, como Silvio Romero, construiu uma teoria xenófoba a partir da experiência malograda de inserção de indivíduos germânicos no Brasil, uma vez que estes não teriam apresentado predisposição para “emprestar seu rico fermento”, como diria Xavier Marques, no processo de caldeamento e de melhoria da raça brasileira em formação. Nas primeiras décadas republicanas, a xenofobia contra povos resistentes ao processo de assimilação era constante entre a intelectualidade brasileira. Em Xavier Marques esse discurso também foi perceptível. Foi nessa perspectiva que ele pensou a história de um amor inassimilável.

³⁵¹ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor. E SANRTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, Ciência e Sociedade... p. 50.

³⁵² SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. In: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

3.5. O “elogio” da mestiçagem

Outro episódio que é alvo desta análise é o caso de amor entre Pastora e Paulino. Na verdade, no decorrer da trama, fica claro que se tratava de mais um caso de interesses do que de amor, pois o rapaz deseja ascender socialmente e a donzela pretende garantir o casamento com um homem de “qualidade”. Entretanto, é na relação dos dois jovens que se dá o desfecho da trama, por isso é preciso uma reflexão mais detalhada sobre esses dois tipos.

Descrita como faceira, sensual, atirada e “quase-virgem”, a morena revela a representação que Marques fazia de elementos africanos presentes em sua ascendência. O tipo inscrito na mulata de Amparo foi historicamente construído, ganhando na obra de Marques, uma explicação bastante corrente no Brasil da Primeira República e que viria a se tornar um dos símbolos do Brasil, tanto para os brasileiros, quanto para os estrangeiros: a mulata ou morena brasileira havia gerações, era caracterizada como “fogosa”, pela sensualidade, beleza “exótica”, poder de sedução.

Alguns trabalhos tem se dedicado ao estudo dessa figura. Mariza Corrêa, por exemplo, em artigo intitulado “A invenção da mulata”. Ao discutir a construção dessa figura no imaginário brasileiro, sob a ótica dos estudos de gênero e raça, a autora afirma que essa figura tão presente nos discursos médicos, literários ou carnavalescos que a singularizaram com tanta nitidez que parece não haver nenhuma descontinuidade entre a mulata das lavagens do Bonfim dos tempos de Nina Rodrigues. Em seu estudo, a autora se propõe a pensar como a invenção dessa figura “conceitualmente tão rica”, para além de sua existência empírica, pode contribuir para questionarmos nossa forma habitual de tratar seja das relações de raça, seja das relações de gênero.³⁵³

Ainda segundo Mariza Corrêa, o estatuto simbólico que identifica a figura da mulata no imaginário coletivo, firmou-se no mesmo campo semântico do qual faziam parte uma série de outros discursos, com frequência emitidos pelos mesmos autores antes citados, e nos quais as palavras-chave utilizadas para qualificá-la como indesejada, têm estreita afinidade com os atributos que serviram para identificar positivamente a mulata no imaginário brasileiro. Palavras que a vinculavam diretamente, sem mediações de ervas ou especiarias, ao universo da pura sensação corporal: lubricidade, volubilidade, amoralidade. No discurso de alguns críticos literários (José Veríssimo, Silvio Romero), no de alguns historiadores (Capistrano de Abreu), no discurso médico (Raimundo Nina Rodrigues e muitos outros) e no literário (de

³⁵³ CORRÊA, Mariza. A invenção da mulata. In: Cadernos pagu (6-7) 1996: pp.35-50.

Gregório de Matos a Guimarães Rosa) que serviu de lastro para a construção dessa figura mítica, a mulata é puro corpo, ou sexo, não "engendrado" socialmente.³⁵⁴

Por outro lado, como lembra Osmundo Pinho, a mulata é o símbolo gracioso desta miscigenação que, segundo ocorre, ainda ajuda a revelar o que pretende esconder: a rejeição da “negra preta”.³⁵⁵ Nesse sentido, cabe lembrar que ela em muitos momentos é mostrada como parte do processo de branqueamento, que herda alguns aspectos de uma de suas raças maternas, entre elas a tendência para o pecado e para fazer pecar.

Martha Abreu em artigo intitulado “Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)”, discute alguns significados presentes no imaginário popular brasileiro acerca dos mestiços, que cabe aqui mencionar. Nesse trabalho a autora mostra que estes versos revelam um caminho para se resgatar e analisar imagens e identidades construídas sobre homens e mulheres afro-descendentes, possíveis de serem acionadas ou difundidas, entre 1890 e 1920, na área do Sudeste. A autoria menciona que a valorização da mulata nas canções vinha, em geral, acompanhada de seus atributos de beleza e sensualidade, como o movimento dos quadris. Entre os versos citados e analisados pela autora, encontra um atribuído a Melo Moraes Filho e Xisto Bahia que vale a pena lermos aqui:

Eu sou mulata vaidosa
Linda, faceira, mimosa,
Quais muitas brancas não são!
Tenho requebros mais belos;
Se a noite são meus cabelos,
O dia é meu coração.

Sob a camisa bordada,
Fina, tão alva, arrendada,
Treme-me o seio moreno
É como o jambo cheiroso,
Que pende ao galho frondoso
Coberto pelo sereno

Aos moços todos esquiva,
Sendo de todos cativa,
Demoro os olhares meus;
Mas, se murmuram: maldita!
Bravo, mulata bonita
Adeus, meu yôyô, adeus...

³⁵⁴ CORRÊA, Mariza. A invenção da mulata, p. 40.

³⁵⁵ PINHO, Osmundo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. Cadernos pagu (23), julho-dezembro de 2004, p. 112-113.

Minhas yáyás da janela
Me atiram cada olhadela,
Ai dá-se! Mortas assim...
E eu sigo mais orgulhosa
Como se a cara raivosa
Não fosse feita para mim.³⁵⁶

Em nota, Abreu nos informa que estes são só alguns versos desta longa e divulgada canção, que também registrava, em outras estrofes, muitos elogios à “mulata baiana”. Não se pode deixar de notar, portanto, a contribuição do imaginário baiano inscrito na figura da mulata. Dito isto, fica mais fácil compreender como foram tecidos os fios das roupas da personagem Gabriela, de Jorge Amado e, antes dele da Pastora, de Xavier Marques. Este modelo, que Osmundo Pinho chama de, “Ideia de Bahia”, reproduz-se atualmente em diversas formas, reatualizando e potencializando seus efeitos de fixação de um conteúdo específico e definido do “povo” e do passado tradicional baiano como constitutivo de sua identidade. Em um guia de turismo recente lê-se, por exemplo: A maioria dos habitantes de Salvador é mulata, mistura entre portugueses, africanos e indígenas. O povo de Salvador é alegre, simples e hospitaleiro [...] sempre de braços abertos para mostrar ao turista “o que é que a Bahia tem”.³⁵⁷ É nesse escopo discursivo que se insere a ideia da mulata baiana e brasileira e que está presente como bem lembra Martha Abreu desde antes do período republicano, mas que nesse período começa a ganhar traços mais definidos dentro dos intensos debates que permeiam questões raciais de gênero na Primeira República e, que acredito serve de estrato gerador de representações futuras das figuras representativas da baianidade e da Brasilidade. Esses temas, porém, serão discutidos no último capítulo deste trabalho.

³⁵⁶ Apud. ABREU, Martha. “Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, 2012. pp. 12.

³⁵⁷ *Postais do Brasil*, s/d. Citado por PINHO, Osmundo. *A Bahia no fundamental: Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade*. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol. 13 n. 36 São Paulo Feb. 1998.



Figura 9 - A mulata baiana. In: *Revista Esfera*. Ano I, Num III, Bahia, 30 de setembro de 1924.

Entretanto, vale aqui ainda mencionar que Martha Abreu argumenta que a representação da mulata como um cobiçado objeto do desejo seria o contraponto musical para as teorias que, no passado, coisificavam a mulher escrava e, no presente, apontavam para a inferiorização e a animalização da mulher negra e mestiça, vista, pelo pensamento racista, como naturalmente mais propensa a uma sexualidade desenfreada e degenerada. Elogiada sim, mas para ser passivamente consumida, como uma comida apetitosa, e logo depois descartada. Ela nos lembra contudo, que os versos produzem mulatas, às vezes em uma mesma canção, com um papel ativo – pouco condizente com a imagem de uma “coisa” ou objeto sexual – ora exercendo o seu poder de sedutoras, ora aprisionando os encantados, ora gastando muito de seu dinheiro, ou dando adeus aos seus “ioiôs”. Mesmo que se possa alegar que os versos pretendiam estimular o desejo, brincando com o pretense poder das mulatas, não se deve esquecer que também poderiam ser um caminho para se falar, de uma forma crítica e irônica, sobre os limites da força dos senhores. De qualquer forma, difundia-se a imagem da mulata esnobando os poderosos senhores. Interessante é perceber junto com Martha Abreu, que não obstante a polissemia inscrita nos versos dos lundus por ela analisados – e que pode se aplicar, acredito eu, também ao caso da literatura de Xavier Marques –, pode-

se constatar o quanto as canções se inseriam num campo de luta em torno dos significados dos papéis de gênero, especialmente dos atribuídos às mulheres afro-descendentes.³⁵⁸

A garota não tinha outro sonho a não ser conseguir a única “riqueza” de que dispunha Paulino: uma “ascendência nobre” e uma “raça superior”. Já o rapaz, “angelical”, puro e casto, com traços “perfeitos” e fenótipo de um “príncipe”, ansiava ver dias melhores do que os de penúria que padeciam a sua família e os demais “brancos sem sorte”. Com dezenove anos incompletos, alvo, rosado e belo como um Apolo, era o encanto de Pastora.

Em uma “casual” conversa com o rapaz, ela “inocentemente” deixou cair a manga, e num movimento tardio de recato pôs-se a esticar muito, pelas abas, a frente do casaco sobre os seios. Ele, regozijado, via sob o avesso do estofado aguçarem-se dois espichos. Difícil é deixar de imaginar essa cena. A sensualidade da moça enredava o “pobre” rapaz e o deixava cheio de concupiscência. O jogo de sedução da linda mestiça tem mais um episódio algumas páginas depois, num novo encontro entre os enamorados:

Foram momentos graves, de correspondência muda, misteriosa. Ela, como ave arrufada, incubando os desejos na carne quase virginal de Paulino, sentindo-se devassada, mas submissa, preludiando a sujeição fatal do amor, mais poderoso que o pejo... Ele estático, imobilizado ante aquela surpreendente revelação que parecia uma oferenda e que lhe dava a medida do quanto era amado por Pastora. Assim permaneceram instantes de felicidade e gozo virtual para os sentidos.³⁵⁹

Entretanto, não obstante a atração do jovem Paulino pela sensual Pastora, o que fica evidente é que os dois tinham interesses nesse possível consorcio. Ele queria ter riqueza e poder; ela queria ver “apurada” a sua descendência. No último capítulo da trama, a fim de convencer a sua mãe, Augusta Bastos de que a única forma de alcançar seus objetivos seria ingressando na família de Pastora, Paulino demonstra numa conversa com a sua mãe que, afinal, já não era tão inocente quanto nos fazia pensar o narrador em outros episódios da novela: “[...] eu quero ser gente aqui, ser proprietário, ter alguma fortuna, como outros têm e espero tudo isso muito em breve...”³⁶⁰ Sob o espanto a velha senhora, ele reitera: “E quem pode me ajudar a conseguir o meu desejo é o Sr. Nazário, mais ninguém”.³⁶¹ O que era uma conversa, entre mãe e filho acaba se tornando uma grande discussão, mas o jovem está

³⁵⁸ ABREU, Martha. “Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, 2012. pp. 143-173.

³⁵⁹ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada* [1980]. p. 232.

³⁶⁰ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*, p. 370-333.

³⁶¹ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 370-333.

disposto a levar essa pendenga até as últimas consequências. Ainda no calor da discussão, o narrador nos conta que Paulino não desistiria do seu vantajoso amor com Pastora:

Paulino [...] estava disposto a todas as franquezas. Sob a influência da paixão, e entre os seus cálculos de fortuna, tinha o vago sentimento de que sacrificava a uma reconciliação necessária, dando o seu sangue e o seu nome pela paz social e em reparação de velhas injustiças.³⁶²

Insistindo na conversa o jovem revela a mãe suas intenções de casar-se com Pastora. Sua decisão era, como nos disse o narrador, um misto de amor, interesse e “sentimento de justiça”. Dito de outra forma, o jovem estava atizado pelos encantos da mulata, cômico de que essa era a sua única chance de ascensão social e econômica e de quebra ainda tinha a mais “vaga” impressão de que esse consórcio faria justiça ao violento conflito de classes representado pelo antigo amor de sua mãe, por Nazário.

Entretanto, dona Augusta não iria aceitar facilmente o matrimônio inter-racial. Revoltada e “enojada”, retruca as palavras de Paulino: “- Estás louco!... Meu filho, o filho de Raul César, o neto dos Viscondes de Itaípe, casar-se com a filha do liberto de Luís Ribeiro, do autor de todas as nossas desgraças... Tu?...”³⁶³ O jovem não se convence e responde a mãe argumentando que muitos moços da “sua qualidade” casaram com moças que não eram brancas e nenhuma delas era melhor do que Pastora.

Decidido a acabar com o impasse de uma vez por todas, Paulino resolve contar a sua mãe que devia “a honra de Pastora” e que agora “o único remédio que havia” era casar-se com ela. Trago essa notícia de forma tão repentina porque também eu, leitor de *As voltas da estrada* me surpreendi com o fato. Tive que voltar para os capítulos anteriores, pois me dei conta de que deixei passar algo muito importante: “a honra de Pastora” havia sido tirada por Paulino. Aliás, eu devia mesmo ter percebido, pois a essas alturas, o narrador já se referia a Paulino como “homem” e não como um “jovem” e seus pensamentos já não eram mais inocentes, como vimos há pouco.

Pois bem, no capítulo anterior ao que o narrador nos conta a briga que o rapaz teve com sua mãe, vemos Paulino no quarto de Pastora em meio a uma festa promovida por Nazário em ocasião das comemorações da data de aniversário da rapariga. Sobre isto, o narrador nos informa apenas que Paulino:

³⁶² MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*, p. 370-333.

³⁶³ A boa mamãe, p. 205.

Avançou para olhar de perto o vestido que estava desdobrado sobre a colcha alva da cama. Quando, ardendo em curiosidade, ia-se aproximado, sem nada mais temer, ela antecipou-se-lhe ágil, fremente, estendendo os braços nus para tomar a saia. E ambos se encontraram reclinados à borda do leito.³⁶⁴

Se a intenção do narrador era deixar o resto por conta da minha imaginação, confesso que me perdi. Mas consegui voltar e perceber que todo esse episódio estava dentro de um plano montado por Pastora. Com, ajuda do seu alcoviteiro pai, ela teve sucesso em seus intentos. Se o meu leitor duvida de que Nazário sabia de tudo, tenho que revelar que “quando Paulino reapareceu e sozinho reentrou na sala, passava por ele o Sr. Nazário. Entre empertigado e afável, o chefe, depois de acariciá-lo com bondade, batendo-lhe no ombro perguntou: ‘- meu amiguinho e sua dama?’ Paulino, meio perplexo respondeu: - subiu disse que ia mudar de roupa”.³⁶⁵ Ela mandaria avisar que “sentia-se nervosa e cansada, queria repousar”.³⁶⁶ Concluindo, o narrador nos avisa que a festa mesmo assim prosseguia gloriosa “para a glória de Nazário e da sua família”.

A notícia surpreendeu a todos, mas quem ficou mais revoltada foi mesmo Augusta Leite. A velha senhora desmaiou, chocada diante da notícia, e após alguns dias de cama, desgostosa, teve que pedir a Deus que “a socorresse com o remédio heróico de humildade, que a ajudasse a dilatar a sua noção e o seu sentimento de humanidade até por abraçar todos os seres, sem distinções, nem repugnância”.³⁶⁷ Mesmo assim, não queria mais saber do assunto do casamento, pois desejava “adormecer os derradeiros alentos do seu orgulho”.³⁶⁸ A senhora agora parecia apenas esperar a “consumação do seu longo sacrifício”, como nos informa o narrador em referência talvez a “reparação das injustiças” que o casamento de seu filho com a filha do chefe mestiço propiciaria.

Não havia mais como evitar. O casamento entre Pastora e Paulino se deu, como nos indica o narrador em exatos trinta e dois anos em que ocorrera o casamento de sua mãe com Raul César e no mesmo engenho, o Tijucopaba. A caminho do casório, Nazário, ainda nas palavras do narrador “pisava com garbo a sua estrada triunfal, a mesma por onde também passara o cortejo fúnebre do visconde, ou antes, o enterro da aristocracia dos engenhos”.³⁶⁹ Na comitiva em direção ao Tijucopaba o casal festejava os novos caminhos da vida, cujas perspectivas eram melhores “do que aquele céu de primavera”:

³⁶⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 354.

³⁶⁵ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 354.

³⁶⁶ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 354.

³⁶⁷ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 371.

³⁶⁸ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 371.

³⁶⁹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 371.

Ela, catita, oferecia ao sol o moreno macio do rosto com o cabelo negro. O “sangue da raça” metia-lhe por sua vez “rosetas de acicate”, aligeirado-a como a abelha que voa às núpcias. Usava ainda a gargantilha de pérolas da filha do Visconde de Itaípe, que recebera como presente de noivado. Ele, ao lado, na ditosa inconsistência de prisioneiro da fortuna, e conservando sempre os seus belos ares de conquistador... Seu olhar insolente media as terras, distantes tarefa por tarefa, com visão geométrica e descortino econômico. Pastos e campinas para fomentar a ambição de um grande criador.³⁷⁰

O casal Ribeiro de Bastos Leite iria passar a sua lua-de-mel no antigo engenho Mundo Novo. Esse local representaria uma nova era para a cidade de Amparo, haja vista a reconciliação de classes e raças cuja alegoria maior estava na relação inter-racial entre os dois consortes. No pensamento nacionalista de Xavier Marques todos os brasileiros, inclusive os de cor, deveriam trabalhar nesse laboratório empírico de eugenia e colaborar para a formação da raça brasileira. Raça inteiramente latinizada e branqueada, desprovida de todos os caracteres bárbaros dos povos formadores ou dos “alienígenas”, palavra que costumava qualificar aqueles povos que não integravam as três matrizes raciais principais que formavam o Brasil, conforme afirmavam as “teorias” históricas tradicionais desde a famosa tese de Von Martius publicada em 1845.³⁷¹

Dessa forma, para Marques os mestiços brasileiros deveriam colaborar com a nação e buscar “depurar” sua raça gerando descendentes mais branqueados, geração após geração. Ele apregoava a junção de raças como elemento tipicamente característico do povo brasileiro. Num artigo intitulado “Unidade e identidade nacional” ele nos fornece elementos que tornam ainda mais inteligíveis a ideias defendidas em *As voltas da estrada*:

É interessante seguir nos trabalhos de constituição histórica a formação do povo brasileiro, desde os primeiros contactos entre as raças que aproximadas pelo destino criaram aqui mais uma variedade humana com o aparelhamento necessário à sua existência. Mas nos interessa, todavia, **a fase de transição daquela grei heterogênea para uma forma superior de vida, do simples agrupamento para a nação.**

Acontecimento notável foi esse, dada a extrema disparidade dos elementos congregados em núcleos de povoadores, de onde emergia o novo organismo nacional. [Grifos meus].³⁷²

Noutro trecho ele é ainda mais enfático:

³⁷⁰ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 377-378.

³⁷¹ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro 6 (24): 389 - 411. Janeiro de 1845. (*Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. N. 24, janeiro de 1845).

³⁷² MARQUES, Xavier. *Unidade e identidade nacional*. p. 33.

Longo foi o caminho percorrido, **através de assimilações, eliminações, transformações e fusões, até irromper no aglomerado o sentimento unitário** que lhe permitiria viver como qualquer das mais homogêneas famílias humanas enlaçadas pelo sangue e pelo espírito.

O Brasil já não era um corpo sem alma. Organizara-se, adquirindo caracteres novos, por um processo semelhante ao que transforma os ajuntamentos de indivíduos em “multidões psicológicas”, com a diferença, em favor da coletividade nacional, de não ser transitória como as multidões.³⁷³

Nesse contexto devem ser lidas as histórias inscritas em *As voltas da estrada*. Aqueles que estivessem abertos a “colaborar” para a formação da nação, mesmo sendo “alienígenas”, seriam assimilados. Os que não colaborassem como os alemães trazidos pelo engenheiro Cirino Rocha à ficcional cidade de Amparo, mesmo que fossem de condição racial superior, não seriam bem-vindos. A mestiçagem era a palavra central nesse sentido. Como pudemos perceber, ela estava presente em toda a história do Brasil desde os tempos da escravidão, conforme está representado no romance. Raças e classes deveriam amalgamar-se e produzir uma raça nova. Do seio da escravidão brasileira que se iniciou esse processo, talvez por isso, como veremos o andamento desse processo “evolucionista” tivesse sido retardado. A escravidão legou seus nefandos efeitos mesmo nos primeiros momentos da República, e isso levaria tempo para ser superado.

Como já foi dito, a perspectiva evolucionista de Marques é nacionalista e xenófoba e relaciona a formação da nação a uma espécie de crença em que a natureza e o Universo conspirariam em favor do Brasil. Não resta dúvida de que o evolucionismo social, cujas metáforas pudemos analisar no episódio da cavalcada, marcasse o pensamento de Xavier Marques. Nessa perspectiva, no caso do Brasil, segundo ele:

Deixamos, porém, a região obscura onde se elabora a alma dos povos. **Com uma única palavra, a palavra mágica-evolução, costuma-se dar a razão de numerosos fatos menos acessíveis ao esforço especulativo da mente humana.** Na explicação dos fenômenos sociais é ainda esta palavra que acode a suprir a exaustiva indagação das causas, lançadas estas englobadamente, à conta e responsabilidade da história. Um povo, diz Le Bom, é um organismo criado pelo passado. Parece pouco, mas é tudo. Digamos também, valendo-nos dos preciosos recursos: **a raça, o povo, a nação brasileira é um produto do passado, obtido por evolução. É um parto feliz da história.** [Grifos meus].³⁷⁴

³⁷³ MARQUES, Xavier. Unidade e identidade nacional. p. 33.

³⁷⁴ MARQUES, Xavier. Unidade e identidade nacional. p. 35.

Esse resultado da “história” é nitidamente representado em *As voltas da estrada*, quando uma ficcional cidade do Recôncavo baiano passa a servir de metáfora para que o autor construa a sua versão do processo de formação da nação brasileira. “A raça, o povo, nação brasileira” para ele eram um “produto do passado” e “parto feliz da história”, resultado do constante cruzamento de raças que propiciaria a evolução e o surgimento do brasileiro nato. No romance, porém, esse processo se inicia nos tempos da escravidão, através da geração de mestiços entre senhores e escravas, do qual Nazário foi o gérmen do seu fim, e ainda estava em franco curso, visto que Paulino e Pastora eram a esperança de que o processo de evolução continuasse seu curso “natural”.

Das raças formadoras prevaleceria a contribuição de cada uma, como ele próprio faz questão de destacar:

Limitadas as nossas vistas a esse produto [da raça brasileira], poderemos avaliá-lo pondo lado a lado a carta etnográfica do país e o quadro da nossa vida social contemporânea. Aqui já mal se discriminam os caracteres fundamentais **e os atributos das raças, incultas, que colaboraram na construção de nossa base física**. De fato, onde estão hoje as suas línguas, os seus costumes, a sua organização social, as suas crenças e os seus ritos religiosos? Rudimentos de civilização, marcos de idades remotas em que elas se incrustaram, são apenas objetos de investigação histórica e científica. **Índios e africanos valiam, sobretudo, no campo da biologia, como reprodutores, no campo da economia, pela energia muscular, como trabalhadores. Aglutinadas como o cabedal de cultura da raça civilizada**, as suas contribuições ficaram mais ou menos como as várias raízes das palavras nas línguas aglutinantes, - sem valor real e quase sem sentido.³⁷⁵

Mais fictícia do que os romances que ele escrevia era a concepção de Marques de que o legado cultural indígena e africano estivesse em franco processo de desaparecimento, sendo lembrado apenas nos museus. Mesmo que na Bahia fosse indiscutível a presença da cultura negra que, freqüentemente, era debatida e mesmo que, ao contrário do que queria o autor, na Primeira República tivesse uma população predominantemente não branca. As contradições existentes entre o seu projeto de nação, a sua análise social e a realidade baiana e brasileira da época nos faz pensar que além de nacionalista o autor era também um homem utópico. Com efeito, ele mesmo, noutro artigo, diria que o desaparecimento total dos caracteres negros e

³⁷⁵ MARQUES, Xavier. Unidade e identidade nacional. p. 35-36.

indígenas e a vitória da raça branca só se dariam em cem ou cento e cinquenta anos.³⁷⁶

Concluindo o artigo “Unidade e Identidade Nacional” ele afirmou que:

Outras nações se constituíram mantendo e incentivando dessemelhanças locais originárias, conservando instituições, foros, costumes, línguas ou dialetos particulares. Na unidade territorial a pluralidade de tipos nacionais. A nação brasileira, desde os seus primórdios, afirmou pela fusão progressiva de todas as diferenças a tendência mais pronunciada à unidade. Esta é a lei do seu desenvolvimento.³⁷⁷

No capítulo anterior, discuti como a comunicação de João Batista Lacerda no Congresso Universal das Raças ocorrido em Londres e sua repercussão no Brasil impulsionou Marques a reescrever *Boto & Cia* (1897), sob o título de *O Feiticeiro* (1914) publicado no folhetim de *O jornal*. Mostro também como esse mesmo romance foi republicado em 1922, para levantar novamente o problema da questão racial no processo de formação da nação brasileira. Nesse capítulo, argumentei que, entre os discursos e ideias, o Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, forneceu subsídios para que Marques construísse a trama de *As voltas da estrada*. Contudo, retorno para a comunicação de Lacerda para argumentar que em 1930 Marques revistou alguns dos argumentos fundamentais defendidos por ele e pelo seu pupilo Roquete Pinto, talvez como uma forma de combater as ideias eugênicas de Renato Kehl, que preconizava, entre outras questões, a impossibilidade do branqueamento via mestiçagem, conforme discutido no capítulo I. Assim, Marques se alinha com intelectuais que pensavam a construção do país sob o viés nacionalista, apregoando ideais como mestiçagem e a instrução continuada da população como medidas redentoras contra o chamado mal de Cam.

Em *Os mestiços do Brasil*, Lacerda argumenta que a “nefasta” importação de africanos provocada pela escravidão pesou sobre os destinos do Brasil, implicando em “resultados morais desastrosos que não desaparecerão a não ser com a lenta ação do tempo”. No romance percebe-se que, seguindo essa mesma linha de raciocínio, ocorre o nascimento de Nazário, protagonista da história: através da relação depravada entre um senhor e uma escrava. Vejamos exatamente o que Lacerda disse a respeito:

O que surpreende, nesse estado de coisas, é que os senhores, sem nenhuma delicadeza, fizessem de concubinas suas escravas. Naturalmente essas uniões entre brancos e negros tornaram-se rapidamente muito frequentes. Foram

³⁷⁶ MARQUES, Xavier. Imagem étnica do Brasil.

³⁷⁷ MARQUES, Xavier. Unidade e identidade nacional. p. 37.

necessários poucos anos para se ver os arredores das propriedades rurais povoados de mestiços. Estes partilhavam da condição de seus pais, ficando também sob o jugo de senhores comuns. Como eram mais ativos e inteligentes que os negros, eles penetraram logo a casa-grande e se dedicaram aos serviços domésticos. Muitos conquistaram a estima de seus senhores e de seu círculo social. E alguns faziam mostra de real inteligência e devoção por seus patrões; esses últimos, num sentimento de reconhecimento, alforriavam esses indivíduos excepcionais e procuravam dar-lhes um rudimento de educação artística.³⁷⁸

Tanto nesse capítulo como no próximo mostro a interpretação que Marques dá a essa afirmativa de Lacerda. A história de Nazário está descrita nas palavras do nobre antropólogo do Museu Nacional. Para ele “a ascensão dos mestiços na escala social, que começou desde o tempo da escravidão, continuou lentamente até hoje, seguindo as leis da seleção intelectual”. Em *As voltas da estrada*, a ascensão de Nazário começa exatamente na mesma época. Para Lacerda o mestiço poderia ser símbolo nacional, mas ele carregava ao mesmo tempo ainda o ranço da raça escravizada, e “do ponto de vista moral, não se pode confiar em sua lealdade e sua probidade”. Nazário, tipo desse mestiço, é astuto e inteligente como também descreve Lacerda, mas moralmente duvidoso “em seus caminhos”, capaz de tudo para alcançar seus intentos. É também extremamente apto para a política, como veremos no capítulo IV, com a mesma “inteligência viva” para essa habilidade que Lacerda afirma ser peculiaridade dos mestiços do Brasil. O homem contribui também para o progresso do povo e ajuda a instaurar os tempos republicanos na realidade de Amparo, chegando a ter uma rua com o seu nome, o que o colocou na galeria de outros “heróis” republicanos históricos que também tiveram essa homenagem da sociedade amparense.

Alguns traços de Pastora, a filha de Nazário, também podem ser lidos no texto de Lacerda.

Porém, ainda que não se possa dizer que pelas suas formas e traços os mestiços sejam exemplo de beleza, é bem verdade que, sobretudo no sexo feminino, encontram-se tipos de formas graciosas e bem proporcionais. Os instintos voluptuosos são muito desenvolvidos na maioria, e eles se revelam no olhar lânguido, nos lábios espessos, no tom indolente, ligeiramente arrastado da voz.³⁷⁹

³⁷⁸ LACERDA, João Baptista de. Congresso Universal das Raças. Rio de Janeiro: s.n. 1912.

³⁷⁹ LACERDA, João Baptista de. Congresso Universal das Raças. Rio de Janeiro: s.n. 1912.

A moça faceira com “tom indolente” é o retrato da mestiça que carrega a sensualidade da raça africana em seu sangue. Como discutimos anteriormente, Pastora utiliza de seus “dons naturais” para enredar o jovem Paulino na trama de seu pai, com o intuito de casar-se com ele e concretizar o sonho de depuração da raça. Lacerda discutiu intensamente toda essa questão. A raça escravizada que só legou o mal para a raça brasileira precisava ser extirpada através da miscigenação natural. Na figura abaixo podemos perceber uma clássica representação da ideologia defendida por Romero, Graça Aranha, Lacerda, Marques e tantos outros homens de letras que viveram os debates pela formação da nação na Primeira República.



Figura 11 - “A redenção de Cam”, de Modesto Brocos. 1895. (Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro)

A antropóloga Lilia Schwarcz analisa essa pintura sob a ótica das ideias de Lacerda, e observa que na legenda da tela, a frase não deixava dúvidas acerca da interpretação a ser seguida: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”. Na verdade, o antropólogo traduzia a pintura em termos de darwinismo social, e imprimia a noção de uma evolução de mão única: se a avó era preta retinta, a mãe já trazia traços ‘suavizados e evoluídos’, e o filho, localizado no centro da composição, fruto do casamento com um branco (possivelmente estrangeiro e português), mais se parecia com um europeu.³⁸⁰ Nesse prisma, Lacerda, em “Os mestiços do Brasil”, defende algo que poderia ser lido em *As voltas da estrada*:

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós.³⁸¹

Assim, nas conclusões de Lacerda e também nas de Xavier Marques “o Brasil, tornar-se-ia um dos principais centros civilizados do mundo”. O mestiço nesse contexto seria um tipo transitório, tendo tendência a retornar a uma das duas raças que o originou. A raça tida como dominante é bem clara. A importação da raça negra ocorrida em virtude da implantação no país da “nefanda instituição” teria seus “nefastos efeitos” eliminados nesse processo. Naturalmente iriam surgir no país “indivíduos de raça latina, branca, depurada das influencias do negro que então terão desaparecido e um futuro ‘brilhante’ estaria reservado para o Brasil: a posição de dominante na América do Sul, assim, como os descendentes da raça saxã, já eram na América do Norte. Assim como Paulino e Pastora encontraram sua felicidade no engenho “Novo Mundo”, os brasileiros encontrariam seu “final feliz” num “novo mundo” através da união constante entre gerações de mestiços e brancos. Pelo menos nas previsões de João Batista Lacerda e no mundo ficcional criado por Xavier Marques.

³⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011. pp. 228-229.

³⁸¹ LACERDA, João Baptista de. *Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro: s.n. 1912.

CAPÍTULO IV

A ESCRAVIDÃO: UMA MANCHA SOBRE O PASSADO

Amparo dos Cativos, Recôncavo Baiano, primeiros meses do ano de 1871. A cidade vivia o seu auge e isso coincidiu precisamente com a época em que contou com o maior coeficiente de população escrava. Trabalhava-se, então, a todo o pulso, no plantio da cana e no fabrico do açúcar. A base dessa riqueza, depois da extinção do tráfico, eram as escravas que produziam “vasta prole”. As negras cativas eram mães “fecundas e inesgotáveis”: davam “crias” infalivelmente a cada ano, “parindo até por capões e moitas”. E só isso, ao parecer dos senhores, compensava a desgraça da extinção do tráfico. Os “molecotes” cresciam à lei da natureza. Aos quinze anos, disciplinados pela grossa palmatória do feitor, já eram “animais possantes”, treinados na limpa do canavial. Seus proprietários eram conhecidos como a nobreza convencional, mas não tradicional do Império. Eles tratavam-se fidalgamente, esbanjando suas riquezas em festividades. Nossa Senhora do Amparo era, até então, conhecida como a cidadela da escravidão.

Ainda em 1871, uma cavalhada tradicional reuniu a maior parte da população da cidade. Muitos senhores de engenho trouxeram sua família, agregados, mucamas e alguns escravos de confiança para presenciarem o evento que marcaria o apogeu do sistema senhorial naquele lugar. Em meio a comemorações e muita fartura, o Visconde de Itaípe, chefe político local, assistia de camarote às exhibições dos cavaleiros. Como vimos no capítulo anterior, um homem mascarado apresentou-se, venceu a competição e dedicou a sua vitória à filha do Visconde, a bela Augusta Leite. Ao tirar a máscara, o cavaleiro provocou a estupefação geral ao revelar sua verdadeira identidade: tratava-se, na verdade, de um mestiço liberto chamado Nazário.

Como foi visto, o episódio provocou a ira de toda aristocracia local. O Visconde de Itaípe, então, decide punir severamente o atrevido mestiço Nazário pela “afronta” e desmoralização que infligira à sua filha. A revelia do Estado e da Justiça, ele ordenou ao feitor que não matasse o indivíduo, mas que antes o espancasse e o humilhasse perante todos os seus irmãos de cor e cativo. Seguindo as ordens à risca, o feitor Godofredo aplicou uma forte “correção” ao “petulante cavaleiro” e durante dias o espancou, soltando-o por fim, ordenando-o que jamais voltasse a Amparo.

No final do mês de setembro daquele mesmo ano, os nobres senhores de engenho de Amparo lamentaram a assinatura da Lei do Ventre Livre e criaram a “Liga da Lavoura” para defender os interesses dos proprietários da região. Em meio às discussões ocorreu uma grande festa nos termos amparenses: a linda Augusta Leite, ainda “humilhada pelo lamentável ocorrido da grande cavalcada”, casou-se com Raul César, outro membro da elite local.

Após o casamento, os nubentes foram atacados por um grupo de quilombolas na chegada ao engenho onde morariam. No conflito, os negros mataram o feitor Godofredo, o mesmo que havia espancado Nazário. Os escravos revoltados, como “feras”, atacavam os engenhos queimando, matando e saqueando seus antigos senhores, sob a liderança de um mestiço. Um pedido frustrado de ajuda oriundo do engenho da família revelou mais uma ação “imperiosa” dos negros: eles haviam atacado a propriedade do Visconde e o “nobre senhor”, apoplético, caiu numa crise que desembocou pouco tempo depois na sua morte. Morto o visconde de Itaípe, a “coluna social” de Amparo encontrava-se abatida. Os males decorrentes desse novo desastre prostraram as outras vítimas da “Nêmeses” negra que as perseguiram como uma obsessão: “mais mortos que vivos, os senhores de engenho encomendaram-se a Deus”.³⁸² Nazário, por outro lado, vitorioso, passou a ser conhecido como o “flagelo dos senhores”. Mais tarde, após a abolição e em tempos republicanos, se tornaria o novo chefe político de Amparo.

A narrativa contada acima poderia ter realmente acontecido na Bahia das últimas décadas do Império. Poderia, mas não aconteceu. Como foi visto, era este o enredo de uma das romances do romancista baiano Xavier Marques, centrado na história de Nazário, mestiço liberto que viveu os dissabores do mundo senhorial oitocentista, mas que “entre as voltas da estrada” tornou-se o chefe político da fictícia cidade baiana de Nossa Senhora do Amparo, na época da República, “quando os tempos eram outros”, e do mundo senhorial “nada mais restara”. A linguagem e os termos “senhoriais” que tentei aqui reproduzir foram adotados pelo narrador da trama em sua tentativa de mostrar que, sob a ótica senhorial, os escravos eram como animais, e seus filhos como “crias”, termo, aliás, muito usado entre os senhores de engenho do Recôncavo e de todo o Brasil durante a escravidão.³⁸³

³⁸² MARQUES. Xavier. As voltas da estrada. Livraria Freitas Bastos (Antiga Leite Ribeiro), Rio de Janeiro, 1930. p. 195.

³⁸³ O uso desse artifício, aliás, não era algo novo, como podemos ver no romance *A carne* (1888), de Julio Ribeiro. Robert Slenes nos lembra de que associar escravos e gado, por exemplo, como seres sexualmente desregrados que produziam “crias” era comum na época da escravidão. Outros autores que não se diziam romancistas também adotavam a mesma associação (SLENES, Robert. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, Século XIX*. 2ª Reimp. Ed. Corrig. Campinas-SP, Editora da Unicamp. 2011. p. 142-143). Com efeito, o que parece é que Xavier Marques quis se utilizar do

Na Bahia da Primeira República, os homens de letras eram, em sua maioria, membros das famílias tradicionais da época do Império, sendo assim a escrita sobre o passado escravista privilegiava uma interpretação cujo ponto de vista dos senhores era claramente demarcado. A abolição na Bahia ocorreu de forma traumática para uma elite agrária que esperava manter as relações de dominação mesmo depois do fim do “elemento servil”, mas que teve que conviver com diversas demonstrações de “rebeldia” de muitos libertos desde a década de 1870 até os anos subsequentes ao pós-abolição. Essa experiência legou a construção de uma memória que procurava negar o protagonismo desses indivíduos e mesmo de seus colaboradores, os abolicionistas. Assim, na produção literária dos homens de letras baianos, predominou a visão de que a abolição ocorreu no 13 de maio sem tensões nem conflitos, apenas por uma atitude da Princesa Imperial que desejava instaurar o seu reinado, na tentativa de construir uma determinada memória sobre o longo processo de extinção da escravidão.

Entre os intelectuais que publicaram obras em que trataram das memórias da abolição na Bahia estão João Gumes em *Abolição* (192-), Ana Ribeiro em *Dulce & Alina* (1901), *Violeta & Angélica* (1906), *Marieta* (1908) e *Letícia* (1908) e Pedro Calmon em *Princesa Isabel, a Redentora* (1914). Em plano nacional, entre tantas obras podemos mencionar Coelho Neto em *A conquista* (1899) e em *Fogo-fátuo* (1929) e Machado de Assis em *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Nesses e noutras tantas publicações, os autores rememoravam ao modo do seu grupo social o fim do escravismo no Brasil e estabeleciam versões possíveis e socialmente demarcadas sobre esse evento.

Nesse contexto, acredito que *As voltas da estrada* traz um contraponto em relação a essas memórias, discutindo o fim do escravismo no Brasil sob um ponto de vista que divergia da versão dominante entre as elites baianas. Embora o narrador tente demonstrar a todo o momento a persistência dos senhores em agarrar-se a uma instituição que estaria fadada à extinção, ele o faz numa perspectiva que coloca em xeque a visão conservadora da classe dominante, imputando a decadência do Recôncavo à incapacidade dos senhores de preparar a Bahia para o “progresso” e para a “civilização”.

Nesse capítulo, discutirei a primeira parte do romance, intitulada *A época dos senhores de engenho*, na qual Marques retrata a decadência da fictícia cidade baiana de Nossa Senhora

mesmo artifício só que usando o narrador como porta-voz algo que parece ter a intenção de deixar o leitor do romance mais enfurecido e revoltado ainda visto que a obra, ao contrário de *A carne*, foi publicado quase 40 anos após o fim da escravidão.

do Amparo que, nos idos de 1871, era conhecida como a “cidadela da escravidão”.³⁸⁴ A discussão gira em torno das memórias da abolição da escravidão no Brasil, escritas sob o viés literário de Xavier Marques, e tenta pensar representações e tipos sociais peculiares àquele momento histórico presentes nesta obra.

A escravidão tal qual é retratada na obra, como veremos nas próximas páginas, era representada como um cancro social, algo que impedia o Brasil de alcançar o progresso e se consolidar como nação. Os responsáveis pela realização de uma reforma social de tão grande importância, segundo o pensamento de Xavier Marques, estavam mais do que credenciados para conduzir o país ao futuro. Assim, ele tenta construir a escravidão vista pelos escravocratas, algo que faz não só na construção dos personagens, mas também nos comentários do narrador, que faz as vezes de “advogado do diabo” ao tentar incorporar as linguagens e os discursos daqueles que defendiam a escravidão em 1871 e nos anos subsequentes.

4.1. “A época dos senhores de engenho” ou a escravidão retratada

Aos discutir em sua obra a formação do Brasil a partir do fim da escravidão, Xavier Marques retoma o tema considerando toda uma produção literária que já havia sido produzida no Brasil a esse respeito. Assim, ele retoma a idéia da escravidão como um cancro que impedia o desenvolvimento da nação. Sua intenção parece ter sido demonstrar como a nefanda instituição foi sustentada pelos proprietários dos engenhos do Recôncavo que, na Bahia, dominaram o cenário político econômico e social, tanto em tempos do Império, quanto nas primeiras décadas da República. Nesse sentido, a obra parece levantar uma questão: pode uma elite que resistiu ao fim de tão aviltante instituição ter competência para conduzir a nação ao progresso? Fica bastante claro que, para ele, aqueles que teriam conduzido a reforma servil é que tinham credenciais para tal. Nesse contexto instituíram-se os conflitos pela memória da abolição na Bahia e no Brasil. Entretanto, em princípio discutiremos como Marques dialoga com a produção literária brasileira que buscou construir representações sobre a escravidão no Brasil.

Na primeira parte de *Raça e Cor na literatura Brasileira*, David Brookshaw faz uma interessante análise sobre as representações da escravidão e do escravo na literatura brasileira.

³⁸⁴

O termo foi utilizado pelo autor, no primeiro capítulo da obra.

Para ele, os escritores brasileiros preocuparam-se em retratar o negro após a abolição do tráfico de escravos em 1850. A estréia do negro como personagem da literatura nacional naquele momento foi criada “para contrastar com a figura do índio”. Dessa forma, o negro, representando a realidade da raça colonizada, não era páreo para o mítico índio “indianista” em termos de atração literária.³⁸⁵ Para o autor, surgida nas últimas décadas do Império, a literatura sobre o negro no Brasil não demorou a ser fortemente marcada pelo discurso abolicionista, uma forma de usar essa arte para tentar mobilizar a sociedade sobre a necessidade de se extinguir a escravidão no país.

Nesse contexto, baseado em duas figuras cada vez mais difundidas, a do escravo fiel e a do escravo desprezível, romancistas de momentos subsequentes construiriam seus personagens negros. Essas imagens foram utilizadas tanto por quem era a favor, quanto para aqueles que eram contra a escravidão. O próprio José de Alencar, conhecido político conservador do Império, se utiliza desses tipos sociais em *O Demônio Familiar* (1859), *Til* (1870) e *O Tronco do Ipê* (1871).

Brookshaw, contudo, afirma que a literatura abolicionista propriamente dita expandiu-se após a Lei do Ventre Livre, sendo de tom eminentemente racista, embora não de modo explícito. Segundo ele, esse tipo de literatura partiu da premissa de que a escravidão era ruim para os donos de escravos porque os colocava em contato com os “degenerados morais”.³⁸⁶ Sharyse do Amaral, discordando dele, afirma que para Macedo a degeneração não era algo inerente ao negro. O que o tornava amoral era a escravidão. A autora afirma ainda que “esta idéia é repetida com exatidão praticamente ao final de cada capítulo das três novelas que compõem *As vítimas-algozes*”.³⁸⁷ Esta é a tese fundamental na tentativa de Macedo de formar uma nacionalidade. Para ele, se o que corrompia o negro era a escravidão, só quando esta cessasse se poderia iniciar sua regeneração. As afirmações de Amaral têm como base as próprias palavras de Macedo, quando afirma, na introdução do seu romance: “[...] o escravo que vamos expor a vossos olhos é o escravo das nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem e que a escravidão tornou peste ou fera”.³⁸⁸

O Mulato (1881), de Aluísio de Azevedo nos traz novamente uma ideia parecida com a que Macedo destaca em *As Vítimas-Algozes*. Sob as tendências do cientificismo naturalista, o autor maranhense também defende que a escravidão seria um mal social. Segundo Leudjane

³⁸⁵ BROOKSHAW, David. Raça e Cor na literatura Brasileira. p. 27.

³⁸⁶ BROOKSHAW, David. Raça e Cor na literatura Brasileira. p. 32.

³⁸⁷ AMARAL, Sharyse. Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manuel Macedo. In: Afro-Ásia, 35 (2007), 199-236. p. 202.

³⁸⁸ MACEDO, As vítimas, p. 5., Apud, AMARAL, p. 202.

Diniz,³⁸⁹ nessa obra, mais uma vez, a escravidão é mostrada como degeneradora da raça branca que, em contato com uma raça “supersticiosa” teria se corrompido moral e religiosamente. Esse problema, portanto, deveria ser resolvido pela própria elite que era “vítima” dos males da escravidão.³⁹⁰ Com efeito, uma obra com fim parecido foi publicada por Xavier Marques em 1897, em *Boto & Cia*, romance mais conhecido com o título de *O feiticeiro*, em virtude da mudança de nome na sua segunda edição, em 1922. Nele, Marques alerta para os “perigos” da bagagem cultural trazida pela “raça emancipada” do seu continente de origem: a África.

Nesse período, a produção intelectual brasileira gerou numerosas discussões sobre as questões pertinentes ao racismo científico, peculiarmente discutidas em obras como *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, *Os métis*, de João Batista Lacerda, *O caucalista* (1876), de Inglês de Souza³⁹¹, *O bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha e os já citados *O Mulato*, e *o Cortiço* de Aluísio de Azevedo e *O feiticeiro*, de Xavier Marques. Com efeito, nesse período, as obras de uma grande quantidade de homens de letras brasileiras passaram a interpretar a escravidão, o negro e a sua cultura a partir de uma leitura social evolucionista e cientificista. Assim, na literatura brasileira sobre o negro no século XIX perduraram estereótipos reforçados pelas ideias ditas científicas que, pouco a pouco, foram sendo apropriadas e ressignificadas pelos literatos brasileiros.

Porém, há de se considerar, como assevera Célia Marinho do Azevedo, que a imagem do escravo como inimigo, e não como irmão, não deve ser vista apenas como recurso didático dos abolicionistas – nesse caso dos literatos abolicionistas – em sua ânsia de persuadir senhores e senhoras sobre o erro da escravidão. Esta representação está imbricada nas próprias origens do antiescravismo brasileiro. Entretanto, como a autora nos lembra, a crítica à escravidão não significava uma ruptura completa com a ideologia escravista. Isso porque, segundo ela, muitas dessas imagens eram construídas pelos próprios senhores ao longo dos séculos de escravização de africanos.³⁹² Nesse sentido, a visão de senhores e de abolicionistas sobre a escravidão e a sua extinção no Brasil em muitos momentos apresentaram semelhanças

³⁸⁹ Em Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo (2008).

³⁹⁰ DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo (Dissertação de Mestrado em História), UFU, Uberlândia-MG, 2008. p. 73

³⁹¹ Xavier Marques sucedeu Inglês de Souza na Academia Brasileira de Letras, estes trocavam correspondências conforme se pode perceber no acervo de Marques, presente na Academia de Letras da Bahia.

³⁹² AZEVEDO, Célia Marinho de. Irmão ou inimigo o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. In: Revista USP. São Paulo, 28, pp. 96-109. Dezembro/Fevereiro, 1995/1996. p. 103-104. Ver também: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

que podem ter culminado na ideia da necessidade da emancipação dos cativos como prerrogativa do progresso do país.

Percebem-se as influências das imagens da escravidão e do escravo recorrentes em tempos de abolicionismo do fim do século XIX estão bastante presentes em *As voltas da estrada*. É evidente que obras como *As Vítimas-Algozes* e *O Mulato* influenciaram o autor por serem consideradas de referência para perpetuar a representação da escravidão como cancro da sociedade brasileira e como grande empecilho do seu progresso. Por que discutir essa questão novamente depois de quarenta anos do fim da escravidão? Parto da premissa de que, para Marques, os efeitos históricos da “nefanda instituição” ainda se verificaram no Brasil nas primeiras décadas da República.

Assim sendo, é compreensível a evocação do discurso dos antigos correligionários abolicionistas. Ao mesmo tempo, entendo que Marques tomou partido em relação aos conflitos pela memória da escravidão e pela abolição no Brasil. Na ficção, narrou a história da formação do Brasil e, dentro desse contexto, contou também a importância do grupo com o qual se identificava em épocas de Império e em épocas de República. Conforme visto anteriormente, alguns membros desse grupo como João Ribeiro, Osório Duque-Estrada e Evaristo de Moraes escreveram obras sobre o passado escravista que dialogam muito com a perspectiva adotada por Marques.³⁹³

Contar a história da abolição sob a perspectiva desses homens teria sido, ao mesmo tempo, uma tentativa de fazer “justiça” aos heróis abolicionistas e republicanos do passado; mais que isso, seria também uma forma de afirmar que o futuro do Brasil teria ficado nas mãos da mesma elite conservadora e tradicional que havia governado na era monárquica. Nesse sentido, as memórias sobre o passado evocam conflitos bem presentes para alguém que lutou pela abolição, pela república e viu seus dias terminarem com o Brasil republicano numa situação que ele julgava ser tão estagnada quanto nos tempos do Império. Essa questão, porém, será discutida pontualmente no capítulo V.

O primeiro capítulo da trama é dedicado a apresentar a sociedade numa espécie de “imitação da cidade baiana de Nossa Senhora da Purificação”.³⁹⁴ A metáfora utilizada pelos próprios amparenses é mais do que ilustrativa:

³⁹³ No capítulo II, quando discuto as condições de produção de *As voltas da estrada*, demonstro como esses autores publicaram na Editora Leite Ribeiro obras cujo teor frequentemente reforçava a construção de uma memória abolicionista sobre o processo de emancipação escrava no Brasil.

³⁹⁴ MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 13.

- Diziam-se lisonjeando-se todos os comarcãos [sic], enquanto milhares de foices operavam no corte das canas e o açúcar cristalizava nas casas de purgar. Açúcar branco, açúcar mulatinho, açúcar mascavo, assim eram classificados os produtos da grande indústria regional em paralelismo com os três tipos representativos da raça.³⁹⁵

Os senhores moços, filhos desses proprietários, viviam, segundo o narrador, a concorrer com os “machos nagôs, malês, minas e crioulos para aumentar a taxa de natalidade em suas fazendas”. Enquanto os escravos viviam num estado de obediência absoluta aos senhores, os demais integrantes daquela sociedade, mesmo legalmente livres, “viviam uma espécie de servidão consentida, sempre [...] a reproduzir maquinalmente os gestos de seus antepassados”.³⁹⁶

Uma conversa entre Cirino Rocha, filho de senhor de engenho e estudante de engenharia na Corte, e a filha do Visconde de Itaípe, o grande chefe político de Amparo, indica a representação da escravidão constante na obra. Ao presenciarem o batuque dos negros, eles tecem os seguintes comentários:

- [Augusta] E aquele batuque... Viu que agonia? Grosseiro...
- [Cirino] Costumes de negros cativos, quase selvagens... É baixeza da escravidão que degrada e envilece tudo em volta de si, gostos, maneiras sentimentos... E isso sem que a gente se aperceba do rebaixamento. Não sabe quem está dançando com os escravos? Romãozinho, como eles chamam, filho do barão de Piranga... Ah! O engenho... o engenho... Cria riqueza, mas que sombra de barbaria crassa, desmoralizadora, projeta sobre a cidade!... Triste coisa é viver entre gente aviltada, não acha?³⁹⁷

O moço então chegado do Rio, onde estudou engenharia, com certeza teria ouvido falar nas discussões sobre a natureza da escravidão e seus efeitos na sociedade. No ano de 1871, época em que se passa a primeira parte da trama, as discussões sobre os efeitos da escravidão na sociedade brasileira e seu efeito desestabilizador sobre a formação da nação foram discutidos, como já vimos, por vários literatos como José de Alencar, em *Til* (1870), *O tronco do ipê* (1871) e Joaquim Manoel de Macedo, em *Vítimas-Algozes* (1869). A posição do jovem estudante, nesse sentido, estabelece um diálogo entre os discursos que efervesceram no contexto em que se passava a trama e aqueles construídos pelo narrador.

Dessa visão, decorre a construção de uma tipologia clássica de personagens que povoavam os romances brasileiros desde meados do século XIX, dos quais o romance de

³⁹⁵ MARQUES, As voltas da estrada, p.p 11-12.

³⁹⁶ MARQUES, As voltas da estrada, p. 14.

³⁹⁷ MARQUES, As voltas da estrada, p. 47.

Xavier Marques sofreu fortes influências: o bom senhor, representado por Bastos Leite, o Visconde de Itaípe, chefe político de Amparo que, embora escravocrata, sempre tratou seus escravos com “humanidade”. Segundo João Ribeiro, “a família do Visconde de Itaípe era uma exceção nessa torva sociedade de corrupção e ignomínia, e estava predestinada a ser a mais dolorosa vítima dessa história”.³⁹⁸ A tipologia do bom senhor aponta para a ideia de que a escravidão deveria ser entendida como uma instituição em que até o grupo dominante poderia ser tomado como vítima. A existência do estereótipo do bom senhor, assim como a do bom escravo deve muito a uma obra estadunidense intitulada *A cabana do pai Tomás* (1859), da escritora Beecher Stowe. Essa obra teve grande impacto não só entre os leitores e leitoras do Brasil no século XIX, como também em obras como *O tronco do Ipê* (1871), de Jose de Alencar, *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1875). Na Bahia essa obra é citada como uma espécie de manual de boa conduta de senhores e escravos nas produções literárias (*Letícia*, 1908) e memorialísticas (*Longos serões do Campo*, 1992 [1922]) de Anna Ribeiro, só para citar um exemplo.

Na construção do senhor mal, Marques nos oferece uma variedade maior de tipos. A ênfase, talvez, se deveria à ideia de que a escravidão produzia infinitamente mais frutos ruins do que bons. Leôncio Rocha, por exemplo, era dono de mais de 700 escravos. Truculento e violento de ares “acentuadamente militares”, no engenho dele “mais de um escravo foi atado à cauda do cavalo, assim arrastado e esfacelado”.³⁹⁹ Em consequência disso, um de seus filhos foi morto por negros que se rebelaram. João de Lima, o Barão do Cerro, era um dos “formidáveis” tipos de sua classe, tinha um “apetite pantagruélico com que praticava a depravação aristocrática”.⁴⁰⁰ Já os senhores da família Ribeiro são mostrados como “negrófilos”, bonachões, insaciáveis e vis.

Quanto à tipologia do negro há que se registrar que Marques trabalha com um perfil coletivo de escravo. O crítico literário Ian Watt assinala que uma das maneiras pela qual o romancista indica sua intenção de apresentar um personagem como um indivíduo particular é nomeando-o da mesma forma que os indivíduos particulares são nomeados na vida real. Uma das estratégias de individualização dos personagens é o status epistemológico dos nomes, embora eles por si só não dêem conta da complexidade dos personagens. Mesmo assim, como reitera Watt: “os nomes próprios [...] são a expressão verbal da identidade particular”.⁴⁰¹ Nesse

³⁹⁸ RIBEIRO, João. As voltas da Estrada. In: Jornal do Brasil, 27 de maio de 1931.

³⁹⁹ MARQUES, As voltas da estrada, p. 18.

⁴⁰⁰ MARQUES, As voltas da estrada, p. 18-19.

⁴⁰¹ WATT, Ian. A Ascensão do Romance. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19-21.

sentido, ao não nomear nenhum negro no decorrer de toda a história, Marques tinha como finalidade mostrar que a escravidão tirava a humanidade das pessoas. Os escravos são mostrados não como homens e mulheres, mas como “machos e fêmeas”, suas crianças tidas como “crias” e seus jovens como “animais possantes”. Tomados num agrupamento mais amplo o narrador afirma que os engenhos do Norte detinham

[...] uma escravaria, numerosa que amontoava-se nas senzalas e espalhavam-se por tejumpares [sic] miseráveis à beira dos córregos. O gado humano rendia muito em trabalho e não menos em crias, exigindo, segundo os cálculos, bem poucos cuidados em comparação com o gado vacum e o equino.⁴⁰²

Os negros aquilombolados que se rebelaram sob a chefia de Nazário são retratados como “feras negras” que promoviam carnificinas, incêndios e assassínios nos engenhos da região em resposta ao enrijecimento dos senhores que, após aprovação da Lei do Ventre Livre, vendiam as negras para São Paulo e surravam os “negros preguiçosos” para que trabalhassem mais. Segundo o narrador “tudo de mau, de hediondo, de monstruoso se devia esperar dos escravos surrados e foragidos às ordens do mulato que os capitaneava”.⁴⁰³

A memória abolicionista brasileira está sempre a lembrar fatos da escravidão que cimentavam a sua suposição de que o escravo era uma espécie de besta, ou seja, um ser inferior à natureza humana. Obras como *As voltas da Estrada* nos indicam que essas representações eram veiculadas décadas depois do *13 de maio*. Assim, devem-se compreender os sentidos e significados da evocação das memórias da escravidão em momentos em que a instituição, legalmente, não mais existia. Tratava-se da tentativa de demarcação de lugares sociais atribuídos a negros e brancos naqueles momentos, conforme o próprio Xavier Marques faz questão de ressaltar no final da década de 1930:

Nisso tem cifrado a nossa questão de raça, se assim pode chamar-se questão discreta, silenciosa, entretida com recato, como as questões de família [...]. Campanha formidável [a abolicionista], sem tréguas, por vezes fora da lei para ser humana, fizemo-la nós, mas pela libertação do negro. Pagamos-lhe desta sorte o que lhe deve a nossa civilização econômica, ao que acrescentam os que podem julgá-lo de outro ponto de vista, os seus serviços como elemento biológico.⁴⁰⁴

⁴⁰² MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 18.

⁴⁰³ MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 158.

⁴⁰⁴ MARQUES, Xavier. *Imagem Étnica do Brasil*. In: *Ensaio: Motivos sociais e Históricos*. Vol. II. Rio de Janeiro, 1944 [1938]. p.22.

Conforme se pode ler, para Marques, a “paga” da dívida que o Brasil teria com o negro em virtude da escravidão, foi paga pela campanha abolicionista, grandes salvadores da raça emancipada. Há também a permanência do pensamento clássico abolicionista, cujos membros se viam como defensores do negro que, desde a escravidão, não teriam meios para se defender racionalmente e nem consciência dos seus direitos como seres humanos.

No Brasil, a escravidão seria fruto do sucesso de um sistema de colonização baseado no apresamento de africanos “um monstruoso transplante de raça afetiva”. A escravidão colonial seria segundo Nabuco, a transposição “aberrante”, situação agravada por sua conversão a uma base racial. Assim, amparada por leis e instituições, a escravidão brasileira parecia uma anomalia para homens como Marques, definitivamente merecedora de reprovação filosófica. Se perdurasse, contagiaria todas as instituições e segregaria uma parte dos componentes legítimos da nação, negando-lhes a cidadania plena.

Para o ele, a principal ocorrência é a miscigenação, “o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca”, que veio se juntar à mistura étnica já existente, entre brancos e indígenas. Além da miscigenação racial, outras influências se expressam na religiosidade (que combina elementos do catolicismo e das práticas religiosas africanas), na aclimação ao ambiente tropical e no contato da escravidão doméstica (com reflexos na sexualidade, na língua e nas maneiras sociais).

Marques tratou da discussão da influência “nefasta” da religiosidade negra sobre o catolicismo em *O feiticeiro* (1897/1922). Em *As voltas da estrada*, talvez ele tenha discutido o problema verificado também nas primeiras décadas do Brasil republicano: “fazer desse composto de senhor e escravo um cidadão”. Basta lembrar que, na trama, Nazário, personagem central é um mestiço liberto, filho do senhor de engenho Luiz Ribeiro, com uma escrava de nome não mencionado. A história segue até aos tempos republicanos, quando o mestiço se torna um “cidadão”, mas ainda com “ranços da escravidão” – verificados, por exemplo, na forma com que trata os seus subalternos –, prefere ver na possibilidade de branquear seus descendentes uma maneira de depurar sua linhagem.

Voltando à discussão sobre as representações da escravidão na obra em questão, gostaria de discutir um pouco sobre as “visões de liberdade” que nela são retratadas. Sendo assim, vejo que o episódio da cavalhada nos traz uma metáfora representativa. Seu enredo se resume na história do mestiço Nazário, que foi perseguido e surrado pelo feitor do Visconde de Itaípe por ter “homenageado” a sua filha, a linda Augusta Leite, na frente de toda a comunidade amparense, numa festa tradicional ocorrida em Amparo em 1871.

Evidentemente, o Visconde jamais permitiria que um mestiço cortejasse a sua filha sem um castigo apropriado. Ele não permitiria que alguém de cor se igualasse a um “fidalgo”, muito menos à sua amada filha. Entretanto, Nazário era filho, ainda que bastardo de Luís Ribeiro, poderoso senhor do engenho Jacutinga, o que deixou tanto o Juiz quanto o delegado da cidade de calças curtas: se tomassem providências contra o mestiço comprariam briga com Ribeiro; se nada fizessem, era com o Visconde que teriam que se ver. Teodoro Freire, o magistrado de Amparo, até chegou a argumentar: “– dentro da lei não acho como alvitrar castigo ao ousado”. Ao que o Visconde, como que entendendo alguma coisa que o juiz quisesse dizer com isso replicou “– a melhor polícia ainda é o meu feitor”. Por fim, o narrador nos conta o pensamento de Teodoro Freire ante tão difícil questão: “Não era esse o pensamento de Teodoro Freire. Mas que adiantava justificar? Para que contrariar, irritar mais o visconde? Polícia e justiça pública tinham que ser humilhados pelo poder do arbítrio senhorial”.⁴⁰⁵ A ordem ao feitor Godofredo foi expressa: demonstrar através da violência a supremacia branca sobre as demais raças. O episódio marca o primeiro grande conflito de raças – e de classes – na trama.

Nazário logo constatou que a sua situação de liberto num país escravocrata não serviria para muito, visto que o poder senhorial também continuava determinando sua vida e manipulava os negros contra o poderio branco. Quando capturado e surrado pelo feitor do Itaípe, Nazário sofreu uma grande coça na frente dos negros e “a escravaria testemunhou bestificada mais um quadro da sua vida”.⁴⁰⁶ Quinze dias depois, várias vezes preso no tronco de cabeça para baixo e muitas chicotadas depois, o liberto já estava em carnes vivas e sua altivez anterior já tinha dado lugar ao desespero. O mestiço “sentia saudades do cativo, compreendendo a irrisão dessa liberdade. E chorou profusamente, chorou, soluçou como um menino abandonado, com fome e frio”.⁴⁰⁷

Ante ao sofrimento da violência física, ainda teve que ouvir as chacotas do “feitor vitorioso”, que em outros tempos escutara Nazário dizer que “era um homem livre... e que tinha pai...”. Agora o algoz, apeando-se rubro de alegria, ordenou: “Passe a corda nesse filho... da liberdade”. Antes disso despojaram-no das botas, do chapéu e do paletó. “– Paletó de negro é peia”⁴⁰⁸, concluiu o feitor. Logo depois do castigo, foi solto com roupas feitas com “algodão cru dos negros”, e intimado a sumir daquela comarca para nunca mais aparecer. A

⁴⁰⁵ MARQUES, As voltas da estrada, p. 79.

⁴⁰⁶ MARQUES, As voltas da estrada, p. 94.

⁴⁰⁷ MARQUES, As voltas da estrada, p. 98.

⁴⁰⁸ MARQUES, As voltas da estrada, p. 91.

metáfora das vestimentas nesse caso é significativa: para o feitor a escravidão era tanto uma questão de cor, quanto de estigma. O liberto sempre carregaria em si o estigma da escravidão.

O episódio revela duas questões igualmente interessantes: a primeira é a incapacidade do Visconde e de seus lacaios de enxergar um mundo além da visão binomial senhor/escravo. A segunda é o pantanoso caminho entre escravidão e liberdade que o autor tenta desvelar. Para ele, num mundo fundado na escravidão toda e qualquer tentativa de promover a liberdade é mera falácia, uma vez que em sua visão liberal, a liberdade ia além da relação de classes, permeando também a condição de cidadania. Na lógica do romance, a cidadania é deveras precária num mundo fundado na “tirania” política e fundamentado pelo “poder do arbítrio senhorial”.

Sidney Chalhoub nos lembra, ao analisar a escravidão em *Helena*, de Machado de Assis, que havia condições intermediárias entre escravidão e liberdade que, ao mesmo tempo em que matizam a visão tradicional de uma sociedade rigidamente dividida em senhores e escravos, sugerem o tanto de precariedade inerente à condição de dependentes.⁴⁰⁹ Meu argumento é que através desse evento, um escravo forro, filho de um senhor com uma cativa vivenciou a duras penas a fragilidade e as limitações dessa parca liberdade. Pelo menos é disso que o narrador tenta nos convencer.

Para analisar a temática da abolição e da cidadania dos “homens de cor” em *As voltas da estrada*, deve-se ter em mente a desconstrução das tradicionais oposições traçadas entre escravidão e liberdade, que Marques pensava em sua mocidade. Os conceitos “Escravidão” e “liberdade”, nesse contexto, não podem ser lidos como termos antitéticos, e sim, num terreno que separa um conjunto complexo de experiências que se abriga em cada um deles e que merecem nossa atenção. O território da liberdade é pantanoso e muitos dos sinais que sacralizaram a subordinação e a sujeição tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e “livres de cor” tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase cidadãos.⁴¹⁰ Existia, para o autor, certas condições limitadoras da liberdade tanto nos tempos do Império, quanto nos tempos da República.

Na trama, o mestiço Nazário, inteligente e perspicaz, em sua condição racial apresentado como superior, aos racialmente “estagnados” e “retardatários” negros e aos decadentes brancos, articulou toda uma revolta que contribuiu para o fim do mundo senhorial. É interessante notar que Xavier Marques não dá voz nem ações autônomas aos negros. A

⁴⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, Historiador, Cia das Letras, 2003. p. 56.

⁴¹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha e, GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. FGV, São Paulo: 2007. p. 10-12

massa negra é tão infantilizada em sua obra quanto em qualquer obra de um defensor ou descendente dos senhores.⁴¹¹ Isso nos leva a refletir sobre as concepções de liberdade de abolicionistas como o nosso autor. Mais ainda, sobre o seu imaginário acerca das raças que compunham não só a sua trama ficcional, como também a trama da vida. A compatibilidade entre a consciência abolicionista e a etnologia racista poderia ser plenamente conciliável. A defesa da abolição não implicava o abandono da teoria das desigualdades étnicas, mas trazia, ao contrário, reforço a tais concepções.⁴¹² Sendo assim, o fim da escravidão é visto ora em termos da superação de um atraso, ora por questões humanitárias. Sempre com pretensão de tutela ou dos abolicionistas ou dos próprios senhores. Sempre conservando “a ordem moral e social” das coisas.

4.2. As memórias da abolição em duas ou três versões

No decorrer da Primeira República foram construídas várias versões sobre a abolição da escravatura no Brasil. Entre os intelectuais baianos daquele período, predominava a ênfase no 13 de maio como marco da abolição, entretanto, nem todos os homens de letras concordavam com essa versão. Nesse contexto, no jornal *O Democrata*, publicado em 13 de maio de 1916, podemos ler um pouco do debate sobre esse tema:

13 de Maio

Desprezo, odeio a distinção da cor,
pois não conheço a distinção da raça.
Acaso o negro é homem sem valor?!
Não chora, como branco, uma desgraça?!

Acaso o Deus soberbo não abraça,
com um carinho igual e igual calo [sic],
a Humanidade inteira que esvoaça
a suplicar o seu perdão de amor?!

Então, se o céu é franca moradia

⁴¹¹ Na obra da ex-senhora de engenho e romancista Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930), por exemplo, a hierarquização das raças é marcada pela representação infantilizada do negro e na superioridade do “civilizado” branco. (OLIVEIRA, Marcelo Souza. Fios literários na teia da História. In: paternalismo, escravidão e pós-abolição num romance de Anna Ribeiro. Em *Tempo de Histórias*. ,v.11, p.25 - 42, Brasília, 2007.).

⁴¹² VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo. Cia das Letras, 1991. p. 52

De todo o pecador arrependido
Porque manter essa ousadia?!

Bendita abolição da escravatura
que resgatou, num gesto enobrecido,⁷
uns anos de vergonha e de amargura

*Silva Vianna*⁴¹³

A partir de uma análise das publicações desse periódico, que veio a público no momento em que Xavier Marques era seu diretor e redator-chefe, é possível observar a presença de muitos artigos em comemoração ao evento. O jornalista noticiou várias homenagens de muitas instituições ao 13 de maio e seus personagens naquele ano. Até mesmo a informação sobre um projeto do parlamento estadual para a construção de uma estátua da Princesa Isabel é noticiada naquele volume. O ilustre deputado demonstrava enorme adoração pela redentora e, em gratidão, decidiu investir seu tempo como edil nessa empreitada.

O referido projeto do deputado encontra-se na página anterior aos versos citados na epígrafe. Tais versos trazem uma versão “humanista” e religiosa da data ao considerar as raças como “iguais”, mas compreende a abolição como resultado dum “gesto enobrecido”, certamente em referência à assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Na mesma página em que se publica a poesia de Silva Viana, *O Democrata* republica um artigo de Ruy Barbosa sobre o *13 de maio* que desconstrói a visão idealizada e recoloca a versão liberal, republicana e abolicionista na ordem do dia.

Ainda no mesmo volume de *O Democrata* encontra-se um artigo intitulado “Reminiscências do Abolicionismo”, texto escrito em 1905, assinado por um pseudônimo auto-intitulado *Falante da Câmara*, que discute a trajetória de abolicionistas de todas as origens sociais e orientações ideológicas, destacando – como se quase fosse regra – os nomes de Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco, o segundo cognominado como o “apóstolo da liberdade” e, segundo Marques, sempre fiel à “causa sacratíssima”. Após uma listagem enorme de militantes dessa causa, o autor confessa:

“Eu sei que o *Treze de maio* foi como diz, Silvio Romero, uma obra na qual colaborou toda a nação; mas é também verdade que só à custa do esforço decisivo de alguns espíritos privilegiados se formou aquele grande estuário da libertação de uma raça”.⁴¹⁴

⁴¹³ SILVA, Viana. “13 de maio”. In: *O Democrata*, Ano I, nº 21, Salvador -BA, 13 de maio de 1916.

⁴¹⁴ SILVA, Viana. “Reminiscências do abolicionismo”. In: *O Democrata*, Ano I, nº 21, Salvador -BA, 13 de maio de 1916.

A edição de *O Democrata* que nos dá a conhecer todos esses textos foi editada por Xavier Marques. Observa-se com a publicação do texto de Ruy Barbosa, a presença do próprio pensamento de Xavier Marques, uma vez que este era forte admirador do primeiro, fonte decisiva para o desenvolvimento de suas ideias liberais, abolicionistas e republicanas.⁴¹⁵ As leituras de Ruy Barbosa e de Marques sobre a abolição são similares. É possível até mesmo perceber algumas das representações enunciadas por Ruy Barbosa no artigo publicado em *O democrata* na obra ficcional de Marques.

As memórias da abolição no Recôncavo foram construídas num processo conflituoso cujas primeiras reminiscências foram marcadas logo após a assinatura da Lei Áurea. Em estudo realizado sobre a abolição e o pós-abolição na Bahia, Iacy Mata afirma que o 13 de maio, no estado, não significou apenas o reconhecimento de um fato consumado; alguns escravocratas baianos recusaram-se a crer que a lei abolira imediata e incondicionalmente a escravidão. Diferentemente das leis de 1871 e 1885, referentes à propriedade escrava, a Lei de 13 de maio fora aprovada às pressas, não tendo sido objeto de muitas discussões.⁴¹⁶

Por mais que houvesse indicativos de uma aceitação da referida lei, entre boa parte dos agricultores do Recôncavo Baiano ela foi recebida com surpresa e desalento. Os tradicionais agricultores ainda esperavam que o governo postergasse mais a extinção do trabalho servil e que indenizasse os proprietários por terem perdido as suas terras. A ideia de que os proprietários de escravos se prepararam para a abolição não leva em conta a resistência à aprovação da lei e tampouco alguns dos conflitos resultantes da sua promulgação.⁴¹⁷

No Recôncavo, como afirma Walter Fraga Filho, após os longos festejos pela abolição, observa-se que as experiências do pós-abolição foram traumáticas para os donos dos engenhos de cana-de-açúcar. Poucos senhores não guardaram amargas recordações da maneira como seus antigos cativos passaram a se comportar. Muitos libertos afrontavam seus ex-senhores e a polícia, outros ameaçavam a ordem cometendo furtos, orgias ou incendiando

⁴¹⁵ A relação de Xavier Marques com Ruy Barbosa teve início já nos fins do século XIX. Em 08 de novembro de 1890, ele enviou cartas para o então ministro pedindo emprego e enaltecendo “suas virtudes”. (CARVALHO, José Murilo. Ruy Barbosa e a razão clientelista. In: Dados. Vol. 43. Nº 01, Rio de Janeiro, 2000. p. 12. Em 24 de fevereiro de 1893), ele e outros colegas num discurso proferido a Ruy na redação do Diário da Bahia, onde ele é chamado de “libertador da pátria brasileira” e de “grande legislador brasileiro”. (Visita de Ruy Barbosa ao Diário da Bahia [em 24 de fevereiro de 1893]. In: Obras completas de Ruy Barbosa. Vol. V. Anexo 06. Página 235-238). A admiração de Marques por Ruy Barbosa fez com que ele participasse da comissão do Jubileu Cívico de Ruy Barbosa Na Bahia, mesmo sendo do partido de J. J. SEABRA, árduo opositor de Ruy. (Bahia Ilustrada, nº 02, ano 02, Rio de Janeiro, Outubro de 1918).

⁴¹⁶ MATA, Iacy Maya. “Libertos do 13 de maio” e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. In: Afro-Ásia, 35 (2007), 163-198 163

⁴¹⁷ Ver FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. História Social, n. 19, segundo semestre de 2010.

plantações. Alguns proprietários, entre inconformados ou arruinados, se matavam ou passavam a vagar desatinados pelas estradas, embora também tentassem ignorar a lei ao impor seu domínio sobre libertos.⁴¹⁸ Essas “amargas recordações” constituir-se-iam, durante as décadas seguintes ao *13 de maio*, num esforço pela construção de memórias, cujas versões dependiam, entre outras questões, do lugar social, da forma que se contava e de como se expressava os acontecimentos.

Nas décadas que sucederam a abolição, os lamentos e ressentimentos dos antigos senhores foram retomados pelos donos de engenhos como forma de explicar a decadência da lavoura açucareira. Nesse sentido, era conveniente mostrar que a abolição havia rompido um estilo de vida fundado em valores hierárquicos sólidos, como se o mundo escravista dos engenhos não estivesse sob permanente tensão. Walter Fraga Filho destaca que em várias memórias, romances e relatos feitos pelos antigos senhores de escravos, a abolição aparece como ruptura decisiva dos padrões, etiquetas e valores estabelecidos na ordem escravista. Havia um interesse político e ideológico dos senhores em conceber a abolição nesses termos.⁴¹⁹

Nesse prisma, podemos compreender em quais termos foram construídas as memórias da abolição pelas elites baianas. É possível entender também que os homens ligados ao republicanismo, tratariam de tentar esvaziar as memórias do 13 de maio como produto do trabalho da Monarquia, em virtude da ideia de que seus responsáveis teriam sido os abolicionistas, muitos dos quais republicanos históricos como Ruy Barbosa. Assim sendo, compreendemos como o “apóstolo da liberdade” – e também Xavier Marques – não perceberam a abolição de modo similar aos egressos da classe senhorial. Notamos também o silêncio do autor sobre o 13 de maio, bem como o seu repúdio sobre a versão Monarquista, do evento. Para ocultar essa data, ele opta por destacar outra, a da Lei do Ventre Livre, partindo para as ideias de processo e de decadência.

Na Bahia da Primeira República, tanto na escrita romanesca, bem como na historiográfica ou na jornalística, poucos haviam se arriscado a destacar a lei de 1871 como marco da liberdade das “massas escravas”, mesmo porque as implicações dessa afirmativa eram muitas. Nesse contexto, Marques travou uma evidente disputa pela memória desse

⁴¹⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010. p. 98. Ver também: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 129. OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras*. Salvador, EDUNEB, 2009. Capítulo II. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴¹⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*.

evento, ao colocar em questão, ainda nos fins da Primeira República, debates simbólicos que foram veementemente travados por ex-senhores, antigos abolicionistas e ex-cativos. Os primeiros e os últimos defendiam que a abolição fora produto dos esforços da princesa Isabel e seus ministros e os segundos atribuíam o evento a um processo de lutas protagonizadas pelos abolicionistas, conforme estudos recentes.⁴²⁰ No caso baiano, há de se ressaltar ainda as lamúrias dos senhores com a “atitude imprevidente da Princesa e de seus ministros”.⁴²¹

Em *As voltas da estrada*, se constrói muitas metáforas e figuras de linguagens em torno do 28 de setembro. Se adotarmos a perspectiva de que a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso, deva ser transparência ou espelho da “matéria” social e sobre a qual se refere⁴²², entenderemos que Xavier Marques propõe uma interpretação sobre o fim da escravidão no Brasil e a faz interpelando uma nova versão sobre a abolição, deslocando o foco de um evento, a Lei Áurea, para outro, a Lei do Ventre Livre. Dessa forma, se pode supor que, para ele, aprovada a primeira lei, a segunda seria apenas mera formalidade.

Ao fazer isso, Marques propõe outra interpretação sobre as memórias da abolição, que descaracterizava os lugares e heróis então difundidos por boa parte dos letrados baianos e brasileiros utilizando, para isso, o recurso do deslocamento de um evento para o outro – do 13 de maio de 1888 para o 28 de setembro de 1871 –, além da noção de processo para o desmonte do escravismo brasileiro. Tratava-se, então, de conflitos em torno das memórias da abolição, em que cada grupo dava a sua versão e construía seus heróis, eventos e datas, enfim seus lugares de memória.⁴²³

Mas para entender melhor as memórias da abolição em *As voltas da Estrada*, faz-se necessário confrontá-las com outras versões desse evento. Contrapõem-se, a sua versão, por exemplo, às produções historiográficas de autores, como Brás do Amaral, Pedro Calmon e

⁴²⁰ Na Primeira República, um conflito pela memória da abolição foi travado entre ex-senhores e ex-abolicionistas. (Ver MORAES, Renata Figueiredo. Os maíons de 1888: História e Memória na escrita da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. UFF. (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro, 2007. e DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares brancos e negros (1846-1988), Bauru, SP: EDUSC, 2004.

⁴²¹ Para uma leitura aprofundada desse assunto, ver FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP, editora da Unicamp, 2006; Capítulo 04. ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo. Cia da Letras, 2009. Capítulo 02; e OLIVEIRA, Marcelo Souza. Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro, EDUNEB, Salvador, 2009. Capítulo 02.

⁴²² CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. Cia das Letras: São Paulo. 2003, p. 92.

⁴²³ Segundo os estudiosos do assunto os lugares de memória “expressam o desejo a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-referencia, o movimento de resgate de sinais de appartenance grupal (D’ALLESSIO, Márcia. Memórias: leituras de M. halbwarchs e P. Nora. RBH. Memória, História e Historiografia: dossiê ensino de história. São Paulo. V. 133, n. 25/26. Set. 92/Ago. 1993. p. 102).

Wanderley Pinho. Pedro Calmon, no campo da produção historiográfica, em seu *História da Bahia: um resumo didático*, cujo fim era ensinar as novas gerações baianas sobre o passado, contado na visão da elite relembra que: “A abolição total foi feita em breves dias, de afogadilho, quase de surpresa, em 1888, quando, novamente, regia o Império a Princesa Isabel [...]. Aprovado [o projeto] por aclamação, que ela sancionou em 13 de maio - por isso, lhe ficou o cognome de “Redentora” -, por entre festas estranhas na Corte”.⁴²⁴

Para Amaral e Calmon, assim como para boa parte das elites baianas, a abolição era um processo no qual os grandes prejudicados foram os proprietários rurais. As lamentações de senhores e senhoras de engenho ressoaram anos depois nos escritos desses autores e esses traziam consigo uma ideia de que o fim do elemento servil deveria ser atribuído a um ato político da princesa, que se deu de maneira isolada, sem a participação dos principais prejudicados, na realidade, com o fim da escravidão. Esse discurso negava aos libertos e seus descendentes a condição de autores de sua própria liberdade. A partir dessas mesmas premissas, afirmou-se a incapacidade dos negros de assumirem a condição de cidadãos no pós-abolição. A “verdade histórica” é que não se “cabia a culpa” da escravidão aos senhores e que os escravos dependeram da “ação da Princesa Redentora” para alcançar a sua liberdade.

Apenas sete anos depois da publicação de Braz do Amaral e três anos da de Pedro Calmon, entrou em circulação o romance de Marques que contrariava a lógica dominante. Ele constrói uma narrativa que centra a crise do mundo senhorial na Lei de 1871. Essa forma de pensar o passado ia de encontro à forma com a qual as elites baianas preferiam lembrar esse passado.

A abolição, enquanto memória, parece não ter sido dos temas preferidos da imprensa baiana nas primeiras décadas republicanas. Se fôssemos fazer uma espécie qualquer de concurso sobre as principais datas comemorativas, seria fácil estipular que o *13 de maio* não apareceria nas primeiras posições. O grande campeão nas terras da Rainha do Norte é com certeza o *2 de julho*, data da Independência da Bahia, enquanto a data da Lei Áurea ficaria em uma posição não tão privilegiada. A impopularidade dessa data nos grandes jornais baianos talvez se deva àqueles que os controlavam: por um lado, nos periódicos dirigidos por membros pertencentes à “antiga” ordem dos senhores-de-engenho era preferível não lembrar tanto dessa data, pois corria o discurso de que a desgraça dos engenhos baianos devia-se a essa “atitude” da Princesa Isabel. Por outro, os abolicionistas tentavam evitar e até

⁴²⁴ CALMON, Pedro. *História da Bahia: resumo didático*. Rio de Janeiro: Editores Bastos Leite, 1927. p. 186.

dessacralizar essa data e, mesmo quando a lembravam, não perdiam tempo em invocar o panteão dos abolicionistas como reais promotores desse evento.

Uma estratégia bastante corrente era a de “confirmar” o heroísmo da Redentora, reafirmando de maneira mais peremptória a libertação dos escravos no Brasil como uma conquista nacional. Em 10 de maio em 1895, a Revista *A Renascença* trouxe um artigo de capa sobre *o 13 de maio* onde se afirma que à Princesa coube promulgar a lei, mas que, contudo, seria uma luta de resistência de negros e abolicionistas que levaram a liberdade. Os negros pelos “martírios” sofridos e os abolicionistas pela propaganda e pelas pressões políticas.⁴²⁵ O artigo se encerra com um tributo ao panteão abolicionista que seria consagrado inúmeras vezes nos anos seguintes por jornais liberais que queriam trazer para si os louros da dita libertação. Tratava-se da construção de um capital simbólico para afirmar que os liberais tinham uma história que lhes permitia propor um projeto de nação. Nesse contexto, para muitos deles, o fim da escravidão no Brasil era apenas um dos passos na caminhada para que o país se consolidasse como uma nação poderosa. Sendo assim, não é arbitrário afirmar que as memórias da abolição foram utilizadas como uma espécie de recurso discursivo da reafirmação de um projeto de nação.

Alguns anos depois, a estratégia de sobrepor os heróis abolicionistas a um ato meramente formal da “Redentora” pôde ser lida também na *Bahia Ilustrada*, de maio de 1920. A revista destaca a propaganda e a campanha abolicionista, lembrando os nomes de “pioneiros” da “confederação” abolicionista como João Clapp, André Rebouças, Luiz Gama, José do Patrocínio e outros e, concluindo, afirma que:

[...] foram em grande número os cooperadores da brilhante campanha e, podemos reunir os todos, saudando na princesa imperial, D. Isabel, a Redentora, a falange gloriosa, que fez desaparecer as algemas, os grilhões e restituiu a sociedade milhares de indivíduos, até então, segregados do seu seio.⁴²⁶

Parece evidente que “Redentora dos Escravos” foi a alcunha atribuída à Princesa bastante lembrada entre os populares durante a Primeira República. Negar essa afirmativa não seria a forma mais inteligente de desconstruí-la. Como os dois textos mencionados relataram, a estratégia mais eficaz encontrada pelos jornalistas liberais foi articular as duas memórias e, sutilmente, sobrepor uma a outra. Sendo assim, a Princesa permaneceria no seu pedestal, mas apenas como ratificadora da “falange gloriosa”, pois na “verdade” é a ela que deveria ser dado

⁴²⁵ BPEB. “13 de maio”. In: *A renascença: revista literária*. Bahia, 10 de maio de 1895.

⁴²⁶ BPEB. “13 de maio”. In: *Bahia Ilustrada*. Ano IV. Bahia, maio de 1920.

o real tributo como “batalhadores da Santa Cruzada”, para utilizar as mesmas palavras do redator da *Bahia Ilustrada*.

Como já dito, o 13 de maio foi também tema recorrente do jornal *O Democrata* em 1916. Na publicação desse dia, apresentou-se uma miscelânea de homenagens a heróis como a Princesa Redentora, políticos como Rio Branco, heróis abolicionistas locais e também alguns nacionalmente conhecidos. O interessante é notar que um dos principais redatores desse jornal era justamente, o então diretor, Xavier Marques. Como que para demolir as memórias tradicionais sobre a abolição, numa das páginas, figura um extenso artigo sob o título “O dia máximo: 13 de maio de 1888”, de autoria de Ruy Barbosa.⁴²⁷ O artigo, publicado pela primeira vez em 04 de novembro de 1889 no *Diário do Povo*, tem seu destaque em *O Democrata*, justamente uma página após o texto que expunha o Projeto de Lei que homenagearia a Princesa Isabel como grande Retentora da raça emancipada, sendo que nesse texto é evidente a desconstrução que Ruy Barbosa tenta fazer dessa versão.

Ruy Barbosa começa saudando essa data como a “maior de nossa pátria”. Segundo ele, a abolição recorda a mais insigne homenagem pleiteada, entre nós [leia-se a nação], ao bem, à humanidade e ao direito. Considera ainda que ela exprime a mais esplêndida conquista da consciência popular contra a reação dos grandes interesses oficiais. Afirma que o 13 de maio rasgou do “nosso” futuro o pórtico gigantesco por onde há de passar a liberdade política e a democracia americana. Pondera ainda que o dia em que “a história da nossa nacionalidade parece ter amanhecido pela primeira vez”⁴²⁸ proporcionou aos então cativos que seus filhos não fossem mais envenenados com o que chamou de “misérias domésticas do cativoiro”.

Com a eloquência que lhe era peculiar, afirma que os “bem-aventurados” que vivem no mundo pós-abolição não teriam mais que educar seus filhos para a “opressão perpetuada”, nem na “denegação eterna da liberdade aos indefesos”, nem ter que “corar, ante a civilização contemporânea, de um regime econômico, cuja riqueza constitui, pela sua origem, a equivalência do roubo”. Atribui à abolição, um feito de toda a nação, afirmando que:

Podemos erguer a cabeça, orgulhosos de que a abolição não foi uma carta outorgada ao país, mas um decreto imposto por ele às instituições que o cativoiro sustentava, e que principiaram a definhar extinto o cativoiro. Quando se desvanecerem as nuvens do interesse contemporâneo, e a verdade

⁴²⁷ Ao que parece o texto é publicado pela primeira vez pelo *Diário do Povo* um ano após a abolição e ainda antes da Proclamação da República. (“O Dia Máximo”, *Diário do Povo*, 04 de junho de 1889 (BARSBOSA), a republicação apareceu no jornal liberal editorado por Xavier Marques em meados da década de 1910 (“O dia máximo, 13 de maio de 1888”. In: *O Democrata*, Ano I, nº 21, Salvador 13 de maio de 1916).

⁴²⁸ BARSBOSA, Ruy, “O dia máximo. 13 de maio de 1888”. In: *O Democrata*, Ano I, nº 21, Salvador 13 de maio de 1916.

dardejar a pleno meridiano, na atmosfera diáfana da posteridade, a história reivindicará o merecimento exclusivo deste triunfo da moral humana para a nação que operou, lutando contra o país legal organizado em proteção das conveniências que esteavam a soberania do poder servil.⁴²⁹

Ele destaca ainda que os próprios “resgatados” não teriam motivos para se humilhar a sua gratidão até o nível da esmola recebida na indignação da invalidez. Obviamente, ainda nas palavras dele, isso ocorreu depois da “propaganda multiforme que lhe abriu os olhos ao senso íntimo da iniquidade que o vitimava na obra de redenção de si mesmo”.⁴³⁰ O *não quero* dos cativos, foi para Ruy Barbosa, um passo fundamental pela conquista da sua própria liberdade. Isso com a tutela é bem verdade, dos abolicionistas que os conduziu ao “milagre” da visão da sua própria condição “lastimável”. Ruy Barbosa lembra que a perseguição do “trono” aos negros foragidos na época da escravidão e sua conseqüente resistência, deveria ser lida e sua resistência como “um protesto da raça escravizada”. Essa “desobediência bendita”, essa “indisciplina salvadora” selou a emancipação do povo negro, em sua opinião.

Ruy Barbosa conclui que a abolição da escravidão possibilitou as demais reformas, porque “o despotismo perdeu na escravidão o segredo da sua onipotência”. Ele encerra o artigo reafirmando o que, para ele, deveria ser o sentido do 13 de maio: “Se o patriotismo, pois, é uma religião, constituamos em torno desta data o seu santuário, um tabernáculo onde não penetrem nem a covardia, nem a imoralidade, nem a violência, onde o povo vá retemperar a sua energia, e a nação buscar os títulos do seu direito”. Deixa claro, ao longo do artigo, com críticas precisas, que a versão que atribuía ao Império o fim da escravidão era mentirosa. Afirma ainda que o processo de “contestação” da “raça escravizada”, com o devido doutrinamento dos “multiformes propagandistas da abolição” é que levou o Brasil a extinguir a nefanda instituição.

Ao analisar, entre outras fontes, o mesmo artigo de Ruy Barbosa, só que no contexto de sua primeira publicação [*Diário do Povo*, 04 de junho 1889], Wlamyra Albuquerque aponta para a importância política que a construção das memórias do processo emancipacionista e da abolição tinha naquele contexto, mais ainda dos projetos gestados para o pós-abolição. Enquanto durou a escravidão, reconhecer o outro e ser reconhecido a partir da distinção entre senhor e cativo foi o exercício social cotidiano das relações entre os indivíduos e destes com o Estado. A falência do escravismo desestabilizou esta ordem, pondo em risco formas de sujeição forjadas ao longo de séculos. O perigo dessa subversão foi, ao longo do processo

⁴²⁹ BARSBOSA, Ruy, “O dia máximo. 13 de maio de 1888”.

⁴³⁰ BARSBOSA, Ruy, “O dia máximo. 13 de maio de 1888”.

emancipacionista, sendo evidenciado e mesmo remediado com artifícios paternalistas, nem sempre eficientes. Nesse sentido, o desmonte do escravismo no Brasil se alicerçou em políticas de domínio que, por um lado, admitia a abolição como horizonte, mas, por outro, tratavam de assegurar arranjos hierárquicos justificados por critérios sóciorraciais.⁴³¹ Com efeito, evocar as memórias da abolição num momento tão conturbado da história do Brasil como foram os anos da primeira república tem significados complexos que remetem à tentativa de reconfiguração desses lugares sociais conferidos aos egressos do escravismo e aos conflitos pela dominação dos sentidos do passado travado pelas elites.

Esse mesmo artigo republicado, em *O Democrata*, cerca de quinze anos antes de *As voltas da estrada*, é peça fundamental para a leitura dessa conjuntura. Afirmo isso não apenas por causa da admiração histórica que Xavier Marques tinha por Ruy Barbosa, nem por suspeitar que talvez tenha sido ele próprio o responsável pela publicação do artigo de autoria de seu ídolo no jornal em que figurava como um dos principais redatores, mas porque acredito que era parte da linha das memórias construídas pelos liberais com que Marques se identificava no momento da escrita do seu romance. Dito isso, como venho afirmando desde o princípio deste texto, parto da premissa de que, na ficção, o autor de *Jane & Joel* construiu sua representação sobre as memórias da abolição no Brasil. A diferença trazida pelo nosso autor, fica por conta de colocar a Lei do Ventre Livre como superior à Lei Áurea. E de fato talvez tenha sido. O 28 de setembro se sobrepõe na ficção de Marques, ao 13 de maio. Nisto, certamente, ele inova. Entretanto, se na Bahia não havia interlocutores para a forma como Marques aborda o tema e as memórias da emancipação escrava no Brasil, resta-nos buscar autores com os quais ele pudesse ter dialogado.

Acredito que João Ribeiro nos ajuda a desvendar os sentidos da discussão sobre as memórias da escravidão e da abolição no Brasil, na perspectiva suscitada em *As voltas da estrada*. Para ele, o romance destaca o fim da escravidão no Brasil como um processo e não como um fruto de uma Lei assinada nos fins de 1880, a Lei Áurea. Coloca também outro fator importante quando afirma que na lente do escritor e em sua pena estava a vontade de imprimir à “caudal” abolicionista os louros do desmonte do escravismo no Brasil. Interessante lembrar novamente que, como Xavier Marques, João Ribeiro também fora abolicionista e republicano em tempos de Império e ao descrever o percurso da Lei de 1871, em *História do Brasil, curso superior* (1900) João Ribeiro deixa claro que ali estava consolidada a abolição, ao passo que

⁴³¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

Macedo aponta esta lei como ilusória para a extinção da escravidão.⁴³² Só lembrar que autores como Osório Duque-Estrada em livros como *Abolição*, partiam também de perspectivas semelhantes.⁴³³ Vale ressaltar que essa obra de Duque-Estrada e de João Ribeiro foram publicadas pela Editora Leite Ribeiro, a mesma que, anos depois, também publicou *O feiticeiro* e *As voltas da estrada*, de Xavier Marques.

Carlos Leite Ribeiro, seu proprietário, segundo Renata Moraes, teve influências da segunda metade do século XIX, que no seu contexto de lutas ideológicas, especialmente em favor da abolição e da República. A atuação de Leite Ribeiro no movimento abolicionista foi lembrada por Osório Duque Estrada em livro intitulado *Abolição, um esboço histórico*⁴³⁴, publicado em 1918 por essa mesma editora, obra em que Duque Estrada ressaltou que o proprietário lutou “nos gloriosos tempos da propaganda abolicionista, ao lado de José do Patrocínio, pela redenção de uma raça”.⁴³⁵ Outro conhecido personagem que publicou uma obra dessa natureza por essa editora foi Evaristo de Moraes (1871-1939)⁴³⁶, com o livro *A campanha abolicionista, 1879-1888* (1924).⁴³⁷ Sendo assim, conforme apontam as evidências, podemos perceber alguns dos homens cujas ideias, memórias e representações do fim da emancipação do Brasil discutidas por Xavier Marques dialogam e em que circunstâncias elas foram produzidas.

Outro autor que Xavier Marques dialoga em sua tentativa de reconstruir, na ficção, o processo do fim da escravidão no Brasil foi Rocha Pombo. O também professor Xavier Marques, certa vez indicou o livro de Rocha Pombo como um dos melhores para o ensino de

⁴³² Ribeiro, João. História do Brasil, curso superior. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos. 1900. Um comentário sobre a versão da escravidão e seu fim no Brasil analisado por esse autor, pode ser lido em BARBOSA, Fabiany Glaura Alencar e. A Abolição da Escravatura nas Obras Didáticas de História do Final do Século XIX Início do Século XX: Memórias, Historiografia e Poder. In: Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 5-18, jan./jun., 2011

⁴³³ MORAES, Renata Figueiredo Moraes. Os maíoi de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque- Estrada. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói. 2007.

⁴³⁴ Em Abolição, esboço histórico, Duque-Estrada, não responsabilizou nem a Princesa nem o seu Gabinete pela aprovação da lei de 13 de maio de 1888. Segundo ele, na ocasião da aprovação dessa Lei a Abolição já estava feita. Para Duque-Estrada o parlamento foi pressionado pelas ações do movimento abolicionistas, presentes tanto nas ruas quanto dentro do próprio parlamento. As leis anteriores a 1888 foram apenas para iludir quem acreditava que elas poderiam trazer algum benefício para os escravos, e também serviram para a forte oposição dos escravistas à solução do problema do elemento servil no Brasil (MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, Memória e Festa da abolição. In: OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007).

⁴³⁵ MORAES, Renata Figueiredo Moraes. Os maíoi de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque- Estrada. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói. 2007. p. 25.

⁴³⁶ Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes, tribuno da República., Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

⁴³⁷ MORAES, Evaristo. A campanha abolicionista (1879-1888). Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1924.

História do Brasil. O manual, assim como o já citado *História do Brasil*, de João Ribeiro eram os dois livros utilizados em alguns ginásios de Salvador, como o Ginásio da Bahia.⁴³⁸

No livro, publicado pela primeira vez em 1919, Rocha Pombo analisa a abolição como uma das reformas mais importantes para o destino da nação, contudo salienta a necessidade de prudência com que ela ocorreu. O autor apresenta o processo de reformas em relação à escravidão, as leis aprovadas e, enfim, analisa a abolição como um ato inevitável, necessário e inexorável ao processo de evolução do país: “Não havia, com efeito, nenhuma providência com que se pudesse adiar a única solução que todos reconheciam como imperiosa e inevitável. Vitoriosa no sentimento geral, dir-se-ia que a abolição imediata só esperava pela solenidade de um ato legislativo”.⁴³⁹

Como abolicionista e republicano que era, Rocha Pombo reconhece o prejuízo histórico da escravidão e entende que, para o progresso da nação, para sua constituição como civilização, era necessária a abolição. Por sua vez, Rocha Pombo descreve o processo de libertação da escravatura associado a um contexto de mudanças institucionais por que passava o Brasil, que o levou à proclamação da República, obra máxima, segundo o autor.⁴⁴⁰

No contexto da concepção da escravidão como problema que foi resolvido mediante reformas sociais que teriam sido empreendidas por liberais abolicionistas que se construiu uma visão sobre o passado escravista brasileiro. Uma memória abolicionista desse processo tinha objetivos políticos traçados: demonstrar que aqueles que reproduziram a escravidão, um atraso por todos reconhecido, fossem antigos senhores ou seus descendentes, não tinham credenciais para liderar o país rumo ao progresso e ao futuro. As tradicionais elites baianas, pelo contrário, produziam uma versão que constituía Isabel como Redentora, omitindo a participação dos abolicionistas e também a idéia do fim da escravidão como uma reforma empreendida por liberais e pelo povo.

Nesse contexto, a estratégia de Marques era demonstrar o fim da escravidão através da ótica senhorial. Sendo assim, ficaria “comprovado” que aqueles que retardaram o fim da nefanda instituição haviam dela se “contaminado” sendo, portanto, míopes e incapazes de pensar num projeto de nação para o Brasil. Sendo assim, cabe tentar perceber qual é o material histórico que Marques utiliza para fundamentar a trama. Nesse interregno, história, memória e literatura se misturam numa narrativa que demonstra a representação da atuação de

⁴³⁸ PINA, Maria Cristina Dantas. A escravidão no Livro Didático de História do Brasil : três autores exemplares (1890-1930) / Maria Cristina Dantas Pina.-- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

⁴³⁹ ROCHA POMBO, História do Brasil, 8a ed. revista e atualizada por Helio Vianna. São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1958. p. 451.

⁴⁴⁰ PINA, Maria Cristina Dantas. A escravidão no Livro Didático de História do Brasil, p. 145.

uma elite baiana que tinha influencia no Império e na República. Marques buscou num recurso caro ao estilo romanesco, “a verossimilhança”, uma forma de retratar uma sociedade e, em particular a posição de uma classe dominante que, segundo a lógica da trama resistiu e retardaram as transformações em curso no Brasil. A interseção entre história, literatura e memória da escravidão e da emancipação escrava é o tema das próximas páginas deste estudo.

4.3. Entre o passado real e o verossímil: memórias do desmonte do escravismo no Brasil

Uma das principais peculiaridades de *As voltas da estrada* são os recortes espacial e temporal escolhido pelo autor. A partir de uma trama ficcional, Xavier Marques escreve uma espécie de ensaio histórico e sociológico sobre o fim do elemento servil no Brasil, mas com a peculiaridade de tentar retratá-lo na perspectiva dos senhores do Recôncavo. Penso que, no romance, Marques tentou tecer uma crítica à visão senhorial do fim do escravismo no Brasil, a partir da ideia de uma emancipação lenta e gradual. Assim, ele se preocupou em captar e demonstrar para o seu leitor a lógica que regia a forma de ver o mundo daquela classe, oferecendo a sua leitura do que seria a ideologia senhorial, além de tentar mostrar como esta ideologia foi responsável pelo quadro social que a Bahia e, em escala maior, o Brasil se encontrava nos fins da Primeira República.

Para discutir essa obra, é preciso ter em mente que o narrador recriou uma temporalidade que ele julgou determinante para a História da Bahia e do Brasil: decidir os rumos do fim do escravismo seria, nesse sentido, importantíssimo para se entender a situação de letargia em que se encontrava o país nos primeiros anos da República. Em última instância, ele tenta explicar que o fim da escravidão no Brasil não mudou muito as coisas, pois, como será observado no próximo capítulo, embora os negros incitados por Nazário resistissem à escravidão a partir da década de 1870, na República eles continuaram em franco estágio de dominação “mudando apenas de senhores”.

Evidente que os limites entre a alegoria ficcional e a realidade baiana na Primeira República se encerram por aí. Na Bahia daquele momento, permaneceu como classe dominante o mesmo segmento social que desempenhava essa função em fins do Império. No Projeto de nação de Xavier Marques, uma classe mestiça, quase branca deveria ser a futura classe dominante do Brasil. Na realidade baiana da Primeira República as coisas não se deram

dessa forma. Mesmo assim, entendo que o autor construiu uma leitura interessante sobre os efeitos da escravidão nas relações de classe processadas no Recôncavo baiano entre os fins do Império e os primórdios da República. Para ele, embora o fim do escravismo tenha trazido mudanças, estas foram realmente “lentas e graduais” e após a sua extinção o país ainda sofreu os efeitos de um passado escravista que se constituiu num entrave para o progresso da nação.

Na ambientação do romance e na polifonia que nos permite ouvir um senhor de engenho temendo perder a sacrossanta “força moral” através da intervenção do Estado nas igualmente sacrossantas relações senhoriais, Xavier Marques conseguiu colocar o leitor em sintonia com termos, ideias e argumentos que teriam/poderiam ter sido proferidos por proprietários de engenho que realmente viveram na Bahia as experiências daquele período. Com efeito, esses personagens nos oferecem uma possível visão que os senhores de engenho do recôncavo baiano podem ter tido da lei de 28 de setembro. O diálogo intenso com as várias expressões, discursos e versões senhoriais que figuraram naquela época tem a função de garantir maior verossimilhança à narrativa.

Nesse aspecto, a figura do narrador de *As voltas da estrada* encarna a visão senhorial para demonstrar suas limitações e contradições, por dentro de tal ideologia. Trata-se de um narrador muito parecido com o de *O feiticeiro*, pois é onisciente e intruso. Onisciente porque busca descrever com verossimilhança precisa ambientes, personagens e discursos, contando a história a sua maneira. Intruso, pois tenta guiar o leitor no decorrer da história a pensá-la à sua maneira, além de delatar as ideias e pensamentos dos personagens.

Segundo Walter Benjamin, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que pode deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Na mesma medida ele também incorpora experiências de outrem e os constitui em sua aquarela narrativa.⁴⁴¹

A obra do narrador se compõe do acolhimento de experiências diversas que constituem a trama da tradição: a sua experiência, a experiência daqueles que ele ouviu e também a experiência daqueles a quem sua obra se dirige. O saber de que dispõe o narrador não é, todavia, meramente técnico e nem tampouco um saber de si auto-referencial. Sua

⁴⁴¹ BENJAMIN, Walter. O Narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas I*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

sabedoria implica no conhecimento histórico de formação de si em meio a um coletivo, do conhecimento das práticas, dos ritos e valores compartilhados e transmitidos pela tradição aos indivíduos.⁴⁴²

Esse personagem se apresenta como um guia que incorpora as discussões e situações da época sob o ponto de vista dos senhores do Recôncavo. Em virtude disso, ele usa e abusa do que se lia e ouvia nas expressões da época, tanto entre os senhores do Recôncavo, quanto entre os defensores do escravismo no Conselho de Estado e no Parlamento. Em determinados momentos, é perceptível a ironia como um dos principais elementos que compõe esse personagem. O narrador parece ter duas estratégias principais: ora querer revoltar o público, evocando discursos que faziam apologia ao escravismo e à visão conservadora dos seus representantes, noutros momentos ele se coloca como crítico ferrenho dessa forma de ler o mundo.

No que se refere à sua primeira estratégia, podemos entender na forma com que o narrador se referia aos escravos a incorporação da linguagem assumida pelos senhores nos tempos da escravidão. As escravas são referidas como “mães fecundas e inesgotáveis” que davam “crias” infalivelmente a cada ano, parindo até por capões e moitas. Desta forma, o narrador quer dar a entender que as mulheres e seus filhos eram vistos como animais, como gado de criação. Os filhos das escravas mesmo aos quinze anos já eram como “animais possantes” a trabalhar no canavial. Segundo ele, a escravaria, numerosa, amontoava-se nas senzalas como “gado humano” que rendia muito em trabalho e não menos em “crias”, exigindo, segundo os cálculos, bem poucos cuidados em comparação com o gado vacum e eqüino.⁴⁴³

Noutro trecho, o narrador descreve a cena da família do Visconde de Itaípe indo para uma festa no arraial de Amparo. Ele detalha o aparato trazido pelos senhores, com seus escravos, mucamas, burros, comboios de viveres. Destacando as chegadas a Amparo, conta que “o espetáculo ambulante ia despertando da sua indolência e chamando ao terreiro das palhoças as moças roceiras das margens dos caminhos e do rio”.⁴⁴⁴ Observe-se aí o sarcasmo do narrador ao misturar animais e escravos no mesmo “comboio” que mais parecia “um espetáculo ambulante”.

⁴⁴² BENJAMIN, Walter. O Narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

⁴⁴³ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. pp.17-18.

⁴⁴⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 17.

A forma com que o narrador se refere aos senhores é sarcástica. Para ele, os senhores eram “a nobreza não tradicional, mas convencional do Império”. Eram gastadores e esbanjadores. Relembrando os tempos da escravidão, mostrando que ele contava uma história passada, o narrador afirma que “Daquele bom tempo e de suas grandezas havia ainda quem **recordasse** com saudades e com lágrimas de humilhação, na decadência de Amparo” [Negrito meu].⁴⁴⁵ O verbo sugere que o narrador estava a lembrar de uma história passada. Ele estava, portanto, a recordar e reelaborar suas lembranças.

Porém, nada se compara ao capítulo onde o Visconde de Itaípe procurou o juiz da cidade para que esse tomasse providência contra a “insolência” que Nazário cometeu ao saldar sua filha no episódio da cavallhada. Cansado de tentar convencer o Visconde a deixar o caso nas mãos da justiça, o Juiz Teodoro Freire desiste, no momento em que o Visconde afirma que: – “Dentro da lei, realmente não acho o que alvitrar como castigo para o ousado”.⁴⁴⁶ Pelo que o Visconde responde: - “Ainda bem que o Sr. Reconhece a legitimidade das minhas providências”.⁴⁴⁷ Completando, o narrador nos revela a realidade da situação: “Não era esse o pensamento de Teodoro Freire. Mas que adiantava retificar? Para que contrariar, irritar o Visconde? Polícia e justiça pública tinham que ser humilhadas pelo poder do arbítrio senhorial”.⁴⁴⁸

As providências pensadas pelo Visconde eram o uso da força e da violência para impor a autoridade senhorial. Era isso o justo, em sua visão, por isso o título “homem de lei é mal cristão” faz parecer mais o pensamento do Visconde, segundo o qual até a religião estava de acordo a manutenção da ordem social. Sarcasmos e eufemismos estão diluídos no decorrer da história que se passa naquela cidade fictícia do Recôncavo, recriada por Xavier Marques. A intenção certamente era tentar induzir o leitor a ver o mundo senhorial sob a ótica do narrador. Ao assumir o discurso senhorial, o narrador procura nos mostrar o quanto aquela forma de pensar se tornara obsoleta e o quanto ela retardou o fim da escravidão e, com isso, o progresso do país.

Com efeito, assim como o narrador de *O feiticeiro*, o narrador de *As voltas da estrada* não era um leigo sobre a história que estava a lembrar. Sempre meticoloso, ele demonstra grande conhecimento sobre os detalhes da narrativa, do tempo, do espaço e da história que a cercou. Por isso, arrisco a ideia de que ele sabia muito bem do que estava falando e talvez por

⁴⁴⁵ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 14.

⁴⁴⁶ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 79

⁴⁴⁷ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 79

⁴⁴⁸ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. p. 79.

isso soubesse com detalhe a vida dos personagens, o tipo que representavam e os discursos que defendiam. Mas não podemos esquecer que a história passada naquela velha e fictícia cidade do Recôncavo nos é contada na ótica dele. Em sua versão, não faltam senhores e escravos “embrutecidos” pela escravidão e levados a selvagerias e rebeldias em virtude da sua “triste” condição gerada pela nefanda instituição.

Acredito, portanto, que na obra em questão, Marques – na condição de criador do narrador e dos demais personagens –, tentou retratar uma época que julgou essencial para discutir questões de raça e cidadania no Brasil da Primeira República e que nesse contexto, ele nos abre um pretexto para revisitar esse momento e lugar na história [Recôncavo baiano, 1871], com o intuito de tentar entender os sentidos da sua obra ficcional e as relações que ele tentou estabelecer entre passado e presente [1930]. Além disso, ao escolher a escravidão como assunto central e o ano de 1871 como significativo para o seu desmonte, ele demonstrava que, se o chamado elemento servil foi no passado um entrave para o progresso do país, foi através dos esforços emancipacionistas e não do governo imperial ou da classe dirigente que ele foi extinto.

Seguindo essa premissa, o narrador tentou conduzir a história em direção a uma crítica a esses senhores, enquanto classe dirigente e dominante no Brasil dos fins do século XIX: estes não foram capazes de enxergar um mundo diferente das seculares relações vigentes no Império. Resultado: na ficção eles morrem junto com aquele mundo que idealizaram, mas que não conseguiram transpor. Entretanto, aos subalternos restou a manutenção da condição. Em tempos de República, haveria apenas “uma troca de senhores”, pois uma raça mestiça, quase branca, é que ascenderia ao topo da pirâmide social de Amparo.

Ao escolher o romance como estratégia para contar uma versão peculiar da História, Xavier Marques tinha em mente captar aquela realidade sob a ótica dos indivíduos que poderiam ter vivido a experiência no Recôncavo baiano, bem longe de onde as decisões aconteceram. A leitura dos acontecimentos históricos que marcam a trama é sempre interpretada ou por senhores de engenho (personagens da trama) ou pelo próprio narrador que, sempre em tom crítico e sarcástico, tenta demonstrar uma caduca visão senhorial de mundo.

Nesse sentido, o romance é, de fato, uma forma peculiar de narrar essa história. Isso porque, como nos assevera Ian Watt, ele se constituiu um relato completo e autêntico da experiência humana tendo, portanto, a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações, detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais

referencial do que é comum em outras obras literárias.⁴⁴⁹ A “maneira” com que o narrador apresenta o desmonte do escravismo a partir da assinatura e repercussões da Lei do Ventre Livre têm suas intencionalidades, questões ligadas a conflitos pela memória da abolição no Brasil. A “invenção criativa” do seu autor tem como referenciais suas experiências passadas e a memória de seu grupo, bem como os conflitos por essa mesma memória vigentes no momento em que resolveu escrever um romance como esse. A peculiaridade desse tipo de escrita torna mais complexa a leitura de uma versão carregada de alegorias, tipos sociais e ambientações que fazem da narrativa uma fecunda fonte para perceber a versão dessa história a partir de um lugar social distinto: a de um velho abolicionista nos últimos anos de sua vida.

Assim, é possível perceber, além do ambiente notadamente voltado para os grupos que sentiram de uma maneira peculiar os efeitos da lei, a introdução que o autor faz de muitas das discussões que foram constantes em 1871. Os tradicionais discursos escravistas descritos de maneira, por vezes, jocosa, a apresentação de personagens que representam numerosos perfis senhoriais distintos e a utilização cuidadosa de expressões da época são as formas através das quais o autor procura imprimir maior verossimilhança à história, garantindo assim maior identificação com os leitores – sobretudo aqueles referenciais como João Ribeiro –, discutido no princípio desse estudo. Assim, literatura, história e memória são articuladas entre si na escrita do romance para garantir a identificação entre o indivíduo leitor e a história contada. Seria a forma como os velhos abolicionistas diriam que a história teria ocorrido, com a ressalva, porém, de que seu observador estava realizando uma crítica onde afirmava que nos primeiros anos de República brasileira houve mais permanências do que mudanças na sociedade. Isso como se verá no próximo capítulo, se devia aos efeitos “retardatários” da escravidão ainda nos primeiros anos da república.

Dito isto, cabe ainda destacar mais uma vez a polifonia peculiar a esse tipo de gênero literário como forma de construir tipos sociais com traços bastante verossímeis. É que se pode perceber nos contornos que o narrador dá aos senhores que vivem a iminência da aprovação da Lei de 1871, referida na obra. Numa das primeiras reuniões da recém-formada Liga da Lavoura, ao se discutir o projeto Rio Branco, já afirmava o Barão do Cerro: “– Os frutos das árvores pertencem ao dono do pomar”. Pelo que o Visconde reforçou: “- Seria o mesmo que nos tirarem a servidão do rio, desviando-se as cabeceiras”.⁴⁵⁰ Essa é a visão senhorial sobre a discussão da Lei do Ventre Livre e é essa interpretação que vai prevalecer em toda a primeira

⁴⁴⁹ WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 30-31.

⁴⁵⁰ MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 31-32.

parte da obra, como que para enfurecer o leitor que discordasse dessa visão “atrasada” em que pretensamente se pensou a escravidão no Brasil.

Nos últimos anos do Império, vários senhores de engenho articularam-se em organizações cujo objetivo central era a defesa dos seus interesses. Agremiações e iniciativas como a Junta da Lavoura⁴⁵¹, União da Lavoura⁴⁵² e a Liga da Lavoura e do Comércio foram constituídas para tentar encontrar alternativas para a crise que afetou a economia canavieira a partir de 1870 e para defender os interesses senhoriais.⁴⁵³ Essa última foi criada por proprietários rurais no município de Santo Amaro da Purificação, uma das mais tradicionais cidades do Recôncavo. Essa é a mesma cidade à qual o narrador de *As voltas da estrada* afirmou ser a que a ficcional Nossa Senhora do Amparo dos Cativos “imitava”. Essa agremiação, segundo Jailton Brito, tinha como objetivos centrais combater o abolicionismo, defender o trabalho escravo e a abolição gradual e indenizada e reiterar a importância do Fundo de Emancipação e da Lei do Ventre Livre, como solução para a transição para o trabalho livre.⁴⁵⁴ Segundo o historiador Cid Teixeira, essa cidade era uma cidade “talhada para toda a forma de resistência senhorial, pois lá, sem maiores discussões as propostas eram aprovadas, ou melhor, ditadas pelos que tinha nas mãos o poder econômico”.⁴⁵⁵ Nesse contexto é que Xavier Marques se inspirou para desenhar o retrato da “Liga da Lavoura”. Tratava-se de uma instituição que procurava enxergar o mundo do ponto mais alto da hierarquia social vigente e que procurava preservar seu *status quo*.

Apesar de terem demonstrado preocupação com a questão do trabalho servil, os proprietários de escravos em nenhum momento abriram mão da defesa da escravidão. O direito de propriedade foi o argumento mais usado para a defesa da utilização desse tipo de mão-de-obra pelo maior tempo possível. O Projeto Rio Branco, que se converteu na Lei do Ventre Livre, sofreu forte resistência dos proprietários rurais baianos. Em 1879, portanto oito

⁴⁵¹ Composta por proprietários de terras da Bahia, a Junta da Lavoura teve entre seus intentos a construção de linhas férreas que facilitassem o escoamento da produção agrícola do interior para a Cidade da Bahia. (MUNIZ, Antonio Ferrão; JUNQUEIRA, Luiz Francisco; SÉ, Justino de Sento. Trabalho da Comissão da Junta da Lavoura sobre os meios de se fazer a estrada de ferro da Bahia ao Juazeiro. Bahia: Tip. Republicana do Guaycuru, 1871) Uma discussão relevante sobre o papel da Junta da Lavoura na realidade baiana pode ser vista em SOUZA, Robério Santos. Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909) / Robério Santos Souza. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

⁴⁵² Panfletos políticos que continham publicações em defesa dos escravocratas também circularam no Recôncavo nesse período. Foi o caso da União da Lavoura, publicado na Bahia no ano de 1884 (Ver Jailton Brito, A Abolição na Bahia, Capítulo 04)

⁴⁵³ No caso do Rio de Janeiro Robert Conrad também menciona as atividades em prol do partido conservador fluminense do Clube da Lavoura e do Comércio que tinha entre suas funções “defender a escravatura contra a facção do seu próprio partido que apoiava a reforme” (CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975. p. 117).

⁴⁵⁴ BRITO, Jailton, A abolição na Bahia, pp. 155-156.

⁴⁵⁵ TEIXEIRA, Cid. Sobre o anti-abolicionismo na Bahia. IGHB, A Tarde, 11/05/1968.

anos após a aprovação da referida lei, o Deputado Araújo Pinho, também poderoso senhor de engenho do Recôncavo baiano, num discurso proferido na Assembleia Legislativa da Bahia, protestava contra a Lei de 28 de setembro: “a falta completa de braços a de ser a última consequência dessa lei, uma vez que abolido o tráfico de africanos, vem ela estancar a fonte da agricultura”.⁴⁵⁶

Além das frequentes reclamações sobre a tal “falta de braços” e do tradicional argumento do direito a propriedade escrava, havia alguns, não poucos, que afirmavam que a lei induziria os escravos à revolta e que teria consequências econômicas com prejuízos para a agricultura e, logo, perda de receita para o Estado. Estas previsões, segundo Jailton Brito, não se confirmaram, pois não há registros de grandes revoltas ou de outro abalo significativo em terras baianas nas últimas décadas da escravidão. Pelo contrário, a lei influenciou a luta entre senhores e escravos no campo jurídico e no campo das relações cotidianas.

Em um ponto, as profecias senhoriais se confirmaram: a perda da força moral dos senhores. A partir da aprovação da Lei de 1871, registraram-se tanto mais avanços no seio de organizações pró-abolição e do apoio da opinião pública à extinção do elemento servil, quanto o próprio questionamento do escravismo passaria por uma crise sucessiva e irreversível no que tange à sua legitimidade. Contudo, não há como deixar de observar, conforme registra Jailton Brito, que muitos senhores de engenho retardaram o quanto puderam a aprovação, a aplicação e a utilização das leis emancipacionistas. Fraudes em torno do Fundo de Emancipação e a apropriação de recursos destinados a esse fim não foram incomuns durante a vigência da Lei de 1871, conforme nos indicam pesquisas recentes sobre esse assunto na Bahia.

Além da recriação de uma agremiação defensora dos “direitos” dos senhores, Xavier Marques também reproduz na voz do Barão do Cerro, proprietário dos mais poderosos de Amparo, os principais discursos utilizados por eles em favor dos interesses senhoriais. A idéia da “árvore da escravidão” para usar o termo discutido por Sidney Chalhoub em *Machado de Assis, Historiador*, preconiza o velho direito de propriedade dos senhores. Ao pensar sobre a escravidão, políticos e literatos falavam frequentemente em raízes, flores e frutos para defender visões as mais diversas sobre o assunto. Chalhoub afirma que, no calor dos debates em torno da lei que libertaria o ventre das escravas brasileiras, não eram poucos os deputados que gostavam de comparar as cativas às árvores de suas grandes propriedades: mulheres davam crias, assim como suas mangueiras davam mangas ou suas rubiáceas davam café. O

⁴⁵⁶ Apud, BRITO, Jailton. A abolição na Bahia, 145.

raciocínio eram mais ou menos esse: se as árvores e as escravas eram propriedades do dono, logo tanto os frutos, quanto as crias seriam suas propriedades também.⁴⁵⁷

Outra metáfora também mencionada pelo Barão do Cerro refere-se à alegoria da escravidão como uma fonte que irrigava a agricultura brasileira. A Lei de 1871, para o nobre de Amparo, iria fazer cessar a fonte. Visão semelhante teve o deputado Araújo Pinho, futuro presidente da província da Bahia, em discurso na Assembleia provincial. Em 1879, portanto oito anos após a aprovação da referida lei, o poderoso senhor de engenho do Recôncavo baiano, protestava contra a Lei de 28 de setembro: “a falta completa de braços a de ser a última consequência dessa lei, uma vez que abolido o tráfico de africanos, vem ela estancar a fonte da agricultura”.⁴⁵⁸

Araújo Pinho, tradicional político baiano, membro do partido conservador, fora pupilo do Barão de Cotegipe, seu sogro. Nasceu justamente na cidade de Santo Amaro da Purificação, onde sua família, toda ela composta por proprietários de engenhos de açúcar e do grupo social que Anselmo da Fonseca, em 1887, chamou, talvez jocosamente, de “Sacarinocracia”, por ser uma espécie de “nobreza” que “ganhou seus foros, espremendo entre os cilindros de seus engenhos a carne dos escravos para tirar-lhes até a última gota de sangue”. Fonseca não poupa adjetivos ao grupo escravocrata baiano e taxa Cotegipe como “chefe da política da escravidão no Brasil”.⁴⁵⁹

Não poderia deixar nesse momento de mencionar ao caro leitor uma crítica de Wanderley Pinho (1890-1967) ao romance *As voltas da estrada*, nos idos da sua publicação, em 1931. Para ele, *As voltas da estrada* trás “cenas da vida dos engenhos, algumas perdidas para sempre e guardadas apenas na lembrança dos que as recordam com saudade, são outras nem menos exatas que as do Recôncavo santamarense”, e contam com poesia “que fogem, nos ruídos, brados que chegam envolvendo sempre os ecos – “mais longe os urros da negrada, acompanhados do forte rumor dos pandeiros de couro...”⁴⁶⁰. Embora imbuído de um tipo nostalgia bem peculiar dos filhos dos senhores de engenho do Nordeste, Pinho faz com que nos voltemos para a visão de um mundo de que se tem saudades e repulsa ao mesmo tempo. A leitura de Pinho muito se aproxima, por exemplo, daquela que ele mesmo escreveu em seu

⁴⁵⁷ Ver: CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. Cia das Letras, São Paulo, 2003. p. 169. Sobre assunto, ver também ROBERT, Conrad. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975. p. 120).

⁴⁵⁸ Apud, BRITO, Jailton. A abolição na Bahia, 145.

⁴⁵⁹ FONSECA, Anselmo da. A escravidão, o Clero e o abolicionismo. Imprensa Econômica, Bahia, 1887. p. 568.

⁴⁶⁰ PINHO, Wanderley. Notas de leitura de “As voltas da estrada”. In: Suplemento Literário de A manhã. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1941.

História de um Engenho do Recôncavo, 1552-1944, (1946)⁴⁶¹. Esta leitura não pode ser comparada aos tempos áureos da Bahia Imperial retratados também por ele em *Salões e Damas no Segundo Reinado* (1952).⁴⁶²

De fato, não se pode negar que a leitura feita por Wanderley Pinho em *As voltas da estrada* é plausível, uma vez que, na primeira parte do romance intitulada “a época dos senhores de engenho”, retrata, além da formação da sociedade brasileira, também o declínio senhorial, nesse contexto. Contudo, em seus comentários, embora dê certa ênfase aos “urros da negrada”, ele não menciona a maneira como Marques conta essa história, como fazem outros intelectuais.

Esse Pinho é descendente dos Pinho de que estamos tratando neste momento. São todos frutos do mesmo pinheiro, todos descendentes da “mesma árvore”. Trazer essa pequena informação aqui, se justifica porque Wanderley Pinho na Primeira República e tempos depois foi político destacável na Bahia, o que contrariou a alegoria de Xavier Marques de que mestiços, mesmo que branqueados, seriam a elite futura da sociedade. Ao contrário, reafirma que os descendentes dos senhores, na Bahia, ajudaram a perpetuar as relações de poder, o que nos leva a pensar na seguinte questão: será que mesmo com todos os lamentos senhoriais baianos, a ideia de transição lenta e gradual do “elemento servil” não acabou se consolidando?

Vejo que um personagem senhorial, o arqui-escravocrata Visconde de Itaípe tipifica homens como Cotegipe e Araújo Pinho. Na trama ficcional de Marques, os membros da Liga da Lavoura tinham posições incisivas e seguiam a cartilha ditada pelo Visconde de Itaípe: “A escravidão existirá enquanto a humanidade existir. Risquem-na da política, Ela é lei social. Extirpem-na da sociedade, ela é lei natural. [...] ela há de subsistir, porque há de haver sempre fracos e fortes. O fraco, em todos os tempos e lugares, foi sempre escravo do forte”.⁴⁶³

Embora a afirmativa do poderoso chefe de Amparo possa parecer à primeira vista mais uma frase de efeito de um senhor desesperado pela possibilidade de perder suas propriedades e os “braços” da sua lavoura, acredito que ele aqui tem uma visão um pouco mais ampla do processo emancipacionista brasileiro. Tudo que os senhores queriam era manter as relações de dependência entre as classes, mesmo depois do fim legal da escravidão. Fora dessa lógica, a temida “perda da força moral” da qual se queixavam a todo o momento, não teria sentido,

⁴⁶¹ José Wanderley de Araújo Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982 [1946]

⁴⁶² PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. 3ª ed. Livraria Martins: São Paulo, 1952. Ver especificamente o capítulo intitulado “Salões e Festas na Província Bahia”.

⁴⁶³ MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 123.

uma vez que todos sabiam que o fim do elemento servil no Brasil era apenas “questão de forma e oportunidade”.⁴⁶⁴

Dessa forma, me parece evidente que a estratégia dos proprietários rurais, no calor das discussões de 1871, se dava em duas direções: em curto prazo, seria procrastinar o fim do escravismo no Brasil para médio prazo ou para o tanto mais distante se pudesse adiar; em segundo momento, seria manter as relações de dependência e, por conseguinte, manter as classes em posições mais ou menos estáveis mesmo após o fim do escravismo. Nesse sentido, acredito que a leitura do Visconde de Itaípe demonstra que, para ele, sempre existiriam classes sociais e numa sociedade uma sempre estaria subordinada à outra. Esse seria em última instância o desejo senhorial, retratado no romance de Xavier Marques.

Os senhores baianos demonstraram muita resistência à aprovação da Lei de 28 de setembro. Conforme nos mostra a historiografia sobre o período, houve resistência cotidiana a procederem na prática a “transição” do elemento servil para o trabalho livre.⁴⁶⁵ Em *As voltas da estrada*, Xavier Marques faz uma crítica a essa elite, afirmando que a causa da pretensa crise econômica da Bahia em finais do Império se devia a essa aversão senhorial por novas instituições e que essa classe haveria de ser suplantada por outra. A raça negra, porém, sem educação moral ou qualquer instrumento civilizador, permaneceria em estágio de “estagnação racial” e social.

Nesse sentido, cabe indagar aqui algumas questões colocadas por Marques em seu romance: até que ponto a proposta da emancipação gradual representou a derrota da classe senhorial na Bahia? Quais os lugares conferidos aos subalternos, muitos dos quais escravos em tempos de Império, mas cidadãos em tempos republicanos? A crise senhorial ocorrida nesse período representou realmente o fim das relações paternalistas e da produção de dependentes na Bahia? É no rastro enunciado pela história ficcional de Marques que continuarei tentando pensar essas questões, e, seguindo essa trilha, faz necessário mais uma vez retornarmos ao contexto desta história.

Em Amparo dos Cativos precisamente nos dias que imediatamente sucederam a aprovação da Lei de 28 de setembro, a Liga da Lavoura reuniu-se para ponderar sobre o teor

⁴⁶⁴ Sidney Chalhoub nos lembra que em meados da década de 1860, as pressões externas pelo fim da escravidão no Brasil eram muitas e das mais variadas. Essa pressão recaiu sobre o executivo e, logo depois, sobre o legislativo brasileiro, que teria de decidir quando e que forma o escravismo no Brasil, enquanto instituição legalmente legitimada seria extinta. Nesse sentido, a emancipação no Brasil parecia coisa decidida, sendo questão de forma e oportunidade (CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. Cia das Letras, São Paulo, 2003. p. 140)

⁴⁶⁵ BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). Afro-Ásia, nº 21-22. 1998-1999. pp. 177-238.

da lei. A classe senhorial estava assim aterrorizada e essa momentânea ignorância os apavorava ainda mais. Mesmo assim, o Visconde foi o primeiro a tomar a palavra:

O primeiro golpe já foi desfechado contra a lavoura do país [...] Ela visou à própria fonte do trabalho [...] É uma ceifa de esperanças. O rio caudaloso de outros tempos em breve estará cortado. Poderíamos até calcular desde já o prazo do fim da escravatura [...]. – Se depois disso derem alforria aos velhos, a escravidão estará ilhada, – aparteu Magalhães.⁴⁶⁶

O fim do elemento servil era uma questão de tempo, previam até mesmo os mais céticos. Caso de doze a quinze anos, nos cálculos do engenheiro Cirino Rocha, homem articulado com o que se discutia na Corte. Levando em consideração de que o tempo da narrativa era o ano de 1871, o prazo por ele calculado desembocaria em 1886.

Na opinião do Cirino Rocha, então estudante de engenharia na Corte, numa carta enviada para o pai, o senhor do engenho Muribeca, a saída não poderia ser outra senão apelar para a “atração de trabalhadores estrangeiros”. Uma vez que, como já estavam antevendo os agricultores paulistas e fluminenses, a “emancipação total se daria em dez ou quinze anos”, o melhor mesmo era se preparar o quanto antes para a organização do trabalho livre.⁴⁶⁷

Nesse contexto, retorna Nazário a incitar os negros contra os senhores, afirmando que a emancipação total seria decretada pelo governo em questão de tempo. Inteligente e astucioso, segundo o narrador, “tirando partido da lei que libertava o ventre das escravas, acendia no coração dos antigos parceiros a esperança de próxima liberdade geral”.⁴⁶⁸ Assim Nazário formou um quilombo de negros rebeldes que crescia dia após dia.

Para os senhores, no entanto, a formação de Quilombos deveria ser combatida veementemente, pois “– menor mal que pode provir de um quilombo em terras de Amparo, é incitar mais cativos a abandonarem ao trabalho. É um estímulo perigoso a juntar da Lei de Rio Branco... Tudo isso faz prever o despovoamento das fazendas”...⁴⁶⁹ Isso afirmou, Raúl César, genro do Visconde ao encurtar a rédea do seu cavalo. Trata-se de uma metáfora sobre o que deveria ser feito com os negros, na opinião dos senhores. Contudo, ao apertar as rédeas o que se verificou foi que os negros revoltaram-se com seus senhores. Ataques, incêndios, roubos, emboscadas, puderam se verificar nas páginas seguintes do romance. Nesse contexto, foi decretada a decadência da cidadela da escravidão. A morte do Visconde de Itaípe, que caiu

⁴⁶⁶ MARQUES, As voltas da estrada, p. 118-119.

⁴⁶⁷ MARQUES, As voltas da estrada, p. 122.

⁴⁶⁸ MARQUES, As voltas da estrada, p. 178.

⁴⁶⁹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 144.

apoplético, mal acreditando que seu engenho havia sido invadido por quilombolas, chefiados por Nazário, simboliza o fim do mundo senhorial no contexto da trama.

Com efeito, há de se mencionar que o ambiente apocalíptico apresentado por Marques nos ataques quilombolas pôde apenas ser lido na literatura senhorial acerca dos seus medos de uma classe que, segundo se pensava, estava animalizada e aviltada por uma instituição degradante. Visão, aliás, que era compartilhada tanto por escravocratas quanto por abolicionistas no decorrer do processo histórico e que culminou legalmente com a Lei Áurea. Não eram poucas as menções dos senhores, quando da discussão das leis sobre as possibilidades da instauração da anarquia e da desordem. O lamento senhorial, contudo, foi deveras exagerado e deve ser problematizado, a fim de tentarmos entender quais os sentidos que se quis conferir a essas representações, tanto em tempos de Império, quanto em tempos de República.

O tal “golpe” na classe senhorial que teria sido desferido pelo governo também deve ser revisto. Embora a escravidão tenha sido legalmente extirpada, no caso baiano, a substituição dos antigos senhores, por elementos mestiços, ficou apenas na ficção. Bem verdade, que no teor da discussão de Marques a mestiçagem representa uma síntese racial que, em última instância proclama a vitória da raça branca sobre as demais.

O que nos interessa aqui, nesse momento, é tentar pensar que, em certa medida, na versão ficcional oferecida por Marques, os negros recebem a liberdade pela Lei, mas isso não representa mudanças reais em suas vidas no pós-abolição. Senão voltemos novamente a falar do Visconde de Itaípe: “porque há de haver sempre fracos e fortes. O fraco, em todos os tempos e lugares, foi sempre escravo do forte”.⁴⁷⁰

Sua crítica se baseia no fato de que, para ele, o projeto de emancipação servil não previu nenhum instrumento de ascensão social para os libertos e nem ao menos de condições mínimas para exercer a cidadania. Sendo assim, não é arbitrário afirmar que as estratégias de retardar o processo de emancipação e de garantir a “ordem social” mesmo com os inúmeros casos de tensões e conflitos largamente comprovados pela historiografia recente, foram exitosas em certa medida. Isso fica claro quando o narrador, no último capítulo do romance, pondera que Nazário Ribeiro, agora, chefe da cidade de Amparo, “era senhor, na república democrática, da mesma sorte que os viscondes e os barões, seus antepassados, o foram na monarquia”.⁴⁷¹

⁴⁷⁰ MARQUES, As voltas da estrada, p. 125

⁴⁷¹ MARQUES, As voltas da estrada, p. 357-358.

Penso que é aqui que passado e presente se unem não só na análise literária, como nas críticas que Marques faz à sociedade republicana. Embora, boa parte dessa discussão tenha mesmo que ficar para o último capítulo, interessa mencionar que, para Marques, o motivo da estagnação social e racial dos libertos egressos do Brasil escravista está, em boa parte, na incapacidade, ou melhor, na falta de interesse que os políticos brasileiros tiveram em negar instrumentos de ascensão social a estes. Mesmo sem discutir reformas sociais mais profundas, Marques examina algo que para ele era um dos principais motivos que emperravam o progresso e o desenvolvimento do país: a educação. Em sua versão da formação da nacionalidade brasileira, ele considera que para que o país se consolidasse enquanto nação, deveria tratar de civilizar seu povo, mesmo daqueles de condição racial “inferior”, como veremos no próximo capítulo,

Em *As voltas da estrada*, Marques nos conta que certa feita os vereadores de Amparo dos Cativos, bem no contexto das discussões em torno das leis de 1871, comunicaram aos senhores que haviam aprovado uma lei que decretava a abertura de duas escolas de primeiras letras para as camadas populares de Amparo. A resposta do Juiz da vila foi peremptória: “– A justiça social manda distribuir por todos o benefício da instrução. Todavia reconheço que é um perigo pôr nas mãos de certos indivíduos armas de que eles podem servir-se contra a sociedade”.⁴⁷² Ante a discussão sobre a falta de necessidade de dar liberdade a indivíduos que, segundo pensavam os senhores mal sabiam dela fazer uso, os edis refletem sobre a questão da educação, cujo pensamento quem nos conta é o narrador:

Os pró-homens queriam animais de trabalho, bois de brecha, bestas de carga. E eles a cogitar de gastos com escolas... Ah! Que enorme disparate! Onde estavam com a cabeça? Entroolhando-se pareciam dizer um ao outro: “De que escapamos... Como foi bom consultá-los... [os senhores de engenho] Aliás nunca deixavam de dar contas de todas os atos aos seus chefes responsáveis perante o governo provincial e o governo geral.”⁴⁷³

No fim da reunião, os vereadores perguntaram o que fazer com o projeto de lei que criava as tais escolas. A resposta do Visconde de Itaípe foi taxativa: “– Pode talvez enfocar a representação só escrita”. Pelo que respondeu o presidente da Câmara: “Não tem importância, é uma folha de papel: rasga-se”.⁴⁷⁴ Xavier Marques foi grande defensor da educação como pressuposto do desenvolvimento e do progresso do Brasil. Nas letras, publicou artigos sobre o assunto. No parlamento estadual (1916-1920) e federal (1921-1924), foi membro do comitê

⁴⁷² MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 36.

⁴⁷³ MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 38.

⁴⁷⁴ MARQUES, *As voltas da estrada*, p. 38.

de instrução. Defendia que, investir na educação da população, inclusive para a “estacionária” raça negra, a instrução seria a melhor forma de elevar o país. Assim, nesse trecho da sua obra ele faz uma crítica às elites políticas do Império, mas que ele irá também estender aos dirigentes da Primeira República que, pelo menos nesse ponto, para ele em muito ou em nada teriam se modificado. Nesse contexto, a relação de submissão e de dependência entre dominantes e dominados se perpetuou, segundo seu pensamento, até os dias em que ele criou a ficcional Nossa Senhora do Amparo dos Cativos de todos os seus tantos personagens.

O fato de Xavier Marques ter quase setenta anos quando escreveu *As voltas da estrada* nos leva a pensar que na verdade essa obra carrega além da ficcionalidade, peculiar aos romances, um balanço do que, para ele, teria sido a sua versão dos fatos, fornecendo sua análise de como teria acontecido o processo histórico que culminou na República. Uma versão contada através de metáforas, tipos sociais, personagens fictícios recriados sob as representações de sujeitos que viveram o processo, ambientes, recorte temporal. Ou seja, não se pode esquecer que o romance é todo ele uma invenção criativa. Uma invenção referenciada na história e nas memórias, que mudaram dinâmica e constantemente ao longo do tempo e das experiências de seu criador. Um produto referenciado por uma versão dos fatos notadamente voltado para a memória republicana, que marcaram identidades e demarcaram conflitos simbólicos.

Nessa teia complexa, se pode vislumbrar uma perspectiva de mundo, uma forma de pensar peculiar sobre o desmonte da escravidão no Brasil a partir da Lei do Ventre Livre. Para o meio intelectual que ele frequentava, isso representou uma inovação às memórias sobre a abolição que, como vimos, já vinha sendo construída desde os primeiros anos do pós-abolição. Evidentemente os negros aparecem com sua liberdade tutelada, pois embora tenham lutado e resistido, foi pela mão “humanitária” dos emancipacionistas que a Lei foi aprovada e, através dela, ampliada a propaganda que “conscientizou” as massas cativas. Aqui, as memórias trazem seus objetivos: os republicanos, liberais e abolicionistas teriam feito a maior “reforma” já vista no Brasil e, como diria Ruy Barbosa, estariam aptos, portanto, a procederem as demais reformas.

Dessa forma, nos primórdios da República, a abolição da escravatura era tida pelos populares como ato eminente da Monarquia. Na época da Proclamação da República, o Imperador e sua filha gozavam de enorme prestígio entre o povo, sobretudo por parte dos

negros.⁴⁷⁵ Os simpatizantes da família imperial foram habilidosos em reforçar essa representação.⁴⁷⁶ Os republicanos liberais, como Xavier Marques, Julio Ribeiro, Rocha Pombo, Osório Duque Estrada e Ruy Barbosa, por outro lado, tentaram desvincular a abolição do evento ocorrido em maio de 1888 e procuraram salientar outros “heróis” da abolição que, apoiados pela opinião pública e a imprensa, constrangeram o Estado brasileiro a promulgar as leis emancipacionistas que culminaram em 13 de maio de 1888.⁴⁷⁷

Existiram motivos políticos para a tentativa da construção de outra memória sobre o fim da escravidão no Brasil, diferente daquela que colocava a Princesa Isabel e seus ministros como protagonistas do processo. O sentido era político. Os intelectuais que tentaram construir uma versão “aboliconista” desse passado intentavam conferir para si os louros daquela que, para eles, teria sido a maior conquista da história do país. Da mesma forma, muitos continuaram levantando a bandeira da instrução enquanto instrumento civilizador dos libertos e de seus descendentes. Conferiam para si também a responsabilidade e autoridade para a condução desse processo.

Em *As voltas da estrada*, a construção o processo de formação da nação brasileira não seria possível enquanto a escravidão existisse no Brasil. Mesmo após sua extinção, os efeitos dessa instituição seriam vistos como entraves para o desenvolvimento e progresso do país. Neste sentido, *As voltas da estrada* conta, no plano da ficção, a história da escravidão no Brasil através de tipos, símbolos e metáforas cujas finalidades foram demonstrar que as tradicionais elites do país foram responsáveis pela manutenção de uma instituição anacrônica que perpetuou o atraso da nação. Em contrapartida, o desmonte do escravismo foi obra dos emancipacionistas que lutaram nos jornais e no Congresso para conduzir o povo para uma libertação gradual.

Entretanto, tal libertação não se deu, dentro da lógica do romance, através da aprovação legal do artigo que promulgava o fim do escravismo no país. Não fosse assim, o narrador não denunciaria na segunda parte do romance que a população de Amparo “apenas mudou de chefe”, saindo da servidão importa pelo Visconde de Itaípe, mas submetendo-se aos mandos e desmandos do velho Nazário nos primeiros anos da República.

⁴⁷⁵ CARVALHO, José Murilo. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 29 e 30.

⁴⁷⁶ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares brancos e negros (1846-1988), Bauru, SP: EDUSC, 2004.

⁴⁷⁷ MORAES, Renata Figueiredo. Os maíus de 1888: História e Memória na escrita da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. UFF. (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro, 2007. Ver também FRAGA FILHO, Walter. “depois da liberdade: tensão e conflito no pós-abolição, Bahia 1888-1890. In. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos e REIS, Isabel Cristina Ferreira. (Orgs) História Regional e local. Discussões e práticas. Quarteto Editora, 2010, pp. 59 e 60.

O negro, grande alvo da “sagrada” luta pela liberdade, aparece mais uma vez tutelado, influenciado por mais uma “raça superior”, desta vez uma mestiça, representada pelo personagem Nazário. Conforme o exposto, no contexto da narrativa literária, eles saem da tutela dos brancos, para a dos mestiços. Tudo isso fez parte da condição racial de cada grupo: enquanto a raça branca entra em decadência, a negra continua “estacionada” e a mestiça, mais forte, chega ao topo da hierarquia racial brasileira. Só lembrar que na já citada prerrogativa de Marques, o negro foi libertado pelos abolicionistas que com isso pagaram os esforços feitos pela estrutura econômica da nação.⁴⁷⁸

Seria uma reforma social que, em 1930, ele pensava que tinha se iniciado em 1871, mas ainda não havia sido concluída, pois ainda existiam no Brasil republicano os resquícios da nefanda instituição. Sendo assim, as primeiras décadas republicanas, para ele ainda era um tempo em que o povo viveu “espoliado”, sempre dependente de “patrões” que impediam o progresso da nação por ainda não ter superado as práticas políticas e sociais de outrora. Sendo assim, embora ele construa uma narrativa que reforce a ideia de que os tempos republicanos eram uma evolução histórica em relação à época monárquica, ele defende que o processo de construção de um Brasil democrático ainda estava em curso. Caberia a uma elite credenciada por ter realizado as maiores reformas do Brasil – a abolição e a república – a competência de conduzir o país ao progresso. Ideias bem longe da realidade do Brasil das primeiras décadas republicanas, como veremos no próximo capítulo, mas que ele defendeu até os seus últimos dias.

⁴⁷⁸ MARQUES, Xavier. Imagem Étnica do Brasil. In: Ensaios: Motivos sociais e Históricos. Vol. II. Rio de Janeiro, 1944 [1938]. p. 22.

CAPÍTULO V

À GUIA DE CONCLUSÃO: IDEALISMO E DESENCANTO

Nos capítulos anteriores, tentamos demonstrar que a interpretação da nação brasileira proposta por Xavier Marques é essencialmente marcada pela categoria raça. Este conceito em sua obra sofreu diversas influências, mas foi pautado mais pelos caracteres culturais dos grupos do que pelos biológicos, salvo a questão fenotípica com a qual ele também se preocupou. Para ele, o passado do Brasil não podia ser entendido sem a influência dos colonizadores: tanto europeus quanto africanos. A formação do país, conforme vimos no capítulo IV, foi fortemente influenciada pela escravidão e esta ainda tinha seus resquícios nas primeiras décadas republicanas. Resultado: os efeitos da escravidão africana, bem como a cultura dos povos para cá “importados”, deveriam ser eliminados da nação.

Através da teoria do branqueamento, conforme vimos no capítulo III, a nação iria encontrar sua redenção e, para Marques, encontrar seu destino: ser uma civilização europeia transplantada exitosamente para os trópicos, com vocação “natural” para o desenvolvimento econômico, social e moral. Assim, a obra *As voltas da estrada* tem como temática central a formação da nação brasileira, sendo que nas duas partes pontua temas relevantes para entender a questão na opinião do autor. A primeira parte apresenta uma abordagem que entende a escravidão como grande entrave na história do Brasil, e a segunda parte discute os seus efeitos na Primeira República, além fazer uma crítica às mazelas políticas e sociais vigentes naquele momento.

Nessas últimas páginas, tratarei de um assunto que o autor de *As voltas da estrada* tentou tratar na segunda parte desse romance que, além da discussão sobre a formação da nação, ainda tratou de protestar contra as mazelas políticas vigentes naquele momento. O Brasil da Primeira República, e em especial a Bahia, para ele, havia conservado algumas das principais práticas que atravancaram o país durante o regime imperial. Assim, como o capítulo anterior foi destinado à primeira parte do romance, tratarei de uma temática que ele aborda na segunda parte da obra e sobre a qual escreveu artigos e manifestou-se publicamente: os rumos tomados nas primeiras décadas do Brasil republicano.

5.1. Idealismo Malogrado

“Há na economia republicana um cancro por erradicar: é a política-profissão”.⁴⁷⁹ Essa frase é de autoria do imortal baiano Xavier Marques. O leitor de ontem e de hoje haveria de convir que a frase chama bastante a atenção. Ainda mais porque foi escrita por um intelectual, político respeitável e ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, instituição, à época, de muito prestígio entre as elites brasileiras. Os “políticos de profissão” eram, para Marques, o câncer da sociedade brasileira. Viviam, de um lado, a “fraude e pela fraude” e, do outro, “o povo espoliado, menosprezado, ridicularizado, comparsa forçado das burlescas eleitorais”. Frases realmente fortes... e precisas! O editor de *O jornal*, porém, escolheu outro trecho para destacar o tom predominante do artigo do autor de *Jana & Joel*: “Se a República não se resigna a viver sem a reputação, como a vergonha da família continental, temos que cogitar incansavelmente de substitutivos para a atuação do mercantilismo grosseiro em que degenerou a mais nobre das atividades sociais”.⁴⁸⁰

Em “Educar”, Xavier Marques afirma que os políticos republicanos haviam transformado sua prática em uma forma de comércio, num “mercantilismo grosseiro”, como ele preferiu dizer. O autor estava consternado com os rumos que o regime republicano estava trilhando. Suas palavras revelam um tom de desencantamento acentuado de alguém que havia vivido o regime imperial, o advento e as primeiras décadas da República, lutando e defendendo essas últimas instituições. Posteriormente, em *As Voltas da estrada*, romance publicado três anos depois, ele retornaria ao tema e denunciaria mais uma vez as mazelas vigentes na sociedade brasileira. A República havia se moldado a “velhas práticas”, deixando os ideais liberais democráticos em último plano, ou melhor, em plano nenhum, ele concluía.

Xavier Marques era combativamente contra qualquer instituição que representasse o atraso da República. No entanto, uma República chegou e ela não se tornou nem de longe aquela que o nosso autor tinha sonhado. Os ideais de intelectuais como ele, distavam em muitas léguas da realidade em que ele viveu. Resultado: desencanto.

Desencanto é definido na língua portuguesa como “desencamentamento, perda da esperança, decepção, desengano, desilusão, frustração”.⁴⁸¹ Thompson analisa alguns episódios onde esse sentimento esteve presente entre alguns literatos ingleses em *Os românticos: a*

⁴⁷⁹ MARQUES, Xavier. Educar. In: *O jornal*, 09 de junho de 1927.

⁴⁸⁰ MARQUES, Xavier. Educar. In: *O jornal*, 09 de junho de 1927.

⁴⁸¹ MATOS, Geraldo. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996. p. 169.

*Inglaterra na era revolucionária.*⁴⁸² Focado na literatura de Coleridge e Wodsworth, o livro faz uma abordagem sobre a efervescência política e social da década de 1790, em especial a ligação dos dois autores com os pensadores e agitadores William Gorduin e John Thekwall.

Num contexto que envolvia a Revolução Industrial em curso, a opressão das classes dominantes, a Revolução Francesa e as influências das ideias advindas dos EUA no momento de sua independência, ele discute os conceitos desencanto e apostasia na trajetória na obra desses autores. O argumento do autor é que os grandes escritores românticos viveram momentos de tensão e criatividade quando suas convicções foram abaladas pelos acontecimentos históricos que ocorreram na Inglaterra do final do século XVIII. Para ele, o desencanto é conceituado como “a diminuição de um impulso criativo” e apostasia como “um fracasso moral e um fracasso imaginativo”. Ele relata, por exemplo, que Wodsworth caiu na “sensibilidade paternalista” após um momento de “jacobinismo solitário e em certos instantes de verdadeira tensão e desencantamento”.⁴⁸³

Os autores evocados por Thompson aproximam-se da trajetória de Xavier Marques, embora, ao contrário dos ingleses analisados pelo autor, o desencanto do autor baiano tenha produzido uma de suas melhores obras. Tratava-se de homens que, num momento de agitação e de entusiasmo com os ideais de Revolução Francesa, foram inspirados pelos ideais então propagados e, posteriormente, a não consolidação desses ideais os fez rever suas posições políticas. Xavier Marques viveu o entusiasmo com ideais liberais abolicionistas e republicanos nos últimos anos do Brasil Império. Naquele período, seu ciclo de amizades e de trabalho era composto por um seletivo grupo de homens que defendiam as mesmas ideias. Entre eles, destacava-se, por sua grande admiração, Augusto Guimarães, cunhado de Castro Alves e proprietário do *Diário da Bahia*, órgão liberal em que Marques foi redator entre 1891 e 1896, ano da morte de A. Guimarães.

Nesse sentido, no ano da Proclamação da República escreveu uma poesia que expressa o seu ânimo com o regime vindouro, intitulado “Em 15 de Novembro de 1889”. Na epígrafe do poema, ele estampava os seguintes versos: “Triunfa, e sobre a ruína dos tiranos. Hasteia o teu pendão, ó liberdade (M. Alves Branco)”. O primeiro trecho demonstra de forma mais veemente o contentamento e as expectativas do autor com a mudança de regime:

⁴⁸² THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997].

⁴⁸³ THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos* p. 92.

Vamos pra Canaã da pátria emancipada...
Une-te a nós, liberto, aqui já tens ingresso;
Marulha, ó revolução! Cresce, transborda, e inunda
O solo onde acampou da monarquia o espectro!
Banha-o com teu furor que destrói mas fecunda...
E mostre o sol, depois, nas mãos do povo o sceptro (sic).

E aquecida na luz do astro republicano
Pátria, mãe redimida! Às árias da igualdade
E da democracia, ao coro americano
Culto de amor trouxe, cantos de liberdade.⁴⁸⁴

Um entusiasmado homem escreveu essas linhas. Esperava ele que os ex-cativos fossem integrados na “Canaã da Pátria emancipada” e que a mudança de regime político fosse uma “revolução” na História do Brasil. Uma revolução que traria a luz do “astro republicano” a “pátria mãe redimida”; sob as odes da democracia e dos cantos da liberdade. Em 1889, com os seus 28 anos de idade, o autor demonstra nessa poesia uma visão quase ingênua sobre a realidade que o esperava. Talvez aquele momento fosse não mais que uma ocasião para o “aumento do seu impulso criativo”. O fato era que os anos seguintes não foram nem de longe como que um cumprimento profético para as palavras poéticas do nosso autor. Ele perceberia isso, ou melhor, teria certeza disso, alguns anos depois.

Mas a verdade é que a década de 1880 foi um momento em que Marques viveu seu período de idealismo político. Ouvia colegas e escutava sobre os feitos e, principalmente, sobre os discursos de Ruy Barbosa, alguém em que teve grande inspiração. Mas anos depois, talvez ao perceber que a “Canaã emancipada” teria que ser construída e disputada com muitas outras pessoas que não tinham os seus ideais, Marques resolve partir para a carreira política, no grupo de J. J. Seabra. Tratava-se de um homem habilidoso que, diga-se de passagem, era inimigo político ferrenho de Ruy Barbosa – como foi visto, um dos heróis de Xavier Marques.⁴⁸⁵

Ante disso, o autor de *Jana & Joel* viveu das letras e dos frutos que essa carreira poderia legar ainda nos tempos do Império. Chegados os primeiros anos da República, porém, a realidade se revelava mais dura do que talvez os sonhos republicanos pudessem alcançar. Mesmo exercendo as funções de jornalista, o seu ofício parecia não ser bastante nem para o

⁴⁸⁴ MARQUES, Xavier. “Em 15 de novembro de 1889”. In: *Insulares (1885-1895) Tip. e Enc. do Diário da Bahia*, Salvador: 1896. pp. 28-29. p. 30.

⁴⁸⁵ SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República* / Sílvia Noronha Sarmento. -- Salvador, 2009.

sustento familiar. Em virtude, disso – não se sabe se com a ajuda de Ruy – Marques consegue um cargo como funcionário público: secretário da Câmara dos Deputados. A designação dos homens de letras para cargos públicos de caráter burocrático não era incomum. Na capital federal, alguns contemporâneos de Marques tiveram que obter o seu sustento em condições semelhantes. Vide os casos de Coelho Neto e Olavo Bilac, por exemplo.⁴⁸⁶ Com trajetórias bastante semelhantes ao contemporâneo baiano, esses homens atuaram nos órgãos estaduais do Rio de Janeiro. Talvez, por terem tal experiência, também tenham se desencantado em dado momento com os rumos que a República trilhou em suas primeiras décadas de existência.

Esses escritores também militaram na campanha abolicionista e na propaganda republicana, viveram os “anos que abriram capítulos fulgurantes na História da Pátria: o de 88, ano da flor, e o de 89, ano do fruto”.⁴⁸⁷ Diante da falta da vitalidade e da perspectiva de uma organização social fundada no paternalismo e no poder pessoal dos senhores, sonhavam com um novo país organizado segundo modelos da Europa. Nas suas críticas, a escravidão e a Monarquia são tomadas como símbolos maiores do atraso que desejavam combater – o que fez da luta por uma república, construída em bases liberais, a partir do trabalho livre, um dos fundamentos da identidade dessa nova geração.⁴⁸⁸

Essa “nova geração”, discutida por Leonardo Afonso de Miranda Pereira⁴⁸⁹ era certamente um grupo com o qual Xavier Marques se identificava. Eram homens de letras, com perfis e ideais semelhantes ao dele. Como para o autor de *Boto & Cia*, o advento republicano para esses jovens representava mais do que uma simples mudança de regime, representaria um passo no processo de aprimoramento da Nação.

A transição de regime político era entendida como um elemento de combate aos barbarismos arcaicos, como a instituição monárquica. Em vez de significar um fim em si, era um simples meio de civilizar o País. Tal compreensão sobre o sentido da campanha pela República resultaria em uma forma peculiar de participação na luta pelo novo regime. Tendo como alvo não as mudanças na política ou na economia, mas a consolidação de uma nação

⁴⁸⁶ PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, Fernando Teixeira. et. al. (Org.) República, Liberalismo e Cidadania. Editora UNIMPEP, 2003. p. 64.

⁴⁸⁷ NETO, Coelho. “Adeus a Olavo Bilac”. Apud PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República, p. 53.

⁴⁸⁸ PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República, p. 54.

⁴⁸⁹ PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República.

expurgada dos supostos barbarismo de sua formação, a transformação desejada por esses literatos devia passar, necessariamente, por outra ênfase.⁴⁹⁰

Uma dessas “ênfases” era a denúncia e o combate das fortes influências das tradições negras de origem africana. Em *Uma Boa família* (1888) e em *Boto & Cia* (1896), romance republicado em 1922, com o título de *O feiticeiro*, Xavier Marques denunciou o “fetichismo” e o “barbarismo” das religiões e da cultura africana e suas influências sobre as demais classes soteropolitanas. Outra “ênfase” era a teoria do branqueamento, discutida também nos romances citados, conforme analisou Gabriela dos Reis Sampaio.⁴⁹¹

Passado o entusiasmo pelas conquistas da década de 1880, tais escritores viram o século se aproximar do fim, às voltas com a frustração por testemunhar a ruína de seus antigos projetos. Entretanto, denunciavam a situação de “ilegalidade” do governo, mesmo fazendo questão de afirmar que ainda amavam a República “acima de todas as coisas”.⁴⁹² Assim como Neto e Bilac, Xavier Marques retomava a luta pelo novo regime, tratando de tentar modificar seus rumos.

A palavra de ordem para essa geração era a de condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário brasileiro: eram em sua maioria abolicionistas, liberais democratas e praticamente todos republicanos. No Brasil, esses intelectuais postavam-se como os lumes, os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país.

Mas, dotados de um equipamento intelectual que era fruto da situação de crise em que viviam, dificilmente esses intelectuais poderiam aquietar as perplexidades que os enleavam. Muito menos ainda puderam ser aceitos como os líderes e condutores da nação no sentido das reformas que propalavam. Daí o destino trágico que a história os reservou. Sua cruzada modernizadora largou-os na margem ao final. Situação bastante insólita: campeões do utilitarismo social, no momento mesmo do triunfo do seu ideal, vêem-se transformados em

⁴⁹⁰ PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República, p. 58

⁴⁹¹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Majestade do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos. In BELLINI, Lígia. SOUZA, Evergton Sales. SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.): Formas de crer. Ensaios de história religiosa no mundo luso-brasileiro, século XIV-XXI. pp. 249-271.

⁴⁹² PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República, p. 64 e 65.

personagens socialmente inúteis. A intensa transformação social, econômica e cultural que eles ajudaram a realizar, segundo Sevcenko, tomou um rumo inesperado e contrário às suas expectativas. A transformação dessa geração de intelectuais utilitários, principalmente numa pequena comunidade de eremitas e então de indigentes, ou quase isso, assinalaria um momento traumático na evolução da história cultural do país.⁴⁹³

Alijados do poder político e econômico, boa parte desses intelectuais foi absolvida pelo jornalismo. Como já vimos, nos primeiros anos da República, essa atividade não legou lá grandes possibilidades de auto-sustento para Xavier Marques e sua família, visto que ele pediu emprego público a Rui Barbosa, algo que conseguiu anos depois, não sabemos se com a ajuda da “Águia de Aia”. Posteriormente, na década de 1910, Xavier Marques utilizaria seus dotes de homem letrado para se inserir num partido político então em ascensão na Bahia. Utilizar-se-ia das posições alcançadas para lutar por mais uma de suas bandeiras civilizatórias: a “instrução” do povo. Assim, ingressou como jornalista e editor da *Gazeta do Povo*, em 1908.⁴⁹⁴ Seria o início de sua trajetória sob a proteção política de J. J. Seabra.

O ingresso num partido que reproduzia com muita eficiência a política dos coronéis e dos governadores não impediu Xavier Marques de continuar defendendo seus ideais e de lutar pela “ordem e pelo progresso” da República. Além disso, não podemos esquecer que ele necessitava sustentar sua família e a mídia impressa servia naquele momento como aparelho de influência da população e de difusão dos interesses dos grupos, seja governistas ou oposicionistas. Fora desse âmbito, seria difícil para um simples jornalista, que não tivesse ascendência na elite, sobreviver e prover sustento aos seus.

Poucos anos depois, Xavier Marques assumiu *O democrata*, periódico também de orientação seabrista. O pasquim, controvertidamente, mesclava artigos com letras garrafais sobre o grande “chefe baiano”, com os artigos sobre ciências, literatura, cidadania e democracia. Naquelas páginas, travavam-se lutas homéricas com os jornais da oposição, demonstrava-se claramente a vontade política de Seabra, mas discutia-se também a importância do voto consciente, a grandeza dos valores democráticos e todos esses princípios liberais caros à formação intelectual do autor e de parte do seu corpo jornalístico. Era o toque

⁴⁹³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. Capítulo 02.

⁴⁹⁴ Ver: ABREU, Edith Mendes da Gama e. Xavier Marques. In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Vol. XXII. pp. 193-204. Salvador, 1971-1972. e SALES, David. Xavier Marques: Fatos pessoais para uma biografia literária. In *Universitas, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, nº 3/4, maio/dez., 1969.

que Xavier Marques dava ao jornal, visto que logo após deixar o cargo de editor em 1920, o seu substituto tratou de alterar o formato anterior do periódico excluindo matérias sobre cidadania, literatura e ciências e incluindo artigos específicos relacionados aos conflitos políticos.

Concomitante ao destaque alcançado como editor, Marques ascendeu também no mundo das letras, tornando-se a membro-fundador da Academia de Letras da Bahia (1917) e também membro da privilegiadíssima Academia Brasileira de Letras (1919). Destacado no mundo das Letras, Marques aproveitou-se para conseguir seu lugar na máquina política do Estado. Em 1916, ele chega a deputado estadual e em 1920 ascende ao Legislativo Federal.⁴⁹⁵

Cada vez mais aclamado pela mídia, pela academia e pela crítica, Marques traça seus caminhos e chega ao parlamento, defendendo ali, claramente seus ideais mesmo que sem o costume de ir ao plenário discursar, pois, como afirmam seus biógrafos essa não era uma de suas prerrogativas.⁴⁹⁶ Mas no campo da escrita, emitiu numerosos pareceres, quase todos sobre cultura e educação na Bahia e no Brasil. Foi presidente da Comissão de Instrução Pública e relator, por exemplo, da proposta de criação da Universidade da Bahia.⁴⁹⁷ Desta forma, é possível afirmar que Xavier Marques não figurou apenas na militância no campo das letras, mas que, como deputado deteve uma postura política, carregada de idealismo. Ele cria na concepção liberal de que apenas com o aumento da instrução do povo é que o país poderia chegar à condição de uma grande Nação. Com o esmagamento político do seabrismo em 1924, Xavier Marques afastou-se também dos cargos políticos, o que indica sua dificuldade em avançar nesse campo sem o apoio político do seu padrinho.

Com a morte de Ruy Barbosa e sem o poderio de Seabra, a Bahia viveu instantes de re-arrumação política que culminou na chegada ao poder de um representante da burguesia comercial: Góes Calmon. Com o apoio de Artur Bernardes, outro grande responsável pela derrocada de Seabra, Calmon chegou ao poder, sendo responsável, como afirma Consuelo Novaes Sampaio, pelo surgimento de uma “mentalidade empresarial nos setores administrativo e político do Estado”.⁴⁹⁸

⁴⁹⁵ SALES, David. Fatos pessoais para uma biografia literária. Universitas, Vol. 0, No 3, Salvador, 1969.

⁴⁹⁶ Num levantamento sobre a sua atuação nas Assembleias identifiquei até agora apenas um discurso de sua autoria.

⁴⁹⁷ BPEB, Universidade da Bahia. In: O Democrata, Salvador, 06/07/1916.

⁴⁹⁸ SAMPAIO, Consuelo Novaes. Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

O governo calmonista implantou, naquele momento, uma “ordenação do desenvolvimento do Estado” fruto da mentalidade empresarial-conservadora do Chefe do Estado. Implantou impostos, instituiu a construção de rodovias, promoveu reformas na educação, instituiu uma polícia de carreira. Segundo Sampaio “foram lançadas sementes significativas para o desenvolvimento do Estado”, mas no campo social essas medidas “se atrofiaram”; as que atingiram o setor econômico-administrativo ameaçaram germinar, permitindo, com otimismo prever-se uma colheita em longo prazo. Na política, contudo, os frutos foram imediatos e abundantes.⁴⁹⁹ A historiadora baiana destaca que a primeira consequência foi a proliferação de cargos burocráticos. Para ela “o Estado continuava a ser, agora em maior escala, o mais atraente dos empresários. Como detentor e distribuidor de empregos e favores era, por todos, cortejado.”⁵⁰⁰

Sob esse contexto justifica-se e entende-se a afirmação feita por Xavier Marques citada no início desse artigo. A afirmação de que “haveria na economia republicana um cancro por erradicar: é a política-profissão” tinha como belo e propício exemplo, o caso baiano, estado natal do autor. Estava certamente relacionada ao forte crescimento do poder estatal no governo Góes Calmon e às negociações que se faziam a partir da máquina do Estado.

Xavier Marques não coadunava com o governo responsável pela derrocada seabrista, por isso as suas críticas também demonstram interesses políticos pessoais. Afinal de contas, essa “economia” já era praticada há muito tempo no Brasil e na Bahia, e basta lembrar que nos governos seabristas também era uma prática comum, embora talvez não fosse tão eficiente quanto o modelo da “empresa estatal” desenvolvida por Góes Calmon e logo depois também no governo Vital Soares, seu sucessor.

Contudo, embora contenha comentários expressamente datados, a reflexão de Marques sobre os 38 primeiros anos de experiência republicana não era muito animadora, refletindo mais o desencanto de um idealista republicano liberal, do que de alguém que se ressentia por ver seu grupo político fora do poder. Uma metáfora que ele utiliza expressa precisamente o seu desconforto com os rumos tomados pela República:

A disciplina moral tornou-se vexatória e intolerável: é um sapato que aperta, dificultando o tripudio e a corrida para as posições e a fortuna. Em vez de rígida

⁴⁹⁹ SAMPAIO, Consuelo Novaes. Os partidos políticos da Bahia na Primeira República, p. 160-161.

⁵⁰⁰ SAMPAIO, Consuelo Novaes. Os partidos políticos da Bahia na Primeira República, p. 163.

armadura, impondo retidão, verticalidade, feitio varonil aos homens, a moral republicana se adapta como um manto de tecido flexível a todas as suas bossas e curvaturas.⁵⁰¹

Ele denuncia a nulidade da Lei e a sua inaplicabilidade perante “os maus costumes”, pois ela só seria cumprida quando coincidissem com algum interesse pessoal ou se atendessem às “paixões do momento”. Aponta ainda que as vítimas – o povo – viviam conformadas com os desmandos daqueles que governam “com injunções e subserviência”.⁵⁰² Enquanto isso, os “repúblicas históricos da velha escola” embora determinados a lutar pela nação, eram exceções que não invalidavam o raciocínio indutivo do povo. Vencidos pela constância dos fatos, esses raros cidadãos foram os primeiros a sentir-se fora das correntes em que atuaram. E ainda a vontade não superada dos letrados de tutelar a República. Xavier Marques ainda ressalva o problema da falta de um “código moral” que substituísse os poderes personalistas:

Na falta de um código de deveres gravado na consciência coletiva, ficamos dependendo do caráter de alguns homens. O poder nesta infeliz democracia depressa esquece as suas origens e personaliza-se. A harmonia e a independência dos poderes não se manifestam por atrações e repulsões, mas por usurpações e abdições. A lei com a sua generalidade e clareza insofismável constringe e irrita a um poder que quer ter as mãos livres para manipular os casos à vontade.⁵⁰³

Referia-se ao excesso de poder conferido pelo modelo federalista que já ajudara a fomentar a política dos governadores e, por conseguinte, o poder dos coronéis, auxiliando a consolidar a oligarquias estaduais.⁵⁰⁴ Frente a esse contexto, o autor chega à conclusão de que estavam com plena razão os que afirmavam a inferioridade da República brasileira frente às demais. O seu descontentamento com os desmandos e com as “usurpações e abdições” que se faziam sob o pretexto de interesses pessoais dos grupos hegemônicos, não poderia levar a outras práticas senão as verificadas até então:

Ficam de um lado os políticos profissionais vivendo da fraude pela fraude; do outro o povo espoliado, menosprezado, ridicularizado, comparsa forçado das burlestas eleitorais. Costuma-se responsabilizar os partidos. Mas não houve até hoje na República emulação partidária. Não há nem pode haver partidos num regime

⁵⁰¹ MARQUES, Xavier. Educar. In: O jornal, 09/06/1927

⁵⁰² MARQUES, Xavier. Educar. In: O jornal, 09/06/1927

⁵⁰³ MARQUES, Xavier. Educar. In: O jornal, 09/06/1927

⁵⁰⁴ Sobre essa discussão ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

deturpado como este, onde o poder frondeja desmesuradamente, roubando-lhes com a sua sombra vasta e usurpadora o sol e o orvalho, todos os elementos da vida.⁵⁰⁵

Para Marques, os grupos políticos organizados em torno dessa ou daquela personalidade dominavam a máquina política impedindo a possibilidade da formação dos partidos políticos, na acepção que defendessem ideais e projetos políticos. Nesse contexto, formavam-se as “emulações partidárias”, ou seja, grupos que disputavam o poder com interesses pessoais delimitados em detrimento da defesa das necessidades de desenvolvimento da Nação. Tanto os governistas, quanto os opositoristas giravam em torno dessas concepções, segundo ele. Assim completa: “Este é o ritmo que tem acusado o espírito sectário da República. Outro seria o regime se as ideias e não os interesses extremassem os campos, se o governo nascesse dos contrastes da opinião livre e veridicamente expressa pelo sufrágio nacional”.⁵⁰⁶

Desiludido, desencantado, mas não desanimado, o autor sugere, por fim, que apenas a educação das futuras gerações mudaria aquela situação. Mas para isso, ter-se-ia que eliminar os políticos de profissão, aqueles que vivem da usurpação do recurso público. Por isso, ele se intitulava “político por dever de cidadão”⁵⁰⁷, por achar que a política era para quem desejasse contribuir para o bem da República e dos seus concidadãos:

A nação desiludida, vendo baixar dia-a-dia o nível da moralidade, mantêm-se rigorosamente justa sem pessimismo, antes previdente e conservadora, quando, descrida de degeneração apela para a educação. Tentar regenerar é querer endireitar varas que cresceram tortas. [...] Regenerar, isto é, reeducar uma geração calejada no uso da fraude e no abuso do poder, é inteiramente ocioso. Os bons republicanos, dissuadidos do milagre da regeneração, aproveitem melhor o seu tempo e as suas energias semeando em terra virgem. Educar é formar com os bons sentimentos da mocidade a nova consciência do dever. A nação felizmente reage. Quer salvar-se e salvar o regime. Com os profissionais tem este apenas uma Constituição que só teoricamente vigora. Esperamos que as novas gerações, educadas em outros princípios deem um código moral à República.⁵⁰⁸

Desencantado com a República, mas não se apostatado dela, Xavier Marques convoca a “nação” a buscar na educação a redenção do regime. O “menosprezado povo” cômico de

⁵⁰⁵ MARQUES, Xavier. Educar. In: O jornal, 09/06/1927

⁵⁰⁶ MARQUES, Xavier. Educar. In: O jornal, 09/06/1927

⁵⁰⁷ MARQUES, Xavier. A volta do Brasil ao Regime constitucional. In: A noite. Rio de Janeiro. 19/01/1932.

⁵⁰⁸ MARQUES, Xavier. Educar. In: O jornal, 09/06/1927

que só pela sua instrução o Brasil chegaria ao posto de grande potência, deveria dar as costas para a “perversa” geração, pois a esta não restaria mais nenhuma esperança. A tarefa de conduzir a população aos caminhos da civilidade e da cidadania seria, contudo, papel dos “bons republicanos”, talvez cidadãos como ele que sempre lutou como “bom republicano”, propondo projetos que viabilizassem e priorizassem a educação. Com os “[políticos] profissionais” havia apenas uma Constituição – a de 1891 – que “só vigorava no papel”. Era necessário buscar-se um novo “código moral para a República”, que aliasse teoria e prática.

5.2. Ficção desencantada

Xavier Marques ainda retornaria à vida pública para discutir novamente os rumos que a regime republicano havia tomado e os vários limites da cidadania imposta pelos seus dirigentes. Desta vez, utilizar-se-ia da linguagem literária. Através da polifonia e dos tipos inscritos nos personagens em *As voltas da estrada*, o imortal das letras retomaria suas reflexões, tentando conduzir o seu leitor a trilhá-las também. Assim, o romance é um lugar tomado por ele não para refletir a realidade, mas para discuti-la. Para isso, imprimira suas visões, recriando no mundo ficcional a mesma lógica defendida anteriormente nas páginas dos jornais.

Para os críticos contemporâneos, o romance retrata a transição da Monarquia para a República, quando “uma sociedade inteira foi substituída por outra, e uma nova burguesia democrática subiu à tona do poder, afundando e empurrando bem para baixo, a antiga aristocracia dos senhores de engenho”.⁵⁰⁹ O romance evocaria com bastante precisão a memória dos últimos anos da escravidão, destacando a sua derrocada na Lei do Ventre Livre (1871) e não na Lei Áurea (1888), como usualmente afirmava a maioria dos membros das elites. Contudo, não obstante já se constituir num texto rico pela forma com que discute esses assuntos, acredito que Xavier Marques queria ir mais além: ele debateu os rumos e as práticas que se verificavam na República, sem de fato desacreditar que ela ainda era o melhor regime político para o Brasil. Propunha, além disso, alguns princípios para que a Nação retomasse a caminhada rumo à civilidade.

⁵⁰⁹ CAMPOS, Agostinho. As voltas da estrada. *Jornal do Comércio*. Porto [Portugal], 18/06/1931. e CAMPOS, Agostinho. As voltas da estrada. *Diário da Bahia*, 08/08/1931.

Desta forma, creio que os significados que se podem depreender do romance *As voltas da estrada* são muitos e entre eles está a reflexão sobre que tipo de República o Brasil havia se tornado. Assim, a cidade de Amparo dos Cativos, palco principal da trama, é tomada como uma representação que o autor fazia sobre o que se passava nas cidades do Brasil republicano da realidade. Nesse contexto o clã dos Nazários, personagens principais, é representação dos coronéis que detinham o chefiado político de Amparo, utilizando-se do poder público para se manter no domínio da situação e conseguir satisfazer seus desejos pessoais e os de seus protegidos. Estes últimos eram, na prática, empregados e subalternos da família liderada pelo patriarca Nazário Ribeiro.

A primeira parte do romance se passa em 1871 e conta o conflito entre o mestiço Nazário e o Visconde de Itaípe, então chefe de Amparo. Nesse ano, ele foi surrado pelo feitor do Visconde por ter cortejado publicamente um de suas filhas, a donzela Augusta Leite. Como vingança, Nazário organizou uma tropa de quilombolas que invadiu, saqueou e queimou os engenhos dos senhores, ajudando a pressionar o governo em relação ao fim da escravidão.

A segunda parte do romance já se passa nos idos de 1900, quando após a “revolução”, uma classe havia chegado ao poder, os mestiços liderados por Nazário Ribeiro. A Amparo “democratizada” era uma expressão do poder controlador dos novos chefes. Poucas obras eram realizadas e as que eram, tinham em Marcelo Ribeiro, filho do grande chefe, o empreiteiro principal que assim granjeava mais lucros para a sua fortuna. O prefeito era o outro filho de Nazário, Liodoro. A relação entre os parentes, o poder e os recursos públicos era o que hoje alguns chamam de nepotismo. Mas os Nazários justificavam essas práticas afirmando que “comer, poder comer que comam os nascidos na terra e não os de fora”. Nesse meio tempo, “o povo, a massa geral, ia passando automaticamente ao governo de outros senhores”.⁵¹⁰

Mas se Liodoro Ribeiro no ano de 1900, era o prefeito de Amparo, o chefe mesmo continuava sendo seu pai. Durante a longa prefeitura de Nazário, os seus filhos gozaram as maiores facilidades nesse comércio. A principal era a vantagem de não pagar impostos. Mas os amparenenses, segundo o narrador, achavam natural que os filhos do chefe também ganhassem dinheiro. Além do mais, todos os funcionários municipais, entre eles os vereadores, o delegado, os subdelegados, fiscais e todos os outros ganhavam “qualquer

⁵¹⁰ MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*, p. 200.

migalha do tesouro”. Marcelo Ribeiro, por exemplo, tinha “as empreitadas de todas as obras públicas, que se não eram grandes, porque se cifravam em reparos de pontes, concretos e asseios da Câmara, limpeza de fontes e a construção do Mercado sempre por acabar, absorviam, todavia uma verba anual crescente no orçamento do município”.⁵¹¹

O prefeito de Amparo tinha sob as suas ordens não só o delegado Nicodemo, como também todos os vereadores, entre eles Chico Lins, o presidente da Casa da Câmara. Não só esses como também outros ficavam aos seus pés, pois sob o seu poder estava a concessão de empregos e outras vantagens de que dispunha por estar com o controle da máquina pública. Segundo o autor “a roda de Liodoro crescia de momento a momento [...] parecendo o patrão de todos, rompia às vezes o círculo e entrava pelas repetições [...] como se esses fossem também seus empregados”.⁵¹² O rapaz só não era ainda patrão de todos, porque no fundo seu pai ainda o era. A máquina pública era a fonte do poder dos Nazário e a democracia que nela se verificava era mais fictícia do que a romance contada pelo seu autor.

No entanto, nada chama mais a atenção no romance quanto o episódio em que Liodoro resolve usar seu poder como prefeito para conquista o amor de uma alemã imigrante chamada Guilhermina. A alemã havia sido trazida junto com a família de seu país para colonizar Amparo por ideia do arqui-inimigo de Nazário, o asqueroso engenheiro Cirino Rocha. Sua investida consistia em eliminar a “inferior” raça mestiça através do cruzamento com uma raça “bem superior”. Para o autor, o seu intento era “endiabradamente patriótico”. Dentro de sua superioridade de preconceitos ele julgava os alemães “excelentes eliminadores de melanina”. Como os mestiços buscavam, segundo ele, das suas “escórias de pele”, ele se auto-incumbia de ser, de “bom grado o apontador naquele criatório”.⁵¹³

Uma vez que já discuti as questões raciais no capítulo III desta tese, cabe aqui apenas avaliar a atração de Liodoro por Guilhermina e os mecanismos que ele utiliza para conseguir o seu intento com a donzela. O fato é que o homem move mundos e fundos pela moça e não demora em utilizar-se da máquina pública para tentar conquistar sua família e, por conseguinte, conquistar seu amor.

No capítulo intitulado “o amor do prefeito”, aparece Liodoro assoberbando-se do seu poder como chefe do executivo ante o pai da moça. Após afirmar tudo fazer só para “civilizar

⁵¹¹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 205.

⁵¹² MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 236.

⁵¹³ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 243-244.

o povo”, promete ao patriarca germânico que consertaria apenas por seu pedido uma ponte que carecia de reparos. A ponte já estava a precisar de reparos havia tempos, mas Liodoro interessara-se apenas por ser de grande valia para o pai de sua pretendente: “- Não há dúvidas, vai ser atendido sem demora. Na minha administração as obras públicas têm preferência, porque eu gosto de dar comodidade ao povo. Desta vez vou fazer um obrão [sic]”⁵¹⁴, disse ele. Mas o narrador trata algumas linhas depois de desmascarar a demagogia do prefeito: “Muitas obras havia o prefeito prometido aos amparenses, e nenhuma se realizara, salvo os reparos ligeiros determinados por Nazário”.⁵¹⁵ Entretanto, como essa tinha uma relativa importância para o filho do grande chefe, desta vez a promessa foi cumprida, pois em dois dias Marcelo Ribeiro, o irmão empreiteiro, apareceu com Juvenal, o fiscal, para iniciar os reparos.

A obra era um pretexto para o rapaz ter sucessivos contatos com a Guilhermina, além de conseguir, quem sabe, o respeito e a gratidão do patriarca germânico. Contudo, um problema havia se criado quando o prefeito colocou o irmão como empreiteiro: para conseguir a gratidão do pretendente a sogro ele precisava terminar a obra, Marcelo, porém, não tinha a menor pressa em terminá-la, sob o pretexto de conseguir lucrar o máximo possível do empreendimento. O diálogo, ou melhor, a discussão dos irmãos Nazário sobre isso é bastante elucidativa:

Compreendendo o ardil do irmão Liodoro estranhou-se o atraso da obra da ponte. Turraram os dois com aborrecimento. Marcelo não admitia censuras, não podia andar mais depressa.

- E pra que? Pra poupar dinheiro?... Todos comem; eu também posso comer... Porque não se acaba o mercado?...
- Pergunte ao meu pai se tem coragem...
- O responsável agora é você... ele não é mais prefeito.
- Como entender. O que eu quero é a ponte consertada quanto antes. Quem está falando é o prefeito...
- Quem lhe fez prefeito também pode fazer a mim. E eu lhe mostro se sou ou não...
- Agora é que você está com estes zelos. Eu sei porque...
- Se sabe diga...
- É por causa de Guilhermina... Mas descanse seu peito. Ela não gosta de você, não... é de Juvenal.⁵¹⁶

A ira de Liodoro se acendeu imediatamente contra Juvenal. Trabalhando como os outros pelo favor dos Nazários, o homem era “um branco sem sorte”, descendente dos senhores de engenho. Era superior em “qualidade” em relação ao prefeito. A primeira coisa a

⁵¹⁴ As voltas da estrada, p. 282.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ As voltas da estrada, p. 389.

fazer seria a demissão do indivíduo que doravante seria “chamado de vagabundo”. Alguns capítulos depois, o prefeito, após ser rejeitado por Guilhermina e espancar um homem até quase a morte apenas “por diversão”, embora o narrador não se digne a matar a curiosidade de nós, pobres mortais leitores, é evidente que o espancado era mesmo o pretendente enamorado de sua amada Guilhermina.

Entretanto, Liodoro vai mais além, em sua obsessão pela moça. No caso da disputa legal pela posse do engenho Novo Mundo, entre Nazário e seu rival Cirino Rocha, Liodoro se coloca a favor do segundo, apenas para ganhar tempo para continuar tentando conquistar Guilhermina. Acontece que o engenheiro queria instalar no Novo Mundo uma colônia de imigrantes e isso vinha a calhar para os interesses amorosos do prefeito. Por outro lado, Nazário queria o Novo Mundo para que fosse residência de sua filha pastora com Paulino Leite, descendente do Visconde. A metáfora aqui é perfeita: o “novo mundo” pertenceria àquele que conseguisse viabilizar seu modelo de branqueamento. Cirino afirmava combater o “mulatismo” que era o atraso dos amparenses. Nazário queria transformar Amparo numa síntese entre as raças colonizadoras justapostamente dominantes. Como a segunda proposta também era defendida pelo autor da trama, não é preciso dizer qual foi vencedora.

Liodoro estava contra o pai no caso da disputa do engenho Novo Mundo. Quem decidiria sobre isso seriam os vereadores através de Lei aprovada na Casa da Câmara. Nazário arguto, como sempre, foi de pronto argumentar. Convocando os edis ao seu palacete, que foi por muito tempo “a sucursal [subsidiária] da prefeitura”. O poder de Nazário sobre os edis era supremo. Basta, para nos convenceremos, saber como eram feitas as eleições naquele lugar. É o próprio chefe quem nos relata tais práticas:

Eu dava a chapa na boca da urna. Eu me sentava junto do presidente com o maço dos títulos na mão e as cédulas no bolso. Às vezes, quando se fazia a chamada de um eleitor, eu mesmo é quem passava a chapa dele ao mesário... Não me valeu madrugada. Um dia apareceu uma porção de chapas trocadas!... Acabei com aquilo. Faço a eleição em casa; é o verdadeiro e estou livre de cuidados. Eleição é isto. Com o povo é preciso saber andar...⁵¹⁷

As seções do legislativo eram ainda mais peculiares. Quando prefeito, Nazário nem sequer dava aos vereadores o trabalho de se reunirem. Ele, da loja do sobrado, deliberava

⁵¹⁷ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 328.

sozinho, e um amanuense, sob suas vistas, lavrava a ata depois saía a tomar as assinaturas dos vereadores.⁵¹⁸ Para ele, também isso tudo era uma questão de nacionalismo, pois se os estrangeiros queriam “comer” à custa das riquezas de Amparo, como disse um dos vereadores subservientes a ele: “- comer por comer, comam os da terra”. Esse era o principal argumento de Nazário para que a colonização não fosse implantada em Amparo. Além disso, Cirino Rocha, ainda se utilizaria desses estrangeiros para montar a sua própria máquina eleitoral.

Mas a rede de favores e de poderes não se restringia apenas no plano local. Surpreendente é o complemento do discurso do grande chefe:

- Ouçam bem... se nós temos Amparo em nossa mão, com empregos, polícia, justiça do nosso lado, rendas dos impostos e tudo quanto é favor de que precisamos, é porque eu dou boas eleições ao governo. A eleição bem feita, toda pra o governo, é paga com esta moeda. Toma lá dá cá... O tal engenheiro sabe de tudo isto. O que ele quer é arrancar o pão da nossa boca para outra gente comer.⁵¹⁹

A lógica de Nazário era a mesma de muitos políticos que conviveram com o seu criador, Xavier Marques. Em seu trajeto como secretário parlamentar na Assembleia dos Deputados da Bahia e depois como deputado nessa mesma Casa e mesmo na Câmara Federal, ele deve ter convivido como muitos Nazários. Homens que davam sustentação aos governos, e que recebiam sua contrapartida para continuarem nos governos municipais. “Toma lá dá cá” afirmara o velho patriarca dos Ribeiro. Tratava-se de uma rede que tinha como base o controle eleitoral que, ao que parece ele dominava muito bem. Um comércio que envolvia os cargos e empregos públicos, os recursos do Estado e todo “favor” que o governo pudesse prover. O “nacionalismo” consistia em garantir o poder local para os nativos, sob a tutela, no entanto, dos chefes locais.

A briga no seio da família, no entanto, estava formada. De um lado, estava Nazário tentando evitar que o plano do Engenheiro Rocha se concretizasse; do outro, seu filho Liodoro, cego de paixão por Guilhermina e disposto a ceder o engenho Mundo Novo para ter mais tempo para conquistar a moça. No meio disso tudo, estavam os pobres empregados, os vereadores da Câmara que não sabiam a qual chefe obedecer: se ao patriarca ou ao seu herdeiro. Foi então que Liodoro “sub-repticiamente” induziu o presidente do conselho a se utilizar de um ardil para que o projeto de loteamento do Novo Mundo fosse aprovado. Chico

⁵¹⁸ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 328.

⁵¹⁹ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 310.

Lins rabiscou um projeto de lei para que, sob certas cláusulas, Cirino Rocha pudesse lá assentar cinquenta famílias de agricultores alemães. No dia da sessão o projeto apareceu na “mesa dos trabalhos”. Sob pressão do prefeito, foi aprovada a proposta.

Comemorou o inimigo de Nazário, mandando matar um carneiro para a festa. O grande chefe, por outro lado, irado por ver sua ordem desacatada insurgiu-se sobre os edis em busca do traidor. Os pobres nada faziam com medo do que o prefeito poderia fazer contra o delator. Os vereadores prometeram descobrir o culpado, e para ganhar tempo adiavam as sessões que podiam. Mas a verdade era mesmo dura: o filho traiu o pai.

O culpado acabou não se revelando, pois ninguém tinha coragem de se meter em tamanha confusão. Os vereadores sabiam que aquele que não agradasse a um dos dois patrões tinha sua carta de demissão assinada. O desfecho do caso não poderia ser outro: Nazário lavrou um parecer prontamente aprovado pelos camaristas. Cirino queixou-se ao Juiz, que não se pronunciou. Fim do episódio: ficou o dito pelo não dito. O patriarca demonstrava sua força e, sem cargo público algum, subjuguou todos os mandatários da cidade, inclusive o prefeito, seu filho.

Ressentido com os rumos que a República havia tomado, quando alijou grande parte dos intelectuais do poder, o autor de *As voltas da estrada* assinalava que as mesmas práticas políticas que vigoraram no Império, perpetuaram-se nas primeiras décadas republicanas. Interessante notar que não só o comportamento das elites políticas, mas também do povo, era o mesmo: o da normalização das práticas de mandonismo político e do uso dos bens públicos como um “comércio”.

Xavier Marques estava desiludido com os rumos que a República brasileira havia tomado. Expressou isso como melhor sabia fazer: através das letras. Por isso, em “Educar” argumentou que a corrupção do regime republicano e a negação dos direitos dos seus cidadãos só poderiam ser sanadas através da educação. Em *As voltas da estrada*, ele reescreve esses argumentos e vai além, metaforizando a permanência das antigas práticas mandonistas e clientelistas, vigentes no Império, nas primeiras décadas da República. Isso fica claro quando o autor, no último capítulo do romance pondera que Nazário Ribeiro “era senhor, na república democrática, da mesma sorte que os viscondes e os barões, seus antepassados, o foram na

monarquia”.⁵²⁰ Mas o desencanto demonstrado por Marques na realidade e na ficção, não implicava em desistência do seu ideal que consistia na construção de um Brasil grandioso.

5.3. Desencantado, mas não desanimado

“Terra Pátria”. Esse foi o último texto publicado em vida por Xavier Marques no ano de 1942, no pouco conhecido periódico carioca *Nação Brasileira*.⁵²¹ Curiosamente, o escrito era uma pequena síntese de tudo aquilo que o romancista baiano defendeu no decorrer de toda a sua vida. Marques foi um nacionalista que, pautado nas ideias dos tempos em que viveu, lutou para que o Brasil se tornasse uma grande nação. Aos oitenta e um anos ele apresenta um otimismo que talvez pudesse ofuscar o fato de que, mesmo sendo um homem destacado, uma espécie de patriarca intelectual baiano, morreu pobre, assim como nasceu.

Em *Terra Pátria*, Marques afirma que o Brasil ia “seguindo os seus destinos e honrando a tradição que iniciou a raça heróica dos descobridores no século XVI, os que transplantaram com êxito a civilização européia”.⁵²² Em sua obra, Xavier Marques esmerou-se para interpretar o Brasil de uma maneira muito peculiar: das três raças formadoras do país, duas seriam assimiladas pela raça mais forte, aquela dos “descobridores”. Esse discurso aparece em sua ficção, em sua produção como jornalista e em sua atuação como político. Em sua concepção, como demonstrei ao longo dos capítulos dessa tese, raça e nação eram conceitos entrelaçados e não deveriam ser entendidos separadamente. Assim, para tornar-se uma grande nação, o país estava seguindo seu destino e, ao amalgamar num caldeamento racial que faria triunfar uma raça latina, de ascendência portuguesa, fazendo com que fosse possível um “transplante da cultura européia” que consolidaria através da mestiçagem e do branqueamento um país forte, civilizado e próspero.

Marques não conseguiu superar um projeto de progresso para a nação que não tivesse as nações européias como matrizes e referenciais. Na mesma medida, rejeitava todo e qualquer aspecto cultural das culturas tidas como retardatárias e incivilizadas. Sendo assim, a cultura africana em seus aspectos gerais e, em particular o religioso, era vista como bárbara, conforme pudemos ler no capítulo I, e como tais deveriam ser extintas da sociedade brasileira.

⁵²⁰ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada, p. 357-358.

⁵²¹ MARQUES, Xavier. Terra Pátria. In: *Nação Brasileira*. Ano XX, Nº 230. Rio de Janeiro de 1942.

⁵²² MARQUES, Xavier. Terra Pátria. In: *Nação Brasileira*. Ano XX, Nº 230. Rio de Janeiro de 1942.

Sendo a cultura afrodescendente “inferior”, ela estaria fadada a desaparecer por simples movimento “evolutivo”. Sua crença nessa ideologia era tamanha que em seu último artigo, o autor de *O feiticeiro* nem sequer faz menção a negros ou indígenas como o fez em romances publicados anteriormente. E completou: “No terreno fértil, as [suas] sementes desabrocharam e hoje são vastas searas que se multiplicaram pelo futuro além”.⁵²³

Tanto otimismo realmente nos leva a pensar que, embora o autor conseguisse visualizar as mazelas vividas naquela jovem república, existia um futuro plácido esperando as próximas gerações. Para ele, a “juventude brasileira” teria a missão de conduzir o país rumo ao futuro. Com efeito, essa visão de mundo aparece metaforizada no final do romance *As voltas da estrada*. Nessa história, o casal Paulino Leite e Pastora Ribeiro superam um passado de conflitos raciais e de classe e casados seguem em procissão para o lugar onde iriam viver uma nova vida:

Ela linda usava uma joia única usada por Augusta Leite no dia de seu casamento. Ele insolente, conquistador media as terras distantes, tarefa por tarefa, com visão geométrica e descortino econômico. Pastos e campinas para fomentar a ambição de um grande criador. [...] A comitiva corria, corria à desfilada, acompanhando o jovem paulino de Bastos Leite Castro Cesar e a linda Pastora Ribeiro de Bastos Leite Cesar que iam passar a lua de mel em sua propriedade, no solar restaurado do antigo engenho Novo Mundo.⁵²⁴

Ainda no artigo “Terra Pátria”, o Marques articulista escreveu as seguintes e poéticas palavras sobre o Brasil: “O que jaz inexplorado na superfície e no seio da terra constitui talvez um **novo mundo** capaz de dar-nos as emoções mais vivas de surpresas” [Grifo meu].⁵²⁵ Não dá para deixar de pensar que o “Novo Mundo” daquela fictícia cidade do Recôncavo baiano é uma metáfora perfeita para o Brasil. Afinal, a Bahia era, em sua leitura, a lugar onde se plantaram as primeiras sementes que fez o país “desabrochar”.

Se o Brasil já era “o país do futuro” nos tempos do Marques, para ele “ainda existia muita coisa por fazer para o desenvolvimento da sociedade brasileira”. Mas se havia “ainda” muita coisa por fazer, era por que alguma coisa já havia sido feita. E o Xavier Marques político atuou, ardorosamente, na Assembleia Estadual Baiana e no Congresso Nacional, no

⁵²³ MARQUES, Xavier. Terra Pátria. In: Nação Brasileira. Ano XX, N° 230. Rio de Janeiro de 1942.

⁵²⁴ MARQUES, Xavier. As voltas da estrada. p. 378-380.

⁵²⁵ MARQUES, Xavier. Terra Pátria. In: Nação Brasileira. [Negrito Meu]

sentido de abrir caminho para as gerações futuras. No Congresso Nacional foi autor, por exemplo, de um projeto sobre direitos autorais.⁵²⁶

No entanto, a atuação do deputado Marques foi, em grande medida, dedicado à educação. Foi membro das Comissões de Instrução nas duas Casas que legislou. Na Assembléia Estadual, foi relator do Projeto de Lei nº 34 de 1915, que se referiu à criação da Universidade da Bahia.⁵²⁷ Como deputado federal lutou também pela fortalecimento da educação profissional na Bahia.⁵²⁸ Foi dele também a autoria de pareceres que incentivavam o intercâmbio entre professores e alunos brasileiros com instituições de outros países.⁵²⁹ A formação docente era, aliás, uma de sua bandeiras principais, pois acreditava que o professor bem formado moral e intelectualmente tinha melhores condições de cumprir o seu papel na sociedade.⁵³⁰

Em 1934, em ocasião da sessão de fundação do Partido Republicano Liberal da Bahia, do que ele foi presidente foram definidas algumas diretrizes do partido que eram “orientadas no sentido do engrandecimento material, intelectual e moral do Brasil, sob a inspiração de um forte sentimento de patriotismo”. Entre as ideias do partido, que nem chegou a vingar, estavam a instituição de um sistema completo de instrução primária e gratuita de acordo com as novas diretrizes sociais; difusão do ensino secundário superior, tornando-o acessível a todos; organização do ensino profissional de acordo com os imperativos da nacionalidade; Criação das Universidades de Trabalho.⁵³¹

Todavia, demonstrando uma ambivalência entre concepções liberais e pressupostos ideológicos, a sua ideia de “educação das massas” pressupunha a diferenciação entre a instrução do povo e a “educação intelectual das elites”. Em sua perspectiva, os primeiros não tinham condições mentais – leia-se raciais – de produzir conhecimento, mas poderiam ser inseridos no mundo das letras, através da tutela do Estado. Por isso, ele explicava que a forma como a educação era atribuída à sociedade não era “culpa da sociedade [leia-se elites]: “a educação pressupõe inteligência”, entretanto enquanto a raça superior estava a caminho da

⁵²⁶ Lei da Imprensa. In: O Democrata, 14 de dezembro de 1923; MARQUES, Xavier. Oitenta anos de Xavier Marques. In Revista da Semana. Ano 42, n. 50, 13 de setembro de 1941.

⁵²⁷ “Universidade da Bahia”, 06 de julho de 1916.

⁵²⁸ “O deputado Xavier Marques visita a Escola Comercial da Bahia”. In: O democrata. 08 de abril de 1922.

⁵²⁹ “Instrução Pública”. In: Jornal do Brasil, 26 de outubro de 1921.

⁵³⁰ MARQUES, Xavier. Oitenta anos de Xavier Marques. In Revista da Semana. Ano 42, n. 50, 13 de setembro de 1941.

⁵³¹ “Política baiana: Partido Republicano Liberal, sessão de fundação - anteprojeto do programa”. In A Tarde, 4 de fevereiro de 1933.

perfeição, a outra estava “nas raias da animalidade, com informações incompletas e confusas do mundo”.⁵³² Sendo assim, foi autor de projetos pela criação de universidades e faculdades.

Para Marques, a educação era fator promotor de desigualdade social que distingue “as classes mais ou menos cultas e a classe numerosíssima dos incultos e ignorantes”.⁵³³ Mas quanto a isso, segundo sua linha de pensamento “Toda a cultura pressupõe um terreno cultivável”, embora devesse haver distinção entre como e o que educar para as massas e as elites. Mas, “felizmente” havia possibilidade, mesmo que mínima de instrução para o povo:

No Brasil [...], as massas populares se conservam quase virgens de qualquer disciplina educativa, até mesmo de instrução elementar, será mais que iníquo abandoná-las sob o pressuposto de ineducáveis [...]. Dentro das possibilidades de cada um, a educação será sempre um benefício devido a todos. Essas possibilidades são **naturalmente** relativas.⁵³⁴

Como vimos no início desse capítulo, para ele a educação era a grande forma de superar, na medida do possível, as limitações da “raça” e da “cultura do povo”. E isso faz muito sentido. Se o Brasil da Primeira República já estava corrompido a ponto de não mais se vislumbrar o esperado progresso naquela geração, um pensador otimista a pensaria para as gerações futuras. Mas antes algo precisava ser feito para que a juventude brasileira fosse capaz de “completar” a obra “já” iniciada. A educação era a chave desse enigma. Mas era papel da classe dirigente e elite intelectual “naturalmente condutora” dos destinos do país, preparar o terreno para as gerações posteriores. Nesse sentido, Xavier Marques publica suas últimas linhas em vida:

É Para a face da vida, e da atividade esclarecida do país que devem voltar-se ainda a atenção e o estudo dos homens competentes e patriotas, desses que se apresentam guiados pelo amor da ciência e da pátria, como exemplos a serem seguidos pela juventude brasileira.

Nesse sentido se têm organizado os congressos de geografia e administração pública, além de outros problemas começados a resolver, empreende os trabalhos gigantescos da siderurgia nacional.⁵³⁵

⁵³² MARQUES, Xavier. A Educação das massas. In: Ilustração brasileira. Ano XIII, Ano 9, Janeiro de 1936.

⁵³³ MARQUES, Xavier. A Educação das massas.

⁵³⁴ MARQUES, Xavier. A Educação das massas.

⁵³⁵ MARQUES, Xavier. Terra Pátria. In: Nação Brasileira. Ano 35, Nº 230. Rio de Janeiro de 1942.

Um idealista desencantado, mas nunca desanimado. Xavier Marques, como homem de seu tempo, não conseguiu superar pensamentos racistas que, de fato, estavam sendo lentamente abandonados pelas “novas gerações”. A juventude deveria fazer o seu papel, ou seja, buscar as maneiras mais eficazes para a civilização: a longo prazo “limpar a geração”, fazer como Pastora e Paulino – da história ficcional de *As voltas da estrada* –, e dar sua contribuição para o branqueamento da raça brasileira. E, além disso, buscar a instrução como medida em curto prazo para superar as limitações culturais impostas pelo passado escravista. Nesse sentido, podemos tomar suas últimas palavras publicadas como uma auto-projeção de quem pensava ter sido um exemplo de luta e engajamento para formar uma grande nação. Nação sem diversidade, homogeneizada e europeizada, mas mesmo assim, uma nação.

FONTES E REFEREÊNCIAS

FONTES:

Jornais e Periódicos:

A Bahia, Bahia, 1897.

A Gazeta, Rio de Janeiro, 1932.

A Notícia, Bahia, 1914-1915.

A Noite, Rio de Janeiro, 1926-1932.

A Manhã, Rio de Janeiro, 1941-1945.

A Renascença: revista literária, Bahia, 1895.

A Semana, Rio de Janeiro, 1922-1941.

A Tarde, Bahia, 1933.

Anais do Congresso Internacional de História da América. Rio de Janeiro, 1925.

América Latina: Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, 1919-1930.

Bahia Ilustrada, Bahia, 1918-1920.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1931.

Correio Paulistano, São Paulo, 1920.

Correio do Povo, Porto Alegre, 1932.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 1931.

Diário de Notícias, Bahia, 1885-1891.

Diário de São Paulo, São Paulo, 1963.

Dom Casmurro, Rio de Janeiro, 1934-1942.

Diário Oficial do Estado da Bahia, 02 de julho de 1923.

Gazeta do Povo, 1905-1910.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1942 e 1961.

Jornal de Notícias, Bahia, 1891-1906.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1920-1935.

Ilustração brasileira, Rio de Janeiro, 1936.

Nação Brasileira, Rio de Janeiro, 1942

O Democrata, Bahia, 1916-1919.

O Jornal, Rio de Janeiro, 1938.

Revista A Voz do Povo, Bahia, 1917-1920.

Revista da Bahia, Bahia, 1922-1925.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 1918-1940.

Revista Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, 1917-1921.

Revista Renascença, Bahia, 1916-1928.
Revista Cívica, Bahia, 1908-1923.
Revista da Bahia, Bahia, 1922.
Revista do Brasil, Rio de Janeiro, 1922-1925.
Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Bahia, 1894-1933.
Revista do Grêmio Literário da Bahia, BAHIA, 1901-1904.
Revista Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, 1936.
Revista Mundo Literário, Rio de Janeiro, 1922-1925.
Revista O Pharol, Bahia, 1913.
Revista Voz do Chauffeur, Rio de Janeiro, 1924.
Suplemento literário de A manhã, Rio de Janeiro, 1941-1944.
Via Láctea, Bahia, 1910-1920.

Produções de Xavier Marques

POESIAS:

Insulares; 1885-1895. Salvador, Tip. do "Diário da Bahia", 1896.
Temas e variações. Salvador, Tip. João G. Tourinho, 1884. 193 p. (os poemas são datados de janeiro de 1880 a novembro de 1884).

FICÇÃO:

Simple histórias. Salvador, Tip. do "Jornal de Notícias", 1886.
Uma família baiana, Editado de 5 set. a 1 dez. 1888
Bolo & Cia. Salvador, Tip. e Enc. Empresa Ed., 1897.
O feiticeiro.. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1922.371 p. (Refundição re intitulada de Boto & Cia.)
O feiticeiro. Editado em folhetim de 27 fev. 1937 a 12jun. 1937. A Tarde, Salvador, 1937.)
O feiticeiro. 3a. ed. Rio de Janeiro, MEC-INL, 1975.
Jana e Joel. Praieiros I. Salvador, Tip. Baiana, 1899. 182 p. Jana e Joel. 2a. ed. Rio de Janeiro, Laemmert, 1908. 186 p.
Jana e Joel. (Praieiros 1). 3a. ed. Salvador, Liv. Catilina, 1914. 191 p.
Jana e Joel. Trad. française. In: ALENCAR, José de, Iracema; e
Jana e Joel. Paris, Librairie Gedalge, s.d. (Anterior a 1933.) Jana e Joel. 4a. Ed. Salvador, Liv. Progresso, 1951, 161 p.
Jana e Joel. 5a. ed. In: _ Praieiros. Salvador, GRD, 1969. p. 1-99. Jana e Joel. 6a. ed. Rio de Janeiro, MEC-INLIGRD, 1975. Pindorama. Salvador, Tip. Bahiana, 1900.312 p.

Pindorama. 2a. ed. Lisboa, Liv. Clássica, 1907, 297 p.
Holocausto. Rio de Janeiro, 1-1. Garnier, 1900. 219 p.
Holocausto. 2a. ed. Salvador, Liv. Catilina, 1921. 255 p.
Maria Rosa e O Arpoador (Praieiros 11). Salvador, Tip. Bahiana, 1902. 137 + IVp.
Praieiros. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1936. 136 p. "Maria Rosa", "O Arpoador" e "A noiva do golfinho". 3a. ed. In: _ Praieiros. Salvador, GRD, 1969, p. 101-191
O sargento Pedro; Tradições da Independência. Salvador, Tip. Bahiana, 1910.
O sargento Pedro; Tradições da Independência. Salvador, Liv. Catilina, 1921.
A boa madrasta. Rio de Janeiro, Liv. Castilho, 1919. 259 p.
A cidade encantada. Salvador, Liv. Catilina, 1919. 220 p. (Contém o conto. "A noiva do golfinho", depois incluído em Praieiros.)
As voltas da estrada. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1930. 380 p. Terras mortas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.]

CORRESPONDÊNCIAS:

CASTRO, Renato Berbert de (Org.) Xavier Marques e a Academia Brasileira de Letras: Correspondência. Coleção Afrânio Peixoto da ABL. Tomo I, Rio de Janeiro, 1996.
Carta de Xavier Marques à Ruy Barbosa (08/11/1890).
NERY, Fernando. *Correspondência à Xavier Marques*. [manuscrito]. Rio de Janeiro, 05/03/1930.
Carta anônima. Rio de Janeiro. 21/07/1919.

ENSAIOS E DISCURSOS:

Vida de Castro Alves. Salvador, Tip. Baiana, 1911. 157 p. (Separata do volume comemorativo do 40º aniversário de morte do poeta, editado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.)
Vida de Castro Alves. Ed. corrig., acresc. e ilust. com retratos e desenhos do . poeta. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. 262 p.
A arte de escrever. Teoria do estilo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913. 207 p. 2a. ed. Rio de Janeiro, Francisco A Ives, 1923. 205 p.
Dois filósofos brasileiros. Rio de Janeiro, Rev. dos Tribunais, 1916. 16 p. "Dois filósofos brasileiros". In: _ . Letras acadêmicas. Rio de Janeiro, Renascença, 1933. p.]0]-119.
Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. In: Academia Brasileira de Letras. Discursos dos srs. Xavier Marques e Goulart de Andrade. Salvador, Imprensa oficial, 1920. p. 3-42.
Ensaio histórico sobre a Independência. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1924.] 99 p.
Letras acadêmicas: Rio de Janeiro, Renascença, 1933. 232 p.

Cultura da língua nacional. Salvador, Escola de Aprendizes Artífices, 1933. 200 p.

Conferencia na Academia Carioca de Letras, 07/11/1941.

Ensaio: Motivos sociais e históricos Rio de Janeiro, Publ. da Academia Brasileira de Letras. 1944. V. 1: Evolução da crítica literária no Brasil (e outros estudos). 159 p. V. 2:

Críticas e comentários sobre Xavier Marques e As voltas da estrada:

FILHO, Adonias. O baiano Xavier Marques. In Diário de Notícias, Salvador, 7.12.1961.

_____. Esse baiano Xavier Marques. In Última Hora, Rio de Janeiro, 18.11.1975.

ANDRADE, Goulart de. Discurso na Academia Brasileira de Letras in Discursos de Xavier Marques e Goulart de Andrade. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, s/d; in Discursos Acadêmicos. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira de Letras, s/do

CAMPOS, Astério de. Xavier Marques na intimidade. In: Autores & Livros. Suplemento Literário de A Manhã, n. 17. Rio de Janeiro, 7.12.1941.

CAMPOS, Humberto de. Diário Secreto. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1954.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. A Bahia no romance brasileiro. In: Diário Oficial do Estado da Bahia. Edição Especial do Centenário, Salvador, 2.7.1923, pág. 99/101.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. Um século de romance na Bahia. In: Revista da Bahia, n. 3, ano m, Salvador, julho de 1923.

CHIACCHIO, Carlos. Xavier Marques. In: Jornal de Notícias, Salvador, 23.9.1920.

COSTA, Néelson, A obra multifária de Xavier Marques. In: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3.12.1959.

COLLOR, Lindolfo. Xavier Marques visto por ... In: Letras Brasileiras, n. 4, Rio de Janeiro, agosto de 1943, ano I, pág. 58/9.

DINIZ, Almachio. Da estética na literatura comparada. Rio de Janeiro, H. i Garnier, Livreiro-Editor, 1911, pág. 153.

DINIZ, Almachio. Meus ódios e meus afetos. São Paulo, Monteiro & Cia. Ed., 1922, pág. 281.

FIGUEIREDO, Jackson de. A aristocracia de Xavier Marques. In: Autores & Livros, nº 12, Rio de Janeiro, 2.11.1941.

FIGUEIREDO Jackson de. Xavier Marques. Bahia, Tipografia Baiana, 1913. 2ª edição. Salvador, Tipografia Baiana, 1916.

FRAGA, Clementino. A vocação literária de Xavier Marques. In: Autores & Livros, n. 12, Rio de Janeiro, 2.11.1941.

FRAGA, Clementino. Prefácio a Ensaio, de Xavier Marques. Vol. 19 Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1.944, pág. 7/23.

GALVÃO, Francisco. A Academia Brasileira de Letras na intimidade. Rio de Janeiro, A Noite, 1937, pág. 160/5.

GOMES, Eugênio. Prata de casa (Ensaio de Literatura Brasileira). Rio de Janeiro, Editora A Noite, s/do pág. 117/120.

- GOMES, Eugênio. Sobre a bibliografia de Xavier Marques. In: A Estante. n. 1, Rio de Janeiro, julho de 1952.
- GOMES, Eugênio. Xavier Marques. In O Romance Brasileiro. (De 1752 a 1930) Coordenação de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1952, pág. 245/258.
- GOMES, Eugênio. Xavier Marques. In: Suplemento Literário do Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 15.7.957.
- GOMES, Eugênio. Xavier Marques. In: Diário de - Notícias, Salvador, 7.6.961.
- GOMES, Perilo. Ensaio de crítica doutrinária. Rio de Janeiro, Centro D. Vital, 1933, pág. 27/82.
- GRIECO, Agripino. Evolução da prosa brasileira. Rio de Janeiro. Ariel, 1933, pág. 114/
- HULSE, Camil van. Xavier Marques. In: Books Abroad, Norman, Okla, X1/2, Spring 1937, p. 251/2.
- JOSÉ, João. O novo romance de Xavier Marques. In: Diário da Bahia. Salvador: 05 de set de 1930.
- LEÃO, Múcio. Xavier Marques - Terras mortas. In: A Tarde, Salvador, 12/3.1.1937, in Autores & Livros, n. 17, Rio de Janeiro, 7.12.941.
- MIRANDA, Adalmir da Cunha. As voltas da estrada. In: Suplemento Literário do O Estado de São Paulo, 1.11.958.
- MIRANDA, Adalmir da Cunha. Xavier Marques: anotações. In: Suplemento Literário do O Estado de São Paulo, 28.1.957.
- MIRANDA, Adalmir da Cunha. Xavier Marques. In: A Tarde, Salvador, 7.12.1961.
- NETTO. Coelho. Rei Negro. Ediouro, São Paulo, 1995.
- PASSOS, Alexandre. A literatura baiana nos últimos quarenta anos. In: Anuário Brasileiro de Literatura, Rio de Janeiro, 1941, pág. 16/29 e 253; Letras baianas. Rio de Janeiro, Pongetti, 1942. \
- Pedra Branca. Um escritor baiano. n A Tarde, Salvador, 2.5.914.
- PINHO. Wanderley de Notas de leitura de As voltas da estrada. In: Autores & Livros, Rio de Janeiro, nº 11, 7.12.941.
- _____. Discurso feito em homenagem ao escritor Xavier Marques, comentando o seu livro As voltas da estrada. Manuscrito. S. L. 19--?
- RIBEIRO, Carlos. Discurso a Xavier Marques, pelo seu 'octogésimo aniversário. In Revista da Academia de Letras da Bahia nº16, vol. VII, ano XIII, Salvador, 1942.
- RIBEIRO, João. A. boa madrasta. In: O Imparcial, Rio de Janeiro, 24.2.1919.
- _____. Crítica. Vol. m. Autores de ficção. Organização, prefácio e notas de Múcio Leão. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira de Letras, pág. 273/86.
- _____. A cultura da língua nacional: In: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21.6.1933.
- _____. As voltas da Estrada. In: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27.5.1931.
- VERÍSSIMO, José. Estudos de Literatura Brasileira. Terceira série. Rio de Janeiro, - Paris, H. Garhier, Livreiro-Editor, 1903, pág. 160/2 e 306/9.
- VEIGA, Cláudio. Um brasilianista francês: Philéas Lebesgue. Rio de Janeiro: Topbooks,

1998.

VICTOR, Nestor. Três romancistas do Norte. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia., 1915; in *Obra Crítica*. Vol. 1., Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969, pág. 167/87.

Visita de Ruy Barbosa ao Diário da Bahia [em 24 de fevereiro de 1893]. In: *Obras completas de Ruy Barbosa*. Vol. V. Anexo 06. Página 235-238.

Obras e autores

ABREU, Edith Mendes da Gama e. Xavier Marques. In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Vol. XXII. pp. 193-204. Salvador, 1971-1972.

ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967.

ANDRADE, Goulart. Discurso de recepção do Sr. Xavier Marques em 17 de setembro de 1920, na Academia Brasileira de Letras. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

ALMEIDA, José Américo ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*, 16ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

AMARAL, Braz H. do. Assuntos de atualidade sobre finanças da Bahia e festas do Centenário. Bahia, [s.n.], 1922.

_____. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

_____. *Memórias Históricas sobre a proclamação da República na Bahia*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 30. Salvador, 1904.

BARROS, Francisco Borges de. *A' margem da história da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1934.

_____. *O Estado da Bahia: o seu valor e as suas possibilidades econômicas*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1931.

BOCCANERA JR., Sílio. *Bahia Histórica: reminiscências do passado, registro do passado*. [S.l., s.n.], 1921.

_____. *Autores e atores dramáticos baianos*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

CALMON, Pedro. *Alma de Preta*. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

_____. *História da Bahia: das origens à atualidade*. Bahia, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1927.

_____. *História da Bahia: um resumo didático*. São Paulo: Melhoramento, S/D.

_____. *História e Romance*. Revista do IGHBa, Salvador. V.54, p.329-338, 1928.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a História de 1808 a 1899*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925.

CALMON, Pedro. *Sessão da Academia Brasileira de letras*. [Datil.], 31/10/1942.

CALMON, Góes. Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica da Bahia entre 1823 e 1923. Salvador: Imprensa Oficial; Diário Oficial (Edição Comemorativa do Centenário da Independência) 376 - 396, 1923.

CHIACCHIO, Carlos. “Pedro Calmon, o historiador e o novelista”. In: A TARDE. Salvador, 27 de abr. 1933.

COELHO, José (Editor). O Estado da Bahia (Obra de Propaganda Geral) . Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, [192-].

DEL PICCHIA, Menotti. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 20 de dezembro de 1942. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7145&sid=277>, acesso em 26 de maio de 2013.

DINIZ, Almachio. Cultura literária da Bahia contemporânea. Bahia, Tipografia Baiana, 1911.

FERREIRA, José Carlos. Memória sobre o Estado da Bahia. Bahia, Tipografia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893.

FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

FONSECA, Anselmo da. A escravidão, o Clero e o abolicionismo. Imprensa Econômica, Bahia, 1887.

GUMES, João. A abolição. Manuscrito. Caeteté-BA, 19--?.

LACERDA, João Batista. Sobre os mestiços no Brasil, 1911. Fontes, v. 18, n.1, jan.-mar. 2011. p. 225-242.

LACERDA, João Baptista de. Congresso Universal das Raças. Rio de Janeiro: s.n. 1912

LE BON, Gustave. Leis psicológicas da evolução dos povos. Editora Universus. Rio de Janeiro. S/D. (Publicação original em 1894).

LIMA, Bartolino Pereira. Biografia. S. I. 1930, manuscrito.

LIMA, Alceu de Amoroso. “Uma revelação”. In: J. A. Almeida. A bagaceira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 89-96 (sob o pseudônimo de Tristão de Athaide, a partir da publicação de Estudos, Rio de Janeiro, A Ordem, 1930).

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a História do Brasil. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389 - 411. Janeiro de 1845. (Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 24, janeiro de 1845).

MUNIZ, Antonio Ferrão; JUNQUEIRA, Luiz Francisco; SÉ, Justino de Sento. Trabalho da Comissão da Junta da Lavoura sobre os meios de se fazer a estrada de ferro da Bahia ao Juazeiro. Bahia: Tip. Republicana do Guaycuru, 1871.

MONIZ, Antonio. A evolução da Bahia: discursos proferidos no Senado em 1926. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.

MORAES, Evaristo. A campanha abolicionista (1879-1888). Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1924.

PINHO, Wanderley. História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo, Caboto, Freguesia; 1552-1944. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

OLIVEIRA, Miguel Ribeiro de. A Indenização. Bahia: Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1888.

- OTERO, F. Gomez de y MUÑOZ, J. Burriel. Bahia, orgulho del Brasil. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1929.
- RAMOS, Artur O negro brasileiro. São Paulo. Ed. Nacional, [1934],1940.
- RIBEIRO, João. História do Brasil, Adaptado ao ensino primário e secundário por João Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho de Jacinto Ribeiro dos Santos, editor, 1900.
- RODRIGUES, Raimundo. Fetichista dos Negros Baianos, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1935 (Com notas de Arthur Ramos).
- RODRIGUES, Raymundo Nina. Os últimos africanos: Nações pretas que se extinguem. In: Os africanos no Brasil. São Paulo: Madras, 2008.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. O animismo fetichista dos negros baianos. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006.
- ROCHA POMBO, História do Brasil, 8a ed. revista e atualizada por Helio Vianna. São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1958.
- QUERINO, Manoel Raimundo. As artes na Bahia: esboço de uma contribuição histórica. Bahia, Tip. e Encad. Do Liceu de Artes e Ofícios, 1909.
- _____. O colono negro como fator da civilização Brasileira. Bahia, Imprensa Oficial, 1918.
- _____. “Os homens de cor preta na história”. REVISTA DO IGHB. Vol. 48. Salvador, 1923.
- _____. A Raça Africana e seus Costumes na Bahia – Memória apresentada. 5o. Congresso Brasileiro de Geografia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1917.
- SANTIAGO, Silviano. “A Bagaceira: fábula moralizante”. In: Literatura nos trópicos. São Paulo: perspectiva, 1978, pp. 101-122;
- SEABRA, J. J. & Outros. Pela Bahia: defesa ao seu nome, honra e credito. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- SAMPAIO, Theodoro. O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, industria e comércio. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1926.
- SEABRA, J. J. & Outros. Pela Bahia: defesa ao seu nome, honra e credito. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- SILVA, Ignácio Acioli de Cerqueira e. Memórias históricas e políticas. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1940.
- SOARES, Vital. Discursos e conferências. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1929.
- SOUZA, Bernardino José de. A Bahia: palestra sobre o Estado da Bahia em 1928. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1928.
- TARQUINIO, Luís. Preceitos Moraes e cívicos. Bahia, s. ed. 1901.
- VIANA, Antônio. Biografia de Manoel Querino. Revista IHGB, n. 54, 1928.
- VIANNA, Oliveira. Raça e Assimilação. 2^a edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. “Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, 2012.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010. p. 98.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923). 1ª. Ed. Editora Unicamp, Campinas. 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Esperanças de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia (1887-1910). In *Revista de Estudos Afro-asiáticos*. vol.24, no. 2, Rio de Janeiro 2002.

AMARAL, Sharyse. Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manuel Macedo. In: *Afro-Ásia*, 35 (2007), 199-236.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência Nacional. São Paulo; Ed. Ática, 1989.

ARAÚJO, Jorge de Souza. Floração de imaginários: o romance baiano do século XX. Itabuna/Ilhéus, Via Litteratum, 2008.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. Raimundo Nina Rodrigues e a Questão Racial Brasileira no Século XIX. In: *Revista Margem Virtual*. Disponível em: <http://www.ufpa.br/nupe/artigo9.htm>, acesso em 25/05/2013.

ARAÚJO, Mariele s. A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33. (Dissertação de Mestrado em História), UFBA, Salvador, 2006. pp. 22-24.

AXT, Gunter e SCHULLER, Fernando Luís (Orgs). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004.

AZEVEDO, Célia Marinho de. Irmão ou inimigo o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo, 28, pp. 96-109. Dezembro/Fevereiro, 1995/1996. p. 103-104.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELAR, Jefferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro, Pallas, 2001;

BACELAR, Jefferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Arthur Ramos e a Mestiçagem no Brasil: memória da Ciência nas Primeiras décadas do Século XX. Encontro da ANPUH, Sessão Rio de

Janeiro. 2004. Disponível em: [rj.anpuh.org/.../Luitgarde%20Oliveira%20Cavalcanti%20Barros.doc](http://www.rj.anpuh.org/.../Luitgarde%20Oliveira%20Cavalcanti%20Barros.doc). acesso em 05 de junho de 2013.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. [O Médico Legista e o Etnógrafo: Uma análise comparativa de duas obras de Nina Rodrigues](http://www.pontourbe.net/edicao8-artigos/177-o-medico-legista-e-o-etnografo-uma-analise-comparativa-de-duas-obras-de-nina-rodrigues). Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao8-artigos/177-o-medico-legista-e-o-etnografo-uma-analise-comparativa-de-duas-obras-de-nina-rodrigues>, acesso em 25/05/2013.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). Afro-Ásia, nº 21-22. 1998-1999. pp. 177-238.

BENJAMIN, Walter. O Narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

BRITO, Ana Clara Farias. Tempos, histórias e ciências: expectativas e propostas de letrados do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923). Dissertação (Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências). UFBA/UEFS, Salvador, 2008.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 3ª edição. Cultrix, São Paulo, 1994.

BOMFIM, Manoel. América Latina. Males de origem, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993.

BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro, 2000.

BROOKSHAW, David, Raça & Cor na Literatura Brasileira, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Difel, 1979.

CARMO, Alane fraga, Colonização e escravidão na Bahia: a colônia Leopoldina, 1850-1888. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFBA, Salvador-BA. 2010.

CARVALHO, José Murilo. As duas cabeças de Oliveira Viana. In: AXT, Gunter; SCHULER, Fernando. Intérpretes do Brasil: cultura e identidade. Porto Alegre, RS, Artes e Ofícios. 2004.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade – Estudos de teoria e história Literária. 11ª Ed. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALIXTO, Carolina Fernandes. O Brasil regional de Freyre e Amado: elos entre identidade nacional, história e literatura. In: Revista Aedos, PPGH-História UFRGS, v. 2, n. 3. Porto Alegre, 2009.

CASTELO, José Aderaldo. Refletindo com o autor sobre As voltas da estrada. Conferência realizada em 13 de setembro de 1995 na Academia de Letras da Bahia. In: MARQUES, Xavier. As voltas da Estrada. Conselho Estadual de Cultura, Salvador, 1998.

CASTRO, Renato Berbet de (Org.) Xavier Marques e a Academia Brasileira de Letras: Correspondência. Coleção Afrânio Peixoto da ABL. Tomo I, Rio de Janeiro, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. (Orgs.) A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. Coleção Ensaio. Vol. 3. 2ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1967.

CÂNDIDO, Antonio. Um romancista da decadência. In: Brigada ligeira e outros escritos. São Paulo: Unesp, 1992.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. Coleção Ensaio. Vol. 3. 2ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1967.

CASTRO, Ângela Maria Bezerra de. Releitura de A bagaceira, uma aprendizagem de desaprender, Rio de Janeiro, José Olympio:1987.

CARVALHO, José Murilo. Ruy Barbosa e a Razão Clientelista. Dados. Dados v.43 n.1 Rio de Janeiro 2000.

CASTANHO, Arlindo José Nicau. A construção da imagem do Fausto, de Cipriano de Antioquia a Fernando Pessoa. Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/artifara/rivista1/testi/Fausto.asp>, acesso em 23 de maio de 2013.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

COSTA, Aramis Ribeiro. Discurso do retrato O Acadêmico Xavier Marques. In: Revista da Academia de Letras da Bahia, n. 49, dez. 2010. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2010.

COSTA, Iraneidson Santos. A Bahia já deu régua e compasso. O Negro e o saber médico na Bahia. 1890/1940. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, mimeografado, 1997.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco. 2001.

COUCEIRO. Luiz Alberto, Pai Gavião e a Coroa da Salvação: crença e acusações de feitiçaria no Império do Brasil, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Antropologia, IFCS/UFRJ, 2004.

CONSOLI, Maria Crisitina. Gustave le Bon e a reação conservadora às multidões. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20II/Marcia%20Cristina%20Consolim.pdf>, acesso em 19/05/2013.

- CORRÊA, Mariza. A invenção da mulata. In: Cadernos pagu (6-7) 1996:
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha e, GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. FGV, São Paulo: 2007.
- D'ALLÉSSIO, Márcia. Memórias: leituras de M. halbwarchs e P. Nora. RBH. Memória, História e Historiografia: dossiê ensino de história. São Paulo. V. 133, n. 25/26. Set. 92/Ago. 1993.
- D'ANDREA, Moema Selma. A tradição (re)descoberta. Campinas: Unicamp, 1992.
- DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. Rio de Janeiro, 1903-1914, Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007.
- DARNTON, Robert. O Grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. 2ª Ed. GRAAL, São Paulo, 1992.
- DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares brancos e negros (1846-1988), Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- [DANNEMANN, Fernando. A Revolta do Vintém, Rio de Janeiro, 1879.](#)
- DE LUCA, Tânia Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a [n]ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O Mulato, de Aluísio de Azevedo (Dissertação de Mestrado em História), UFU, Uberlândia-MG, 2008.
- FERRETTI, SF. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. In: Cadernos de Pesquisa. UFMA, 10: 19-28. 1999.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. J. J. Seabra e a reforma urbana de Salvador (Bahia-Brasil). In: 49º ICA - Congresso Internacional De Americanistas. Equador, 1997. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/49CAI/Flexor.htm>, acesso em 29 de maio de 2013.
- FRAGA FILHO, Walter. Depois da liberdade: tensão e conflito no pós-abolição, Bahia 1888-1890. In. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos e REIS, Isabel Cristina Ferreira. (Orgs) História Regional e local. Discussões e práticas. Quarteto Editora, 2010.
- FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. História Social, n. 19, segundo semestre de 2010.
- FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- FREYRE, Gilberto. José Américo de Almeida: uma reinterpretação. In. ALMEIDA, José Américo ALMEIDA, José Américo. A bagaceira, 16ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

- FRY, Peter e MAGGIE, Ivone. “Apresentação”. In: Rodrigues, Raimundo Nina. O animismo fetichista dos negros baianos. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006.
- GARCIA Jr. Afrânio. Meninos de Engenho: tradições e dramas feitos símbolos da brasilidade. In: Antropolítica. Niterói, n. 30, p. 21-47, 1. sem. 2011.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. Invenção e continuidade: a História do Brasil, de João Ribeiro. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História editorial, Rio de Janeiro, 2004.
- GERTZ, René E. O perigo alemão. Porto Alegre Ed. UFRGS, 1991.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição - São Paulo: Companhia das Letras, 2006. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONTIJO, Rebecca. “Manoel Bomfim: “pensador da história” na Primeira República”. Revista Brasileira de História. 2003, v. 23, n. 45 10 Dec. 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala. Remate de Males – Revista do Deptº de Teoria Literária/UNICAMP, Campinas, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado, Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 01, 1988.
- HABIB. Paula Arantes Botelho Briglia. Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação. Dissertação de mestrado em História. IFCH-Unicamp. Campinas, 2003.
- HOBBSWEN, Eric J. Nações e Nacionalismo. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990.
- IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. Rev. bras. Ci. Soc., Jun 2002, vol.17, no.49, p.5-10.
- KROPF, Simone Petraglia “Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: Vozes Dissonantes ao Horizontes do Progresso”. Hist. cienc. saude-Manguinhos 1996, v. 3, n. 1 10 Dec. 2008.
- LATOUR, Bruno. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. Trad. Sandra Moreira. Bauru; São Paulo, EDUSC, 2002.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino entre lutas e letras: 1851-1923. São Paulo: Anablume, 2009.
- LEITE, Rinaldo. C. N. . Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 7, p. 54-77, 2011.
- LEITE, Rinaldo C. N. A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

LEITE, Rinaldo César. E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912-1916. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.23-40.

MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos : a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA [En ligne], Hors série n° 2 | 2008 , mis en ligne le 25 janvier 2009, Disponível em: <http://cem.revues.org/index8632.html> acesso em 07/10/2011.

MACIEL, Marie Eunice de S. A Eugenia no Brasil. In: Revista Anos 90, n. 11, julho de 1999. pp. 121-130.

MACHADO NETO, Antônia Luís. A Bahia Intelectual (1900-1930). In: Universitas, Vol. 0, No 13, Salvador, 1972.

MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (Org). Raça, Ciência e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MAIO, Marcos Chor . A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso) Rio de Janeiro, v. 11, n.2, p. 226-237, 1995..

MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.

MATA, Iacy Maya. "Libertos do 13 de maio" e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. In: Afro-Ásia, 35 (2007), 163-198.

MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, Memória e Festa da abolição. In: OPSIS, vol. 7, n° 9, jul-dez, Goiania-GO, 2007.

MORAES, Renata Figueiredo Moraes. Os maios de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque- Estrada. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói. 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes, tribuno da República., Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. In: Estudos de Sociologia. Araraquara, vol. 13/14, 2003 p.109-126.

MORAES, Eduardo Jardim de. A constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro. 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto de História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Trad. Yara Aun Houry. pp. 7-28. São Paulo: 1981.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. Fios literários na teia da História. In: paternalismo, escravidão e pós-abolição num romance de Anna Ribeiro. Em Tempo de Histórias. ,v.11, p.25 - 42, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. Uma senhora de engenho no mundo das letras. Salvador, EDUNEB, 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. In: Literatura como memória social: a decadência senhorial na proficção baiana. In: SILVA, Paulo Santos. (Org.). Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória. Salvador: Quarteto, 2010. pp. 47-70.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da nacionalidade brasileira. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2. São Paulo, 1986. pp. 68-74. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_07.htm, acesso em 07/05/2013.

OLIVEN, Ruben George. Gilberto Freyre e a questão regional. In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando (Orgs.). Intérpretes do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. pp. 194-196.

OLIVEN, 1986. Ver também: BAGGIO, Kátia. A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PAES, José Paulo. Canaã: horizonte virtual. Estud. av. vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991.

PESAVENTO. Sandra Jathay. Negritude, mestiçagem e lusitanismo. O Brasil positivo de Gilberto Freyre. In: AXT, Gunter e SCHULLER, Fernando Luís (Orgs.). Intérpretes do Brasil. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004. pp. 177-191.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. Práticas mágicas e cultura popular na Bahia. (1890-1940). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, 1999.

PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, Fernando Teixeira. et. al. (Org.) República, Liberalismo e Cidadania. Editora UNIMPEP, 2003.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade de. Práticas mágicas e cultura popular na Bahia. (1890-1940). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e história cultural*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jathay. « História & literatura: uma *velha-nova* história », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Consultado el 01 juin 2009.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, nº. 03 Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

PINHO, José Wanderley de Araújo. História de um engenho do Recôncavo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 [1946].

PINHO, Wanderley. Salões e damas no Segundo Reinado. 3. ed. Livraria Martins: São Paulo, 1952.

PINHO, Osmundo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. Cadernos pagu (23), julho-dezembro de 2004, p. 112-113.

PINHO, Osmundo. "A Bahia no fundamental: Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 36 São Paulo Feb. 1998.

PINA, Maria Cristina Dantas. A escravidão no Livro Didático de História do Brasil : três autores exemplares (1890-1930) / Maria Cristina Dantas Pina.-- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

PRADO, Antonio Arnoni. Itinerários de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo. São Paulo: Ed. 34. 2010.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, nº. 10, Teoria e História. Rio de Janeiro, FGV, 1992.

QUARESMA, Mônica dos Santos. O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. In: Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.10 no. 2 Rio de Janeiro Mai/Ago. 2003. pp. 573-701.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REIS, J. J. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, Meire Lucia Alves. A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana. 1888-1937. 2000. 156f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2000.

REIS, Meire, A cor da notícia, Apud. ROCHA, Rafael Rosa. O feiticeiro: representações da cultura negra em Xavier Marques. [TCC em História], Alagoinhas, 2012.

ROCHA, Rafael Rosa. O feiticeiro: representações da cultura negra em Xavier Marques. [TCC em História] Alagoinhas, 2012.

ROCHA, Vera. Da depuração a modernidade: a representação do gênero, "raça" e sexualidade na obra de dois autores baianos. Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) "Diversidad y poder en América Latina". Buenos Aires, Argentina. 29 de septiembre al 2 de octubre de 2009. Disponível em: <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/>, acesso em 24/11/2011.

RIBEIRO Barbosa, ALENCAR. Fabiany Glauro .A Abolição da Escravatura nas Obras Didáticas de História do Final do Século Xixe Início do Século XX: Memórias, Historiografia e Poder. In: Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 5-18, jan./jun., 2011.

SALLES, Jesus David. O Ficcionista Xavier Marques: um estudo da “transição ornamental”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

SAMPAIO, Consuelo Novaes Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. 2.ed. Salvador: Ed. UFBA, 1999.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis, “A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial”, tese de doutorado, Unicamp, 2000.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Majestades do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos no Brasil. In: George Evergton Sales Souza; Gabriela dos Reis Sampaio; Lígia Bellini. (Org.). Ensaio de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV - XXI. 1ª ed. Salvador, BA: EDUFBA e Corrupio, 2006, v. 1, p. 252.

SARMENTO, Silvia Noronha. A raposa e a águia : J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador, 2009.

SANTANA, Carla Patrícia. O Recôncavo da Bahia no romance praieiro de Xavier Marques: a fundação de uma tradição temática. In: GODINHO, Luís Flávio; SANTOS, Flávio Josué Santana (Org.). Recôncavo da Bahia: Educação, cultura e sociedade. Amargosa, Bahia: Ed. CIAN, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. Fontes, v. 18, n.1, jan.-mar. 2011. p. 225-242.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lilian M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. *Cienc. Cult.* [online]. 2012, vol.64, n.1, pp. 48-55.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: Revista Mana. 3(1): 95-131, 1997.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. In: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

SENNA JUNIOR. Gilberto F. E a modernidade toma a cena: Xavier Marques e as imagens de uma nova Bahia. In Do banguê às avenidas: Xavier Marques e a identidade baiana na Primeira República. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2011.

SEPÚLVEDA, Cecília de Alencar Serra e. Definindo a modernidade através do urbano: Salvador na passagem do séc. XIX para o XX segundo a perspectiva do romance “o feiticeiro” de Xavier Marques. Mestrado em Ciências Sociais, Salvador: 2006.

SEVCENKO, Nicolau. A Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese de Doutorado em História. PPGH/UFBA, Salvador: 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009. pp. 307-308.

SILVA, Paulo Santos. O caminho das letras: literatura e política na Bahia do século XX. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 75-82, out./dez. 2011.

SILVA, Paulo Santos. Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia, Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Paulo Santos. (Org.). Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória. Salvador: Quarteto, 2010. pp. 47-70.

SKIDMORE, Thomas E.. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, T. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Robério Santos. Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909) / Robério Santos Souza. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, Evolucionismo e raça em os Sertões. In: Revista Fênix. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 7 Ano VII nº 2, Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010;

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SPINELLI, Céline. Cavalhadas em Pirenópolis: tradições e sociabilidade no interior de Goiás. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 30(2): p. 69, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2005.

SLENES, Robert. W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, Século XIX. 2ª Reimp. Ed. Corrig. Campinas-SP, Editora da Unicamp. 2011.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

TEIXEIRA, Cid. Sobre o anti-abolicionismo na Bahia. IGHB, A Tarde, 11/05/1968.

THOMPSON, Edward Palmer. Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997].

WATT, Ian. A Ascensão do Romance. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WINK, Georg. A formação da “nação” brasileira no romance Canaã de graça aranha - o debate intelectual sobre a questão “nacional” na primeira república como substrato de uma ficção ideológica. In Revista Linha D’água. Revista Eletrônica da USP, N. 17, Vol. 01. São Paulo, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In. Estudos Históricos. Vol. I. Num 2. pp. 239-263. Rio de Janeiro, 1988.

VOGT, Olgario Paulo. O Alemanismo e o “Perigo Alemão” na Literatura Brasileira da Primeira Metade do Século XX. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VELLOSO Mônica Pimenta O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 380.

VIANA FILHO, Luiz. Xavier Marques Regionalista. In: Dom Casmurro. Rio de Janeiro, 03/01/1942.

ZILBERMAN, Regina. Estética da recepção e história da literatura. São Paulo: Ática, 1989.